

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO
Governo da República Federativa do Brasil

PRODUTO DE CONSULTORIA

1. Código do Projeto: UTF/BRA/085/BRA

2. Título do Projeto: “APOIO AO APRIMORAMENTO E À CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL”

3. Instituição Executora Nacional: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/ Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome.

4. Nome consultor/Título: Ricardo da Silva Kaminski / Consultor Nacional Sênior

5. Nº do Contrato: 012/2023 / Index Number: 3052063

6. Período da Consultoria (início e fim): 27.02.2023 até 27.07.2023

7. Descrição do Objeto: Realização de tratamento estatístico e análise dos dados coletados na pesquisa do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) 2022, nos Estados e Municípios.

Número do Produto: Produto 3

Documento técnico no formato de sumário executivo e relatório final de pesquisa, incluindo a publicação de ferramentas de acesso online à base de dados.

Data de entrega: 27/07/2023



Ricardo da Silva Kaminski
Consultor Nacional

MAPASAN

MAPEAMENTO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



SUMÁRIO EXECUTIVO

Sumário

Apresentação	6
Introdução	7
Metodologia	9
Caisans Estaduais e Distrital	11
Objetivos e estrutura do MapaSAN realizado com os municípios	23
Perfil dos municípios respondentes	25
Gestão do Sisan	28
Adesão ao Sisan	28
Órgão municipal responsável pela coordenação das ações de SAN no município	32
Vínculo administrativo da coordenação das ações de SAN nos municípios	32
Caracterização do órgão público responsável pela coordenação das ações de SAN nos municípios	34
Áreas que o órgão responsável pelas ações de SAN no município coordena	34
Conselhos Municipais de SAN (Comseas)	35
Existência de Comsea	36
Orçamento disponível para os Comseas	38
Composição dos Comseas	43
Caráter decisório das reuniões dos Comseas	44
Caisans Municipais	46
Caisans municipais existentes	46
Ações de SAN nos municípios	55
Financiamento das ações de SAN nos municípios	55
Ações de Educação Alimentar e Nutricional nos municípios	69
Municípios que realizam ações de EAN	69
Intersetorialidade das ações de EAN	70
Demanda por capacitação e formação da área de SAN nos municípios	82
Equipamentos Públicos de SAN	83
Bancos de Alimentos	83
Cozinhas Comunitárias	90
Restaurantes Populares	101
Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar	117
Feiras Livres	119
Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica	122
Considerações finais	125
Anexo 1 - Análise do perfil dos respondentes do MapaSAN 2022 e das qualidades das respostas com base em níveis de desconhecimento, incerteza e desinformação	126

Apresentação

O Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) consiste em um instrumento sistemático de pesquisa, aplicado junto a gestores nos Estados, Distrito Federal e Municípios. A pesquisa tem como objetivo a coleta de informações sobre a gestão dos componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo os programas, ações e equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional. A geração de dados no âmbito do MapaSAN possibilita a sistematização e divulgação de informações sobre as estruturas relacionadas à garantia do direito à alimentação adequada, permitindo o monitoramento do Sisan, bem como sua gestão participativa e intersetorial. A pesquisa é realizada pela Caisan Nacional, secretariada no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O principal objetivo do MapaSAN é a pesquisa de informações relevantes sobre a gestão do Sistema e da Política Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito dos estados e municípios brasileiros. O MapaSAN constitui-se em uma ferramenta de pesquisa periódica que contribui para o aprimoramento da gestão do Sisan e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), nas esferas federal, estaduais ou municipais.

Outra finalidade da pesquisa é a produção de conhecimento e divulgação de informações sobre as estruturas do Sisan e as políticas públicas de SAN que visem à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) nos estados e municípios, ampliando os instrumentos de monitoramento, avaliação e divulgação de dados relevantes. A adesão do município ao MapaSAN é voluntária e a sua participação contribui significativamente para o fortalecimento do Sisan nacional e para o aprimoramento de políticas públicas que visem à garantia do DHAA.

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população brasileira constitui o principal objetivo do Sisan. O Sisan é um sistema público que reúne diversos setores de governo em órgãos intersetoriais como a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e as instâncias de participação social, como a Conferência Nacional de SAN e o Conselho Nacional de SAN (CONSEA). Para cada uma das instâncias estão previstos componentes federal, estaduais, distrital e municipais.

O Sisan tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país. Este sistema possibilita a gestão intersetorial e participativa e a articulação entre os entes federados para a implementação das políticas promotoras da segurança alimentar e nutricional, numa perspectiva de complementar e otimizar as potencialidades de cada setor, esfera de governo e sociedade civil.

As estruturas organizacionais do Sisan estão hoje institucionalizadas em um modelo que descentraliza a gestão, em direção às esferas estaduais e municipais. Por meio desse sistema federativo descentralizado do Sisan, os órgãos governamentais (municipais, estaduais, distritais e federais) e as organizações da sociedade civil devem atuar em conjunto na formulação e implementação de políticas, planos, programas e ações de SAN com vistas a promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população e a realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada.

A partir de fevereiro de 2011 foi desencadeado um processo de regulamentação da adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Sisan. Este processo resultou na adesão dos 26 estados e do Distrito Federal. O desafio atual é fortalecer a atuação das instâncias estaduais do Sisan: Caisans e Conseas. Desde o final de 2013, começaram a ser formalizadas as adesões municipais, as quais totalizavam 191 até o final de 2016.

A reafirmação do compromisso com a Segurança Alimentar e Nutricional e a criação de um sistema público para implementação de planos e políticas para esse fim são, sem dúvida, estratégias importantes para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. O §2º do artigo 2º da Lei

Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) reafirmou as obrigações de respeitar, proteger, promover e prover o DHAA e explicitou outras obrigações que se relacionam com essas, tais como: informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização desse direito.

Um dos desafios postos na implementação do SISAN está relacionado à estruturação dos estados, DF e municípios brasileiros quanto a sua capacidade de gestão das políticas públicas relacionadas à SAN. Em 2013, um conjunto de estratégias foi organizado no sentido de identificar e levantar a situação das ações de Segurança Alimentar e Nutricional nos três entes federados para obtenção de um panorama acerca da construção da Política de SAN no Brasil. Nesse contexto, surge então a proposta da realização de uma pesquisa sistemática sobre as estruturas de gestão e Políticas de SAN em todo o território nacional: o Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN).

O MapaSAN constitui uma importante ferramenta de pesquisa no âmbito do Sisan. Sua relevância está relacionada à necessidade do levantamento de dados referentes ao sistema e à gestão das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito das UF's e municípios. Tais informações, ao serem sistematizadas e publicadas, possibilitam aos gestores, das três esferas de governo, realizarem o planejamento estratégico de ações, políticas e programas de SAN, ampliando o escopo informacional para o fortalecimento do SISAN no âmbito municipal ou estadual, além de subsidiarem a elaboração dos planos municipais e estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional e de mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação.

A Caisan Nacional disponibilizou diversas ferramentas, relatórios e a própria base de dados do MapaSAN 2015 no portal da Caisan Nacional (www.caisan.gov.br), desde dezembro de 2015, para acesso público de gestores, organizações da sociedade civil e instituições de ensino e pesquisa. Além de contribuir para a qualificação da gestão da Política Nacional de SAN e para o fortalecimento do Sisan Nacional, o MapaSAN constitui uma fonte de dados e informações para ampliação do controle social.

Esta pesquisa, portanto, possibilita que órgãos governamentais das três esferas de governo (federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil atuem conjuntamente na formulação e implementação de programas e ações que constituem a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e as estratégias de fortalecimento, ampliação e implantação do Sisan em todo o território nacional. Esse diagnóstico é particularmente importante em um País como o Brasil, no qual há grandes diferenças (regionais, econômicas e de porte populacional) entre os estados e municípios brasileiros, na execução e capacidade de gestão e operação das políticas públicas, particularmente as de SAN.

Introdução

O MapaSAN é uma iniciativa de pesquisa da Caisan Nacional no contexto institucional de gestão do SISAN, concebido em articulação com o Consea Nacional e em parceria com as Caisans e Conseas Estaduais e Distrital que participaram do processo de planejamento, execução e divulgação dos resultados.

Esta publicação apresenta os resultados do MapaSAN 2022 nos municípios brasileiros. Anteriormente, foram realizadas duas rodadas da pesquisa, uma em 2014, outra em 2015/2016. A primeira rodada da pesquisa, realizada em 2014, alcançou 1.628 municípios e 26 estados. Em 2015, participaram do MapaSAN, 2.430 municípios, o que representa 43,6% do total de municípios brasileiros. Considerados os dados do MapaSAN 2014 e 2015 combinados, um total 2.789 municípios participaram da pesquisa, o que representa 50,1% dos municípios brasileiros. A pesquisa realizada em 2018 contou com a participação de 2.319 municípios e alcançou 41,5% dos municípios brasileiros. O MapaSAN 2022 contou com a participação de 1.935 municípios, se considerado o questionário com maior quantidade

de respostas¹. No MapaSAN 2022 e nas edições anteriores, à exceção de 2014, o respondente realiza um cadastro no primeiro questionário. Depois de fornecidas as informações de cadastro com dados do respondente e do órgão ao qual está vinculado, a pesquisa prossegue para os questionários principais de gestão do Sisan, ações de SAN e Epsans. Nem todos os respondentes cadastrados no primeiro formulário dão seguimento aos demais. Isso se verifica pela quantidade decrescente de 2.053 cadastros em comparação com os questionários de gestão do Sisan (1.935 casos), das ações de SAN (1.872 casos) e de Epsans (1.873). Se forem consideradas as intersecções entre os 3 principais questionários da pesquisa de 2022, encontram-se 1.845 municípios que responderam ao questionário de Gestão do Sisan, Ações de SAN e Equipamentos Públicos de SAN.

A metodologia e as estratégias de mobilização foram discutidas previamente com o Consea Nacional e com as Caisans e Conseas estaduais, com as devidas pactuações entre as instâncias componentes do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O público-alvo da iniciativa são os gestores que coordenam as ações de SAN nos entes federativos.

As etapas de desenvolvimento dos questionários aplicados no MapaSAN, nas duas edições até o momento realizadas, foram desenvolvidas com base em levantamentos de estudos similares existentes, a exemplo do Censo SUAS. As ferramentas de banco de dados e o sistema de formulários digitais utilizados para a realização do MapaSAN foram os mesmos do Censo SUAS, considerando as especificidades do Sistema e da Política de SAN, mas mantendo o padrão de qualidade, confiabilidade e desempenho das ferramentas e sistemas de coleta de dados consolidadas na experiência do Censo SUAS.

Ao habilitar-se para responder o questionário do MapaSAN, o(a) gestor(a) poderia iniciar o preenchimento e retomá-lo de acordo com a sua disponibilidade. Os dados ficavam salvos assim que eram inseridos nos formulários. Todos os cinco principais formulários eram de preenchimento obrigatório, sendo que algumas questões apresentavam clivagem de orientação das respostas e continham questões dependentes que somente seriam mostradas ao respondente a depender da resposta dada positiva ou negativamente à pergunta-chave. Somente ao completar 100% do preenchimento do questionário, o respondente era avisado pelo sistema de que havia concluído o mesmo. Apenas os formulários de cadastro de Equipamentos Públicos de SAN não requerem preenchimento obrigatório, na medida em que constituem cadastros.

Considerando diferentes públicos interessados nos resultados da pesquisa (tais como gestores públicos, pesquisadores, universidades, institutos de pesquisa, transparência e controle social etc.), os dados descritivos, tabulações e cruzamentos foram produzidos e consolidados em diferentes tipos de relatórios e arquivos para facilitar o acesso aos resultados da pesquisa, a depender da necessidade relacionada ao tipo de informação desejada. Considerando diferentes necessidades de usuários/pesquisadores em relação à informação desejada e às formas de acesso aos dados da pesquisa, foram desenvolvidas ferramentas específicas de consulta ao MapaSAN 2022 e a pesquisa anteriores (2014, 2015, 2018), disponíveis no Portal da Caisan Nacional

Os dados do MapaSAN 2022 foram agregados por Unidade da Federação em uma ferramenta em MS Excel, sendo um arquivo para cada Formulário. As pastas contêm uma planilha para cada Tema/Tópico do formulário. Um arquivo no formato PDF contendo os resultados gerais de municípios respondentes por Unidade da Federação, com as tabulações e tabelas de frequência das principais variáveis em cada tema/tópico, também está disponível para acesso público.

A base de dados do MapaSAN 2022 está disponível para download em pacotes que contêm arquivos em diferentes formatos, visando atender às necessidades diversas de usuários e pesquisadores interessados em acessar os resultados da pesquisa e os valores observados em cada registro e

¹ Os respondentes do MapaSAN podem responder os questionários de forma independente, de modo que a quantidade de municípios respondentes em cada questionário pode variar.

variável. A bases de dados foi filtrada e separadas por Unidade da Federação, possibilitando o acesso aos dados de cada estado separadamente.

Metodologia

O MapaSAN 2022 foi uma extensão da pesquisa realizada em 2014, 2015 e 2018. O desenvolvimento metodológico passou por inovações significativas, incorporando novas tecnologias e metodologias de análise e visualização de dados.

A análise descritiva dos dados e resultados do MapaSAN 2022, que culminou nesta proposta desta publicação, demandou a realização das seguintes atividades/etapas:

- a) Consolidação e validação das informações com a equipe da SAGI: A metodologia da pesquisa foi definida em conjunto com a Secretaria de Gestão e Avaliação da Informação, incluindo algumas revisões e o planejamento do questionário, que acumula a experiência da pesquisa anterior.
- b) Tratamento, tabulação e análise de dados coletados na pesquisa com municípios: Esta etapa representa grande parte do esforço para a produção dos dados da pesquisa e envolve tratar os dados coletados em software estatístico.
- c) Tabulação e ferramentas de acesso: Foram tabulados os dados de forma que os cruzamentos contribuíssem para a análise descritiva. Como resultado, várias ferramentas de acesso público aos dados serão disponibilizadas.
- d) Publicação no portal da Caisan: As ferramentas e arquivos desta fase serão publicados no portal da Caisan.
- e) Realização da etapa de 2022 do MapaSAN referente à pesquisa com Estados e Distrito Federal, incluindo desenvolvimento e aplicação de questionário, tratamento e análise de dados.
- f) Produção de análise descritiva, gráficos, mapas e cartogramas, que contém a síntese dos resultados gerais do MapaSAN 2022.
- g) Produção da proposta de publicação com base na anterior, considerando as especificidades do MapaSAN 2022.

A proposta de publicação manteve o padrão analítico-descritivo. A limpeza dos dados, a remoção de outliers, a normalização e outros procedimentos de validação garantiram a ausência de valores nulos, duplicatas ou quaisquer outras inconsistências que pudessem afetar a análise. Além da produção de gráficos, mapas e tabelas interativas, foi realizada uma segmentação dos dados com base em categorias específicas, como região, tamanho da população e outras variáveis relevantes.

Ao final da análise descritiva com os resultados do MapaSAN 2022 nos estados e nos municípios, um documento anexo com análise do perfil dos respondentes e quanto à qualidade das respostas foi adicionado ao presente documento. A caracterização do perfil dos respondentes é indispensável para a validade e aplicabilidade dos insights extraídos da pesquisa. Esta análise concentra-se em várias dimensões, incluindo o nível educacional, tempo de atuação na gestão pública, setor de trabalho, posição ocupacional, características geográficas e outros fatores relevantes que influenciam a compreensão e a representação da pesquisa. A qualidade das respostas também é avaliada por meio de métricas rigorosas, considerando a precisão, consistência e integridade das informações fornecidas.

Além de fornecer uma visão abrangente dos resultados da pesquisa, este documento visa propor recomendações estratégicas para as futuras edições do MapaSAN. A análise enfatiza a necessidade de abordagens metodológicas robustas, treinamento adequado dos respondentes e uma estrutura de pesquisa refinada para alcançar resultados mais precisos e úteis.

A metodologia empregada na análise inclui a utilização de técnicas estatísticas avançadas e análise cruzada de múltiplas variáveis, permitindo uma compreensão holística e detalhada dos dados. O documento anexo é estruturado em seções que detalham cada aspecto da pesquisa, fornecendo tabelas, gráficos e interpretações para cada variável analisada. A análise é feita em vários níveis, considerando diferentes aspectos e componentes das respostas, e culmina em uma interpretação dos resultados e considerações finais.

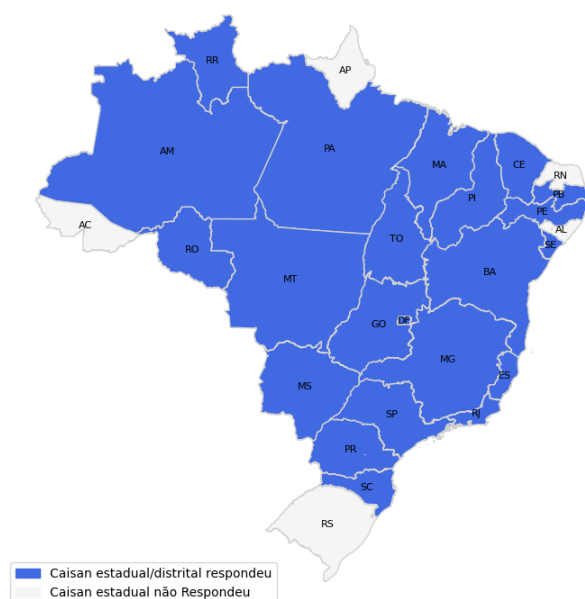
MAPASAN NAS UNIDADES FEDERATIVAS

O MapaSAN realizado com as Unidades Federativas (UF) ocorre de forma separada com questionários distintos para Caisans e Conseas. Por esta razão, os resultados do MapaSAN dos estados e do Distrito Federal são apresentados separadamente.

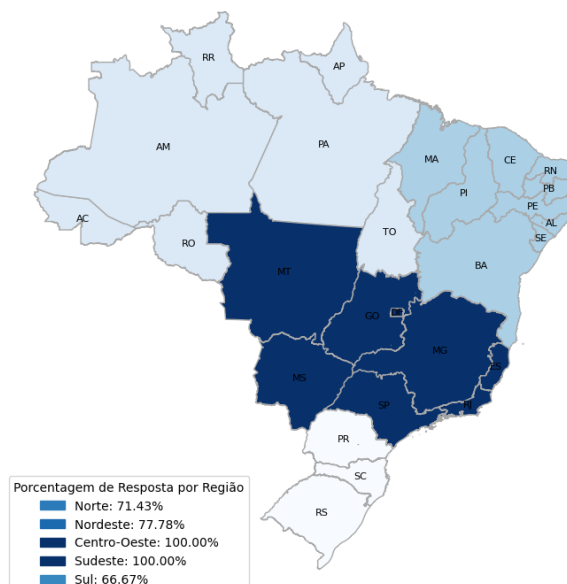
Caisans Estaduais e Distrital

Das 27 Caisans estaduais e distrital, 22 participaram do MapaSAN 2022, o que representa 81,1% do total. Ficaram de fora desta edição da pesquisa as Caisans do AP, RN, RS e AC. Todas as UF das regiões Sudeste e Centro-Oeste responderam a pesquisa, já na região Nordeste, 77,8% das UF e no Norte, 71,4%. A região com menor participação relativa das Caisans no MapaSAN foi a região Sul na qual 1 das 3 UF, o RS, não respondeu a pesquisa.

Cartograma 1. Caisans estaduais e distrital que participaram do mapasan 2022



Cartograma 2. percentual de uf que participaram do MapaSAN 2022 por região



Na maioria das Caisans que participaram da pesquisa – 63,6% dos casos –, a UF participou do MapaSAN em uma ou mais edições anteriores, mas outra pessoa foi responsável pelo preenchimento do questionário. Quatro Caisans, ou 18,2% do total, participaram de três edições anteriores do MapaSAN (2014, 2015 e 2018) como respondentes pela UF e três Caisans (13,6%) responderam somente o MapaSAN 2018. Apenas um respondente não participou de pesquisas anteriores. Contudo, em 2 das 22 UF, as Caisans informaram que não estavam em funcionamento (RO e GO) no período de referência da pesquisa.

VOCÊ JÁ PARTICIPOU DO MAPASAN COMO RESPONDENTE DA UF EM ALGUMA EDIÇÃO ANTERIOR DA PESQUISA?	UF	(%)
A UF participou do MapaSAN em uma ou mais edições anteriores, mas outra pessoa foi responsável pelo preenchimento do questionário	14	63.6
Sim, participei das três outras edições do MapaSAN (2014, 2015 e 2018) como respondente pela UF	4	18.2
Sim, participei como respondente pela UF somente no MapaSAN 2018	3	13.6
Não participei	1	4.5

A gestão das ações de SAN em 45,5% é de competência de instituições em nível de secretaria de estado. Em 18,2% das UFs o órgão é caracterizado como coordenadoria.

Qual é o espaço institucional responsável pela gestão das ações de SAN no âmbito Estadual/Distrital?	UF	%
Secretaria	10	45.5
Coordenadoria	4	18.2
Superintendência	2	9.1
Secretaria Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional	1	4.5
Subsecretaria	1	4.5
Diretoria	1	4.5
Superintendência	1	4.5
Sem resposta	2	9.1

Sexo dos/as presidentes das Caisans estaduais/distrital

Quanto às características dos(as) presidentes das Caisans estaduais e distrital, 59,1% (13 Caisans) eram do sexo masculino e 40,9% (9 Caisans) do sexo feminino.

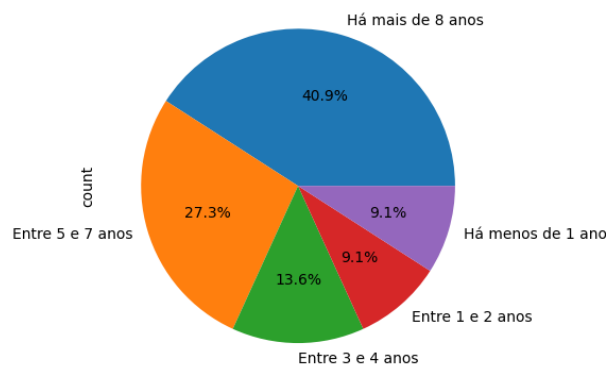
Tempo dos/as presidentes das Caisans estaduais/distrital no cargo

40,9% (9 Caisans) dos/as presidentes estavam no cargo/função havia menos de um ano e 36,4% (8 Caisans), entre 3 e 4 anos. São 3 as Caisans cujos/as presidentes estavam no cargo entre 1 e 2 anos e 2 as Caisans com presidentes que estavam no cargo havia entre 5 e 7 anos.

Tempo de atuação dos/as presidentes das Caisans estaduais/distrital na gestão pública

Consultados/as sobre o tempo de experiência na gestão pública na Unidade Federativa, as Caisans responderam conforme gráfico a seguir:

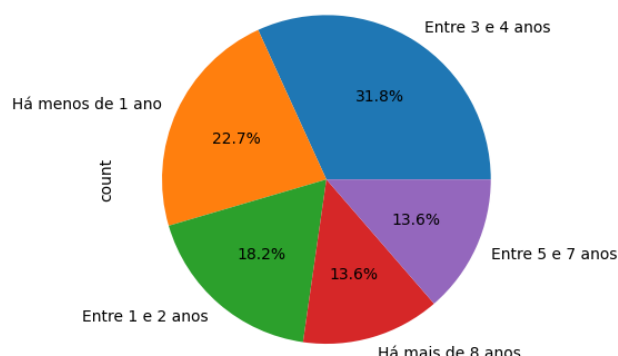
3.2.6. Há quanto tempo o/a presidente da Caisan atua na gestão pública estadual?



Em 9 Unidades da Federação (40,9%) o/a presidente da Caisan atuava na gestão pública estadual/distrital havia mais de 8 anos e em 6 UF (27,3%) o/a presidente tinha experiência entre 5 e 7 anos. São 3 os/as presidentes de Caisans estaduais (13,6%) que atuavam na gestão pública municipal havia entre 3 e 4 anos e 2 presidentes (9,1%) que atuavam na gestão havia entre 1 e 2 anos. O mesmo percentual se observou para os que atuavam na gestão pública municipal havia menos de um ano.

Tempo de atuação dos/as presidentes das Caisans estaduais/distrital na área da SAN

3.2.7. Há quanto tempo o/a presidente da Caisan atua no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)?



Quando consultados sobre o tempo de atuação do/a presidente da Caisan estadual ou distrital no âmbito da SAN, verificou-se que 31,8% (em 7 Caisans) tinham experiência de 3 a 4 anos na área, 22,7% (5 Caisans) tinham menos de um ano de atuação em SAN e 4 presidentes de Caisans estaduais ou distrital atuavam na área entre 1 e 2 anos. Em 3 UFs, os/as presidentes tinham mais de 8 anos de experiência na área; em outras 3 UFs, os/as presidentes acumulavam entre 5 e 7 anos de experiência em SAN.

Tempo dos/as secretários/as executivos/as das Caisans estaduais/distrital no cargo

Em 27,3% das Caisans que participaram do MapaSAN 2022 o/a secretário/a executivo/a atuava há menos de um ano na função. Em 18,4% dos casos o tempo na função variava entre 3 e 4 anos e o mesmo percentual representa secretários/as executivos/as que tinham mais de 8 anos na função.

3.3.4. Há quanto tempo exerce a função de Secretário/a Executivo/a da Caisan?	UF	%
Há menos de 1 ano	6	27,3
Entre 3 e 4 anos	4	18,2
Há mais de 8 anos	4	18,2
Entre 5 e 7 anos	3	13,6
Entre 1 e 2 anos	2	9,1
Não respondeu	3	13,6

Tempo de atuação dos/as secretários/as executivos/as das Caisans estaduais/distrital na gestão pública

Quanto ao tempo de atuação do/da secretário/a executivo/a no âmbito da gestão pública estadual/distrital, 36,4% dos respondentes que informaram esta questão atuam na gestão pública estadual/distrital há mais de 8 anos – considerando que 3 Caisans não responderam, representando os mesmos 13,6%, como na questão anterior sobre tempo na função. Isto revela que em 8 UFs os/as secretários/as executivos/as tinham larga experiência na esfera pública em que atuavam.

Ao cruzar os resultados das variáveis, identifica-se que em 4 UF os/as secretários/as executivos/as com mais de 8 anos de tempo de atuação no setor público também eram aqueles com mais de 8 anos

de tempo no cargo de secretário/a executivo/a da Caisan estadual/distrital (PE, CE, RO e PR). Considerando os resultados desse cruzamento, pode-se concluir que essas Caisans contam com secretários/as executivos/as com mais experiência tanto na gestão pública quanto na atuação no cargo.

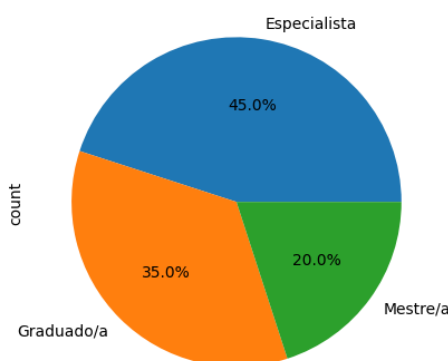
Tempo de atuação dos/as secretários/as executivos/as das Caisans estaduais/distrital na área de SAN

Os/as secretários/as executivos/as das Caisans estaduais/distrital com mais de oito anos de atuação na área da SAN representam 45% do total (CE, MA, MG, PA, PE, PR, RO, SP e TO); 27,3% têm experiência entre 5 e 7 anos.

Escolaridade dos/as secretários/as executivos/as da Caisan estadual/distrital

A maioria dos/as secretários/as executivos/as das Caisans estaduais ou distrital tem pós-graduação: 40,9% eram especialistas (9 UF) e 18,2%, mestres (4 UF). Isto representa, em relação ao total, 59,1% dos respondentes (13 UF). Já 31,8% possuíam graduação (7 UF) e 9,1% não responderam a essa questão (2 UF).

3.3.7. Qual é a escolaridade do/a Secretário/a Executivo/a da Caisan?

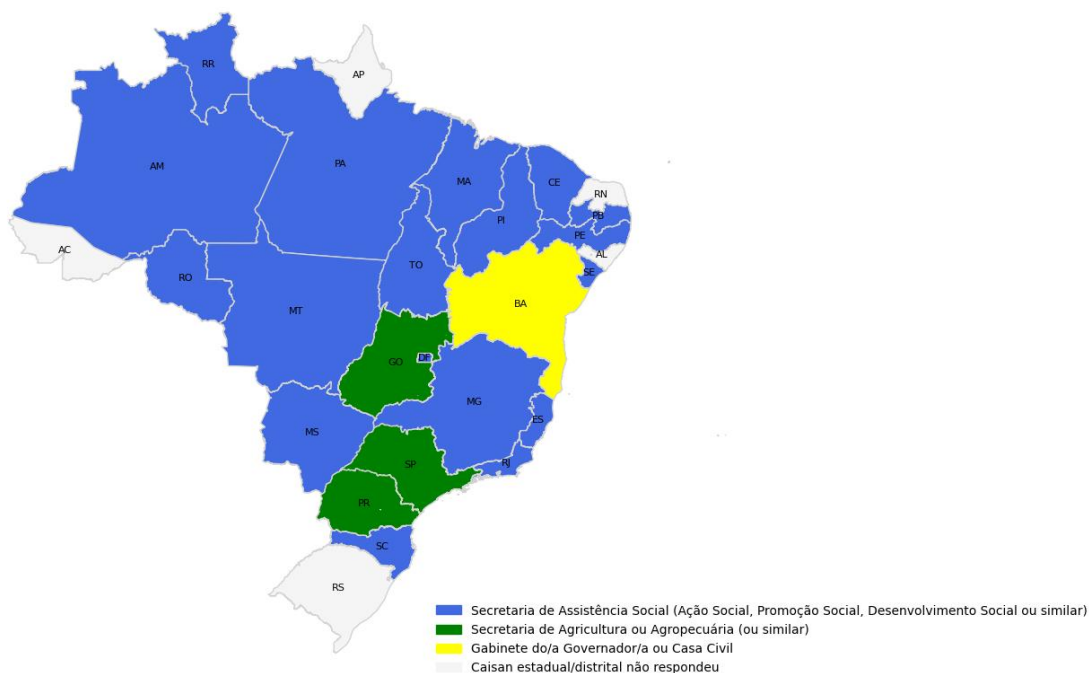


Formação de secretários/as executivos/as das Caisans estaduais

58,4% dos/as secretários/as executivos das Caisans estaduais são graduados/as ou em serviço social (31,8%) ou em nutrição (26,6%). Os/as demais dividiam-se entre as áreas de pedagogia, jornalismo, comércio exterior, economia, psicologia e relações internacionais, representando 4,5% cada.

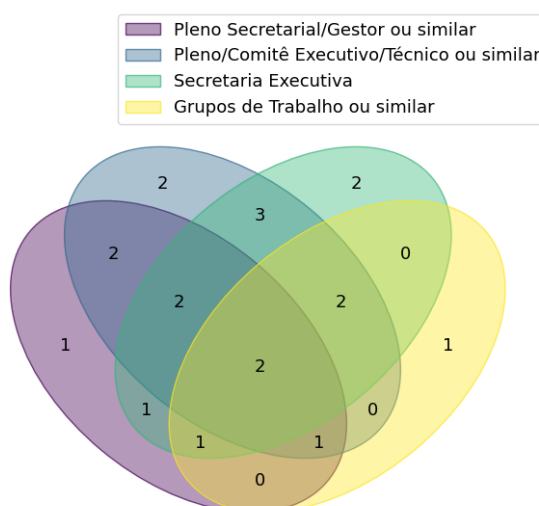
Vínculo administrativo das Caisans estaduais e distrital

Confirmando a forte relação institucional entre a área da promoção, proteção e assistência social e a SAN, 81,8% das Caisans (18 de 22) estavam vinculadas à Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar: SC, MA, MG, RR, AM, PB, CE, RO, DF, PE, PA, RJ, MT, ES, SE, PI, MS, TO). Outras 3 Caisans estavam vinculadas à Secretaria de Agricultura ou Agropecuária (SP, PR, GO), o que representa 13,6% do total de respondentes do MapaSAN 2022, e apenas 1 Caisan estava vinculada ao Gabinete do/a Governador/a ou Casa Civil (BA).



Estruturas constituintes das Caisans estaduais e distrital

O diagrama de Venn em quatro dimensões (uma para cada estrutura principal) abaixo apresenta os conjuntos de combinações e a quantidade de Caisans que se situam em cada intersecção. Nota-se que somente 2 UF apresentam simultaneamente as 4 estruturas (vide tabela na sequência), sendo que 3 delas constituem-se de Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Secretaria Executiva. A tabela seguinte lista as estruturas ou combinações de estruturas das Caisans presentes nas respectivas UF.

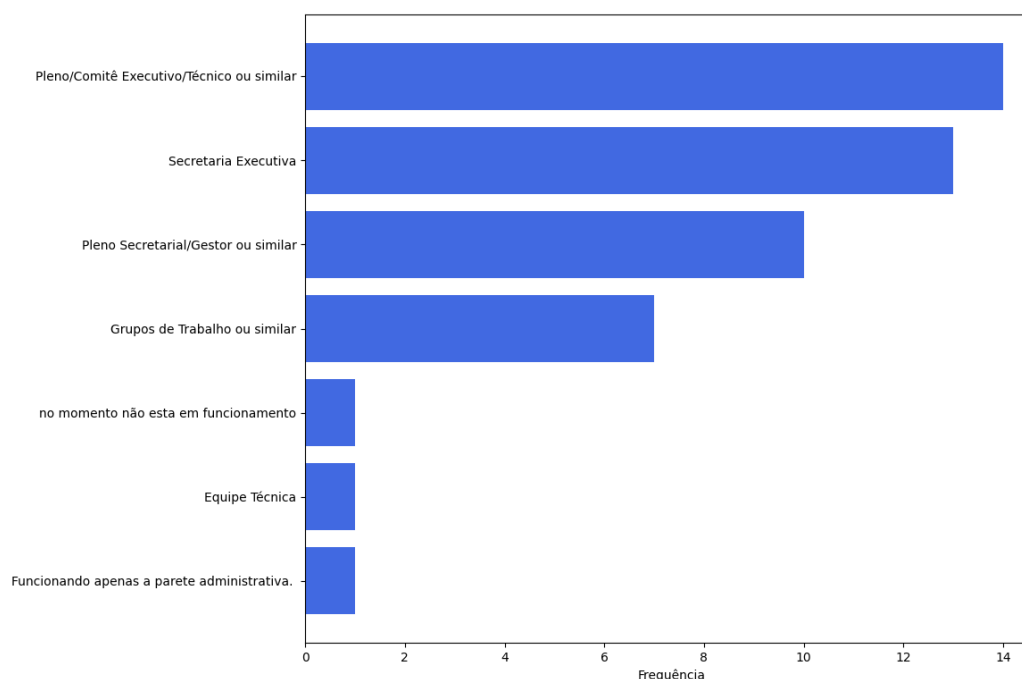


Combinações de estruturas das Caisans em funcionamento

UF

Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Secretaria Executiva	MG, CE, MS
Pleno Secretarial/Gestor ou similar, Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar	PR, SE
Pleno Secretarial/Gestor ou similar, Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Secretaria Executiva	PB, ES
Pleno Secretarial/Gestor ou similar, Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Secretaria Executiva, Grupos de Trabalho ou similar	MA, PE
Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar	RJ, MT
Secretaria Executiva	AM, TO
Funcionando apenas a parte administrativa.	PI
Grupos de Trabalho ou similar	GO
Pleno Secretarial/Gestor ou similar	RR
Pleno Secretarial/Gestor ou similar, Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Grupos de Trabalho ou similar	DF
Pleno Secretarial/Gestor ou similar, Secretaria Executiva	SP
Pleno Secretarial/Gestor ou similar, Secretaria Executiva, Grupos de Trabalho ou similar	BA
Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Secretaria Executiva, Grupos de Trabalho ou similar	SC
Pleno/Comitê Executivo/Técnico ou similar, Secretaria Executiva, Grupos de Trabalho ou similar, Equipe Técnica	PA
no momento não está em funcionamento	RO

Apesar da complexidade das diferentes combinações das estruturas que as Caisans estaduais apresentam, verifica-se que a estrutura presente na maioria das UF são os plenos ou comitês executivos ou técnicos, cuja ocorrência se deu em 14 dos 22 casos (63,6%). No total, 13 Caisans (59,1%) afirmaram possuir secretarias executivas em funcionamento e 10, ou 45,5%, pleno secretarial ou gestora em funcionamento no período de referência da pesquisa. 7 Caisans (31,8%) dispunham de grupos de trabalhos funcionando. Por fim, uma não estava em funcionamento, outra tinha estruturada somente a equipe técnica e outra somente a parte administrativa. Os dados podem ser verificados no gráfico abaixo:



Existência de regimento interno das Caisans estaduais/distrital

72,7% das Caisans possuem regimento interno (16 UF) e 16,3%, não possuem (3UF). São 2 as Caisans (9,1%) cujos RI estavam em elaboração no momento da pesquisa. Apenas 1 Caisan não respondeu a esta questão.

Participação dos representantes governamentais nas reuniões das Caisans estaduais/distrital

A maioria das Caisans estaduais conta com participação sistemática dos representantes governamentais nas reuniões. Essa situação foi informada por 13 das 22 UF, o que significa 59,1% do total. Se somadas com as Caisans em que há participação sistemática de todos os representantes governamentais (4,5%), essa parcela acumulada de engajamento nas atividades das Caisans por parte de gestores sobe para 63,6% do total dos respondentes da pesquisa.

OS REPRESENTANTES DE SECRETARIAS E ÓRGÃOS PARTICIPAM ATIVAMENTE NAS REUNIÕES DA CAISAN?	UF	%
A maioria dos representantes participa sistematicamente das reuniões	13	59,1
Parte dos representantes participam sistematicamente das reuniões	3	13,6
No momento, a Caisan está sem atividades	2	9,1
Todos os representantes participam sistematicamente das reuniões	1	4,5
Parte dos representantes participam esporadicamente	1	4,5
A minoria dos representantes participa das reuniões	1	4,5
Tivemos Reunião presencial em 2019 e virtuais 2020 e 2021, não tivemos reunião até o momento em 2022	1	4,5

Periodicidade de reuniões das Caisans estaduais/distrital

São 4 as Caisans cujos representantes do pleno gestor ou secretarial se reúnem trimestralmente. Em outras 4 Caisans as reuniões acontecem semestralmente e em outras 4, bimestralmente. Outras 2 Caisans realizam reuniões mensais e outras 3, anuais. Uma delas reúne seus representantes governamentais de acordo com as pautas do momento e em 4 Caisans não há periodicidade pré-determinada.

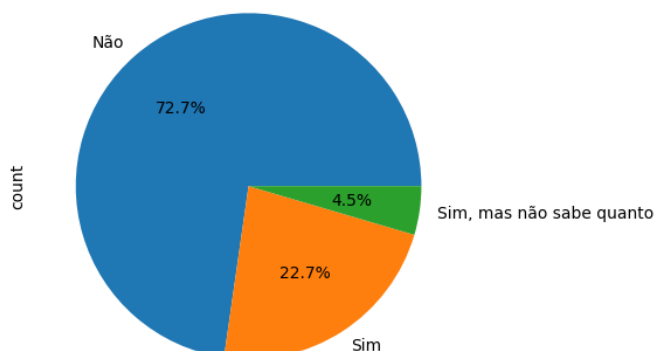
PERIODICIDADE DE REUNIÕES DAS CAISANS ESTADUAIS/DISTRITAL	
Trimestral	MA, PB, PR, TO
Semestral	PE, GO, MT, ES
Não há periodicidade	SC, MG, BA, PA
Bimestral	SP, DF, SE, MS
Mensal	RR, RJ
Anual	CE, RO
Sempre que constar em pauta assuntos da área de atuação destes ou a seu juízo.	AM
Não está em funcionamento	PI

No período da pesquisa, 36,4% das Caisans (em 8 UFs) haviam realizado a última reunião havia menos de 3 meses e outros 36,4%, havia mais de um ano; 9,1%, ou 2 Caisans, realizaram a última reunião entre 3 e 6 meses antes da pesquisa e o mesmo percentual, entre 6 meses e 1 ano. Uma das Caisans nunca fez reuniões e outra não possuía tal estrutura organizacional.

Recursos próprios para financiar ações das Caisans estaduais e distrital

A maioria das Caisans estaduais – 16 das 22 respondentes – não dispõe de recursos orçamentários próprios para gestão das suas ações. No total, são 6 as Caisans que dispunham de recursos orçamentários próprios, das quais 5 conheciam o valor disponível.

5. A Caisan dispõe de recurso orçamentário próprio para a gestão de suas ações?



Importa ressaltar que a inexistência de recursos próprios no orçamento pode ter diferentes significados, pois, a depender do arranjo institucional de cada Caisan, o orçamento do órgão ao qual está vinculado pode destinar recursos de forma discricionária ou nominal para as Caisans, sem que seja em rubrica específica. De fato, a existência de orçamento próprio para execução das ações da Caisan no orçamento municipal ou estadual, como é o caso, fortalece a institucionalidade e autonomia das Caisans nos diferentes níveis administrativos. Daí sua relevância e interesse para o MapaSAN 2022 e edições anteriores.

Os orçamentos disponíveis em 2021 – o ano de referência do MapaSAN 2022 – para as 6 Caisans que informaram os valores, ainda que uma delas tenha informado desconhecer-lo, apresentam diferenças significativas. Compondo uma média de R\$ 3,34 milhões e um desvio-padrão, maior do que a média, de R\$ 7,61 milhões (indicando que a média deve ser desconsiderada), o maior orçamento é de R\$ 18,86 milhões (RR) e o menor, de R\$ 5 mil (RJ). O DF dispunha de R\$ 12 mil e o PR de R\$ 100 mil. A PB registrou o valor de R\$ 154 mil de recursos orçamentários disponíveis para financiar as ações da Caisan e a BA, R\$ 934 mil. Excluindo o maior valor disponível, para RR, a média fica mais próxima da realidade das demais Caisans: R\$ 214 mil, mas ainda muito acima dos valores disponíveis para 4 das 6 Caisans.²

O MapaSAN 2022 foi realizado no final do terceiro trimestre de 2021 e 2 Caisans não haviam executado seus orçamentos no período de referência da pesquisa (DF e RJ), justamente as Caisans com menores recursos disponíveis. RR havia executado de 21% a 30%, BA, de 31% a 40%. A Caisan do PR havia executado entre 61% e 70% e a última, da PB, executou entre 91% e 100%. Com isso, no que se refere à execução orçamentária, constatarem-se diferentes níveis para cada uma das 4 Caisans, separando-as do grupo de 2 Caisans que tinham orçamento disponível, mas não o executaram. Aqui também vale uma ressalva, pois disponibilidade de recursos no orçamento estadual/distrital, não significa necessariamente disponibilidade efetiva de recursos, já que se trata de uma projeção orçamentária, que pode ser alterada, não executada, ou remanejada no decorrer do ano administrativo. Entre as Caisan que executaram parte ou todo o seu orçamento para 2021, as ações realizadas foram as seguintes:

- Os recursos disponíveis para a Caisan do PR foram empregados em ações para fortalecer o Sisan nos municípios (assessoria, material de consumo, capacitação e/ou formação, deslocamento de técnicos, eventos com participação da sociedade civil, monitoramento e avaliação).

² . Com tanta discrepância nos valores dos orçamentos, somente dessa forma a classificação faz sentido do ponto de vista estatístico, a não ser que houvesse erro na imputação dos dados. Não se pode descartar erro de digitação ou de transformação indevida dos dados do formulário do MapaSAN quanto ao orçamento de RR, o que poderia significar que em vez de 18 milhões disponíveis (R\$ 18.864.846,00) para a Caisan do estado, o valor poderia ser R\$ 188.648,46 em função de erro de digitação nas casas decimais, o que demanda validação para que se confirme

- Já a Caisan da PB utilizou os recursos em ações para fortalecer o Sisan nos municípios do estado, investindo-os em infraestrutura (aluguel, equipamentos, manutenção etc.) e monitoramento e avaliação.
- No estado de RR, a Caisan prestou assessoria aos municípios, sob a forma de consultorias, realizou ações de capacitação e qualificação do corpo técnico, eventos com participação da sociedade civil, eventos exclusivos para representantes governamentais, convênios com terceiros, planejamento, monitoramento e avaliação, articulação e referenciamento com outros serviços públicos.
- Por fim, a Caisan da BA executou ações de assessoria aos municípios, também sob a forma de consultorias, proveu o deslocamento de técnicos, a celebração de convênios com terceiros, atividades de planejamento, monitoramento e avaliação, articulação e referenciamento com outros serviços públicos e capacitação de gestores e/ou conselheiros estaduais na área de SAN

Quando ao volume de recursos orçamentários disponíveis para as ações das Caisans serem suficientes para executar as ações planejadas, das 6 que contaram com financiamento discriminado na peça orçamentária estadual e distrital, metade informou que os recursos eram suficientes (RR, BA e PR), e a outra metade considerou eram insuficientes (PB, DF e RJ).

Função que melhor caracteriza a atuação da Caisan de cada UF

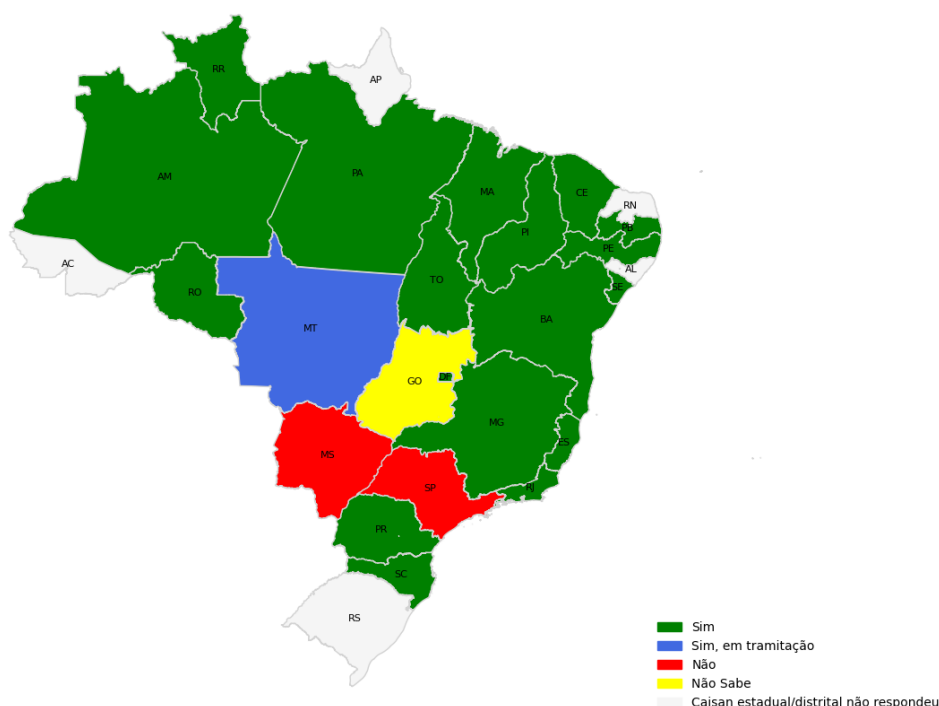
As Caisans que participaram da pesquisa puderam responder qual seria a função característica ou principal que melhor definiria a sua atuação. A grande maioria, 59,1%, desempenha principalmente funções de articulação. Uma terça parte identificou a função de monitoramento e avaliação como a principal. Duas Caisans, como foi dito, não estavam em funcionamento no momento da pesquisa.

FUNÇÃO QUE MELHOR CARACTERIZA A CAISAN	UF
Função Articuladora	SC, MA, RR, PB, CE, DF, PE, PA, RJ, MT, SE, MS e TO
Monitoramento das Políticas de SAN	SP, MG, BA, AM, PR, GO e ES
Nenhuma, a Caisan não está em funcionamento	RO e PI

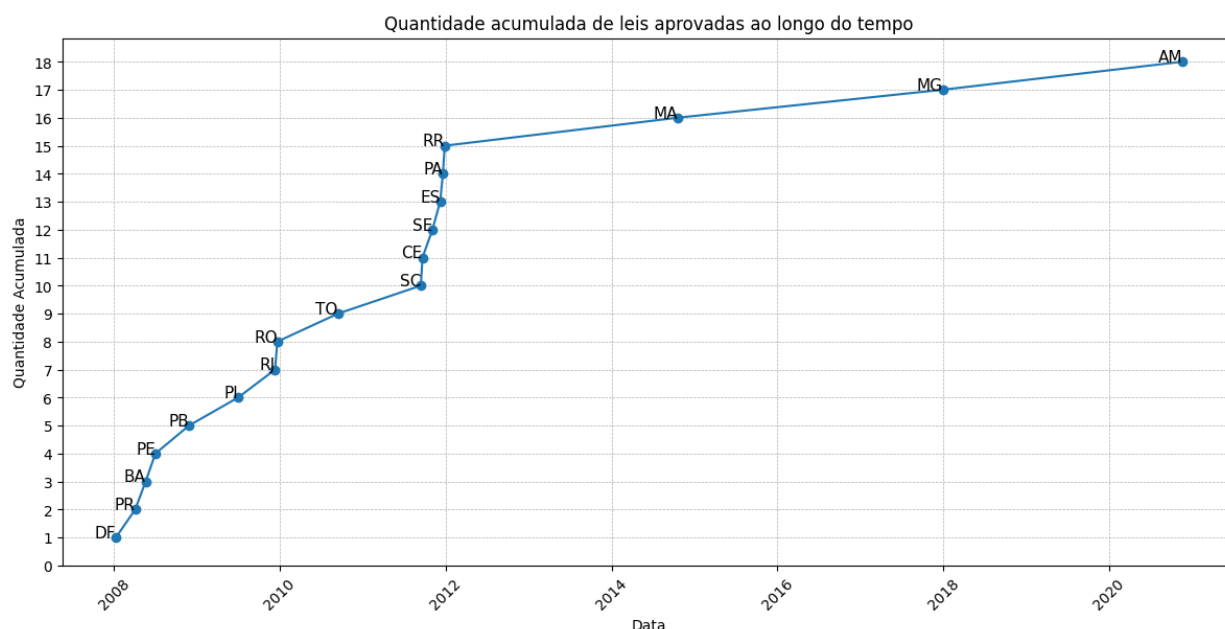
Lei estadual de SAN

Em 18 das 22 Unidades da Federação existem Leis Estaduais/Distrital de SAN: SC, MA, MG, RR, BA, AM, PB, CE, RO, DF, PE, PA, PR, RJ, ES, SE, PI e TO. Esse número representa 81,8% das UFs que responderam ao MapaSAN 2022. Em SP e no MS ainda não existe um instrumento regulatório formal que institua os componentes do Sisan e/ou uma política estadual de SAN na forma de lei estadual, representando 9,1% das respostas. No MT a lei está em tramitação. GO não soube responder à questão.

Lei estadual de SAN nas UF



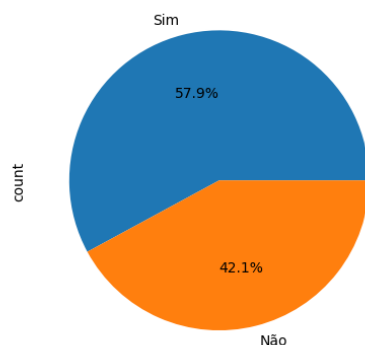
Confirmando o resultado de esforço do governo federal e da Caisan Nacional com o objetivo de estimular a regulação do Sisan e das políticas de SAN nas Unidades da Federação, as Leis estaduais e distrital de SAN começaram a ser promulgadas a partir de 2008 e foram crescendo rapidamente até o ano de 2012, como se pode observar no gráfico a seguir:



Segundo informações fornecidas na pesquisa, a Lei Estadual/Distrital de SAN estabelece a adesão ao Sisan e institui os seus componentes e mecanismos de gestão no Estado/Distrito Federal em todas as 19 UFs em que já fora promulgada ou está em fase de tramitação. Em 89,5%, ou 17 UFs, as competências e atribuições dos componentes da Política de SAN também são descritos na Lei

Estadual/Distrital de SAN que institui a Política de SAN (à exceção de PE e PA). Entretanto, quando se trata da instituição da Secretaria executiva da Caisan nas UFs, 57,9% contemplaram essa componente na Lei estadual/distrital – SC, MG, RR, BA, AM, PB, DF, PA, PR, MT, ES –, enquanto as demais (42,1%) não contemplaram – MA, CE, RO, PE, RJ, SE, PI, TO –, desconsideradas as 2 Caisans que não responderam a esta questão.

7.8. A Lei Estadual/Distrital de SAN cria a Secretaria Executiva da Caisan?

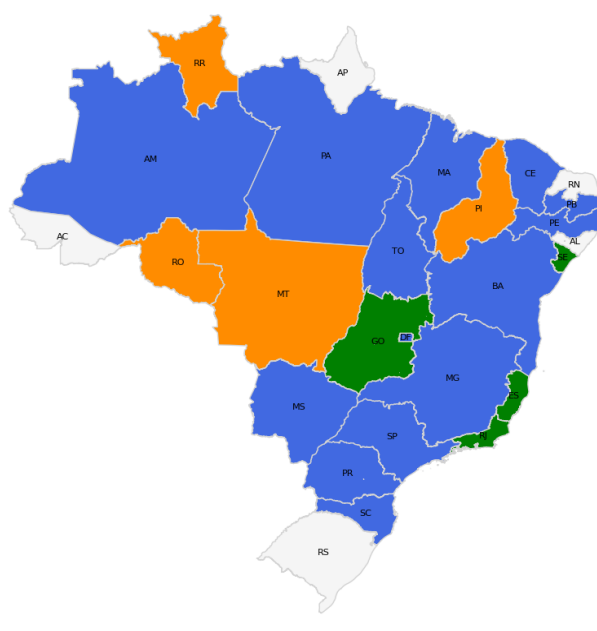


No que diz respeito à instituição e discriminação das fontes orçamentárias estaduais/distritais para o financiamento da gestão das ações de SAN no estado/DF, a grande maioria das leis estaduais/distrital, ou seja, 68,2%, não contempla esse componente relevante para o fortalecimento do Sisan nas UF (SC, MA, RR, AM, PB, CE, RO, PE, PA, PR, RJ, ES, SE, PI, TO). Ele comparece em somente 13,6% dos casos (MG, BA, DF).³

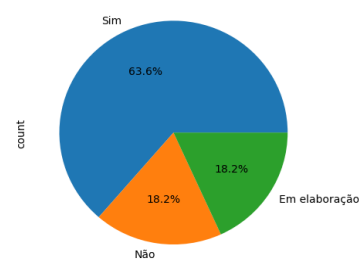
Existência de Plano Estadual ou Distrital de SAN nas UF

O Plano estadual/distrital de SAN foi elaborado por 63,6% das UFs (14 de 22), estava em fase de elaboração em 18,2% (4 de 22) e não existia em 18,2% dos casos.

Plano estadual/distrital de SAN nas UF



8. O Estado/Distrito possui Plansan?



³ 1 UF (MT) não soube a responder a questão e outros 13,6% efetivamente não responderam (dados ausentes).

Em 11 UFs, a Plansan foi elaborada em consonância com Plano Plurianual Estadual/Distrital (PPA): SP, SC, MA, MG, BA, PB, CE, PE, PA, PR, TO. A elaboração do Plansan contou com a participação da sociedade civil por meio do CONSEA estadual/distrital em 17 UFs: SP, SC, MA, MG, BA, AM, PB, CE, DF, PE, PA, PR, GO, RJ, ES, MS, TO.

Quando consultadas as Caisans sobre a realização de diagnóstico situacional de SAN para elaboração do Plansan, as respostas se dividiram da seguinte forma:

REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO DE SAN PARA ELABORAÇÃO DO PLANSAN	UF
Sim, um diagnóstico atualizado da situação da SAN no estado foi realizado especificamente para fundamentar a elaboração do Plano estadual / distrital de SAN	SP, SC, MA, MG, BA, PB, CE, PR, RJ, ES, MS
O Plansan foi elaborado com base em diagnóstico sobre a situação da SAN realizado anteriormente (pré-existente e anterior ao ano de elaboração do plano)	AM, DF, PE
Em construção	MT
Não foi realizado estudo ou diagnóstico específico com a finalidade de subsidiar a elaboração do Plano estadual / distrital de SAN, mas foram utilizados dados sobre a situação de SAN disponíveis e bases de dados municipais e outras fontes de informação	PA, TO
Não sabe	GO
Não elaborou Plansan	RR

MAPASAN NOS MUNICÍPIOS

Objetivos e estrutura do MapaSAN realizado com os municípios

O MapaSAN é realizado em 3 frentes distintas de pesquisa: uma com os municípios, outra com as Caisans estaduais/distrital e outra com os Conseas estaduais/distrital. Uma plataforma é desenvolvida para os questionários voltados aos municípios, e os questionários das Caisans e Conseas são respondidos no Google Forms. Tal estratégia foi adotada porque não seria justificável desenvolver e implementar uma plataforma própria de questionários – como ocorre com o Censo Suas ou com o MapaSAN dos municípios –, para apenas 27 UF's (ainda que sejam 2 questionários por UF, sendo um para Caisans e outro para Conseas).

Como cada frente da pesquisa tem suas particularidades, especificidades e objetivos precípuos, as questões são organizadas de formas distintas para atender a tais objetivos e necessidades de pesquisa de acordo com os graus de institucionalidade do Sisan e da Política Nacional de SAN nos três níveis federativos da União.

Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional de 2022 foi organizado em 3 eixos temáticos:

Eixo 1) SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO

- Formulário 1 - Identificação do Órgão Respondente pelo município
- Formulário 2- Gestão da Política e do Sisan no âmbito municipal

Eixo 2) POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO.

- Formulário 3- Ações de SAN no âmbito municipal

Eixo 3) EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO SEU MUNICÍPIO.

- Formulário 4- Equipamentos Públicos de SAN
- Formulário 4.1. Feiras Livres
- Formulário 4.2. Restaurante Popular
- Formulário 4.3. Cozinha Comunitária
- Formulário 4.4. Banco de Alimentos
- Formulário 4.5. Central da Agricultura Familiar

Como a Segurança Alimentar e Nutricional consiste em uma política essencialmente intersetorial, o questionário do MAPASAN 2022 reflete essa intersetorialidade demandando que o gestor ou gestora responsável pelas informações declaradas na pesquisa seja alguém que conheça o melhor possível as ações de SAN realizadas nas diversas secretarias e demais órgãos municipais.

Os blocos agrupam as questões por área de políticas públicas. Para garantir a qualidade e fidelidade das informações fornecidas na pesquisa pelas respectivas secretarias, foi recomendado aos municípios inserir os dados no questionário online somente após a confirmação das informações com o setor competente por cada item ou bloco.

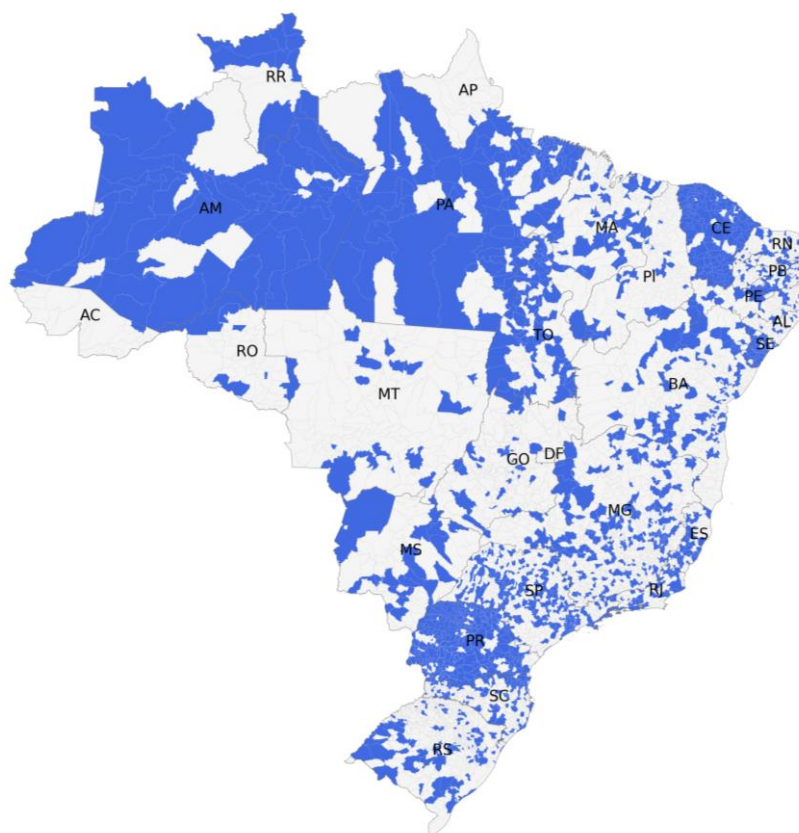
Orientou-se aos municípios que o gestor ou gestora responsável pelo preenchimento do questionário preferencialmente já tivesse algum conhecimento da Política Segurança Alimentar e Nutricional (Nacional e/ou Estadual e/ou Municipal). Assim, recomendou-se priorizar gestores vinculados aos órgãos abaixo listados, preferencialmente nessa ordem, determinada com base em pesquisa anteriores e na experiência histórico-institucional da Caisan Nacional com o MapaSAN:

1. Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (ou órgão similar de gestão intersetorial, caso exista)
2. Casa Civil ou Gabinete do(a) Prefeito(a)
3. Segurança Alimentar e Nutricional (Secretaria, Subsecretaria, Diretoria, Supervisão, Coordenação, Gerência, Núcleo, Célula etc.)
4. Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar)
5. Desenvolvimento Agrário ou Rural, Agricultura e Pecuária etc.
6. Saúde
7. Educação
8. Direitos Humanos
9. Abastecimento
10. Planejamento, orçamento e gestão
11. Áreas responsáveis por políticas voltadas a Grupos sociais específicos, povos e comunidades tradicionais
12. Outras áreas

Desse modo, o MapaSAN para os municípios tem estrutura e objetivos distintos das outras duas frentes, já que a pesquisa com as Caisans estaduais/distrital ajuda a compreender e conhecer a situação dessas componentes do Sisan nas UF e a pesquisa com os Conseas estaduais/distrital busca conhecer a situação e o desenvolvimento da rede de Conseas no nível administrativo dos estados. A estrutura do MapaSAN nos municípios possibilita que mais de uma pessoa possa contribuir com cada questionário de acordo com os temas e blocos de questões. Ou seja, apesar de não se dar de forma separada, as informações temáticas (o que inclui informações sobre Caisans e Comseas municipais) podem ser respondidas em colaboração com cada componente do Sisan que existe no município, ainda que haja somente uma pessoa responsável pelas informações da pesquisa

Perfil dos municípios respondentes

Cartograma 3. Municípios respondentes do MapaSAN 2022



O Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN) de 2022 contou com a participação de 1.935 municípios em todo o território nacional. O cartograma 1 apresenta em azul os municípios que responderam à pesquisa.

No MapaSAN 2022 e nas edições anteriores, com exceção de 2014, o respondente realiza um cadastro no primeiro questionário. Depois de fornecidas as informações de cadastro com dados do respondente e do órgão ao qual está vinculado, a pesquisa prossegue para os questionários principais de gestão do Sisan, ações de SAN e Epsan. Nem todos os respondentes cadastrados no primeiro formulário dão seguimento aos demais. Isso se verifica pela quantidade decrescente de 2.053 cadastros em comparação com os questionários de gestão do Sisan (1.935⁴ casos), das ações de SAN (1.872 casos) e de Epsan (1.873)

⁴ Três municípios não aparecem no cadastro (Itaí/SP, código 352180; Santa Maria da Serra/SP, código 354700; e, Itanhangá/MT, código 510454), mas estão presentes no questionário de gestão, daí resulta a diferença para 1.932 casos na tabela, pois quando se trata da análise dos respondentes a intersecção entre cadastro e gestão elimina os 3 municípios que não possuem correspondência nos respondentes. Por isso que na análise dos resultados do MapaSAN são computados 1.935 registros, ao passo que, na análise da qualidade das respostas vis-à-vis o perfil dos respondentes, os 3 municípios ausentes no cadastro são desconsiderados.

Tabela 1. Quantidade de municípios respondentes em cada um dos questionários e na intersecção de todos eles.

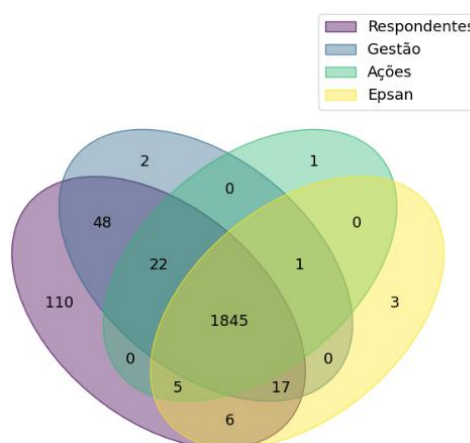
Formulário	Respondentes
Cadastro	2.053
Gestão do Sisan	1.935
Ações de SAN	1.872
Epsan	1.873
Todos os questionários	1.845

A leitura das intersecções entre os questionários não é linear como pode parecer, o que requer um diagrama de Venn de 4 dimensões (uma para cada questionário) para ilustrar o comportamento dos respondentes na pesquisa. Se o critério de participação no MapaSAN 2022 fosse que o município respondesse pelo menos os 3 questionários principais, sem considerar os cadastros de Epsans, então a quantidade de municípios na intersecção seria 1.845, presentes tanto em “Respondentes” quanto em “Gestão do Sisan”, “Ações de SAN” e “Epsan”. Os dados e a representação no diagrama de Venn podem ser conferidos abaixo:

Tabela 2. Intersecções de respondentes entre questionários

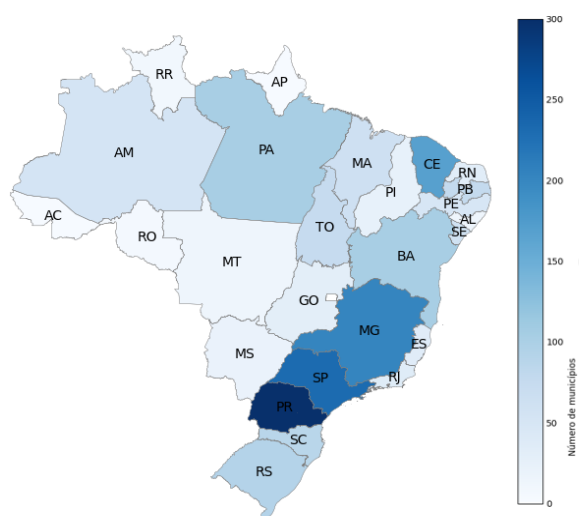
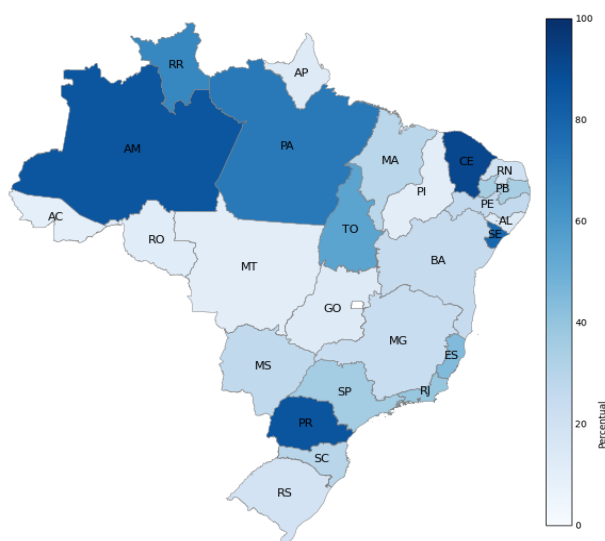
Questionário/Intersecção	Respondentes
Ações	1
Epsan	3
Gestão	2
Gestão & Ações & Epsan	1
Respondentes	110
Respondentes & Ações & Epsan	5
Respondentes & Epsan	6
Respondentes & Gestão	48
Respondentes & Gestão & Ações	22
Respondentes & Gestão & Ações & Epsan	1.845
Respondentes & Gestão & Epsan	17

Figura 1. Diagrama de Venn de 4 dimensões com as intersecções de respondentes entre os questionários do MapaSAN



Um total de 110 respondentes não iniciaram a pesquisa e, basicamente, responderam apenas ao questionário de cadastro, o que representa 5,6% sobre o total de respondentes do questionário de Gestão do Sisan, que soma o maior número de municípios. Entretanto, 54 respondentes concluíram somente um questionário e 44 apenas dois. Entre os 110 municípios que não responderam nenhum dos questionários, ainda que tenham finalizado o cadastro do órgão respondente da pesquisa, a maioria (104) são municípios com até 50 mil habitantes.⁵

⁵ Dois municípios – Santa Maria da Serra (SP) e Itaí (SP) – responderam exclusivamente o questionário de gestão do Sisan e outro município – Dom Macedo Costa (BA) completou apenas o questionário de ações de SAN. Esses três municípios não aparecem nos demais questionários, nem no cadastro inicial (formulário 1). Palmital (SP), Silveirânia (MG) e Xexéu (PE) responderam exclusivamente o questionário de Epsan.

Cartograma 4. Quantidade de municípios respondentes por UF

Cartograma 5. Proporção de municípios respondentes na UF


O Cartograma 4 revela que, em números absolutos, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Ceará conformam o grupo de estados com maior quantidade de municípios respondentes da pesquisa. Entretanto, quando se analisa a proporção de municípios que responderam à pesquisa em cada unidade da federação, cinco se destacaram com mais de 70% dos municípios participando do MapaSAN: Ceará, Paraná, Amazonas, Sergipe e Pará, o que se observa na tabela 1, ilustrada no Cartograma 5.

Tabela 3. Quantidade e proporção de municípios respondentes do MapaSAN 2022 por UF, em ordem decrescente

UF	Municípios	Respondentes	% da UF
CE	184	168	91,3
PR	399	342	85,7
AM	62	53	85,5
SE	75	59	78,6
PA	144	104	72,2
RR	15	10	66,6
TO	139	76	54,6
ES	78	35	44,9
RJ	92	36	39,1
SP	645	231	35,8
PB	223	77	34,5
SC	295	87	29,5
MA	217	63	29,0
MS	79	21	26,6
PE	185	49	26,5
BA	417	104	24,9
MG	853	202	23,7
RN	167	33	19,8
RS	497	92	18,4
AL	102	13	12,7
GO	246	31	12,6
AP	16	2	12,5
RO	52	6	11,5
PI	224	24	10,7
MT	141	15	10,6
AC	22	2	9,1
DF	1	0	0
Brasil	5.570	1.935	34,7

É importante destacar que nem todos os questionários da pesquisa foram preenchidos pela mesma quantidade de respondentes. Ocorreu uma redução da quantidade de respostas no segundo questionário, com perguntas relacionadas às ações de SAN realizadas no município, as quais foram finalizadas por 1.874 municípios, 61 a menos que a quantidade do primeiro. Entretanto, se considerou a quantidade de municípios respondentes do primeiro questionário, com perguntas relacionadas à gestão do Sisan, o número total de municípios que participaram da pesquisa, ainda que a tenham respondido parcialmente.

A primeira edição do MapaSAN, em 2014, contou com a participação de 1.628 municípios. Em cada edição da pesquisa (2014, 2015, 2018 e 2022) as ações de promoção das adesões municipais ao Sisan encontravam-se em fases distintas. Tais ações têm início somente a partir de 2013. Nos últimos quatro anos, porém, elas diminuíram em intensidade e abrangência. Por essas razões, para que seja possível analisar efetivamente o significado desses números absolutos e relativos de município que informaram ter aderido ao Sisan, é importante levar em conta metodologias comparativas que equiparem as unidades de análise entre uma pesquisa e outra, especialmente na questão sobre adesão municipal. Ou seja, é importante validar e verificar os conjuntos de municípios respondentes em cada uma das rodadas da pesquisa e avaliar suas intersecções quanto aos municípios respondentes que estiveram presentes em uma, duas, três ou quatro pesquisas, fornecendo informações sobre adesão municipal ao Sisan. Também é importante cotejar essas informações com os registros formais de municípios que aderiram ao Sisan arquivados na Caisan Nacional, já que a pesquisa é autodeclaratória. Acerca desse ponto, aliás, é válido acrescentar que, dada a natureza da pesquisa, as informações prestadas pelos respondentes não necessariamente coincidem com os registros administrativos porventura existentes sobre as estruturas, ações e equipamentos de SAN nos municípios.

Gestão do Sisan

O primeiro formulário do MapaSAN é relacionado à gestão do Sisan. No total, 1.935 municípios forneceram informações sobre o tema.

Adesão ao Sisan

Desde 2013 os municípios podem aderir formalmente ao Sisan nacional. Esse processo é formalizado pelo município junto à Caisan nacional. O mapeamento de SAN realiza o levantamento dos municípios que aderiram ao Sisan nacional e dos municípios que têm interesse em formalizar ou não a adesão. Essa informação adicional tem em vista viabilizar a priorização de ações de promoção e ampliação das adesões municipais, fortalecendo o sistema nos três níveis federativos. Embora haja municípios que já aderiram formalmente ao Sisan até o momento, a questão do MapaSAN foi introduzida na pesquisa com o objetivo de identificar o perfil dos municípios que afirmam ter conhecimento da adesão ou desconhece-la.

A Tabela 4 apresenta a quantidade de municípios e a distribuição percentual, conforme a situação em relação à adesão ao Sisan. No total, 24,5% dos municípios que participaram da pesquisa de 2022 declararam estar aderidos ao Sisan. Já 7,8% estão em processo de adesão, dos quais 3,2% iniciaram os trâmites junto às instâncias estaduais (Caisan e Consea Estaduais) e 4,6% estão em estágio mais adiantado. Esse conjunto de municípios em processo de adesão está representado na cor verde no Cartograma 6, e os municípios que afirmaram já estar integrados ao Sisan por meio de adesão estão representados em azul.

Tabela 4. Quantidade e percentual de municípios segundo situação da adesão ao Sisan no período de referência⁶

	<i>Municípios</i>	<i>%</i>
Sim, o município aderiu formalmente ao Sisan	475	24,5
Sim, o município já deu início ao trâmite de adesão ao Sisan junto à Caisan e ao Consea Estadual	61	3,2
Sim, o município está em meio ao processo de adesão ao Sisan	89	4,6
Não, o município não aderiu ao Sisan, e não pretende aderir futuramente	54	2,8
Não, o município ainda não aderiu ao Sisan, mas tem interesse em aderir em dois anos ou mais	463	23,9
Não, o município ainda não aderiu ao Sisan, mas tem interesse em aderir em até um ano	438	22,6
Não sabe	355	18,3
	1.935	100,0

A tabela abaixo sintetiza a situação dos municípios em relação à adesão ao Sisan. Note-se que os percentuais apresentados agrupam as respostas para facilitar a visualização, com o objetivo de viabilizar os cruzamentos realizados entre determinadas características dos municípios e as respostas na pesquisa. Desse modo, todas as questões podem ser analisadas à luz da situação dos municípios em relação à adesão ao Sisan Nacional.

Tabela 5. Classificação dos municípios⁷ em relação à adesão ao Sisan segundo respostas apresentadas na Tabela 4 (variável v1360 transformada)

	<i>Municípios</i>	<i>%</i>
Aderiu ao Sisan	475	24,5
Em adesão ao Sisan	150	7,8
Não aderiu ao Sisan	955	49,4
Não sabe	355	18,3
	1.935	100,0

Do total de 1.935 municípios respondentes do questionário⁸ que trata da gestão do Sisan, 475 aderiram ao Sisan, 150 estão em uma das duas fases de adesão apresentadas na Tabela 4, sendo que 955 municípios respondentes não aderiram ao Sisan e 355 não souberam responder.

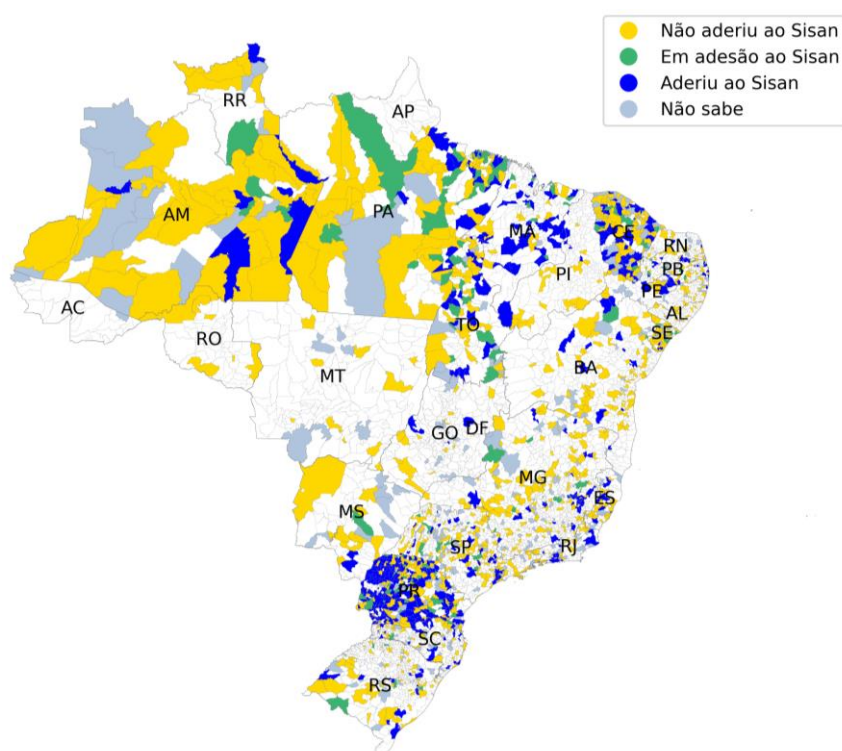
Dentre os 955 municípios que afirmaram não estar integrados ao Sisan, 62,7% (598 municípios) têm muito interesse em aderir, em 28,4% têm algum interesse na adesão, 3,8% têm pouco interesse e 0,6% nenhum interesse. O percentual dos municípios que não souberam responder a essa questão é de 4,5%.

⁶ É importante não perder de vista, ao longo de todo este relatório, que os percentuais totalizados nas tabelas se referem apenas ao universo dos municípios respondentes, e não ao universo dos municípios brasileiros.

⁷ A classificação foi adotada para simplificar o entendimento e a tabulação das demais variáveis da pesquisa com a situação do município em relação à adesão ao Sisan. As respostas da variável v1360 do questionário 2 que trata da gestão do Sisan nos municípios respondentes do MapaSAN 2022 foram agrupadas da seguinte forma: Sim, o município aderiu formalmente ao Sisan (Aderiu ao Sisan); Sim, o município já deu início ao trâmite de adesão ao Sisan junto à Caisan e ao Consea Estadual (Em adesão ao Sisan); Sim, o município está em meio ao processo de adesão ao Sisan (Em adesão ao Sisan); Não, o município não aderiu ao Sisan, e não pretende aderir futuramente (Não aderiu ao Sisan); Não, o município ainda não aderiu ao Sisan, mas tem interesse em aderir em dois anos ou mais (Não aderiu ao Sisan); Não, o município ainda não aderiu ao Sisan, mas tem interesse em aderir em até um ano (Não aderiu ao Sisan); e, Não sabe (Não sabe). Apesar dessa simplificação para viabilizar as tabulações com as demais variáveis do MapaSAN 2022, a questão vinculada à variável v1360 se mantém nas tabulações cruzadas e na base de dados conforme resultou da pesquisa, mantendo os dados originais para conhecimento do perfil dos municípios conforme seu interesse em aderir ao Sisan Nacional.

⁸ Nem todos os 1.935 municípios responderam a todos os questionários da pesquisa. O questionário que levanta informações sobre as ações de SAN realizadas nos municípios registrou um total de 1.874 respostas enviadas. Os 61 municípios que não responderam o questionário de ações de SAN representam 3,1% do total de respondentes do MapaSAN 2022.

Cartograma 6. Municípios classificados segundo adesão ao Sisan



Os dados apresentados no cartograma destacam os estados do Paraná, do Ceará, do Maranhão e de Minas Gerais como as unidades da federação com maior quantidade de municípios que aderiram ao Sisan. Em termos absolutos, o Paraná totaliza 189 municípios aderidos – e responde por 39,7% de todos os 475 municípios que se identificaram como aderidos. O estado do Ceará totalizou 50 (10,5% do total em situação de adesão) municípios, Maranhão, 38 (8%) e Minas Gerais 32 (6,7%). Ao considerar a proporção de municípios de cada UF, obtém-se o seguinte cenário em ordem decrescente de classificação:

UF	Municípios da UF	Adesões	% do total
PR	399	189	47,36
CE	184	50	27,17
MA	217	38	17,51
TO	139	20	14,38
PA	144	18	12,50
RJ	92	9	9,78
AM	62	6	9,67
PB	223	18	8,07
ES	78	6	7,69
SC	295	22	7,45
RR	15	1	6,66
SE	75	4	5,33
MG	853	32	3,75
SP	645	24	3,72
PE	185	6	3,24
PI	224	6	2,67
MS	79	2	2,53
RS	499	11	2,20
BA	417	8	1,91
GO	246	3	1,21
RN	167	2	1,19

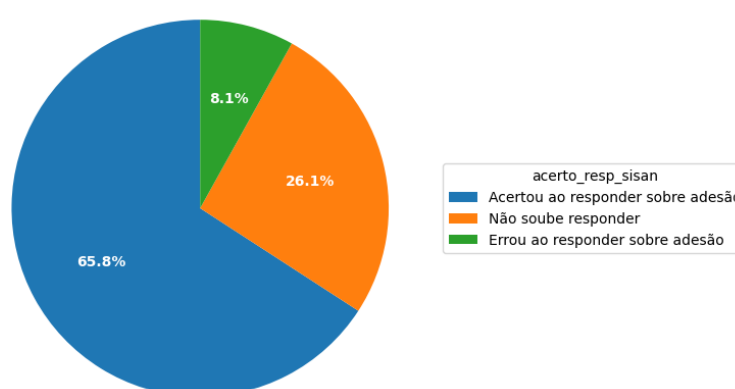
Este cenário, contudo, pode apresentar diferenças significativas no que se refere à quantidade de municípios que declaram ter aderido ao Sisan em distintas edições da pesquisa, especialmente em comparação com edições anteriores do MapaSAN, considerando que a quantidade de 1.935 municípios respondentes em 2022 é 16,5% menor que os 2.319 municípios que participaram da edição 2018, por exemplo, a qual, por sua vez, é menor que o resultado da edição 2015, cujos registros somam respostas de 2.430 municípios brasileiros. Ou seja, quanto maior o número de municípios respondentes, maior a possibilidade de municípios que aderiram ao Sisan terem participado da pesquisa e informado sobre a adesão na respectiva questão.

As informações atualizadas fornecidas pelo MDS com a relação dos municípios que formalmente aderiram ao Sisan foram cruzadas com as respostas fornecidas no MapaSAN 2022 e o resultado foi o seguinte:

		Adesão formal (até 08/2022)	
Resposta MapaSAN 2022		Sim	Não
	Aderiu ao Sisan	348	127
	Em adesão ao Sisan	39	111
	Não aderiu ao Sisan	29	926
	Não sabe	9	346

Na tabela acima, destacado em vermelho, estão os respondentes em situação de desconhecimento, incerteza ou desinformação quanto à real situação do município em relação à adesão ao Sisan. Ou seja, em vermelho, estão os casos de falsos positivos (não aderiu formalmente, mas informa adesão na pesquisa) e falsos negativos (aderiu formalmente, mas informa não adesão na pesquisa). Em verde estão destacadas as situações de verdadeiro positivo e verdadeiro negativo. Em azul, os casos que estavam em processo de adesão ao Sisan na data de referência da pesquisa e, por questões semânticas, foram consideradas respostas corretas, já que o entendimento de adesão formal pode variar e a fase inicial da formalização pode ser considerada como integração efetiva ao Sisan (tanto para aqueles que já haviam formalizado, quanto para os que ainda estavam em fase inicial do processo). Já o destaque na cor cinza significa neutralidade na resposta, porque o respondente informou corretamente não saber a resposta à pergunta formulada na pesquisa.

Distribuição de acerto_resp_sisan



	<i>municípios</i>	%
Resposta Correta	1.274	65,8
Resposta Neutra	505	26,1
Resposta Errada	156	8,1

Órgão municipal responsável pela coordenação das ações de SAN no município

Espaço institucional específico para a gestão das ações de Segurança Alimentar e Nutricional consiste em um órgão ou instância municipal qualquer, responsável pela gestão das ações de SAN no município, que pode ser uma Secretaria Municipal, ou subsecretaria, ou departamento, ou coordenação, ou superintendência, ou núcleo, ou qualquer outra instância de coordenação das ações de SAN em uma ou mais Secretarias Municipais.

Em 200 municípios, a coordenação das ações de SAN é realizada pela Caisan municipal. Isso representa 11,2% do total de municípios que forneceram informações sobre a gestão do Sisan (1.935 respondentes).

Em 7,7% dos municípios respondentes (137), a coordenação das ações de SAN fica ao encargo de um setor específico, uma coordenação de SAN criada com essa finalidade.

Um total de 85 municípios declararam que a coordenação das ações de SAN fica sob responsabilidade de uma Secretaria Municipal de SAN, indicando, portanto, que 4,8% dos municípios que responderam ao Mapa dispõem de um órgão da administração pública especialmente voltado à gestão das políticas públicas de SAN no âmbito municipal.

Do total de respondentes, 4,4% dos municípios apontaram que a coordenação das ações de SAN está sob a alçada de um Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Diretoria, Secretaria Executiva, Secretaria Adjunta, Subsecretaria).

Por fim, 3,5% situam a coordenação das ações de SAN no Gabinete do(a) Prefeito(a) e 1,5% em uma Gerência de Segurança Alimentar e Nutricional (ou Divisão, Superintendência ou similar)

Quanto ao *locus* da gestão municipal das ações de SAN nos municípios participantes da pesquisa, é importante ressaltar que 35,7%, a maioria dos respondentes desta questão, afirmaram que são *outros tipos de órgãos municipais que coordenam as ações de SAN*. Isso indica que as categorias apontadas pela questão na pesquisa demandam revisão, pois não contemplam as opções encontradas nas realidades municipais, no que se refere à gestão das políticas de SAN nos municípios pesquisados. Outra possibilidade é que a quantidade elevada de “outros” represente a heterogeneidade institucional dos componentes do Sisan na esfera municipal.

Nesta questão foram consideradas válidas as respostas de 1.787 municípios (92,4%); 148 (7,6%) não responderam. Os percentuais acima descritos referem-se ao total de dados válidos que varia em cada uma das questões e não ao total de 1.935 respondentes do formulário de gestão do Sisan, ou seja, excluem os casos omissos para totalizar 100%. Esta lógica descritiva será a mesma em todo o documento.

Vínculo administrativo da coordenação das ações de SAN nos municípios

Na edição de 2022 do MapaSAN, 1.035 municípios (63,4% dos dados válidos⁹) afirmaram que o órgão que coordena as ações de SAN no município está vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social / Desenvolvimento Social ou órgão similar. Considerando a edição de 2018, isso representaria um aumento de 29,3%.¹⁰

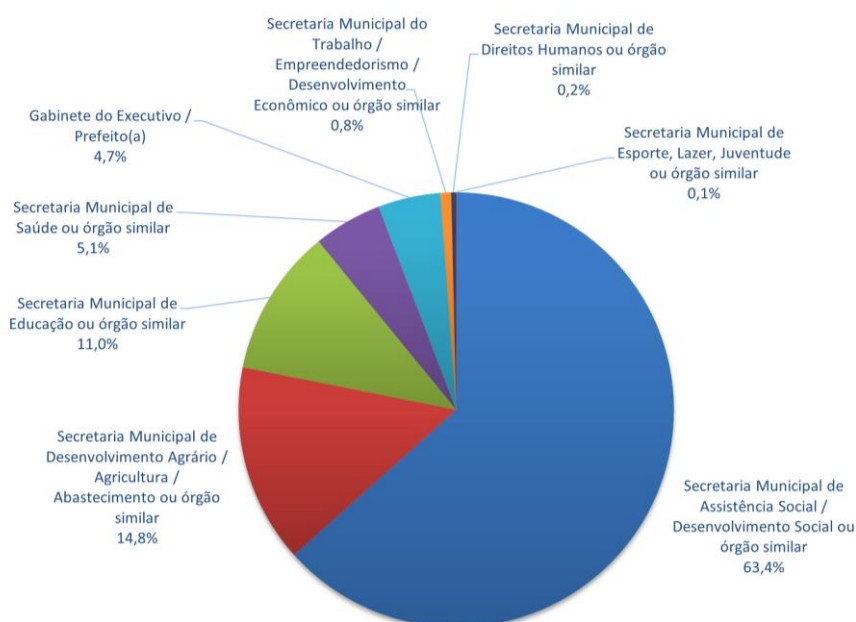
⁹ Esta questão obteve dados válidos para 1.633 municípios respondentes; 302 casos foram considerados omissos.

¹⁰ Contudo, é importante destacar que, para comparar os dados de pesquisa anteriores com os da atual, é necessário estabelecer critérios adequados, dada a especificidade da pesquisa, que não é amostral ou censitária, e considerar também que o conjunto de municípios respondentes de 2018 não é o mesmo de 2022. Isto significa que subsistem vieses em todas as edições da pesquisa, em função das características dos conjuntos de municípios respondentes. Para estabelecer uma base comparativa adequada entre a edição atual e as anteriores do MapaSAN, é necessário fazer um estudo longitudinal dos

No MapaSAN 2018 e versões anteriores, esta questão elencava categorias relacionadas às áreas de políticas públicas de SAN (Assistência Social, Saúde, Educação, Agricultura etc.) e não ao tipo de órgão (Secretaria, departamento, gerência, coordenação etc.). Na edição de 2018 a maioria dos municípios (34,3% ou 791) respondeu que as ações de SAN eram coordenadas pela Secretaria de Assistência Social ou órgão similar).

Apesar desta diferença significativa, a quantidade absoluta de municípios cuja coordenação das ações de SAN situa-se na Secretaria de Assistência Social (Ação Social, Promoção Social, Desenvolvimento Social ou similar) é, em 2022, 41,5% maior: em 2018, 791 municípios apresentavam esta configuração do *locus* administrativo da coordenação das ações de SAN, enquanto, em 2022, esse número é de 1.035 municípios.¹¹

Gráfico 1. Distribuição percentual de municípios segundo vínculo administrativo do órgão que coordena as ações de SAN



A maioria das coordenações de SAN está vinculada à área de assistência ou desenvolvimento social (63,2%). Em ordem decrescente, representando 14,8% dos dados válidos, estão os municípios cuja coordenação de SAN se vincula à área de desenvolvimento agrário, agricultura ou abastecimento. Em 11% e em 5,1% dos municípios respondentes, a coordenação de SAN está sob a alçada das áreas de educação e saúde, respectivamente. Em 4,7% dos municípios pesquisados, a coordenação de SAN está vinculada ao gabinete do(a) prefeito(a).

Considerando apenas o universo dos municípios aderidos ao Sisan, o percentual de coordenações de SAN vinculadas a secretarias municipais de Assistência Social ou órgão similar sobe para 72,2%.

municípios respondentes na intersecção dos conjuntos de interesse. É importante levar em conta que, no MapaSAN de 2018, a quantidade de respondentes é maior – 2.319 municípios –, ao passo que, na atual, o total de respondentes foi de 1.935 municípios.

¹¹ Um estudo longitudinal futuro poderá esclarecer se houve modificação do lugar em que a coordenação de SAN está situada nos municípios ou se a pesquisa atual foi respondida por um número maior de municípios cuja coordenação está situada nesse órgão da gestão

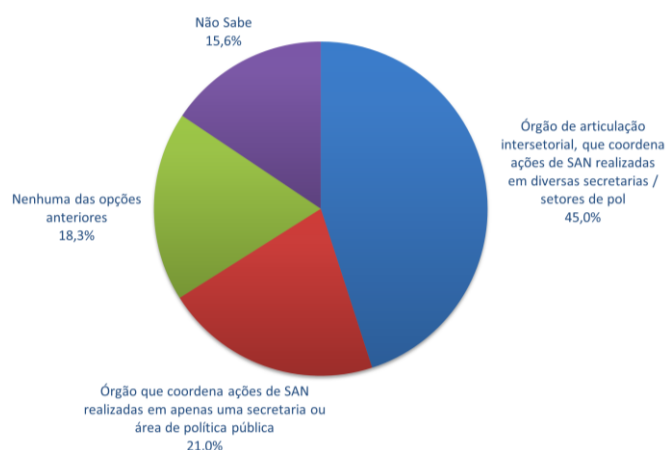
Também entre municípios aderidos, o percentual daqueles em que a coordenação de SAN está vinculada ao gabinete do(a) prefeito(a) sobe a 16,7%. Isso indica um vínculo relativamente maior das coordenações de SAN com as duas áreas, uma setorial (ainda que coordene áreas de forma intersetorial) e outra diretamente ligada ao gabinete do poder executivo municipal, o que pode significar maior priorização e intersectorialidade das políticas de SAN nos municípios aderidos, conforme esperado. Entretanto, independentemente do órgão público municipal ao qual está vinculada a coordenação de SAN, a intersectorialidade depende mais da forma como se institucionalizaram os componentes do Sisan no âmbito municipal do que necessariamente do seu vínculo ou *locus* institucional, como se evidencia na questão seguinte.

É interessante notar como, nas capitais, os percentuais são equivalentes: 72,2% das coordenações de SAN estão vinculadas ao órgão competente na área da Assistência/Desenvolvimento social. Para os municípios que fazem parte de regiões metropolitanas, esse percentual é de 62,2%; para os municípios do interior dos estados, é de 63,3%.

Caracterização do órgão público responsável pela coordenação das ações de SAN nos municípios

Em 45% dos municípios que possuem algum tipo de órgão responsável pela coordenação das ações de SAN, este se caracteriza pela *articulação intersectorial das ações de SAN*. Por outro lado, os municípios onde as ações coordenadas são específicas e exclusivamente relacionadas ao órgão a que estão vinculadas ainda representam 21% do total de respondentes: ou seja, de 1.278 municípios – levando em conta que 355 municípios responderam que nenhuma das opções apresentadas contempla sua situação específica e que 302 não souberam responder –, em 407 a coordenação das ações de SAN tem atuação setorial, um dado relevante para a qualificação intersectorial das políticas de SAN no contexto municipal.

Gráfico 2. Distribuição percentual dos municípios conforme principal característica definidora do órgão que coordena as ações de SAN no município

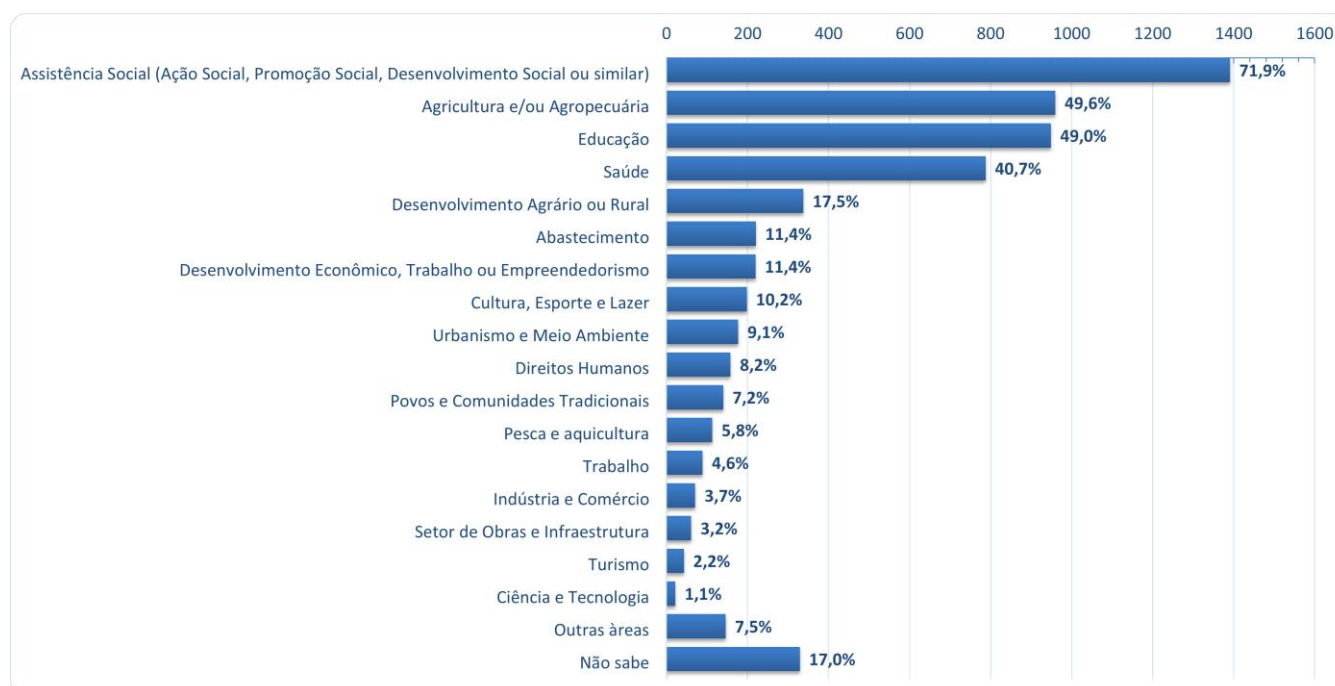


Áreas que o órgão responsável pelas ações de SAN no município coordena

De forma intersectorial ou setorial, os órgãos responsáveis pelas ações de SAN nos municípios coordenam uma ou mais áreas de políticas públicas. Quanto maior a quantidade de áreas coordenadas pelo órgão responsável pelas ações de SAN, possivelmente mais intersectoriais e articuladas devem ser as políticas, programas e ações no âmbito municipal.

No MapaSAN 2022 identificou-se, reforçando resultados em pesquisas anteriores, que as principais áreas coordenadas por órgãos responsáveis pela articulação intersectorial situam-se na assistência social (em 71,9% dos municípios), agricultura e/ou agropecuária (49,6%), educação e saúde (40,7%).

Gráfico 3. Área de política pública do órgão a que está vinculada a coordenação das ações de SAN do município



Sempre considerando o universo da pesquisa (1.935 municípios), outro conjunto de setores de políticas públicas articulados pelo órgão responsável pelas ações de SAN são: desenvolvimento agrário ou rural (em 17,5%), abastecimento (11,4%), desenvolvimento econômico (11,4%) e cultura, esporte e lazer (10,2%), urbanismo e meio ambiente (9,1%), direitos humanos (8,2%), povos e comunidades tradicionais (7,2%), pesca e aquicultura (5,8%) e trabalho (4,6%).

Conselhos Municipais de SAN (Comseas)

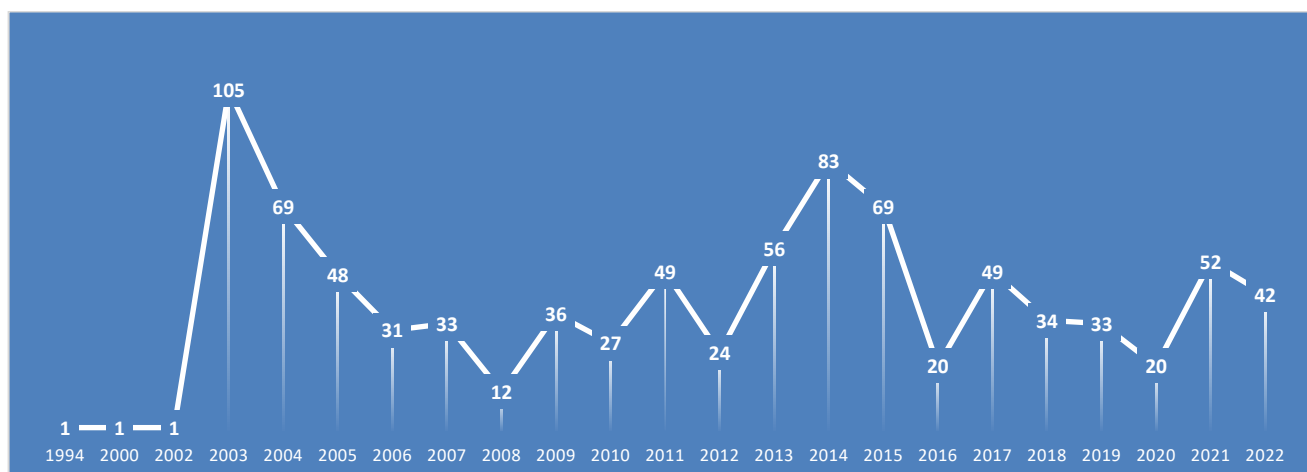
Os Conselhos Municipais de SAN demarcaram a história da concepção, definição e implementação das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, desde as iniciativas envolvendo organizações da sociedade civil, especialmente a Ação da Cidadania, coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. A história da participação ativa da sociedade civil na Política Nacional de SAN e no Sisan Nacional pode ser lida pela variação da quantidade de Comseas criados no território nacional.

O Gráfico 4 apresenta o ano de criação de Comseas. Historicamente, o primeiro Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, na época denominado de COMUSAN, foi criado em Belo Horizonte/MG, em 1993, mas esse dado não aparece na pesquisa de 2022.¹²

Em 2003, ano de recriação do Consea Nacional, que havia sido extinto em 1995, registrou-se um pico de criação de novos Comseas no território nacional, conforme se verifica no gráfico. Esse número, de 2003 é maior em outras rodadas do MapaSAN, em 2018, por exemplo, já que a pesquisa envolveu uma quantidade substantivamente maior de respondentes.

¹² Leme/SP informou que seu Comsea havia sido estabelecido em 1994, embora o documento de criação do conselho date de 2004. Cumpre verificar se houve na história do município algum órgão similar criado uma década antes.

Gráfico 4. Quantidade de Comseas criados por ano, com base nos dados coletados no MapaSAN 2022



Um outro momento crítico para o Sisan nacional foi a segunda vez em que o Consea foi extinto, em 2019. Pode-se verificar, com base nos dados do MapaSAN 2022, uma queda na quantidade de novos Comseas naquele ano, assim como em 2008, 2012 e 2016, ainda que nos últimos 2 anos a quantidade tenha aumentado.

Existência de Comsea

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsea) constitui a "instância de participação social (em Segurança Alimentar e Nutricional), onde representantes de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e do setor privado, especialistas e profissionais de diferentes áreas reúnem-se com gestores públicos para construir proposições voltadas ao objetivo de assegurar e proteger o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) a todas as pessoas que vivem no território" municipal. A instituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional é um requisito obrigatório para que o estado ou o município possa aderir ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Os Comseas¹³ devem ter atribuições semelhantes ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), quais sejam:

- propor diretrizes e prioridades para a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN), segundo as conferências municipais de SAN;
- monitorar e acompanhar a implementação e a convergência das ações inerentes à política e ao Plano Municipal de SAN no município; e
- mobilizar e apoiar entidades da sociedade civil na discussão e implementação de ações públicas de SAN" no município.

No MapaSAN 2022, foram identificados 900 municípios com Comsea, o que representa 46,5% do total de respondentes. Os municípios que não possuem Comsea totalizaram 863 ou 44,6%; 8,9% não souberam responder.

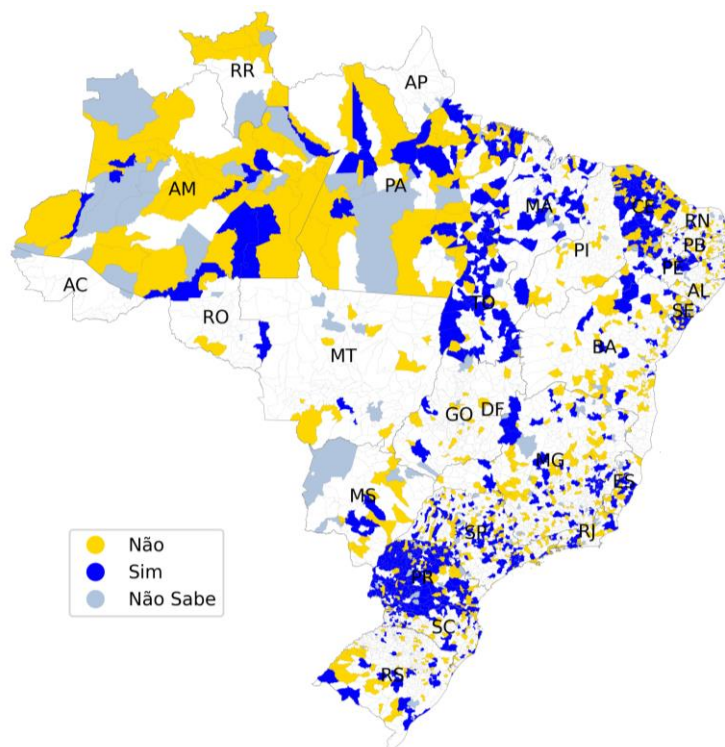
Tabela 6. Quantidade e percentual de municípios respondentes do MapaSAN 2022 com e sem Comsea

	Municípios	%
Sim	900	46,5
Não	863	44,6
Não Sabe	172	8,9
	1935	100,0

¹³ Usualmente designa-se com "m" de municipal, para distinção das demais esferas, por convenção.

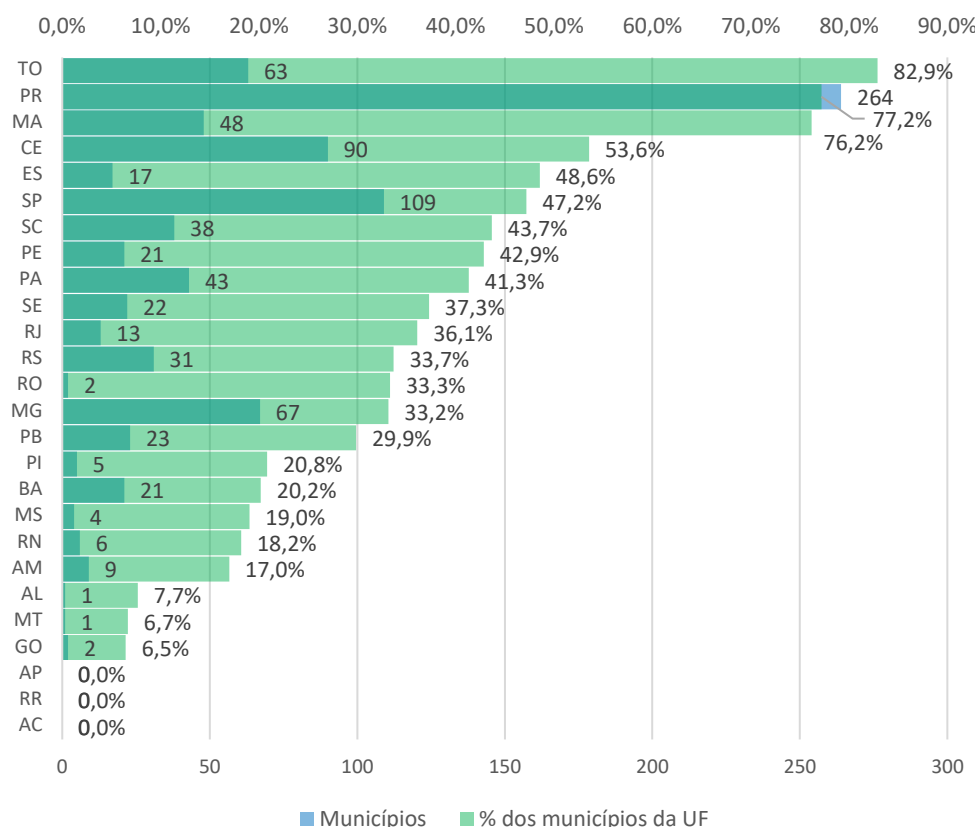
O cartograma a seguir apresenta a distribuição dos municípios com (azul) e sem (amarelo) Comsea. Mais uma vez merecem destaque os estados do Paraná, Ceará e Maranhão, além do Tocantins, que não apresenta relativamente muitos municípios que aderiram ao Sisan, mas, em contrapartida, registra um número relevante de municípios com Comsea.

Cartograma 7. Classificação dos municípios respondentes de acordo com existência ou não de Comsea



O Cartograma 7 demonstra que, em termos relativos, Tocantins apresenta a maior proporção de seus municípios com Comsea, 82,9%, seguido do Paraná com 77,2%, Maranhão com 76,2% e Ceará com 53,6%. Este grupo de UFs contabiliza mais da metade de seus municípios com Comsea. Outro grupo de UFs tem entre 41,3% e 48,6% dos municípios com Comsea: em ordem decrescente, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco e Pará. O grupo seguinte de UF conta com 29,9% a 37,3% dos seus municípios com Comsea: as unidades da federação que constituem este grupo são Sergipe, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Minas Gerais e Paraíba. Já Piauí, Bahia, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Amazonas figuram no grupo de UFs em que a representação de municípios com Comsea, em relação ao total de municípios, varia entre 17% e 20,8%.

Gráfico 5. Quantidade de municípios com Comsea e percentual em relação ao total de municípios do estado



Orçamento disponível para os Comseas

Dos municípios com Comsea, apenas 15,5% dispõem de orçamento próprio para financiar o funcionamento do conselho; 26,6% dos respondentes não souberam informar e a maior parte – 51,8% – não tem orçamento próprio.

Aqui é importante ressaltar que a existência de orçamento específico para financiamento das ações do Comsea fortalece as ações de participação e controle social no âmbito das políticas de SAN. Entretanto, há muitas formas de se financiar os conselhos municipais, que às vezes são financiados em conjunto com outras ações e não com orçamentos em separado.

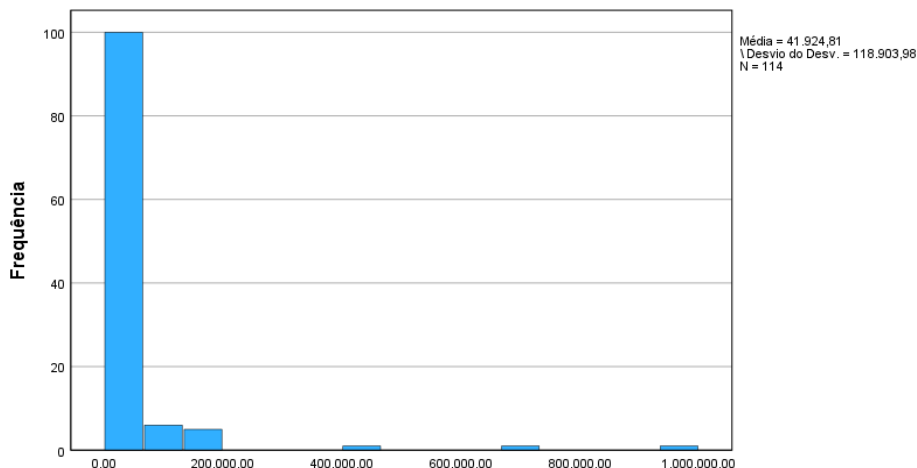
A depender de onde o Comsea esteja administrativamente alocado – se na Assistência Social, Saúde, Educação, Gabinete do executivo etc. –, os orçamentos dessas instâncias governamentais municipais disponibilizam recursos para o funcionamento dos conselhos sob sua competência.

Se, por um lado, a inexistência de orçamento específico para financiar as ações do Comsea não é um impeditivo para seu funcionamento, por outro lado a inexistência de uma rubrica específica pode enfraquecer a autonomia do conselho frente à administração municipal, sobretudo porque, geralmente, o Comsea tem uma composição oriunda de organizações da sociedade civil, que demandam independência para direcionar suas ações.

Orçamento disponível para Comseas em 2021

Em 2021 a média nacional dos valores previstos no orçamento para financiamento das ações dos Comseas em 114 municípios¹⁴ é de R\$ 41.924,81. Desconsiderando valores extremos no limite superior e inferior, a média (aparada em 5%) é de R\$ 21.492,01. O valor máximo, R\$ 949,2 mil, e o mínimo, R\$ 100,00, foram desconsiderados na média aparada (Gráfico 7).

Gráfico 6. Histograma do recurso orçamentário disponível para os Comseas em 2021



Ao analisar a distribuição dos casos pelo histograma, verifica-se que a maioria dos municípios dispõe de até R\$ 200 mil. Três municípios apresentam valores extremos que distorcem as médias dos 114 casos que aparecem à direita do histograma, na faixa aproximada de R\$ 400 mil (São José de Ribamar/MA), R\$ 700 mil (Aracaju/SE) e R\$ 949,2 mil (Cascavel/PR). No entanto, dada a distribuição dos casos, considera-se que nesta variável há 20 casos extremos, 3 entre eles muito extremos, em comparação com os demais. Os demais 17 estão de fora da faixa azul do Boxplot, como se verifica no gráfico a seguir, cujos dados foram considerados pela média aparada em 5% apresentada anteriormente:

Gráfico 7. Boxplot dos municípios classificados segundo valores orçamentária disponíveis para o Comsea no ano de 2021

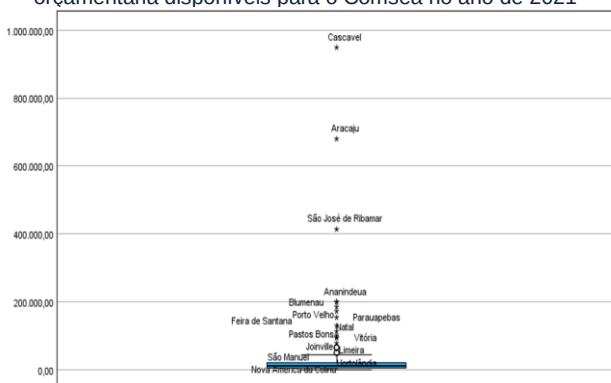
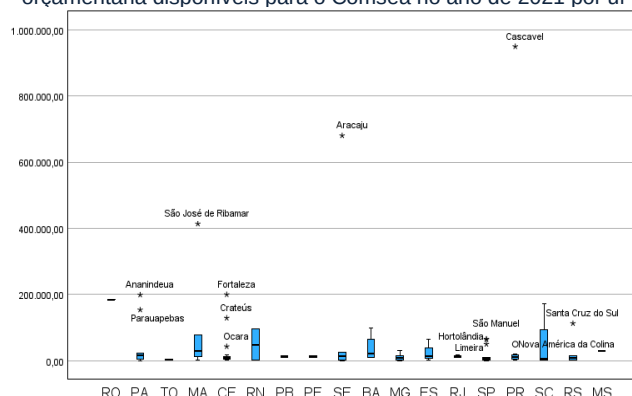


Gráfico 8. Boxplot dos municípios classificados segundo valores orçamentária disponíveis para o Comsea no ano de 2021 por uf



Os casos extremos quanto aos valores orçamentários disponíveis para o financiamento do funcionamento do Comsea elevam as médias das regiões Sul (25 municípios) e Nordeste (40), que são, respectivamente, R\$ 61,9 mil e R\$ 51,3 mil, ao passo que o Sudeste (33 municípios) apresenta

¹⁴ 15,5% dos municípios que declararam que o Comsea dispõe de orçamento próprio, somam 140 municípios, no entanto, foram 114 os que efetivamente informaram valores diferente de zero, considerados dados válidos.

uma média de R\$ 15,1 mil e o Norte (15 municípios), R\$ 43,5 mil. O Centro-Oeste registrou apenas um município com recursos orçamentários disponíveis para o Comsea, no valor de R\$ 30 mil.

Tabela 7. Média e soma de valores disponíveis para financiamento das ações do Comsea no ano de 2021

	<i>municípios</i>	<i>média região</i>	<i>soma região</i>
NORTE	15	43.492,13	652.382,00
NORDESTE	40	51.320,09	2.052.803,79
SUDESTE	33	15.063,01	497.079,31
SUL	25	61.886,54	1.547.163,47
CENTRO-OESTE	1	30.000,00	30.000,00
<i>Total</i>	<i>114</i>	<i>41.924,81</i>	<i>4.779.428,57</i>

Um aspecto quanto aos valores extremos merece uma nota: todos são de municípios situados fora de regiões metropolitanas.

Tabela 8. Valor médio e total de valores orçamentários disponíveis para Comsea em capitais, RM e interior em 2021

	<i>Municípios</i>	<i>Média</i>	<i>Soma</i>
Capital	11	122.226,18	1.344.488,00
Região Metropolitana	6	45.733,33	274.400,00
Interior	97	32.582,89	3.160.540,57
<i>Total</i>	<i>114</i>	<i>41.924,81</i>	<i>4.779.428,57</i>

Os valores de municípios situados em regiões metropolitanas não ultrapassam R\$ 300 mil. Nesse limite orçamentário dos municípios situados em regiões metropolitanas está Fortaleza (CE0 e Parauapebas, pertencente à RM de Belém (PA). No primeiro caso, Fortaleza se destaca dos demais municípios do estado. Contudo, as médias de valores orçamentários disponíveis para os Comseas em capitais são, como se espera, bem maiores que as de municípios nas regiões metropolitanas, e estas são, por sua vez, relativamente maiores que as médias dos municípios do interior dos estados.¹⁵

Orçamento disponível para Comseas em 2022

O orçamento pode incluir, entre outros, o financiamento de um ou mais dos seguintes itens: recursos humanos, infraestrutura, ações de capacitação ou de outra natureza, material de consumo e de expediente, manutenção de equipamentos e de veículos, aquisição de móveis, veículos ou equipamentos, realização de conferências, encontros, eventos etc. Além disso, podem ser considerados outros recursos orçamentários de qualquer natureza, desde que estejam previstos no orçamento do município.

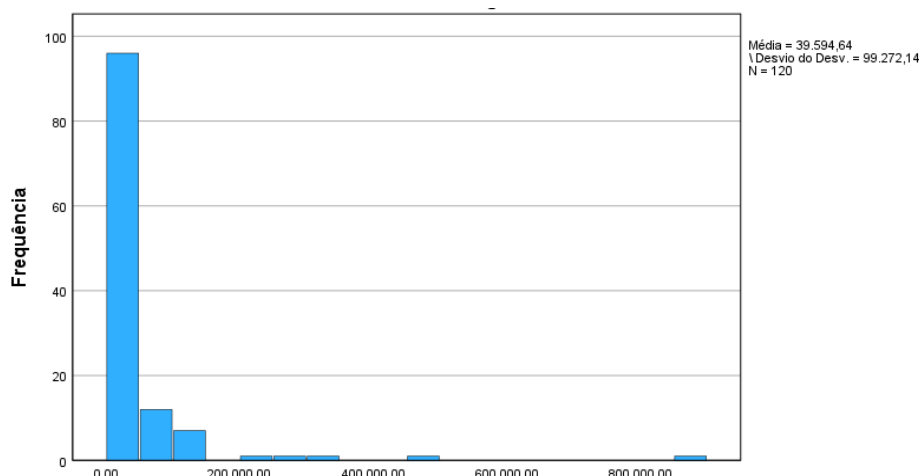
Em 2022 a média nacional dos valores previstos no orçamento para financiamento das ações dos Comseas em 120 municípios que informaram valores válidos é de R\$ 39.594,63, representando um valor 5,5% menor do que o indicado no ano anterior na mesma pesquisa¹⁶. Desconsiderando valores

¹⁵ A despeito das exceções de Cascavel-PR e São José do Ribamar/MA, que, situadas fora das regiões metropolitanas, reduziram significativamente as médias de municípios desse grupo se seus valores não fossem computados.

¹⁶ Os valores informados para o ano de 2021 e 2022 não são atualizados monetariamente. Os dados orçamentários utilizados na análise são os dados originais informados pelos respondentes os quais não são atualizados monetariamente no momento da análise e da produção deste documento.

extremos no limite superior e inferior, a média (aparada em 5%) é de R\$ 22.956,18, o que representa um aumento de 6,8% em relação a 2021. O valor máximo é R\$ 876,2 mil e o mínimo, R\$ 250,00.

Gráfico 9. Histograma do recurso orçamentário disponível para os Comseas em 2021



A distribuição dos casos apresentada no histograma dos dados orçamentários de 2022 repete o cenário de 2021, no qual a maioria dos municípios dispõe de até R\$ 200 mil. E os mesmos 3 municípios apresentam valores extremos que se destacam das médias dos 117 outros casos: Cascavel (PR), Aracaju (SE) e São José de Ribamar (MA):

Gráfico 10. Boxplot dos municípios classificados segundo valores orçamentária disponíveis para o Comsea no ano de 2022

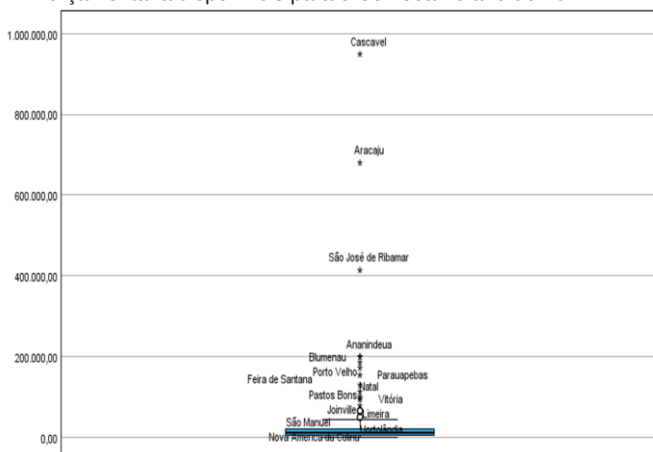
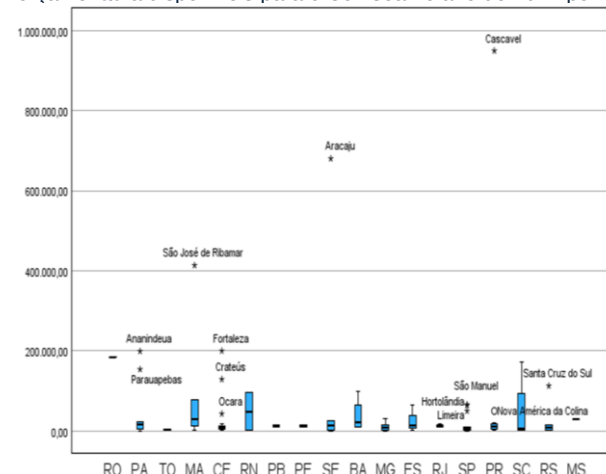


Gráfico 11. Boxplot dos municípios classificados segundo valores orçamentária disponíveis para o Comsea no ano de 2022 por uf



A região Sul (26 municípios respondentes) apresenta uma média de R\$ 56,4 mil e a Nordeste (43 municípios), de R\$ 41,9 mil. Para os 32 municípios da região Sudeste, a média calculada é de R\$ 20,36 mil; para o Norte (18 municípios), R\$ 43,3 mil.¹⁷ Os dados indicam um aumento de cerca de 30% na

¹⁷ O Centro-Oeste, incluindo apenas um município com recursos orçamentários disponíveis para o Comsea, aumentou de R\$ 30 mil, em 2021, para R\$ 50 mil, em 2022.

média de recursos para os municípios do Sudeste em comparação com o ano anterior, mas uma redução do valor médio dos municípios da região Sul.

Tabela 9. Média e soma de valores disponíveis para financiamento das ações do Comsea no ano de 2022

	<i>municípios</i>	<i>média região</i>	<i>soma região</i>
NORTE	18	43.342,39	780.163,00
NORDESTE	43	41.927,92	1.802.900,68
SUDESTE	32	20.369,40	651.820,81
SUL	26	56.402,77	1.466.472,00
CENTRO-OESTE	1	50.000,00	50.000,00
<i>Total</i>	<i>120</i>	<i>39.594,64</i>	<i>4.751.356,49</i>

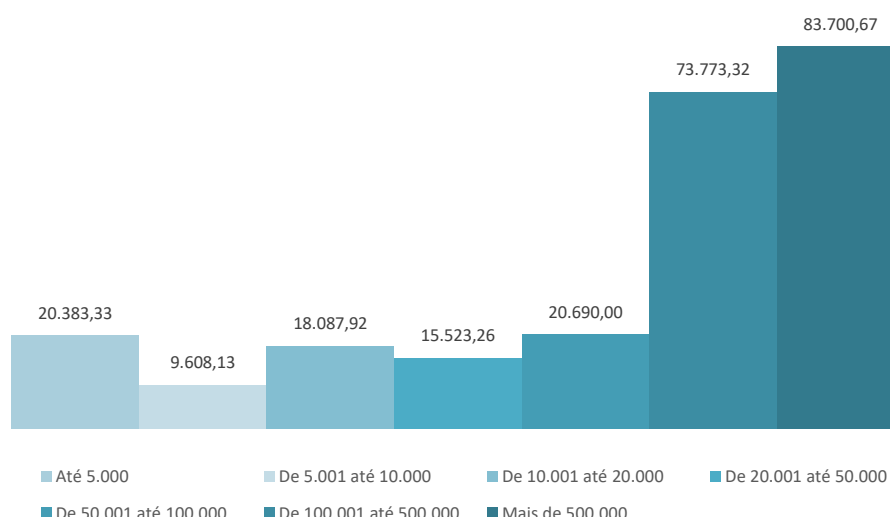
Ainda que com médias menores comparadas a 2021, as capitais apresentam valores médios maiores que os municípios de regiões metropolitanas – e estes, valores médios maiores que os municípios do interior.

Tabela 10. Valor médio e total de valores orçamentários disponíveis para Comsea em capitais, RM e interior em 2022

	<i>Municípios</i>	<i>Média</i>	<i>Soma</i>
Capital	11	76.100,91	837.110,00
Região Metropolitana	7	57.350,00	401.450,00
Interior	102	34.439,18	3.512.796,49
<i>Total</i>	<i>120</i>	<i>39.594,64</i>	<i>4.751.356,49</i>

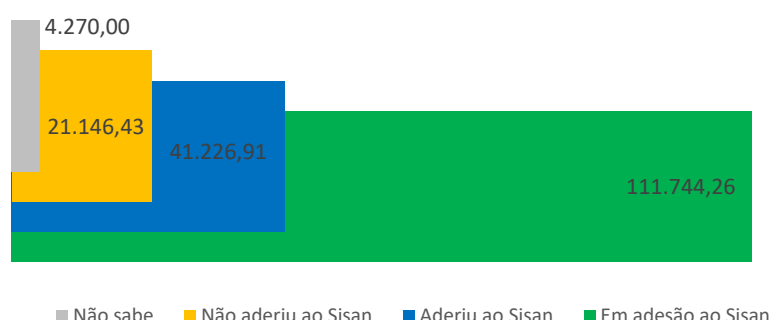
Nesse ponto vale destacar a relação entre o tamanho da população, o orçamento dos municípios e os valores disponibilizados para o funcionamento dos Comseas. Apesar de a regressão linear ser o método analítico mais indicado para estabelecer uma correlação entre os dois fatores/variáveis de modo geral, as barras do gráfico a seguir já indicam essa tendência esperada:

Gráfico 12. Valor orçamentário médio disponível para funcionamento do Comsea segundo porte populacional (IBGE)



Já em relação ao Sisan, a maior média de valores orçamentários disponíveis em 2021 para funcionamento dos Comseas é daqueles municípios que estão em processo de adesão (R\$ 111,74 mil); a segunda maior é daqueles que já aderiram ao Sisan (R\$ 41,23 mil). A média entre os municípios que ainda não aderiram ao Sisan é de R\$ 21,15 mil; entre aqueles respondentes que não souberam informar a situação do município em relação ao Sisan, a média é de R\$ 4,27 mil.

Gráfico 13. Média de valores orçamentários disponíveis para Comsea em municípios classificados conforme situação da adesão ao Sisan

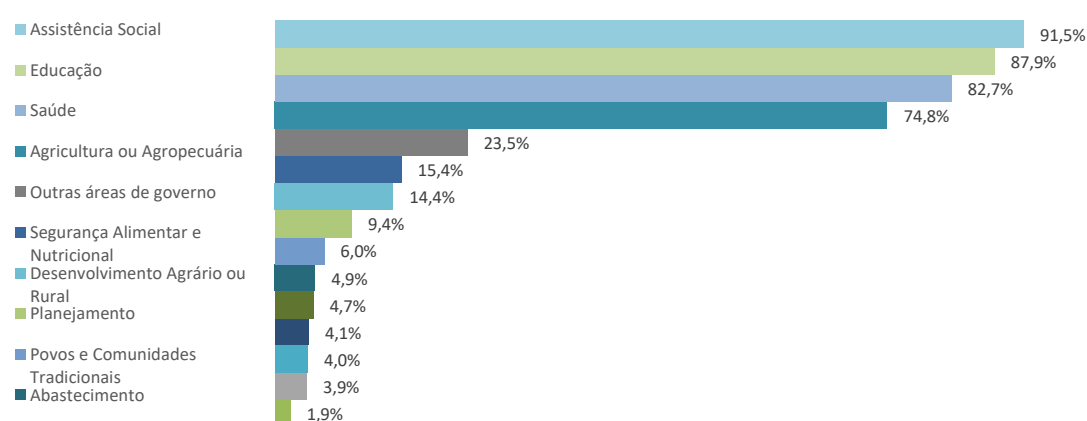


Composição dos Comseas

Representação governamental nos Comseas

Assistência Social, Educação, Saúde e Agricultura ou Agropecuária são as áreas de políticas públicas mais presentes na composição de representações governamentais nos Comseas. Essa tendência se confirma em pesquisas anteriores do MapaSAN. Dos 900 municípios que afirmaram a existência de Comsea, 894 informaram a composição e as áreas do governo representadas no conselho. Portanto, os percentuais apresentados no gráfico referem-se a este total.

Gráfico 14. Composição de representantes governamentais nos Comseas

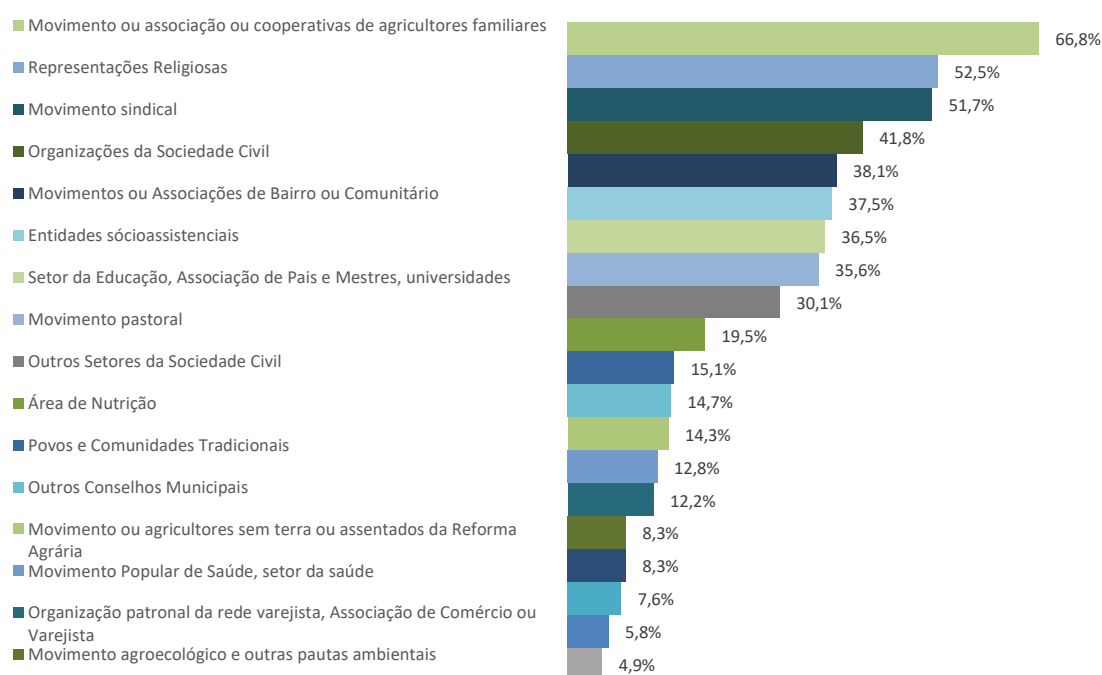


É evidente as áreas de políticas públicas destacadas no primeiro bloco – Assistência Social, Educação, Saúde e Agricultura ou Agropecuária – desempenham um papel relevante na atuação relacionada não somente à gestão do Sisan nas três esferas, particularmente na municipal, mas também no que diz respeito à implementação da Política Nacional de SAN. Importa destacar que, em 15,5% dos municípios

com Comsea (considerados os dados válidos: 894 municípios para esta variável), opera a representação de alguma instância que coordena as ações de SAN especificamente.¹⁸

Representação da sociedade civil nos Comseas

No que diz respeito às organizações da sociedade civil, 66,8% dos municípios com Comsea (considerados dados válidos, ou seja, 894 municípios) contemplam representantes de movimento, associação ou cooperativas de agricultores familiares. Em pouco mais da metade dos Comseas (52,5% e 51,7% respectivamente), há representantes de instituições religiosas e do movimento sindical. 41,8% dos Comseas destinam lugares para o que denominou genericamente de “organizações da sociedade civil”. Movimentos pastorais, organizações do setor da educação, entidades socioassistenciais e movimentos de associações de bairros e comunitários estão presentes numa faixa entre 30,1% e 28,1% dos municípios com Comsea.



O dado que se destaca negativamente é a reduzida parcela de Comseas que asseguram lugar para entidades de direitos humanos, presentes em apenas 5,8% dos municípios.

Caráter decisório das reuniões dos Comseas

Conselho Consultivo é um espaço de discussão e de articulação entre governo e sociedade civil, com o objetivo de propor diretrizes, a partir do acompanhamento e do monitoramento de diversas políticas públicas e programas sociais que envolvam alimentação e nutrição. Constitui-se também em órgão de assessoramento da gestão municipal e tem papel de acompanhar de perto diversas políticas públicas (bem como seus indicadores), que contribuem para o direito humano à alimentação adequada e saudável. É papel do conselho consultivo, no âmbito do DHAA, estimular a participação da sociedade na formulação, na execução e no acompanhamento das políticas de segurança alimentar e nutricional,

¹⁸ A área de Desenvolvimento Rural ou Agrário é distinta da área de Agricultura ou Agropecuária, especialmente porque a primeira se destina ao desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio familiar ou cooperativo de pequenos produtores, enquanto a última implementa, fiscaliza e controla políticas relacionadas ao grande agronegócio. Essa distinção se expressa, na esfera federal, na divisão dessas áreas em dois ministérios, o da Agricultura e o do Desenvolvimento Agrário.

em especial aquelas relacionadas à Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. No conselho deliberativo as decisões aprovadas pelo conselho deliberativo têm caráter de implementação obrigatória por parte do gestor municipal nas áreas em que o conselho tem competência. Conselho Consultivo e Deliberativo é uma composição das funções consultiva e deliberativa. Neste caso, deve ter caráter deliberativo apenas para determinadas decisões relacionadas a ações, programas ou políticas de SAN ou em competências específicas exercidas pelo conselho e não para a totalidade de suas decisões.

Caisans Municipais

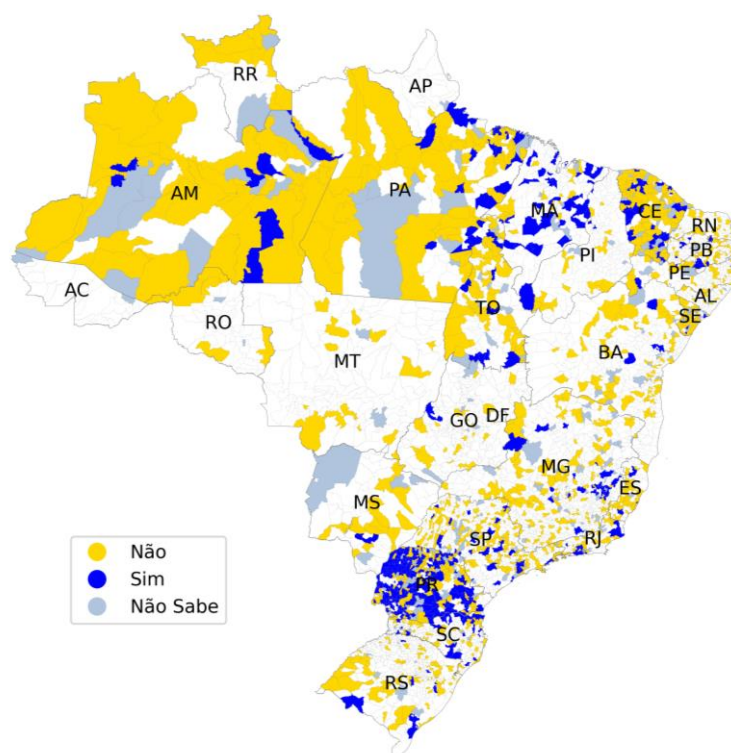
A Câmara (governamental) Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional, de acordo com o inciso VI do artigo 7º do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, consiste em uma instância de caráter estadual, distrital ou municipal, congênere à Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta, de acordo com o inciso III do artigo 11 da Lei 11.346 (Losan), de 15 de setembro de 2006, é uma instância de caráter nacional integrante do Sisan que elabora e coordena a execução da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como articula os planos de suas congêneres estaduais e do Distrito Federal. É integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional.

O princípio da intersetorialidade no Sisan, de acordo com o texto de referência da II Conferência Nacional de SAN, significa que as ações são articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto. A intersetorialidade constitui uma das diretrizes do Sisan para "a promoção da participação de vários setores do governo e da sociedade civil para a promoção de políticas, programas e ações governamentais e não-governamentais em Segurança Alimentar e Nutricional", prevista nos Decretos nº 6.272/2007 e nº 6.273/2007. A intersetorialidade garante maior racionalidade na utilização dos recursos públicos, uma vez que evita a superposição de ações, promovendo a complementaridade e ampliando a eficácia dos programas e ações de SAN realizadas no Município.

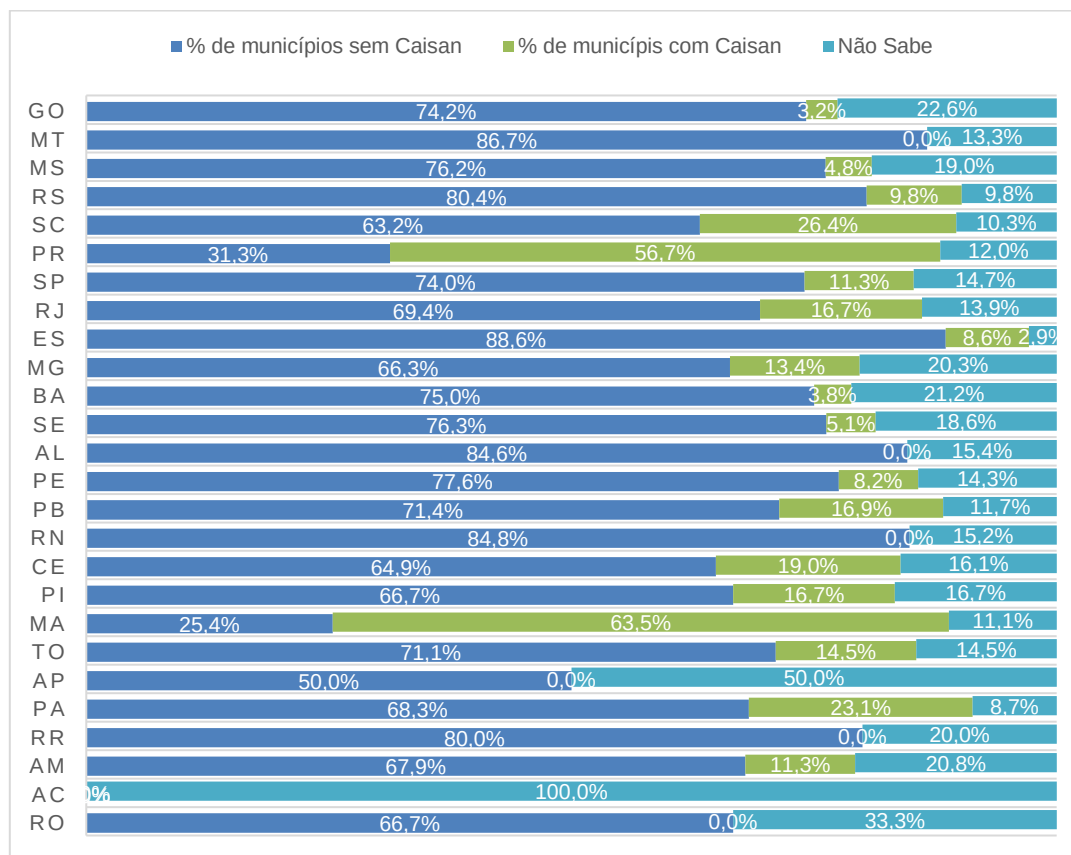
Caisans municipais existentes

No total, 431 municípios possuem Caisan municipal. Isso representa 22,3% dos municípios que participaram da pesquisa, sendo que a maioria – 63,0% (ou 1.219 municípios) – não dispõe deste componente fundamental do Sisan nos municípios. Além disso, 14,7% dos municípios não souberam responder.

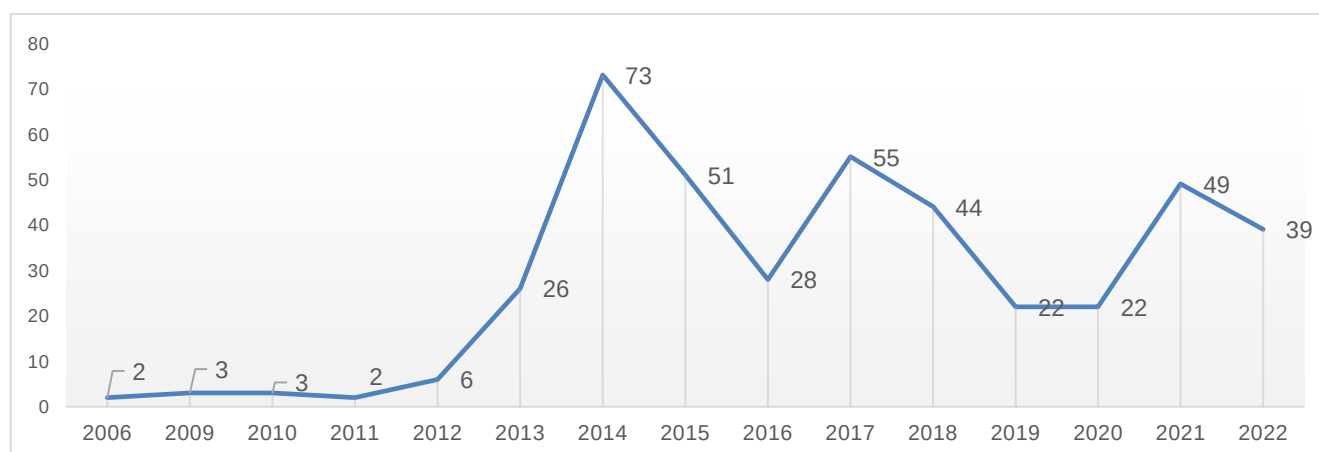
Cartograma 8. Municípios respondentes do MapaSAN 2022, classificados de acordo com existência de Caisan municipal



Conforme se verifica nos dados apresentados no gráfico acima, o Maranhão se destaca pela maior proporção – com 63,5% dos municípios do estado com Caisan municipal. Na sequência, está o Paraná, no qual 56,7% dos municípios contavam com Caisans no período da pesquisa.



A partir de 2006, as Caisans municipais começaram a ser criadas no país. No período de seis anos entre 2006 e 2012, a quantidade de Caisans criadas é significativamente baixa em comparação com os anos posteriores, especialmente a partir de 2013, quando o governo federal iniciou ações de promoção da adesão ao Sisan. Tal iniciativa resultou na criação de componentes do Sisan em todo o país, incluindo a criação de Caisans. Desde então, a quantidade de Caisans criadas varia entre 22 e 73 por ano, o que resulta em uma média de 41 Caisans municipais criadas anualmente entre 2013 e 2022.

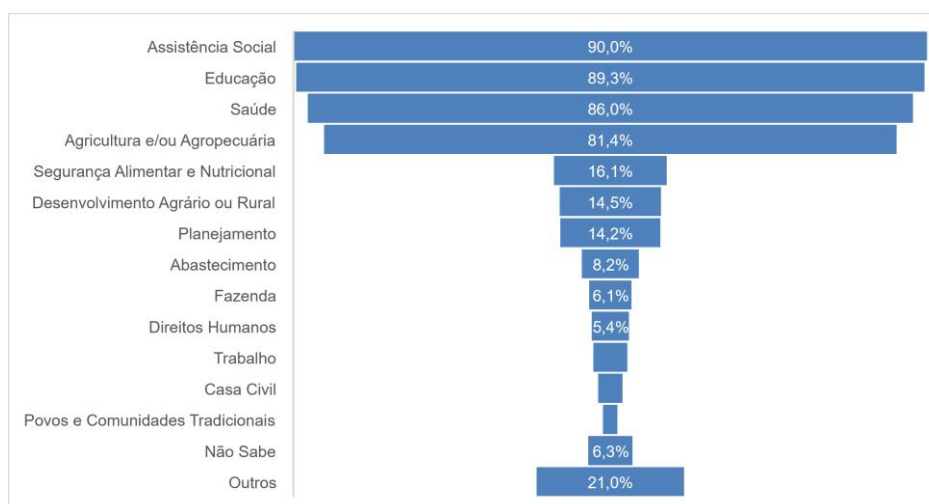


Considerando a distribuição geográfica macrorregional, mais da metade (52,4%) das Caisans municipais (226) estão situadas na região Sul e 23,2% (100) na região Nordeste. O Sudeste detém 14,4% (62) das Caisans municipais e a região Norte, 9,5% (41). Na região Centro-Oeste existem apenas 2 Caisans municipais, conforme os dados da pesquisa, o que representa 0,5% do total.

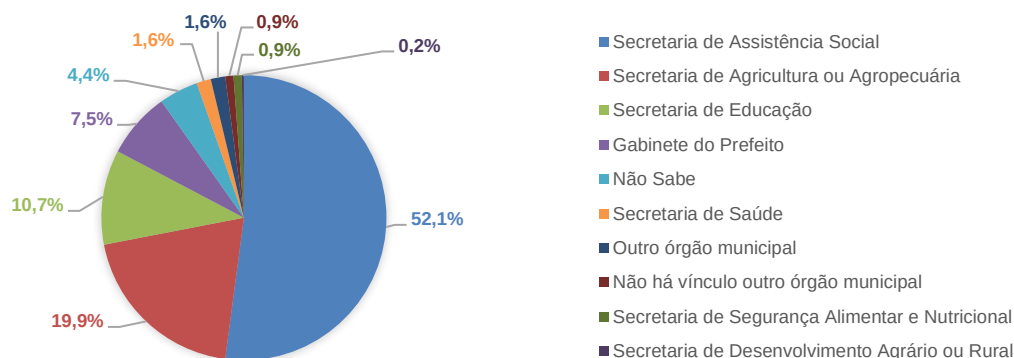
Quando se trata de proporção de municípios com Caisan em cada uma das regiões, verifica-se que 43,4% dos municípios da região Sul dispõem de Caisans municipais, número significativamente superior ao das demais regiões: no Nordeste, 16,9% dos municípios com Caisan municipal; no Norte, 16,2%; no Sudeste, 12,3%; e no Centro-Oeste, 3%. A proporção geral é de 22% dos municípios respondentes com Caisans municipais.

Composição das Caisans municipais

Entre as áreas de políticas públicas a constituírem representação nas Caisans municipais, a Assistência Social predomina, com representantes em 90% das Caisans, seguida da Educação, que participa de 89,3%. A área da Saúde é representada em 86% e da Agricultura ou Agropecuária, em 81% das Caisans municipais. Essas quatro áreas são majoritárias na composição de representações governamentais nas Caisans municipais segundo os dados do MapaSAN 2022.



Majoritariamente, as Caisans estão vinculadas a Secretarias de Assistência Social dos municípios, representando 52,1% dos casos. Em 19,9% deles a Caisan está vinculada às Secretarias Municipais de Agricultura ou Agropecuária. De resto, 10,7% das Caisans estão vinculadas à Secretaria Municipal de Educação e 7,5% ao gabinete do/a prefeito/a



Estrutura das Caisans municipais: Secretaria Executiva

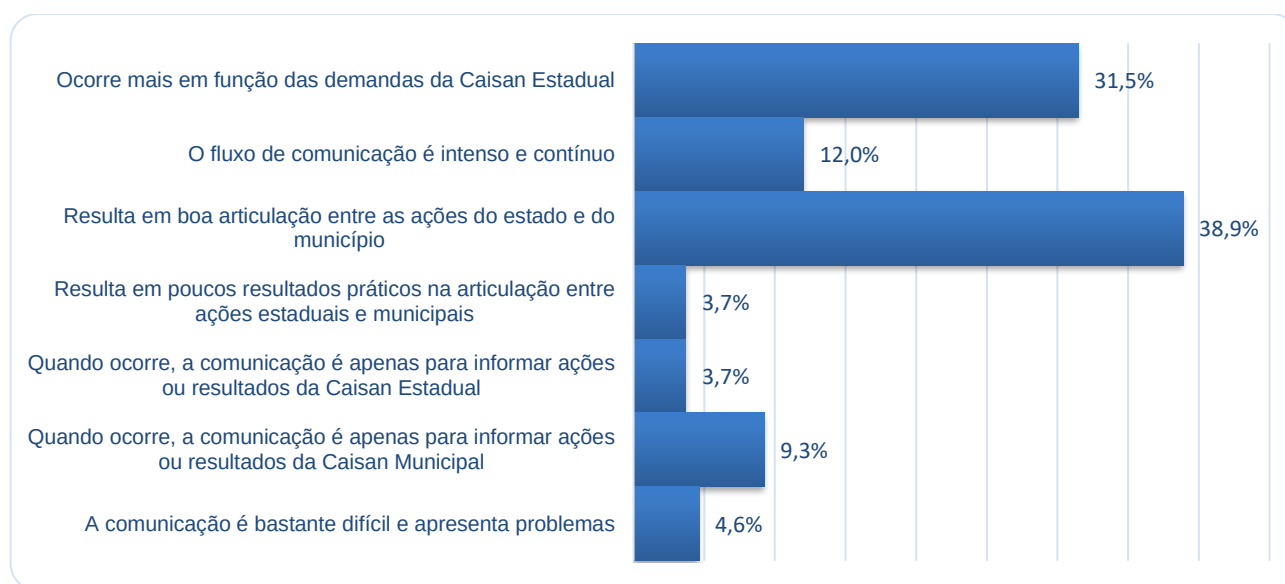
Quanto à existência de Secretaria Executiva, 46,5% das Caisans municipais dispõem deste tipo de estrutura para coordenar suas atividades, contra 44,2% que não a possuem. Os respondentes que não souberam informar sobre existência ou não de Secretaria Executiva representam 9,3%. Em 35,7% das Caisans que contam com a estrutura de uma Secretaria Executiva, a função de secretário/a executivo/a existe há menos de um ano; em 20,6% dos casos, fazia entre 1 e 2 anos que a função existia.

Quando se trata de tempo de atuação dos/as secretários/as executivos/as na área de SAN, verifica-se que 35,2% têm menos de um ano de experiência, 21,1% entre 1 e 2 anos, 16,1% entre 3 e 4 anos e 11,6% entre 5 e 6 anos de atuação na área. Secretários/as executivos/as com mais de 8 anos de experiência em SAN representam 9,0% dos casos; aqueles com tempo de atuação entre 7 e 8 anos somavam 5%. Apenas 2% não souberam responder à questão.

Rotina de comunicação entre Caisans municipais e Caisans estaduais

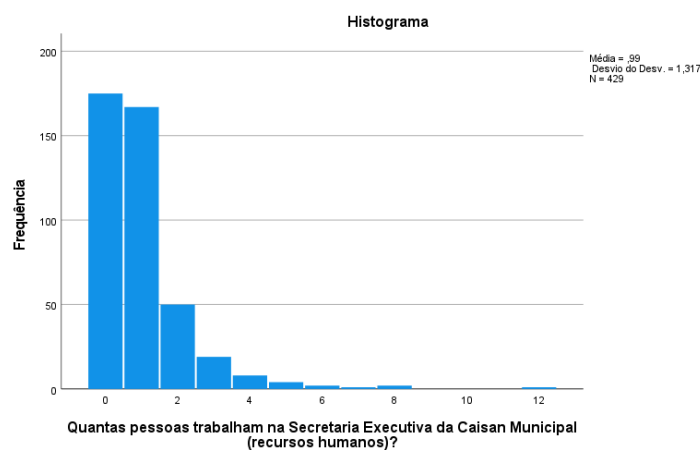
Metade das Caisans municipais, 50,9%, não estabelece rotina sistemática no fluxo de comunicação com as Caisans estaduais; 31,1%, no entanto, reportaram esse expediente, e 4,0% não souberam responder. Entre aquelas Caisans municipais que estabelecem rotinas regulares de comunicação com as Caisans estaduais, 22,5% comunicam-se mensalmente, 20,7% bimestralmente, 18,9% semestralmente e 11,7% anualmente. A comunicação regular quinzenal entre as Caisans municipais e estaduais ocorre em 5,4% dos casos; 4,5% não souberam responder.

A comunicação das Caisans nas duas esferas, a municipal e a estadual, resulta em boa articulação entre as ações do estado e do município em 38,9% dos casos; em 31,5%, essa comunicação ocorre mais em função das demandas da esfera estadual do que da municipal.



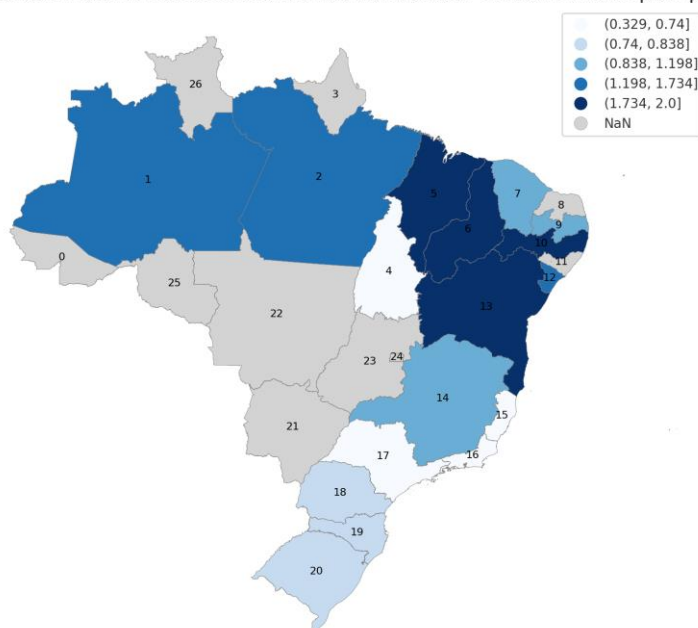
Recursos humanos da secretaria executiva das Caisans municipais

Dos 431 municípios com Caisan municipal, 429 informaram a quantidade de profissionais que atuam na secretaria executiva. A média geral é de menos de 1 pessoa (0,99), mas 175 Caisans não dispõem de nenhum trabalhador atuando na Secretaria Executiva. Os municípios da Região Norte apresentam uma média de 1,17 profissionais nas suas secretarias executivas. A região Nordeste apresenta a maior média, de 1,42 profissionais. Apresentam médias abaixo de um profissional as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, com médias de 0,76, 0,83 e 0,50, respectivamente.



Entre os estados, os municípios do PI e da BA possuem, em média, 2 servidores atuando nas Secretarias Executivas das Caisans municipais. Os estados com menor quantidade média de trabalhadores na Caisan municipal são ES, SP e RJ.

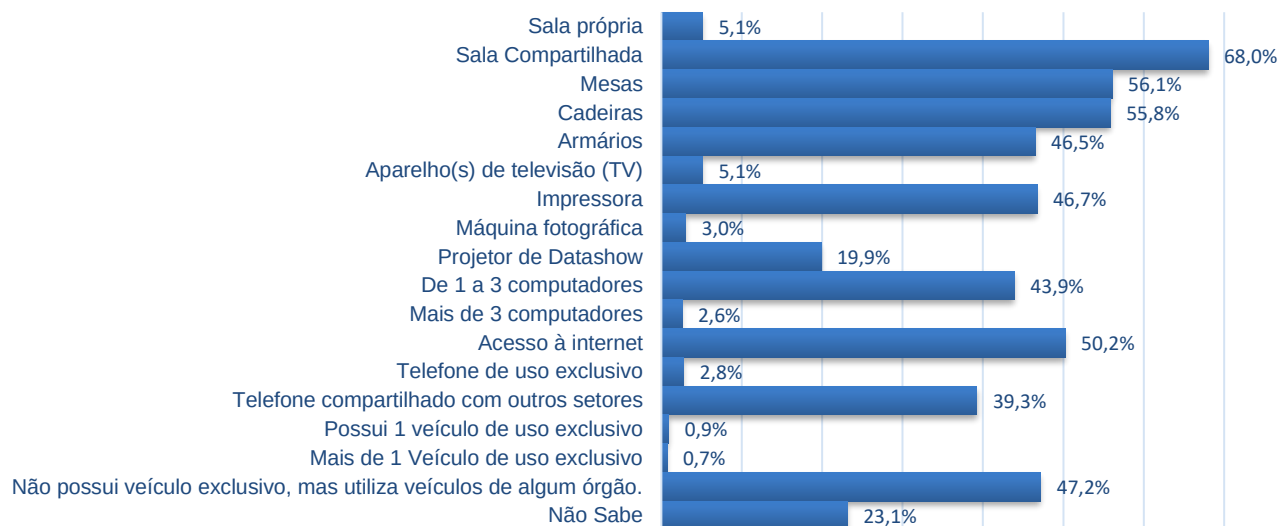
Média de servidores nas Secretarias Executivas das Caisans municipais por UF



UF	MÉDIA
PI	2,00
BA	2,00
MA	1,79
PE	1,75
SE	1,67
AM	1,33
PA	1,33
CE	1,00
MG	0,93
PB	0,85
PR	0,83
SC	0,83
RS	0,78
TO	0,73
RJ	0,67
SP	0,65
ES	0,33

Infraestrutura das Caisans municipais

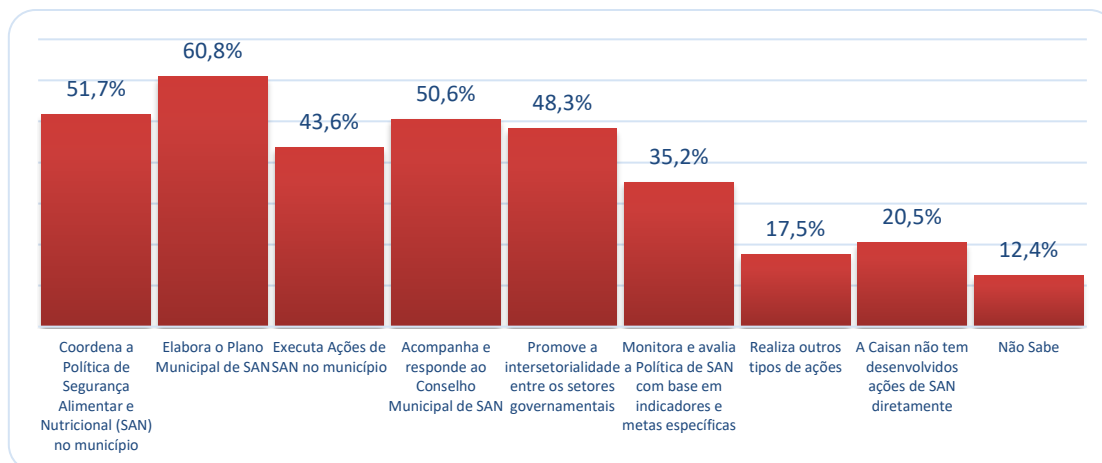
68% das Caisans municipais estão instaladas em salas compartilhadas com outros setores no órgão ao qual estão vinculadas e 5,1% em sala própria. Quanto ao mobiliário, 56,1% possuem mesas, 55,8%, cadeiras e 46,5% dispõem de armários. Aparelhos de TV estão disponíveis em 5,1% das Caisans municipais, impressora em 46,8%, máquinas fotográficas estão disponíveis em 3%.



São 19,9% das Caisans municipais que dispõem de projetores, 43,9% têm entre 1 e 3 computadores e 2,6% mais de 3. O acesso a internet está presente em 50,2% das Caisans, e o telefone é compartilhado com outros setores em 39,3% dos casos. Menos de 1% possui um ou mais de um veículo exclusivo, e 47,2% utilizam veículos de outros órgãos.

Ações que as Caisans municipais desenvolvem

Entre as principais ações desenvolvidas pelas Caisans municipais estão a elaboração do Plamsan (60,8%), coordenação da política de SAN no município (51,7%), acompanhamento e respostas às demandas do Comsea (50,6%), promoção da intersetorialidade governamental (48,3%) e execução de ações de SAN (43,6%).

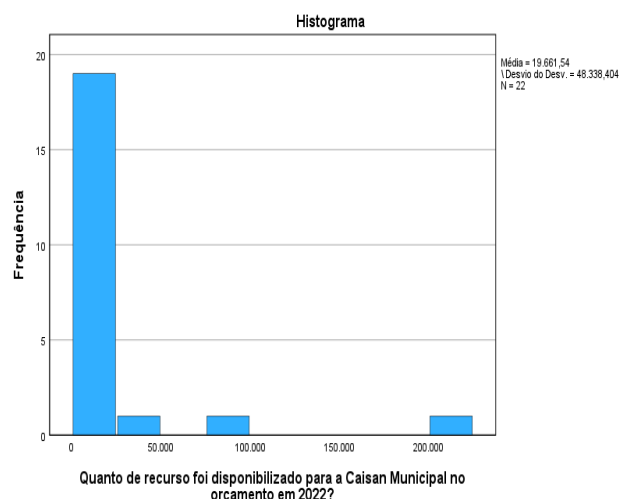
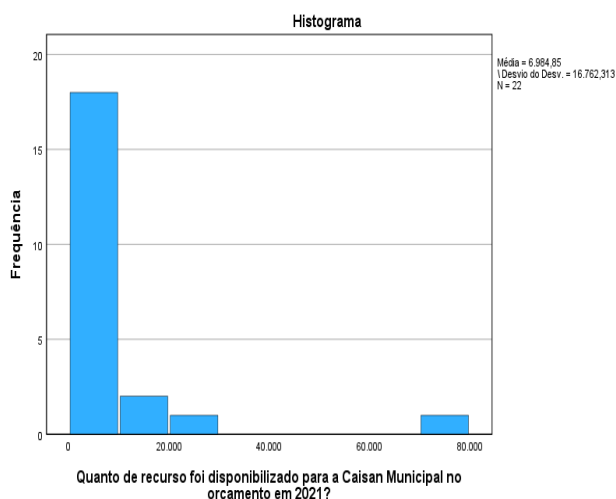


Cerca de um terço das Caisans municipais desenvolvem ações de monitoramento e avaliação das políticas de SAN (35,2%). 20,5% das Caisans não executam ou realizam ações de SAN diretamente e 17,5% desenvolvem ações não declaradas nas opções da pesquisa.

Orçamento das Caisans municipais

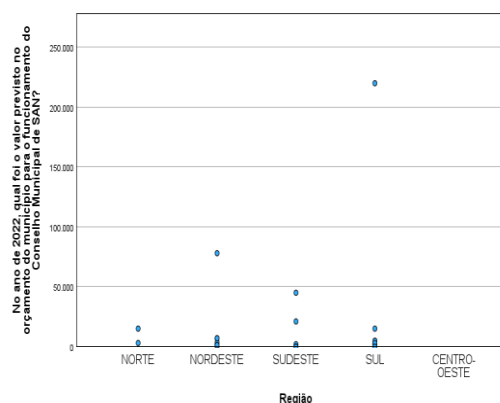
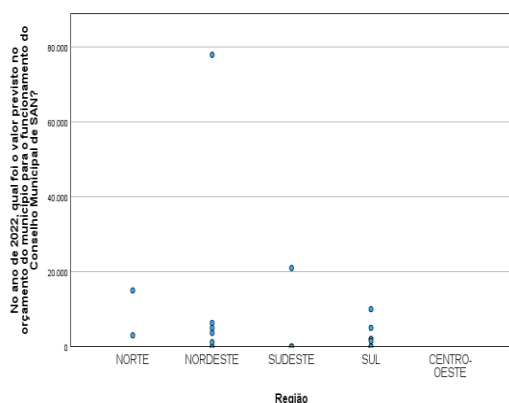
Somente 13,3% das Caisans municipais dispõem de orçamento próprio para financiamento da gestão de suas ações. Desse percentual, 8,4% dos respondentes informaram que não tinham conhecimento do montante disponível no orçamento do município. 68,0% das Caisans municipais não dispõem de recursos próprios no orçamento municipal para gestão de suas ações.

Para o ano de referência da pesquisa, 2021, as 22 Caisans que dispunham de recursos orçamentários próprios perfizeram uma média de R\$ 6,984,85 e uma mediana de R\$ 1.500,00. O valor máximo registrado na pesquisa foi de R\$ 78.000,00. O histograma abaixo apresenta a distribuição das frequências entre as faixas de valores separados por R\$ 10 mil em cada barra. Na primeira faixa de frequência, 17 Caisans dispõem de orçamentos próprios de até R\$ 10 mil, outras 2 Caisans contam com valores entre R\$ 10 e R\$ 20 mil, uma delas entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil e outra entre R\$ 70 mil e R\$ 80 mil.



Entretanto, quando consultadas sobre a projeção orçamentária municipal de recursos próprios para o ano de 2022, os valores extremos superiores se ampliam significativamente e as faixas de cada barra do histograma saltam de intervalos de R\$ 10 mil para R\$ 25 mil. Na primeira faixa de frequência do histograma de 2022 agora situam-se 19 municípios; as outras 3 barras representam um caso cada.

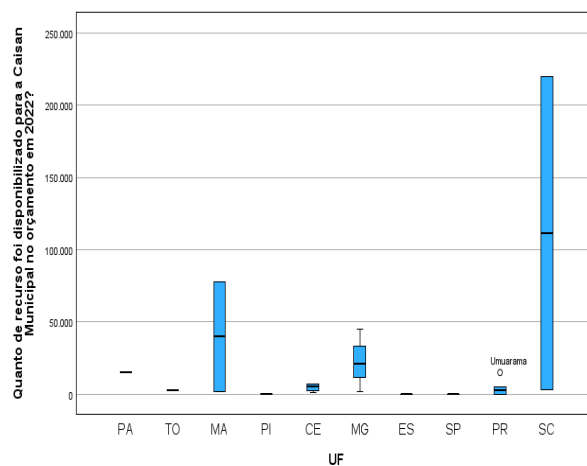
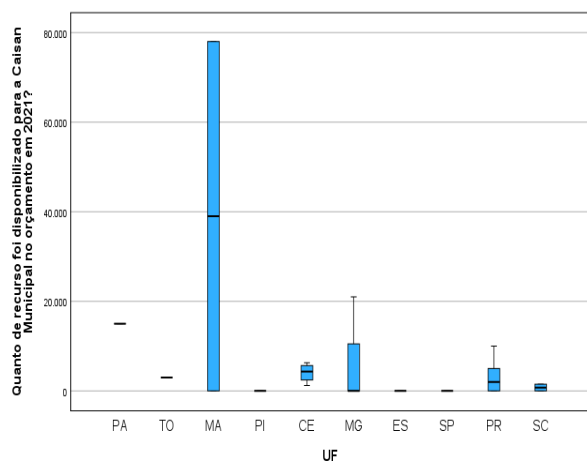
A média de 2022 salta para R\$ 19,661,54 e a média aparada em 5% dos valores extremos mais baixos e mais altos é calculada em R\$ 10.341,11. A mesma média aparada em 5% para o ano de 2021 era igual a R\$ 3,715,49, o que resulta em um aumento de 278% de um ano para outro.



Região	Orçamento 2021			Orçamento 2022		
	Caisans	Média (R\$)	Soma (R\$)	Caisans	Média (R\$)	Soma (R\$)
NORTE	2	9.000	18.000	2	9.000	18.000
NORDESTE	7	13.452	94.167	7	14.079	98.554
SUDESTE	5	4.200	21.000	5	13.600	68.000
SUL	8	2.563	20.500	8	31.000	248.000
CENTRO-OESTE	0			0		
Total	22	6.985	153.667	22	19.662	432.554

Se em 2021 o ponto extremo quanto ao orçamento disponível estava situado na região Nordeste (que se manteve no mesmo patamar em 2022, porque a escala do gráfico é ampliada, mas o valor disponível para os municípios nordestinos permanece no mesmo patamar de 2021), em 2022 o ponto fora da curva situa-se na região Sul. Os dados na tabela e dos gráficos acima demonstram que o aumento das médias gerais e aparadas se devem às Caisans municipais das regiões Sudeste e, especialmente, da região Sul no ano de 2022.

Os gráficos abaixo destacam que em 2021 uma Caisan maranhense é que tinha o maior orçamento disponível (R\$ 78 mil) e em 2022 uma Caisan catarinense é que apresenta o maior recurso orçamentário (R\$ 220 mil)



Ações de SAN nos municípios

Financiamento das ações de SAN nos municípios

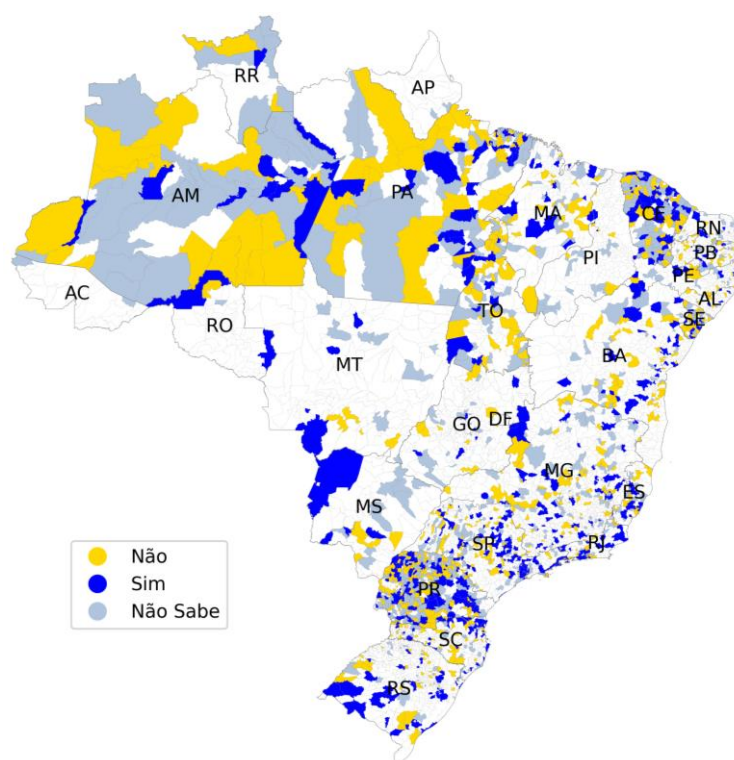
De acordo com a pesquisa, 517 municípios brasileiros realizam ações de SAN com financiamento municipal próprio. Os municípios do Paraná (18%), de São Paulo (14%), de Minas Gerais (10%) e do Ceará (10%) respondem pela maior participação nesse conjunto, mas, em termos relativos – considerando o total de municípios que financiam ações próprias de SAN sobre o total de municípios em cada UF –, Ceará, Paraná, Pará e Sergipe estão na dianteira, conforme a tabela abaixo.

Tabela 11. Quantidade e percentual de municípios da UF que financiam ações de SAN com recursos do orçamento municipal

UF	financiam ações de SAN	Total de municípios da UF	% de municípios da UF
CE	50	184	27,2
PR	91	399	22,8
PA	30	144	20,8
SE	14	75	18,7
RJ	16	92	17,4
ES	12	78	15,4
AM	9	62	14,5
SP	73	645	11,3
SC	27	295	9,1
BA	31	417	7,4
RR	1	15	6,6
RS	33	499	6,6
PE	12	185	6,5
MG	53	853	6,2
MA	13	217	6
PB	13	223	5,8
MS	4	79	5,1
TO	7	139	5,0
RN	7	167	4,2
AL	4	102	3,9
RO	2	52	3,8
MT	4	141	2,8
GO	6	246	2,4
PI	3	224	1,3
AC	0	22	0
AP	0	16	0
	517	5.570	100,0

A maior parte dos 517 municípios que financiam ações próprias de SAN está fora de regiões metropolitanas – apenas 6% deles pertencem a alguma RM – e 38% deles têm porte populacional acima de 50 mil habitantes. Uma vez que os municípios com mais de 50 mil habitantes representam apenas 12% do total de municípios do país, esse dado revela uma participação relativa bastante alta dos municípios nessa faixa demográfica entre os que financiam ações próprias de SAN. Em contrapartida, embora municípios com menos de 20 mil habitantes correspondam a 3/5 do total do país, eles representam apenas 40% dos municípios com ações de SAN financiadas com recursos próprios. O cartograma a seguir mostra a distribuição territorial dos municípios que efetuam esse financiamento.

Cartograma 9. Municípios que disponibilizam recursos do orçamento municipal para financiamento das ações de SAN em 2022



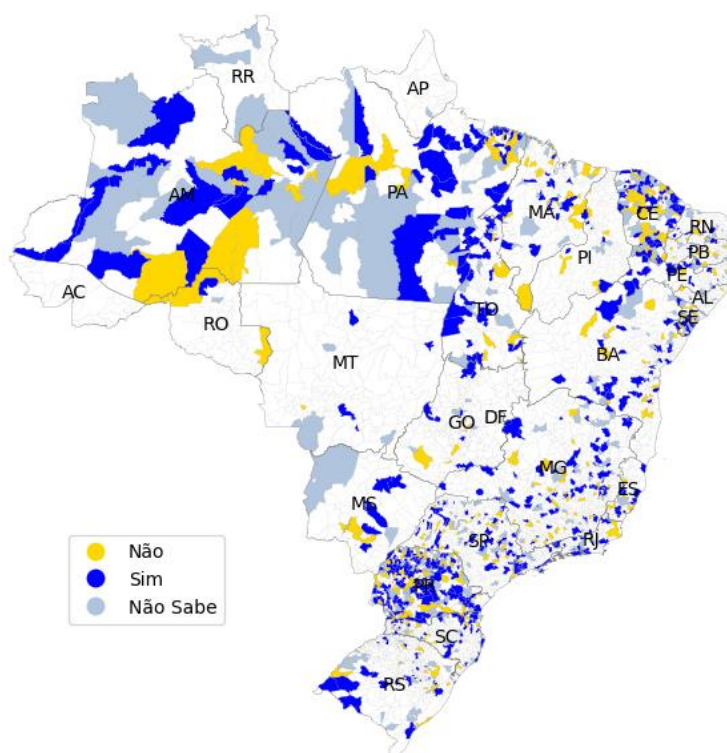
Entre as ações de SAN realizadas e financiadas pelos próprios municípios, destacam-se as de saúde, alimentação e nutrição, as de garantia de direitos socioassistenciais (que incluem a inscrição das famílias no CadÚnico), as de educação alimentar e nutricional, as de alimentação e escolar e as de doação de alimentos: juntos, esses cinco tipos de ações de SAN correspondem a 50% do total das ações citadas pelos municípios como financiadas com receita própria.¹⁹

Regulamentação de ambientes alimentares

De acordo com o Mapa SAN, do total de municípios respondentes a esse quesito (1.874), apenas 32% afirmam realizar alguma ação de regulamentação dos ambientes alimentares. A ação desse tipo citada mais vezes pelos municípios foi o “estabelecimento de normas sanitárias municipais que apoiem a oferta de alimentos regionais do pequeno produtor” (1/3 do total de respostas) e “regulação do comércio de alimentos nas escolas” (29%). O cartograma a seguir mostra como se distribuem no território os municípios com ações de regulamentação dos ambientes alimentares.

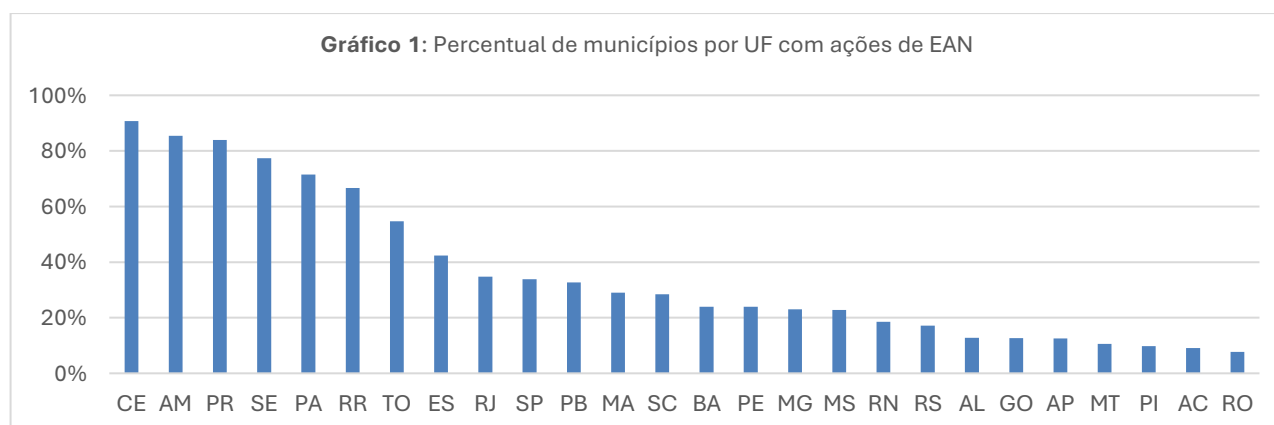
¹⁹ Os 517 municípios que financiam ações próprias de SAN citaram 3.257 ações, classificadas em 21 tipos: Ações de saúde, alimentação e nutrição, Ações de garantia dos direitos socioassistenciais, Inclusão produtiva e geração de renda, Educação alimentar e nutricional, Ações de ampliação ao acesso à água, Aquisição de alimentos da agricultura familiar, Assistência técnica e extensão rural, Fomento à organização em associação ou cooperativa para a agricultura familiar, Fomento à produção orgânica e agroecológica, Fomento a atividades produtivas rurais, Fomento à produção, comercialização, consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos, Abastecimento alimentar, Alimentação escolar, Oferta de refeições, Doação de alimentos, Utilização de sistema informatizado de gestão do PLASAN municipal, Articulação e referenciamento com outros serviços públicos, Capacitação de gestores e conselheiros da área de SAN, Pesquisa, Apoio e custeio na gestão intersetorial da política de SAN ou Caisan, Apoio e custeio das ações do COMSEA.

Cartograma 10. Municípios que realizam alguma ação de regulamentação de ambientes alimentares



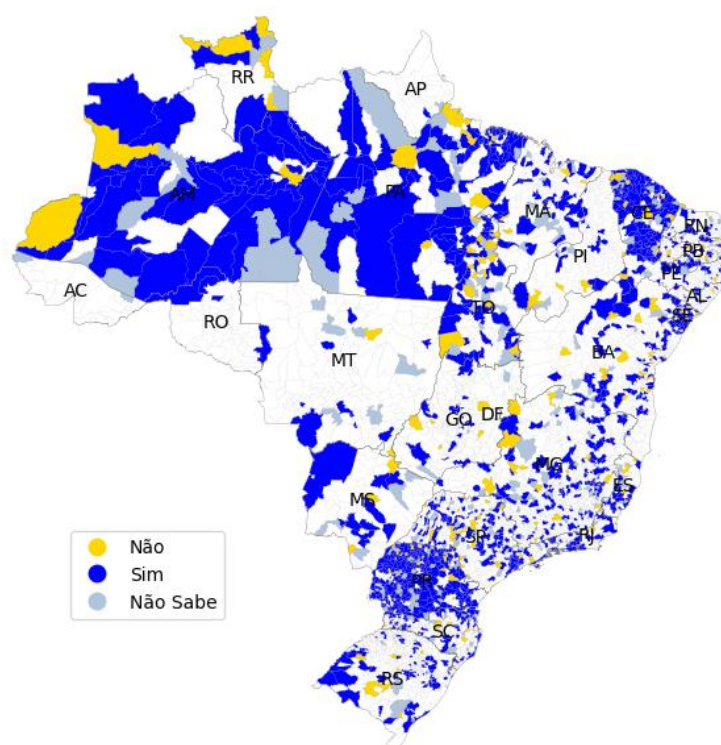
Educação alimentar e nutricional nos municípios

Independentemente do ente financiador, 1.355 municípios afirmaram realizar, em 2022, ações de educação alimentar e nutricional. Tal grupo representava 72% do universo dos respondentes (1.874). Paraná (20%), São Paulo (11%), Minas Gerais (10%) e Ceará (10%) somavam a maior quantidade de municípios que responderam afirmativamente a essa questão. Contudo, considerando o número de municípios que realizam ações de EAN sobre o total de municípios por UF, Ceará, Amazonas, Paraná, Sergipe e Pará se destacam como os estados onde, pelo menos, 70% das cidades desenvolvem ações com foco em educação alimentar e nutricional, conforme mostra o gráfico abaixo:



Entre os municípios que responderam afirmativamente a essa questão, apenas 5% estão em Regiões Metropolitanas e 54% têm menos de 20 mil habitantes. O mapa abaixo mostra como se dá no território a distribuição dos municípios com ações de educação alimentar e nutricional.

Cartograma 7. Municípios que realizam ações de Educação Alimentar e Nutricional



As políticas públicas que, nos municípios, concentram as ações de EAN são, majoritariamente, as das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social/Desenvolvimento Social/Direitos Humanos: das cerca de 4 mil ações de EAN citadas pelos municípios, essas três áreas abarcam 82%.

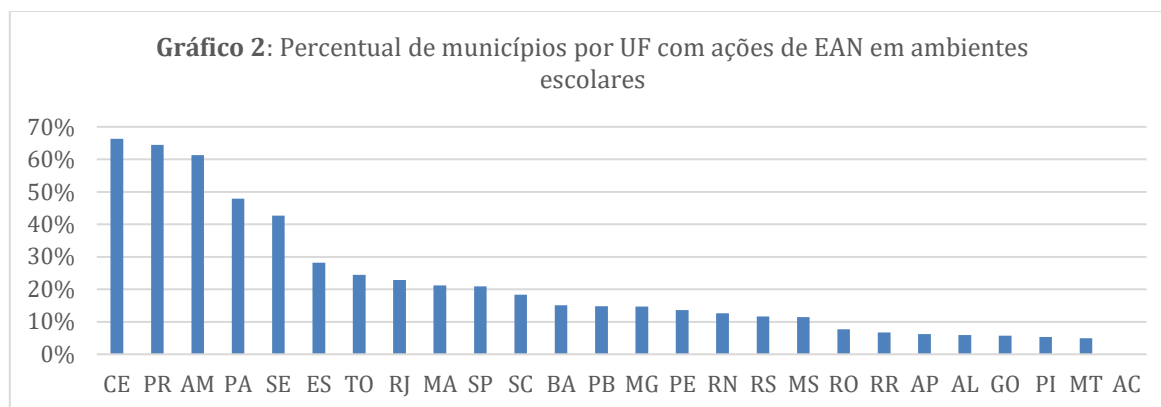
As ações de EAN realizadas nos municípios envolvem principalmente os temas do aleitamento materno, da higienização e conservação dos alimentos, da promoção da alimentação adequada e da prevenção e controle da obesidade e doenças crônicas não transmissíveis: 1/3 de todas as ações citadas enquadra-se nesses quatro temas.²⁰

Em relação ao financiamento, os recursos municipais são citados, sozinhos ou em conjunto com recursos dos estados e da União, como a fonte mais frequente das ações de EAN (43%), seguidos dos recursos federais (24%).²¹ A participação da iniciativa privada nas ações de EAN é bastante reduzida – apenas 138 municípios a mencionaram, citando pequenos comerciantes/feiras e entidades do sistema S como parceiros principais.

O levantamento apurou ainda que, dos 1.874 municípios que responderam a esse quesito, 65% (1.214) realizam ações de EAN nos ambientes escolares. Como mostra o gráfico abaixo, no Ceará, no Paraná e no Amazonas, pelo menos 60% dos municípios realizam atividades de EAN nas escolas. Em 26% dos municípios que responderam afirmativamente à questão, essas atividades são integradas ao currículo escolar; em 29% deles, são sistemáticas e/ou regulares.

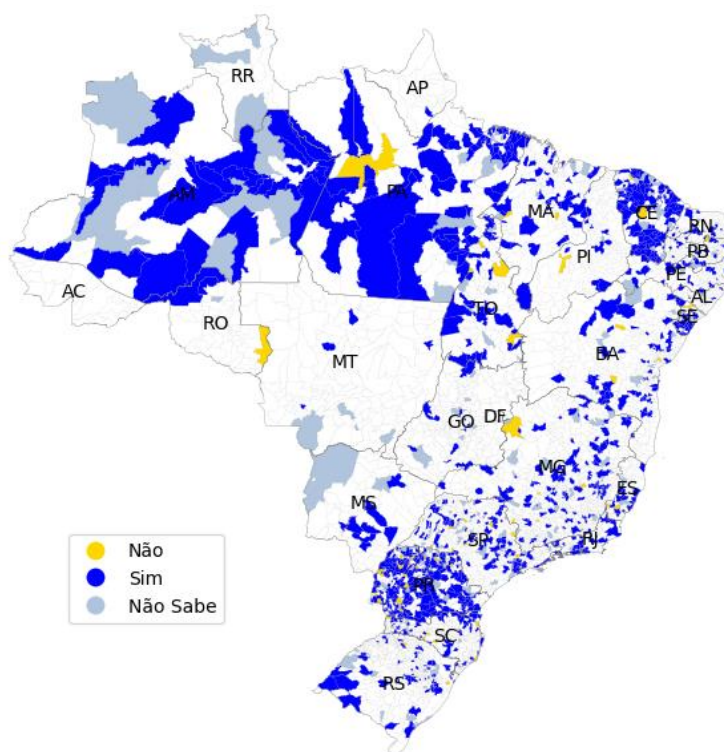
²⁰ Uma vez que os respondentes poderiam mencionar mais de uma ação nesse quesito, o dado quantitativo se refere ao total de menções: 10.842.

²¹ Como os respondentes podiam assinalar mais de uma fonte – havendo casos de composição de recursos municipais ou federais, por exemplo –, os percentuais se referem ao total das menções feitas a todas as fontes: 2.289

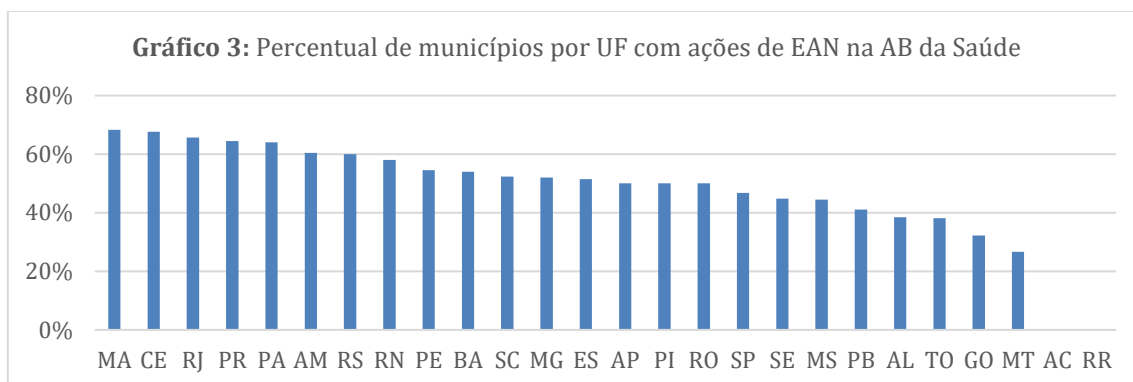


O cartograma a seguir apresenta a distribuição espacial dos municípios que afirmaram realizar ações de educação alimentar e nutricional nas escolas.

Cartograma 8. Municípios que realizam alguma ação de EAN em ambientes escolares

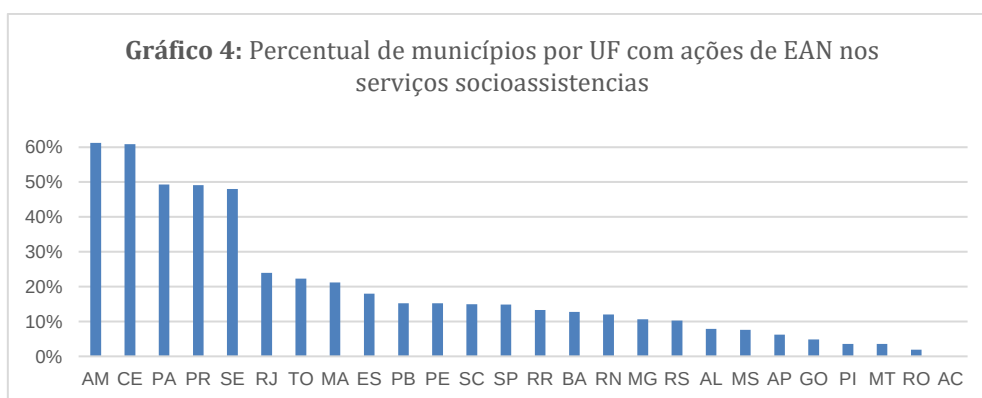


Sobre o mesmo total (1.874) de municípios, 55% afirmaram que realizam atividades de educação alimentar e nutricional nos serviços de saúde da Atenção Básica (AB). Entre as UF's, aquelas em que a maior proporção relativa dos municípios realiza atividades desse tipo são Maranhão, Ceará, Rio de Janeiro e Paraná. O gráfico abaixo mostra, entretanto, que em grande parte dos estados brasileiros é significativo o percentual de municípios com ações de EAN na AB da Saúde, mesmo levando em conta que apenas 1/3 dos municípios brasileiros (1.874) registrou resposta para essa questão no Mapa SAN.



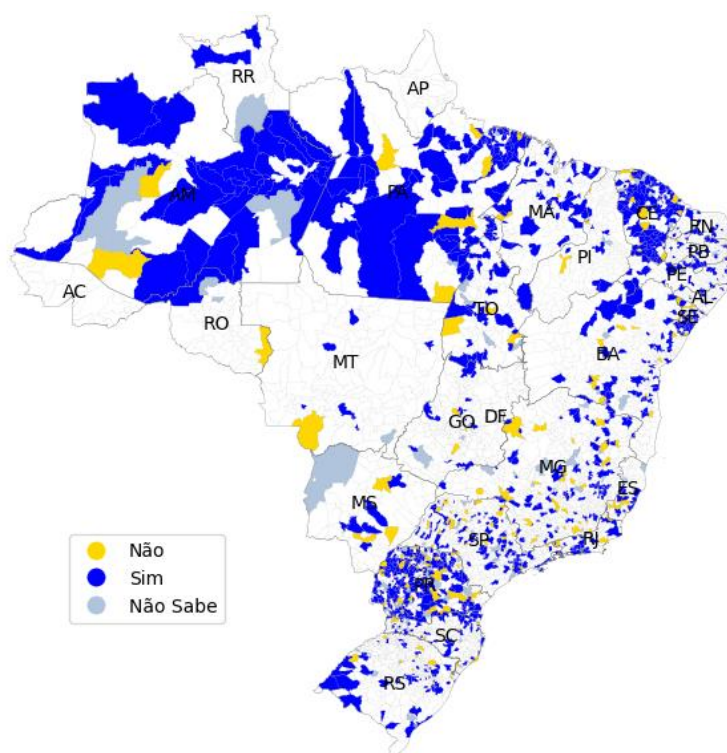
Nas ações de EAN no âmbito dos serviços de saúde, os principais aspectos abordados são: o ciclo de vida dos usuários, as necessidades alimentares especiais dos usuários dos serviços de saúde e as condições de saúde dos usuários dos serviços de saúde. Entre os grupos sociais mais atendidos pelas ações de EAN nos serviços de saúde, as gestantes, crianças, idosos e beneficiários(as) do PBF foram os citados com maior frequência.

São estes também os grupos sociais mais atendidos pelas ações de EAN nos serviços socioassistenciais dos municípios. De acordo com o levantamento do Mapa SAN, 55% dos municípios respondentes a esse quesito (1.874) afirmaram realizar ações de SAN nos serviços de assistência social – em quase metade dos casos no âmbito da Proteção e Atendimento Integral à Família (22%) ou da Convivência e Fortalecimento de Vínculos (também 22%), ambos serviços da Proteção Social Básica.²² Embora, em termos absolutos, Paraná (21%), São Paulo (11%), Minas Gerais (11%) e Ceará (11%) sejam os estados com maior número de municípios dentro do conjunto daqueles que realizam ações de EAN nos serviços socioassistenciais, o gráfico a seguir mostra que, em termos relativos, as UFs com mais municípios que realizam tais ações são Amazonas, Ceará, Pará, Paraná e Sergipe. Os municípios com até 20 mil habitantes representam 55% do total (1.030) dos que realizam ações de EAN em serviços socioassistenciais. Logo abaixo do gráfico, o cartograma 9 representa no território a distribuição dos municípios com ações de EAN nesses serviços.



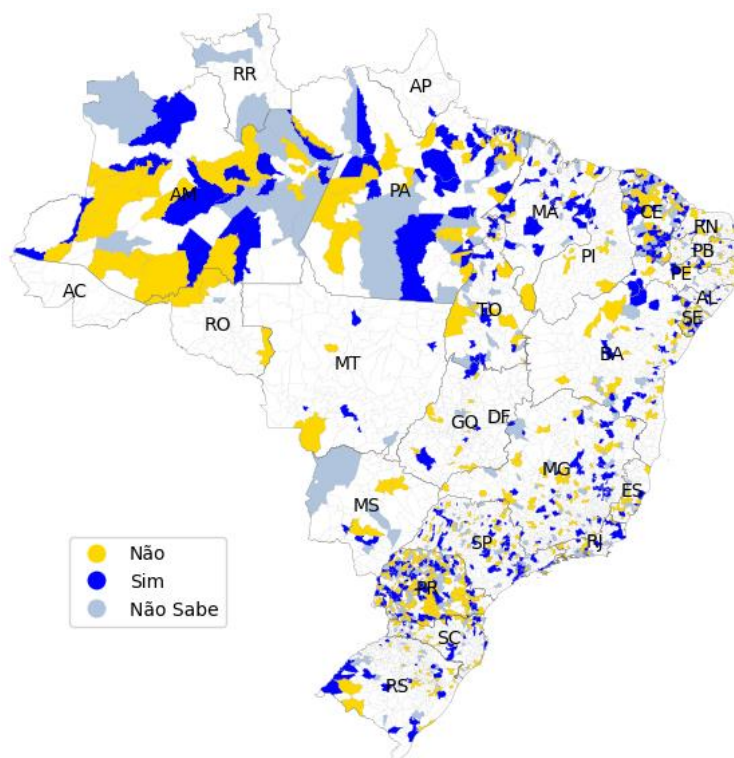
²² Esses percentuais se referem a um total de 3.873 respostas, considerando que cada município pode ter citado mais de um serviço socioassistencial que realiza ações de EAN.

Cartograma 9. Municípios que as ações de EAN integram serviços da Assistência Social



A inclusão de ações de educação alimentar e nutricional nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN) é, entretanto, relativamente baixa: apenas 24% dos municípios respondentes à pesquisa (1.874) afirmaram desenvolver ações de EAN nesses equipamentos. O cartograma a seguir indica a distribuição deles no território.

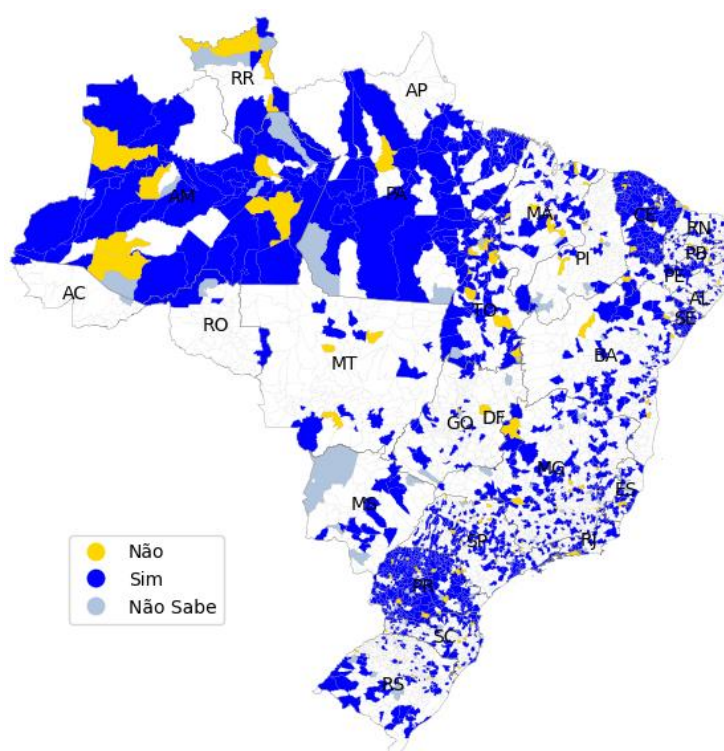
Cartograma 10. Municípios que as ações de EAN são realizadas nos EPSAN



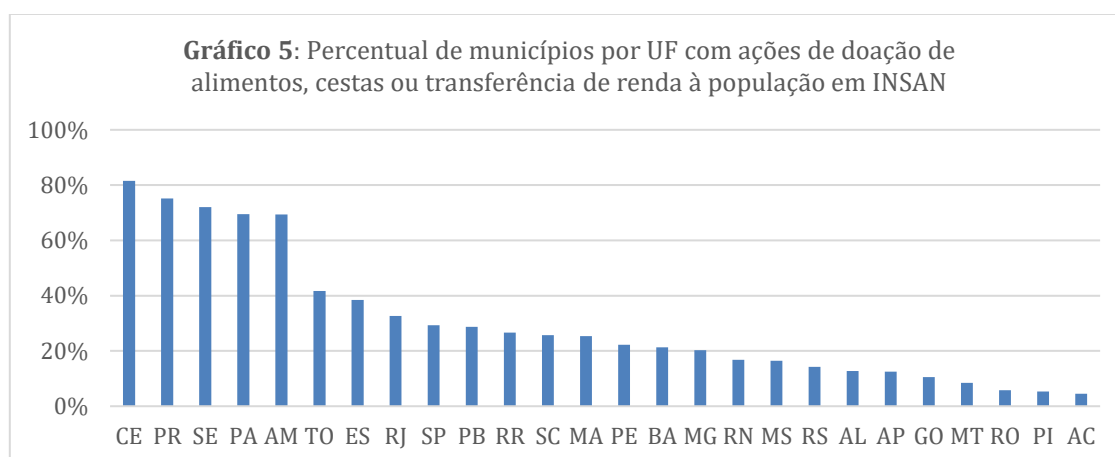
Doações de alimentos, de cestas básicas, pecúnia ou benefício eventual à população em situação de INSAN

De acordo com o levantamento, do total de municípios respondentes (1.874) a esse quesito, 88% desenvolvem ações de doação de alimentos, de cesta básica, pecúnia ou benefício eventual à população em situação de INSAN. Levando em conta a totalidade dos municípios brasileiros, isto significa que, pelo menos, 30% deles realizariam ações desse tipo. Os municípios com até 20 mil habitantes representam 56% do grupo que realiza doação de alimentos, de cesta básica, pecúnia ou benefício eventual à população em situação de INSAN, mas, em termos relativos, conforme se cresce na faixa demográfica, aumenta a proporção de municípios que realizam tais ações. Assim, do total de municípios de até 20 mil habitantes, 24% têm ações de doação de alimentos, de cestas básicas e de transferência de renda a famílias em INSAN; entre os municípios de 20 a 50 mil habitantes, são 33%; entre os de 50 a 100 mil, 43%; entre os municípios acima de 100 mil habitantes, 62% realizam tais ações. O cartograma a seguir situa tais municípios no território:

Cartograma 11. Municípios que doam alimentos, cestas básicas ou oferecem pecúnia para população em situação de INSAN



O gráfico a seguir exibe a proporção de municípios por UF com ações de doação de alimentos, cestas básicas e transferência de renda específica à população em INSAN: Ceará, Paraná, Sergipe, Pará e Amazonas destacam-se com pelo menos 70% de seus municípios realizando ações desse tipo.

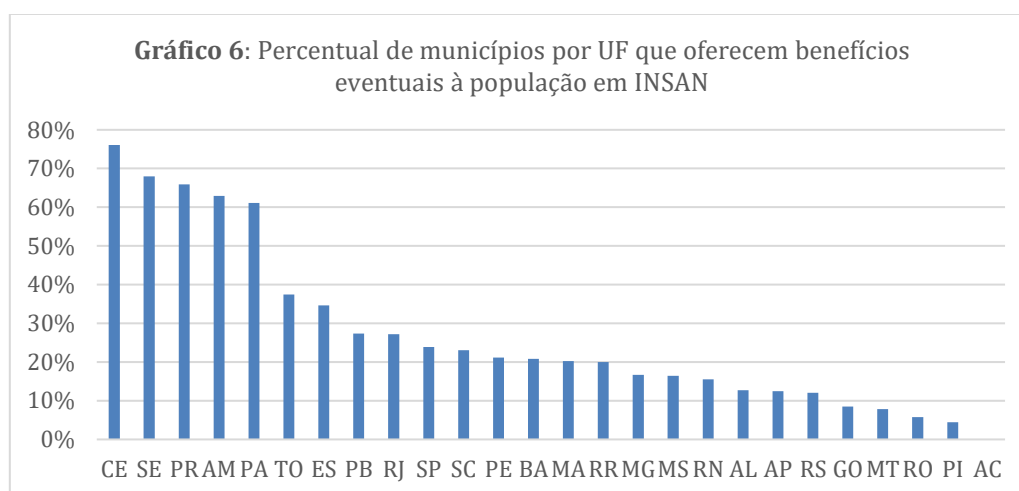


A fonte de recursos citada mais frequentemente pelos municípios para ações de doação de alimentos, cestas básicas e transferência de renda é a própria receita municipal (46% das menções a fontes de recursos para essas ações citam os próprios municípios). Recursos estaduais (29%) e federais (18%) acumulam menos menções.²³ A modalidade de doação de alimentos mais citada entre municípios respondentes é a distribuição de cestas básicas (54%), seguida da doação de alimentos in natura (24%) e da distribuição de refeições prontas (11% das menções). A distribuição de tickets ou vale-refeições foi mencionada apenas 4% das vezes em que ações desse tipo foram declaradas pelos municípios. Os grupos sociais citados mais frequentemente como beneficiários de ações de doação de alimentos pelos municípios foram “pessoas atendidas na Proteção Social Básica (PSB)” (29%), “pessoas em situação de insegurança alimentar” (20%) e “pessoas em situação de rua” (13%).²⁴ Tais dados se refletem na definição do tipo de equipamento público pelo qual se dão as ações de doação de alimentos: CRAS (43%), Secretaria de Assistência Social (25%), CREAS (14%) e Centros Pop (2%) são os equipamentos mais frequentemente citados como aqueles por meio dos quais são feitas as ações de doação de alimentos ou distribuição de cestas. É importante ponderar que os CRAS estão presentes em quase todos os municípios do país, ao passo que os CREAS e os Centros Pop se situam predominantemente em cidades de maior porte demográfico.

Em relação à concessão dos benefícios eventuais voltados às populações em INSAN, o levantamento verificou que, do total de municípios respondentes (1.874), 77% afirmaram oferecer benefícios desse tipo. O gráfico abaixo traz a proporção de municípios por UF que ofertam benefícios eventuais às pessoas em situação de insegurança alimentar: Ceará, Sergipe, Paraná, Amazonas e Pará novamente se destacam.

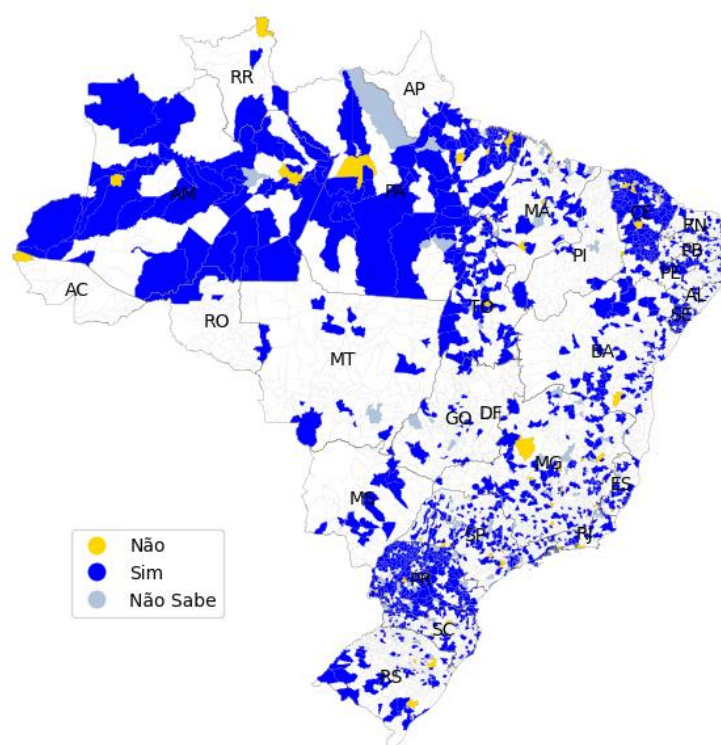
²³ O dado se refere não ao total de recursos, mas à frequência com que as fontes foram citadas.

²⁴ Como certamente existem sobreposições entre esses grupos, esse dado deve ser tomado antes como um indicativo da direção assumida pela política que como um indicador de cobertura.



Em 78% das menções de ações desse tipo, a oferta de benefícios eventuais às populações em INSAN se realiza por meio da distribuição de cestas básicas ou de alimentos in natura; apenas uma pequena parte (8%) do total de ações desse tipo citadas pelos municípios se referem à transferência de pecúnia. O cartograma a seguir mostra como se distribuem no território do país os municípios que oferecem benefícios eventuais às pessoas com InSAN:

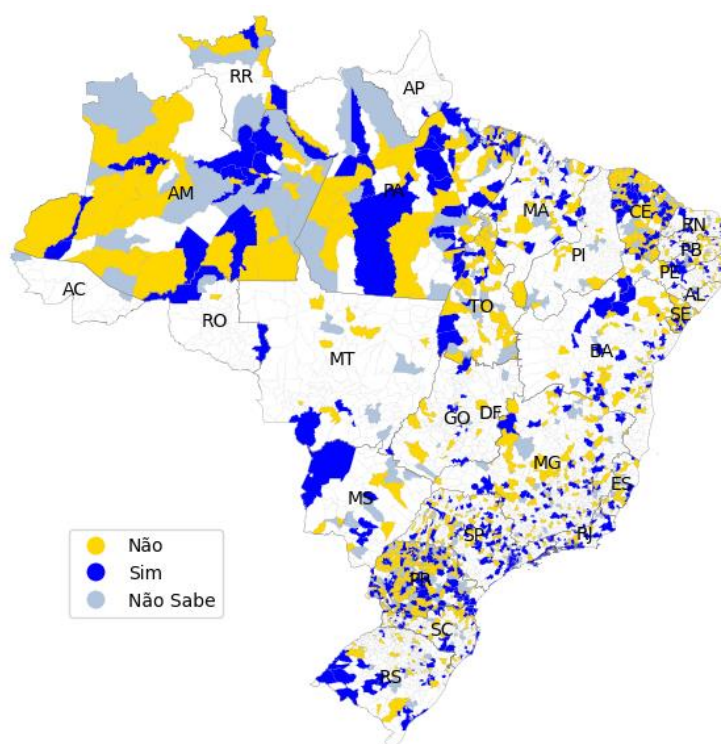
Cartograma 12. Municípios que oferece Benefício Eventual da Assistência Social para população em situação de INSAN



O mapeamento levantou, ainda, que, em 2021, 2,33 milhões de pessoas em municípios por todo o país receberam algum tipo de benefício eventual destinado a pessoas em INSAN. Desse total, cerca de 1/5 vivia em municípios do estado de São Paulo. Paraná (16%) e Ceará (9%) respondiam, respectivamente, pela segunda e pela terceira maiores participações percentuais no total de pessoas atendidas.

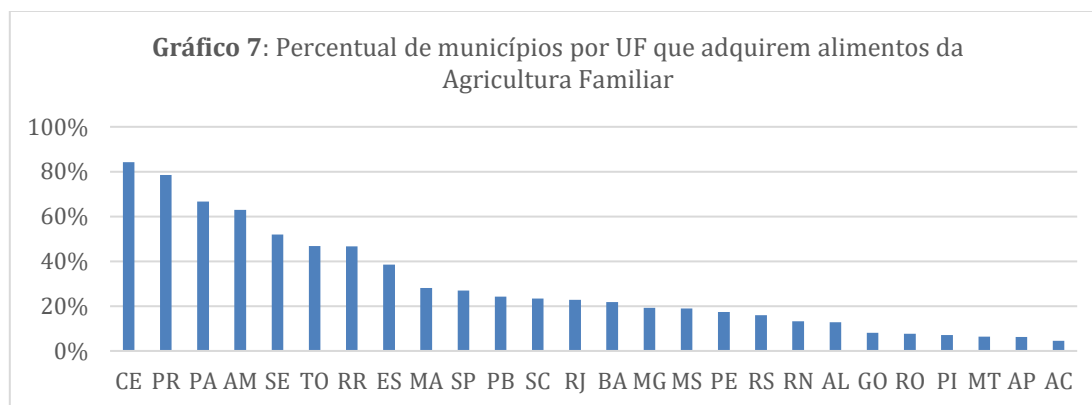
Entre as ações mais frequentemente citadas como atividades desenvolvidas com as famílias em INSAN, destacam-se o acompanhamento das famílias, as visitas domiciliares, o registro de acompanhamento familiar em prontuário, o atendimento particularizado, o encaminhamento para a rede assistencial e para inscrição no CadÚnico. Do conjunto geral de municípios que desenvolvem ações desse tipo voltadas às populações em INSAN (1.874), apenas 30% afirmam realizar alguma política específica destinada a grupos populacionais específicos – moradores em situação de rua, imigrantes internacionais, catadores de materiais recicláveis, etnias indígenas, comunidades quilombolas ou outros povos e comunidades tradicionais. O cartograma a seguir apresenta a distribuição desses municípios no espaço territorial brasileiro:

Cartograma 13. Municípios que desenvolvem alguma política ou ação de SAN voltada para moradores em situação de rua, imigrantes internacionais, catadores de recicláveis, etnias indígenas, comunidades quilombolas ou outros povos e comunidades tradicionais



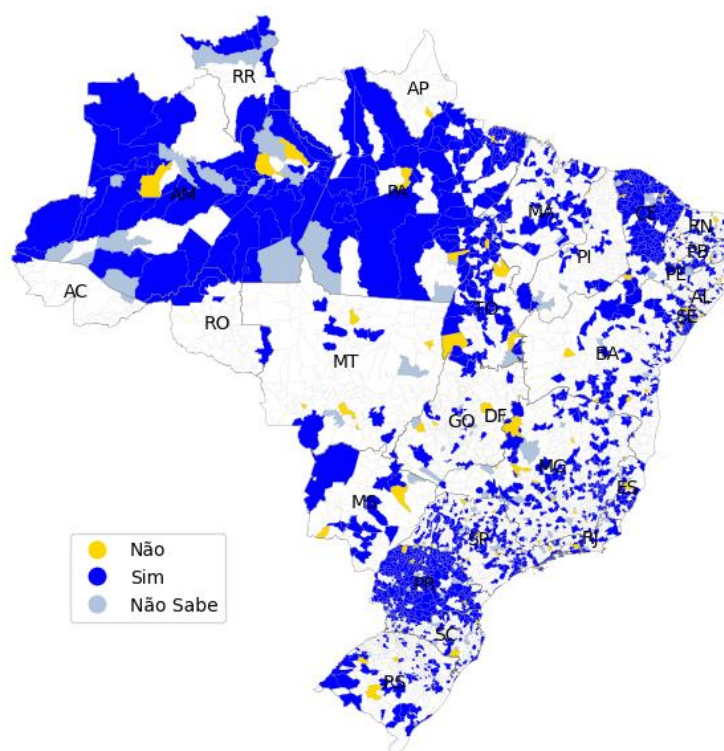
Aquisições da agricultura familiar

O levantamento do MapaSAN procurou ainda identificar os municípios que realizavam aquisições da agricultura familiar ou que desenvolviam políticas específicas para esse público. Em destaque no gráfico abaixo, Ceará, Paraná, Pará, Amazonas e Sergipe despontam como os estados onde mais de 50% dos municípios respondentes registram aquisições de produtos da agricultura familiar.



Também nesse caso, o número de municípios que adquirem produtos da agricultura familiar cresce conforme o porte populacional. Assim, entre os municípios de até 5 mil habitantes, 20% adquirem produtos agrícolas familiares; entre os municípios de mais de 5 mil e menos de 10 mil habitantes, esse índice é de 23%; para municípios entre 10 e 20 mil, 29%; entre 20 e 50 mil, 32%; de 50 a 100 mil, 40%; e entre municípios acima de 100 mil habitantes, 54% adquirem produtos da agricultura familiar. O mapa a seguir representa o total de municípios que efetuam tais aquisições.

Cartograma 14. Municípios que adquirem produtos da agricultura familiar

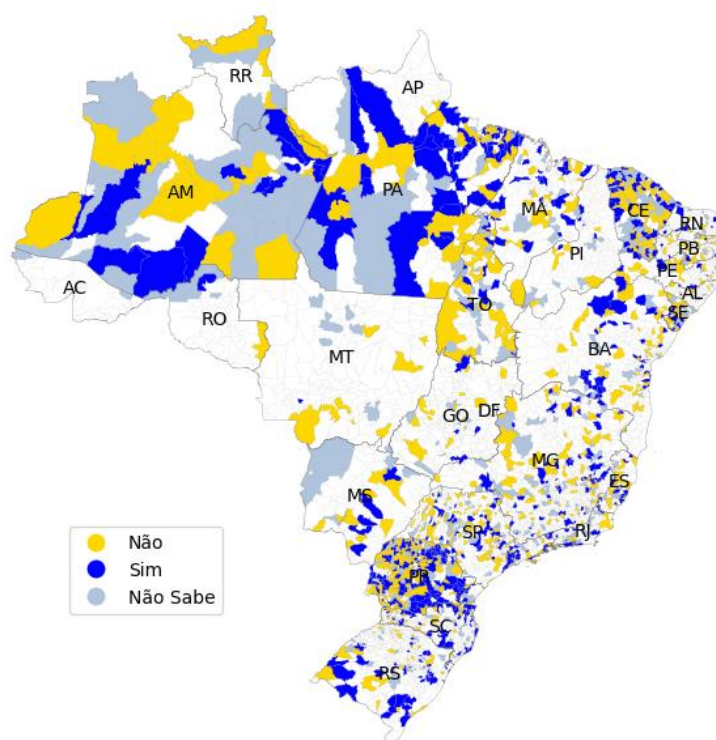


Entre os equipamentos e programas citados mais frequentemente como aqueles que recebem produtos da agricultura familiar adquiridos pelos municípios, estão o PNAE (40%), o Programa Alimenta Brasil, como passou a se chamar o PAA (18%) e a Rede Socioassistencial (14% do total das citações, considerando que cada município podia citar mais de um “destino” das aquisições). Já entre os equipamentos que recebem, com mais frequência, os produtos adquiridos especificamente via

Programa Alimenta Brasil (PAA), destacam-se a rede direta de assistência social (35%), as escolas (15%) e as creches (14%)²⁵

Do total de municípios respondentes (1.874), 32% afirmaram adquirir produtos orgânicos ou agroecológicos, em geral – mais frequentemente (52% das vezes) – para o PNAE e para o Alimenta Brasil. Poucos municípios (19% dos respondentes) realizam, porém, atividades de capacitação, fomento ou incentivo à produção agroecológica. O mapa a seguir representa no território do país os municípios que adquirem produtos orgânicos ou agroecológicos:

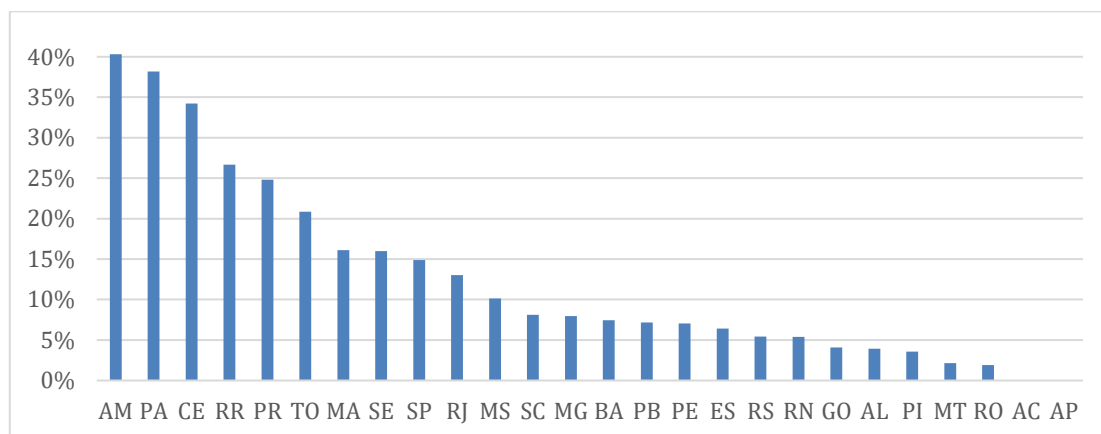
Cartograma 115. Municípios que adquirem ou adquiriram recentemente alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade



Agricultura urbana

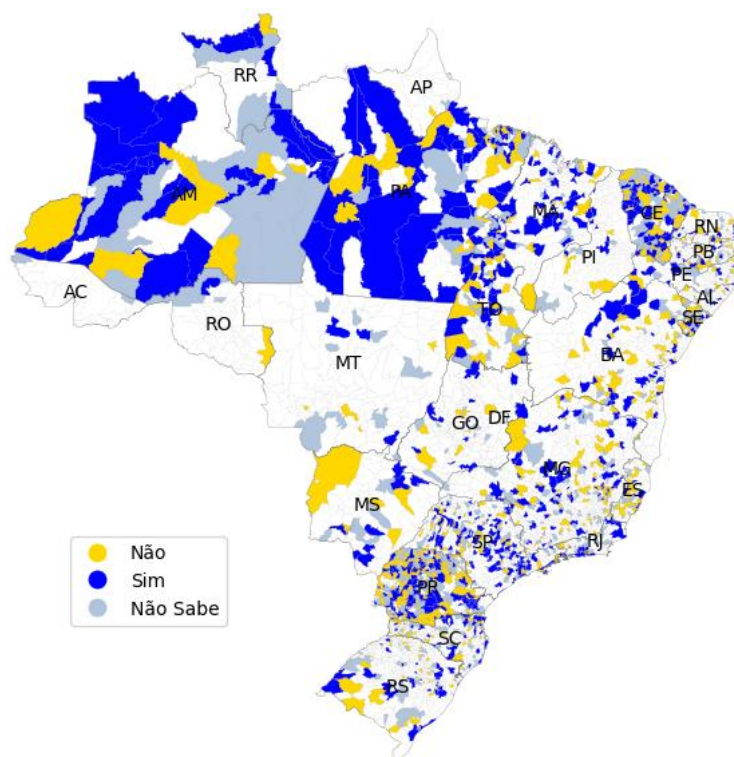
Do conjunto de municípios respondentes (1.874), 35% declararam apoiar práticas de agricultura urbana. Na maior parte dos casos, esse apoio toma a forma de fornecimento de ATER (17%), de fornecimento ou subsídio de sementes (14%) e de outros insumos ou componentes (11%). As práticas apoiadas, citadas mais frequentemente, são as hortas nas escolas (31%) e as hortas comunitárias em espaços públicos (23%). O gráfico abaixo representa os estados com o percentual de municípios que, em cada um, apoia práticas de agricultura urbana: no Amazonas, no Pará e no Ceará, mais de 30% dos municípios apoiam agricultura urbana.

²⁵ De um total de 2.222 citações, excluídos os casos em que o município não sabia informar quais equipamentos recebiam a produção agrícola familiar adquirida via programa Alimenta Brasil.

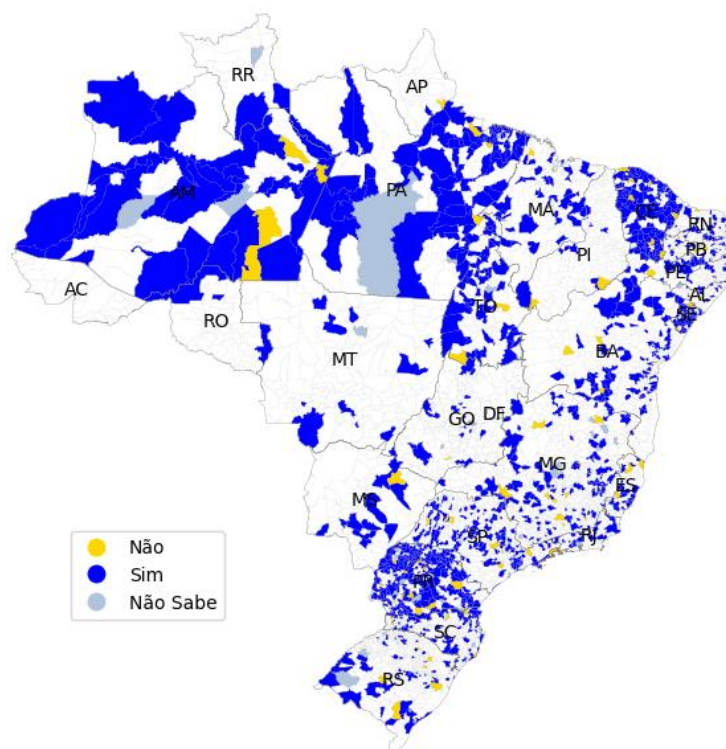


As práticas de apoio à agricultura urbana são mais presentes nos municípios de maior porte populacional. Entre aqueles com população de até 5 mil e de 5 mil a 10 mil habitantes, apenas 6% e 7%, respectivamente, apoiam tais práticas; entre aqueles com população entre 50 e 100 mil e aqueles com mais de 100 mil habitantes, 19% e 41%, respectivamente, afirmam apoiá-las. O cartograma a seguir situa esses municípios no território do país.

Cartograma 12. Municípios que apoiam práticas de agricultura urbana



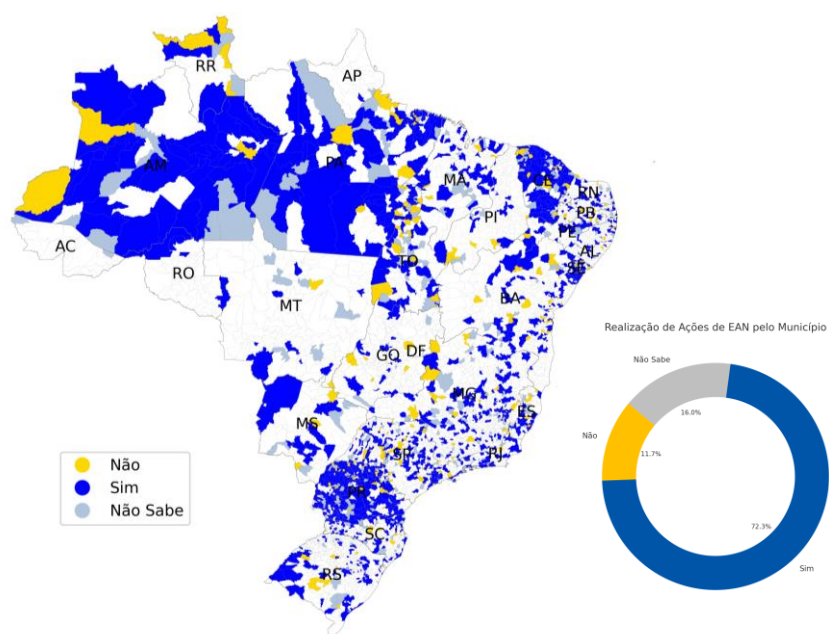
Cartograma 13. Municípios em que existe uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de INSAN



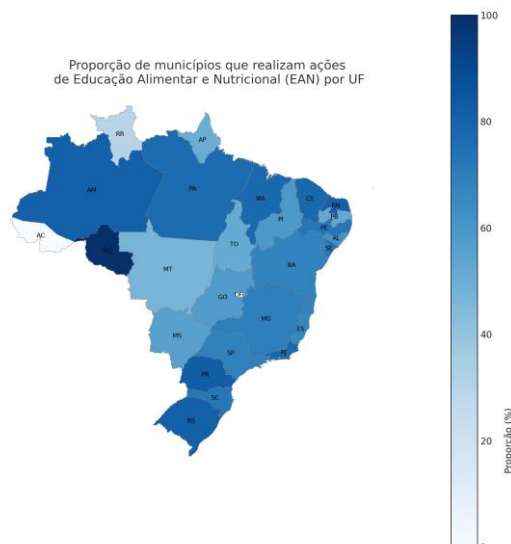
Ações de Educação Alimentar e Nutricional nos municípios

Municípios que realizam ações de EAN

Cartograma 14. Municípios que realizam ações de EAN



Em relação às ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) realizadas pelos municípios, 72,3% (1.355 municípios) afirmaram que realizam essas ações. Por outro lado, 11,7% (219 municípios) responderam negativamente. Há também uma parcela de 16,0% (300 municípios) que indicou não ter conhecimento sobre o assunto



A realização de ações de EAN pelos municípios varia consideravelmente entre os estados brasileiros. Destaca-se Rondônia, onde todos os municípios respondentes (100%) realizam tais ações. Outros estados com alta proporção de municípios engajados em ações de EAN incluem Paraná com 82,1%, Amazonas com 81,1%, Rio Grande do Sul com 81,2%, e Rio Grande do Norte com 80,6%. Em contraste, o Acre apresenta uma situação oposta, pois não há registro de municípios que realizam ações de EAN no estado, entre os que participaram do MapaSAN 2022. Em geral, observa-se um comprometimento considerável dos municípios em grande parte do Brasil em promover a educação alimentar e nutricional, embora ainda haja espaços para ampliar essas iniciativas em alguns estados.

No MapaSAN observou-se uma correlação positiva entre a realização de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) e o porte populacional dos municípios respondentes. Dentre os municípios com até 50.000 habitantes, 69,1% afirmaram realizar tais ações. À medida que o porte populacional dos respondentes aumenta, a proporção também cresce: 75,8% dos municípios entre 50.001 e 100.000 habitantes, 88,4% dos municípios entre 100.001 e 200.000 habitantes, e 92,2% daqueles entre 200.001 e 500.000 habitantes afirmaram ter iniciativas de EAN. Notavelmente, todos os municípios respondentes com mais de 500.000 habitantes indicaram a realização de ações de EAN. Estes resultados, baseados no universo de respondentes da pesquisa, sugerem que municípios maiores tendem a ter uma maior probabilidade de engajamento em ações voltadas para a educação alimentar e nutricional.

Intersetorialidade das ações de EAN

Os municípios respondentes do MapaSAN destacam a implementação de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diversas áreas de políticas públicas. A área da Educação lidera essa iniciativa, com expressivos 95,7% dos municípios afirmando que realizam ações de EAN. Na sequência, a área da Saúde também apresenta uma alta porcentagem, com 79,9% dos municípios envolvidos em tais atividades. A Assistência Social, Desenvolvimento Social ou Direitos Humanos vem em seguida, com 71,5% dos municípios realizando ações de EAN.

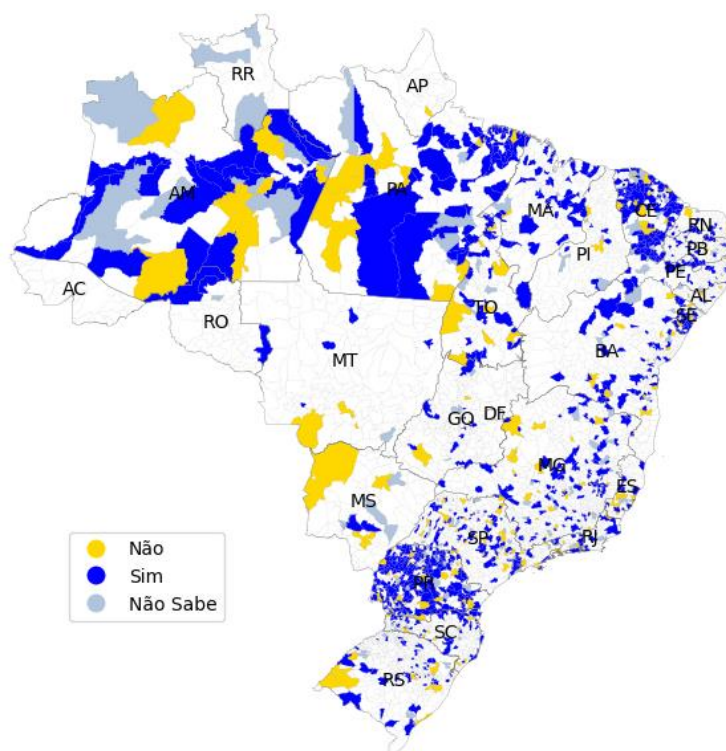
Por outro lado, áreas como Desenvolvimento Agrário ou Rural e Abastecimento apresentam uma participação menor, com 27,8% dos municípios indicando a realização de tais atividades. As áreas de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Empreendedorismo (6,0%), Cultura, Esporte e Lazer

(6,7%), Pesca e Aquicultura (4,7%), Extrativismo e Meio Ambiente (5,2%) e outras áreas especificadas (4,7%) mostram uma menor proporção de municípios engajados em ações de EAN. Essa distribuição evidencia que, embora a EAN esteja amplamente presente em áreas tradicionais como Educação e Saúde, ainda há espaço para expansão e integração em outras áreas de políticas públicas.

De acordo com a pesquisa verifica-se uma significativa articulação intersetorial na concepção das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em diversos municípios brasileiros. Uma expressiva maioria, correspondente a 69,4% dos municípios respondentes, afirmou que suas ações de EAN são concebidas em articulação com diversos setores governamentais de maneira intersetorial, envolvendo áreas como educação, saúde, assistência social, entre outras.

Entretanto, ainda há desafios a serem enfrentados, uma vez que 16,9% dos municípios indicaram que não realizam ações de EAN de forma intersetorial. Além disso, é relevante notar que 13,7% dos municípios respondentes declararam desconhecer se suas ações são concebidas de forma intersetorial ou não. Esses resultados evidenciam a importância de promover a integração entre diferentes setores governamentais na concepção e implementação de ações de EAN, visando maximizar seu impacto e abrangência nas comunidades atendidas.

Cartograma 15. Municípios que concebem as ações de EAN de maneira intersetorial

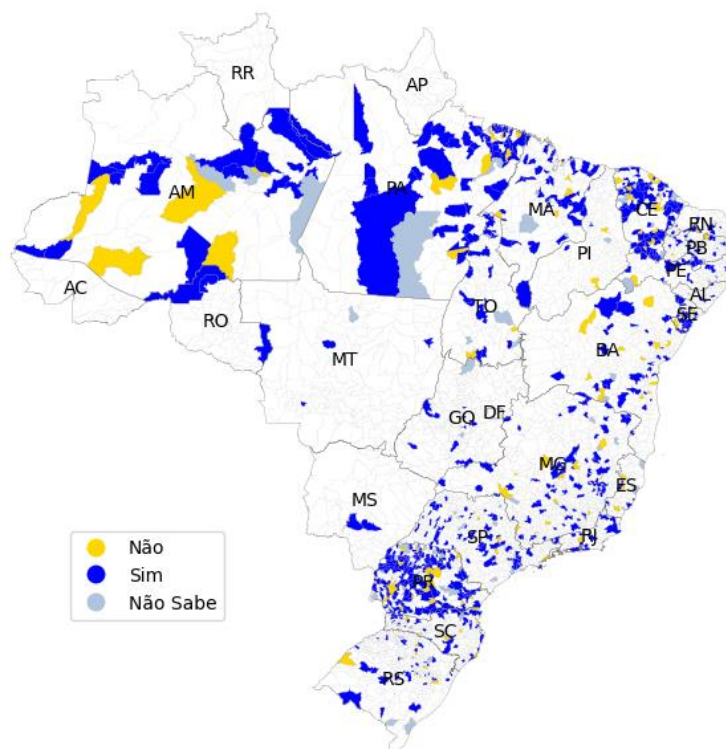


Quando se analisa a abordagem intersetorial no planejamento, execução e monitoramento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), observa-se um cenário ligeiramente mais favorável em comparação à concepção dessas ações. Especificamente, 76,9% dos municípios respondentes afirmaram que suas ações de EAN são planejadas, executadas ou monitoradas de maneira intersetorial, refletindo uma maior integração entre diferentes setores governamentais nesses processos. Isso representa um aumento em relação aos 69,4% que indicaram que suas ações são concebidas de forma intersetorial.

Por outro lado, 13,6% dos municípios indicaram que não adotam uma abordagem intersetorial no planejamento, execução ou monitoramento de suas ações de EAN, uma redução em comparação com os 16,9% que não concebem suas ações de forma intersetorial. Adicionalmente, 9,5% dos municípios responderam que não sabem se suas ações são planejadas, executadas ou monitoradas de maneira intersetorial, uma proporção menor do que os 13,7% que declararam desconhecer a natureza

intersetorial na concepção de suas ações. Em resumo, esses resultados evidenciam uma tendência positiva em direção a uma maior integração intersectorial nas diferentes fases das ações de EAN, desde a concepção até o monitoramento. Contudo, ainda há espaço para fortalecer essa abordagem e garantir uma atuação mais coordenada entre os diversos setores governamentais.

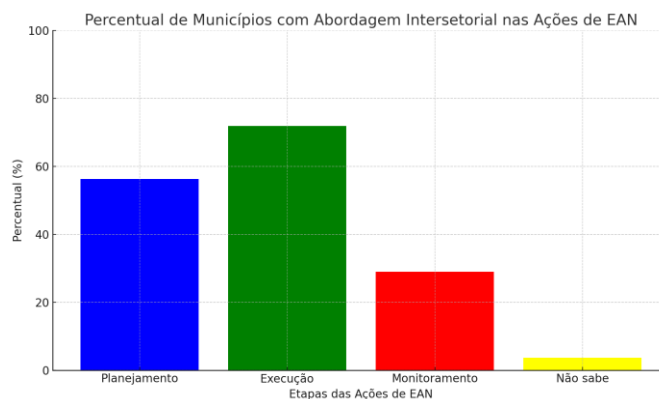
Cartograma 16. Municípios que planejam, executam e monitoram ações de EAN de forma intersectorial



Os dados revelam um panorama interessante sobre a abordagem intersectorial em diferentes etapas das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos municípios respondentes:

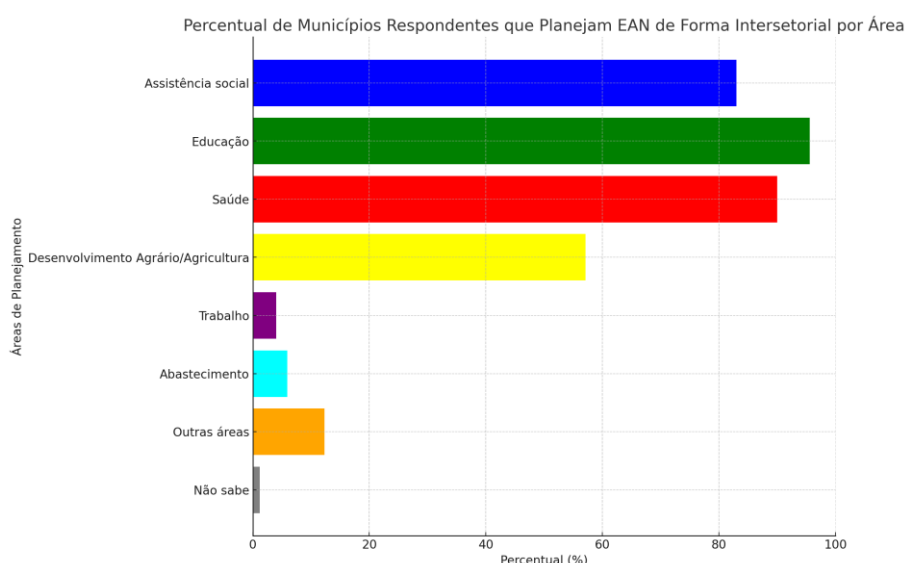
- No que diz respeito ao planejamento das ações de EAN, 56,3% dos municípios afirmaram que esta etapa é realizada de maneira intersectorial. Esse percentual indica que mais da metade dos municípios busca integrar diferentes setores governamentais desde a fase inicial de concepção dessas ações.
- Quanto à execução das ações, observa-se um aumento na abordagem intersectorial, com 71,9% dos municípios indicando que as ações de EAN são realizadas de forma colaborativa entre os setores. Esse dado sugere uma maior coordenação e cooperação na fase de implementação das ações.
- Entretanto, ao analisar o monitoramento das ações de EAN, percebe-se uma redução significativa na abordagem intersectorial, com apenas 29,0% dos municípios afirmando que essa etapa é conduzida de forma integrada. Esse percentual ressalta a necessidade de fortalecer a integração entre os setores na fase de avaliação e acompanhamento das ações.
- Vale destacar que apenas 3,7% dos municípios respondentes indicaram desconhecer se suas ações de EAN são conduzidas de forma intersectorial em qualquer uma das etapas mencionadas.

Em resumo, enquanto a execução das ações de EAN tende a ser a etapa com maior integração intersectorial, o monitoramento destas ações apresenta uma lacuna significativa. Isso sinaliza a importância de se promover uma abordagem mais holística e integrada em todas as fases das ações de EAN, garantindo assim uma maior eficácia e impacto dessas iniciativas.



O gráfico de barras a seguir ilustra o percentual de municípios respondentes que planejam ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) de forma intersectorial, discriminado por área de planejamento.

As áreas de "Educação", "Saúde" e "Assistência social" lideram o ranking, com percentuais superiores a 80%, demonstrando que a grande maioria dos municípios respondentes prioriza essas áreas ao planejar ações de EAN intersectorialmente. A área de "Desenvolvimento Agrário/Agricultura" também tem uma representatividade significativa, com mais da metade dos municípios respondentes incluindo-a em seu planejamento intersectorial de EAN. Por outro lado, áreas como "Trabalho" e "Abastecimento" apresentam percentuais consideravelmente mais baixos, indicando uma menor ênfase ou possivelmente desafios na integração intersectorial nessas áreas. A visualização claramente indica quais áreas são mais frequentemente abordadas de forma intersectorial pelos municípios respondentes quando se trata de planejar ações de EAN.



Participação das OSC no planejamento e nas ações de EAN

De acordo com os dados fornecidos pelos municípios respondentes do MapaSAN 2022, quando questionados sobre a participação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) nas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN):

- 53,9% dos municípios respondentes afirmaram que contam com a participação de OSCs em pelo menos uma das etapas, seja no planejamento, na execução ou no monitoramento das ações de EAN.
- Em contrapartida, 33,0% dos municípios respondentes indicaram que não contam com a participação dessas organizações em nenhuma das etapas mencionadas.

- Além disso, 13,1% dos municípios respondentes declararam que não possuem conhecimento sobre a presença ou ausência de OSCs nas ações de EAN.

Estes dados realçam a importância da colaboração e parceria com a sociedade civil na realização de ações de EAN, já que mais da metade dos municípios respondentes reconhece e valida a participação dessas entidades em suas iniciativas. No entanto, ainda há um espaço significativo para ampliar essa integração, considerando os municípios que ainda não contam com essa parceria ou que desconhecem sua situação em relação a essa questão.

Em relação aos tipos de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que participam das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como beneficiários ou parceiros:

- 61,7% dos municípios respondentes têm a participação de Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos em suas ações de EAN.
- 59,0% contam com a colaboração de Organizações da Sociedade Civil integrantes do Conselho Municipal de SAN.
- Já a participação de Organizações da Sociedade Civil do Sistema S (SESC, SENAI, SESI etc.) é notavelmente menor, estando presente em apenas 11,4% dos municípios respondentes.

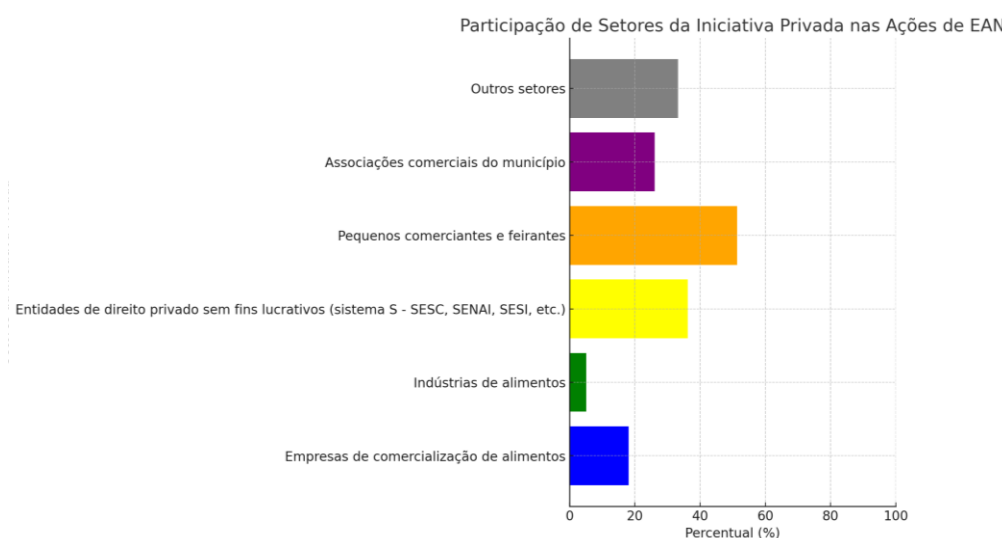
Estes números evidenciam que a maioria dos municípios respondentes prioriza a colaboração com OSC sem fins lucrativos e aquelas que são integrantes do Conselho Municipal de SAN. Por outro lado, a participação das entidades do Sistema S, embora presente, é menos frequente, indicando um espaço potencial para ampliar parcerias e colaborações nesse âmbito.

Participação da iniciativa privada nas ações de EAN realizadas pelos municípios

Sobre a participação da iniciativa privada no planejamento, execução e monitoramento das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN):

- A maioria, 69,8% dos municípios respondentes, informou que não há participação da iniciativa privada em nenhuma das etapas das ações de EAN.
- Apenas 14,7% dos municípios indicaram que contam com a participação da iniciativa privada em pelo menos uma das etapas mencionadas.
- 15,5% dos municípios respondentes declararam não ter conhecimento sobre a presença ou ausência da iniciativa privada nessas ações.

Estes dados revelam que, embora exista algum envolvimento da iniciativa privada no planejamento, execução e monitoramento das ações de EAN em alguns municípios, a grande maioria ainda não estabeleceu essa parceria. Isso sugere uma oportunidade para explorar e potencialmente fortalecer a colaboração entre o setor público e o setor privado na promoção da educação alimentar e nutricional.



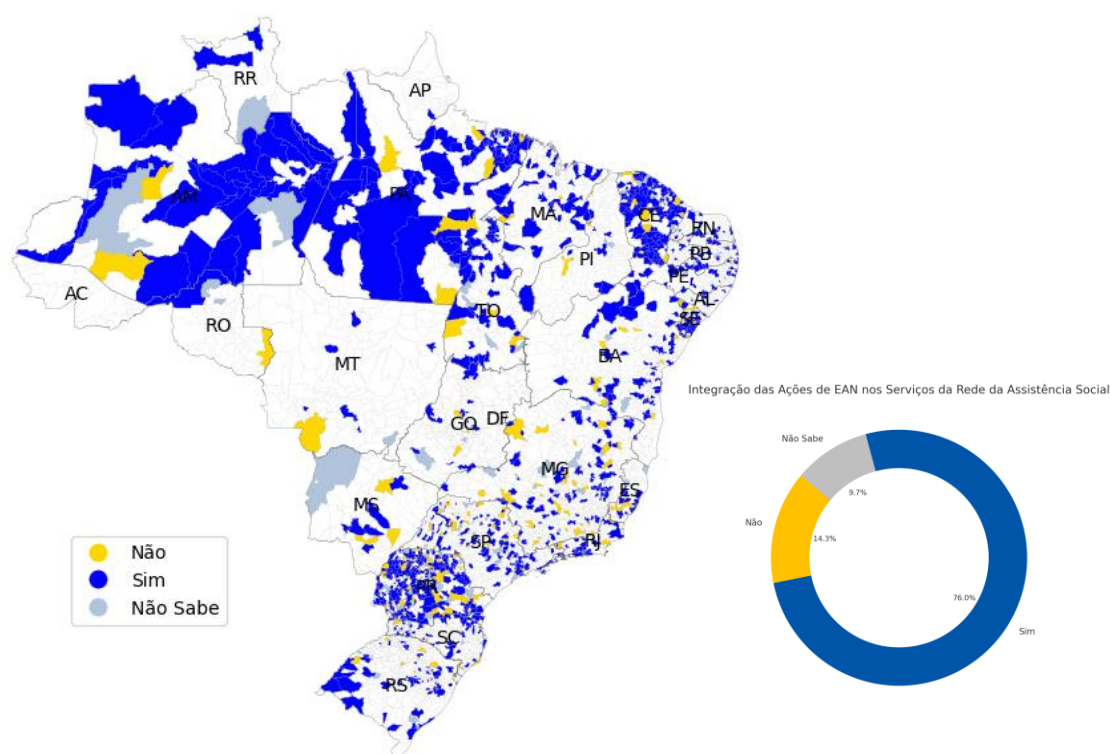
O gráfico de barras horizontais acima mostra a participação de diferentes setores da iniciativa privada nas ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) conforme informado pelos municípios respondentes do MapaSAN 2022.

- Pequenos comerciantes e feirantes: É o setor com maior participação, com 51,4% dos municípios informando sua colaboração nas ações de EAN.
- Entidades de direito privado sem fins lucrativos (sistema S - SESC, SENAI, SESI etc.): Apresentam uma participação significativa, com 36,2% dos municípios envolvendo essas entidades.
- Outros setores: Compreendem 33,3% da participação, indicando uma variedade de setores não especificados que também contribuem.
- Associações comerciais do município: Participam em 26,1% dos municípios.
- Empresas de comercialização de alimentos: Estão presentes em 18,1% dos municípios.
- Indústrias de alimentos: Mostram a menor participação, com apenas 5,1% dos municípios indicando seu envolvimento.

O gráfico destaca que, embora haja uma diversidade de setores da iniciativa privada envolvidos nas ações de EAN, os pequenos comerciantes e feirantes, junto com as entidades do sistema S, desempenham um papel de destaque. Por outro lado, a participação das indústrias de alimentos é relativamente baixa.

Integração das ações de EAN realizadas na rede (direta e indireta) da Assistência Social

Cartograma 17. Municípios que as ações de EAN integram serviços da Assistência Social



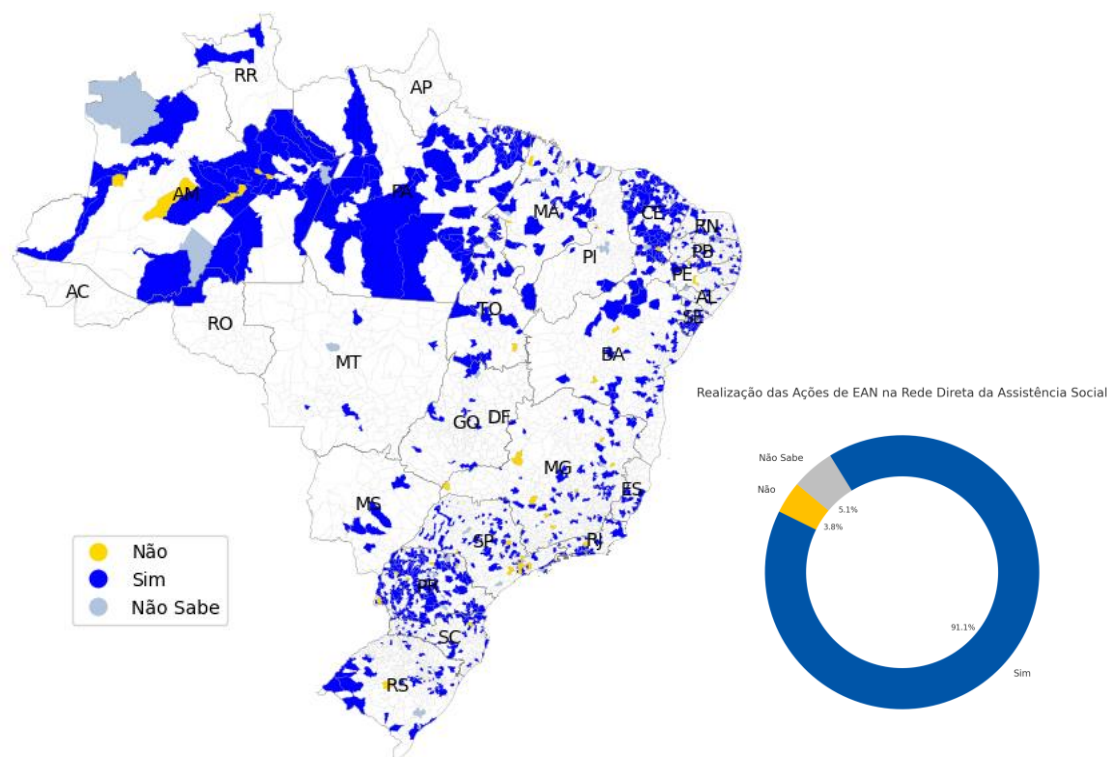
Sobre a integração das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos serviços da rede (direta e indireta) de Assistência Social:

- A maioria dos municípios, 76,1%, afirmou que as ações de EAN integram os serviços da rede da Assistência Social em seu município.
- Uma menor parcela, 14,3%, indicou que não há integração das ações de EAN com os serviços da rede da Assistência Social.
- 9,7% dos municípios respondentes declararam não ter conhecimento sobre a integração ou não dessas ações com os serviços da rede da Assistência Social.

Estes dados revelam que a grande maioria dos municípios tem ações de EAN integradas à rede da Assistência Social, evidenciando a importância desta parceria no âmbito municipal. A integração entre essas ações e os serviços da Assistência Social pode contribuir para uma abordagem mais holística e eficaz na promoção da segurança alimentar e nutricional, atendendo às necessidades das populações mais vulneráveis.

Municípios que as ações de EAN integram serviços na rede direta da Assistência Social

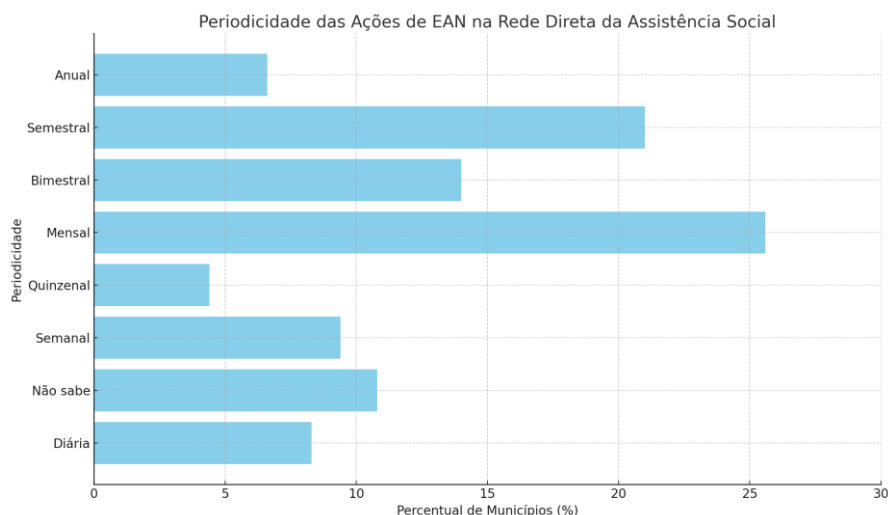
Cartograma 18. Municípios que as ações de EAN integram serviços na rede direta da Assistência Social



Acerca da realização das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na rede direta da Assistência Social:

- Uma esmagadora maioria, 91,1%, confirmou que as ações de EAN são realizadas diretamente na rede de Assistência Social em seu município.
- Apenas uma pequena parcela, 3,8%, indicou que não são realizadas ações de EAN na rede direta da Assistência Social.
- 5,1% dos municípios respondentes declararam não ter conhecimento sobre a realização ou não dessas ações na rede direta da Assistência Social.

Esses dados destacam o papel proeminente da rede direta da Assistência Social na implementação de ações de EAN em muitos municípios. A realização de tais ações na rede direta demonstra uma abordagem integrada e centrada na comunidade para promover a educação alimentar e nutricional.

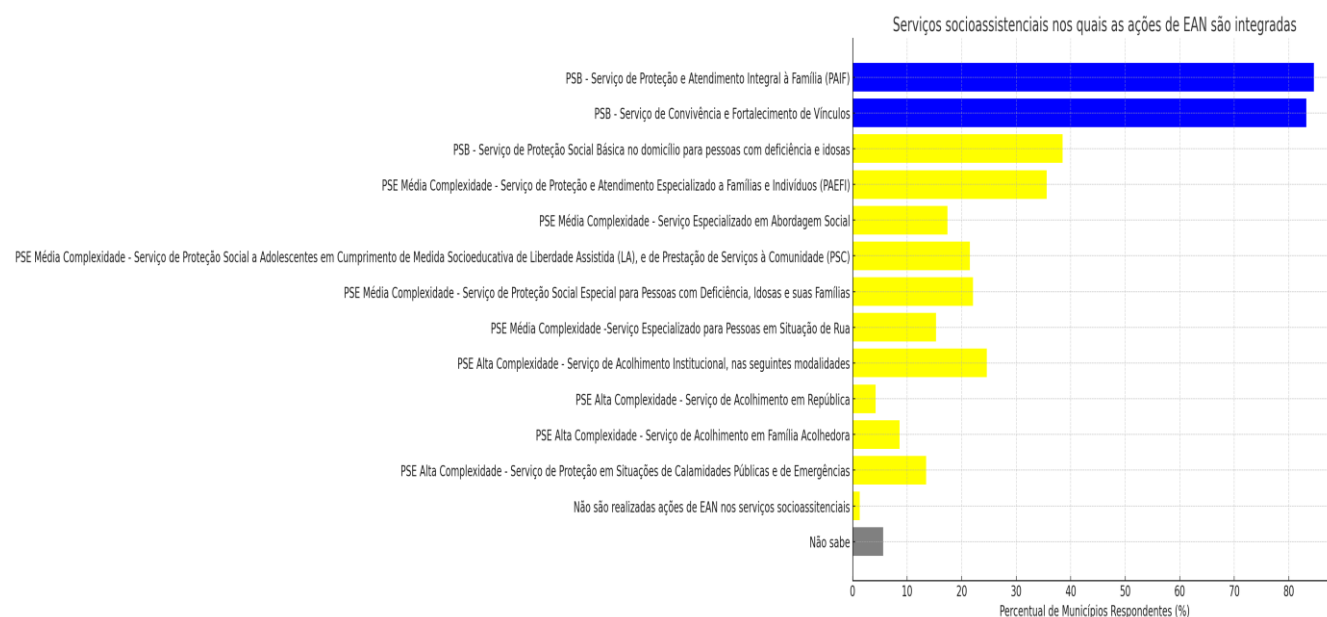


Em relação à periodicidade das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) realizadas na rede direta da Assistência Social:

- 25,6% dos municípios afirmam realizar essas ações em uma frequência mensal.
- 21,0% dos municípios têm uma periodicidade semestral.
- 14,0% realizam ações de EAN de forma bimestral.
- 9,4% dos municípios realizam essas ações semanalmente.
- 8,3% têm uma periodicidade diária.
- 6,6% dos municípios realizam ações de EAN anualmente.
- 4,4% optam por uma frequência quinzenal.
- 10,8% dos municípios respondentes não sabem a periodicidade com que as ações de EAN são realizadas.

A realização mensal de ações de EAN na rede direta da Assistência Social é a mais comum entre os municípios respondentes, seguida pela periodicidade semestral. No entanto, é notável que alguns municípios, embora em menor número, tenham ações diárias, refletindo uma abordagem intensiva e consistente em relação à educação alimentar e nutricional.

Serviços da rede direta aos quais as ações de EAN são integradas



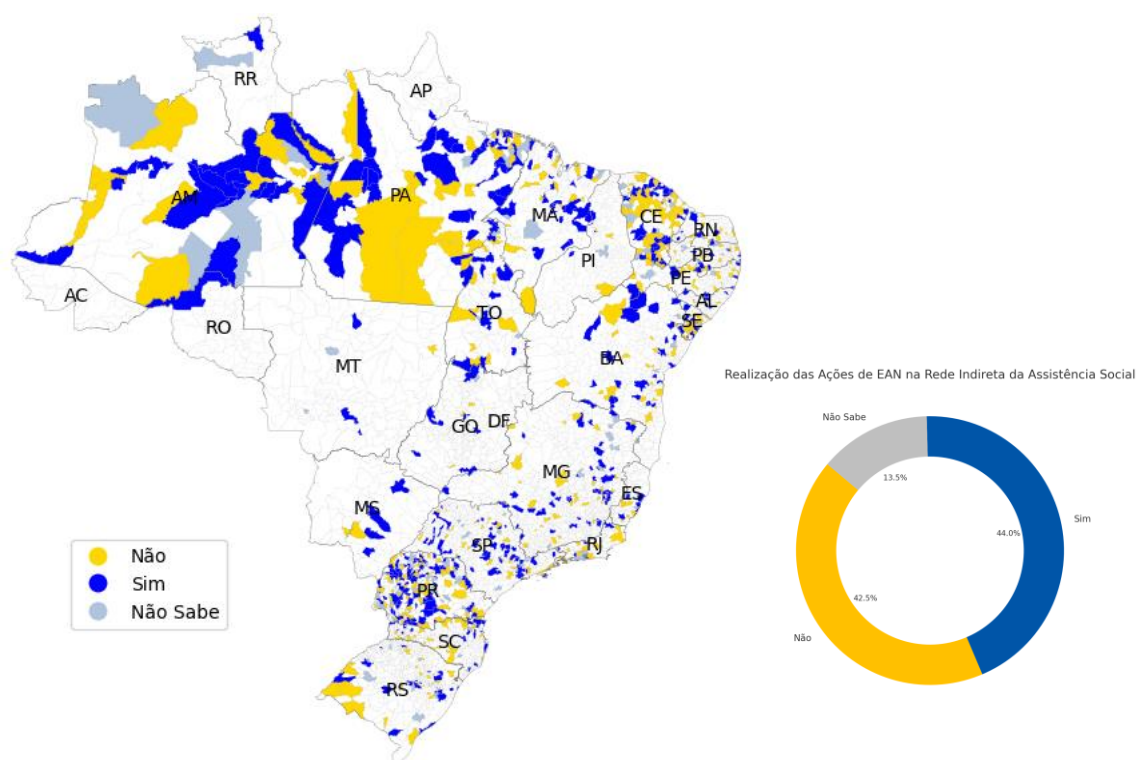
Os dados apresentados revelam o grau de integração das ações de EAN com os serviços socioassistenciais da rede direta da assistência social nos municípios respondentes:

- A maior integração ocorre nos serviços de "PSB - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)" e "PSB - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos", com 84,6% e 83,2% dos municípios realizando ações de EAN, respectivamente.
- Outros serviços de Proteção Social Básica, como "PSB - Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos", têm uma integração de 38,5%.
- No que se refere à Proteção Social Especial de Média Complexidade, os percentuais variam. O "Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)" tem uma integração de 35,6%, enquanto serviços mais especializados, como "Serviço Especializado em Abordagem Social" e "Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua", possuem integrações de 17,4% e 15,3%, respectivamente.
- Dentro da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, o "Serviço de Acolhimento Institucional" lidera com 24,6%, enquanto o "Serviço de Acolhimento em República" tem a menor integração, com apenas 4,2%.

Vale ressaltar que apenas 1,3% dos municípios indicaram que não realizam ações de EAN nos serviços socioassistenciais, e 5,6% não souberam responder.

Municípios cujas ações de EAN integram serviços na rede indireta da Assistência Social

Cartograma 19. Municípios que as ações de EAN integram serviços na rede indireta da Assistência Social, nas entidades conveniadas



No que diz respeito à realização das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na rede indireta da Assistência Social, especificamente nas entidades conveniadas, os principais pontos observados são: 44,0% dos municípios afirmam que realizam ações de EAN na rede indireta; 42,5% dos municípios não realizam essas ações nas entidades conveniadas; 13,5% dos municípios não têm certeza ou desconhecem a realização dessas ações na rede indireta. Os dados mostram uma distribuição quase igual entre os municípios que realizam e os que não realizam ações de EAN na rede indireta, com uma ligeira vantagem para os que afirmam a realização. Isso destaca a importância das entidades conveniadas como espaços potenciais para a promoção da educação alimentar e nutricional.

Grupos beneficiados com as ações de EAN nos municípios

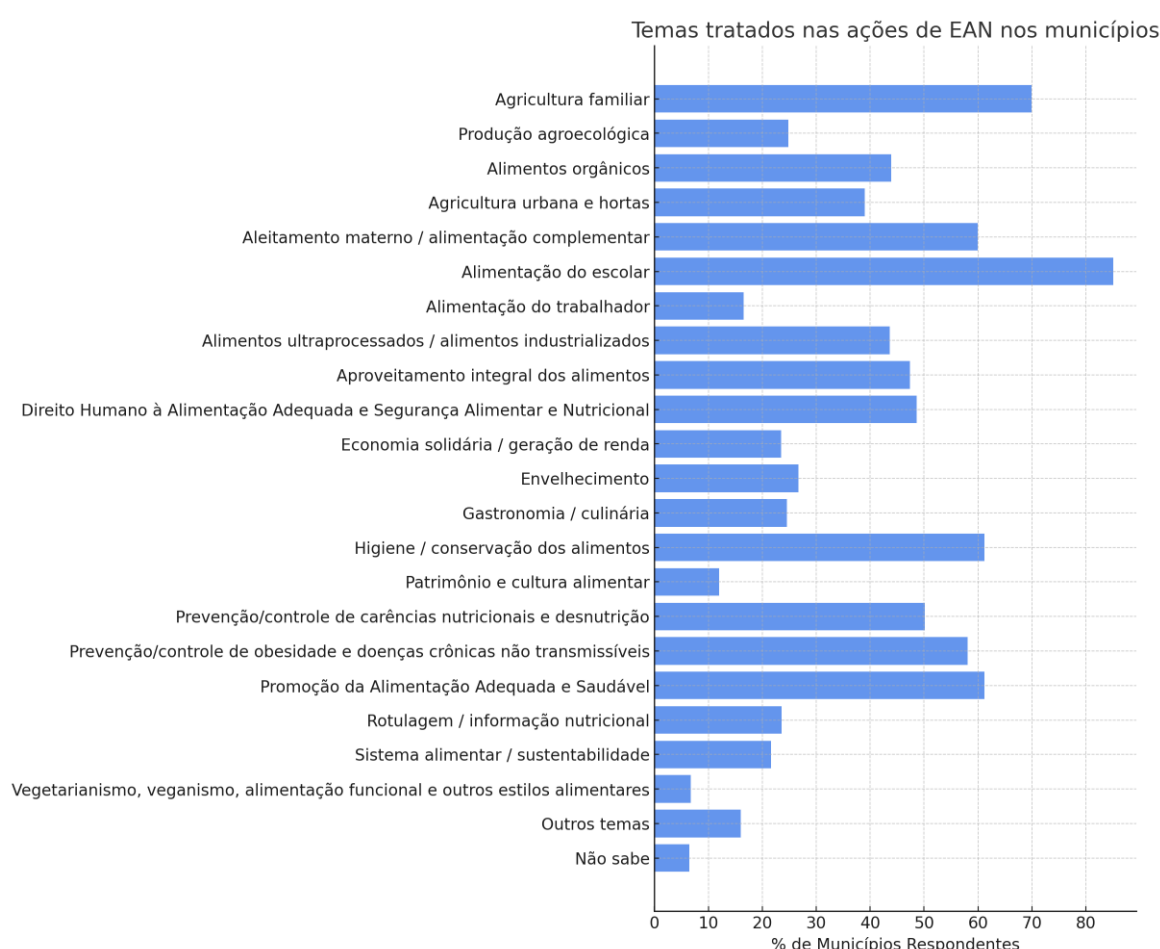
As ações de EAN estão direcionadas a diversos públicos, com diferentes enfoques. Entre os destaques, temos a atenção especial às gestantes ou responsáveis por crianças até 2 anos: 77,5% dos municípios direcionam suas ações a esses grupos. As crianças também recebem alta proporção de atenção, com 81,6% dos municípios focando em ações voltadas para elas.

O programa "Criança Feliz" também se destaca como beneficiário das ações de EAN, com 48,3% dos municípios direcionando ações específicas para esse grupo, assim como para os visitantes e trabalhadores desse programa (28,3%). A preocupação com o desenvolvimento dos adolescentes também é evidente, já que 72,2% dos municípios realizam ações de EAN voltadas para esse público.

A EAN também contempla grupos de idosos, com 82,6% dos municípios envolvendo-os em suas ações. Famílias beneficiárias de programas sociais, como o Programa Bolsa Família, são alvo de iniciativas em 81,9% dos municípios. Além disso, pessoas com deficiência (56,7%) e agricultores familiares (33,5%) também são contemplados nas ações de EAN.

Povos e comunidades tradicionais recebem atenção em 23,2% dos municípios, enquanto conselheiros ou gestores de programas públicos são beneficiários em 18,3% das localidades. Outros grupos também são contemplados em menor proporção, como agricultores familiares e conselheiros ou gestores de programas públicos.

Temas contemplados nas ações de EAN nos municípios

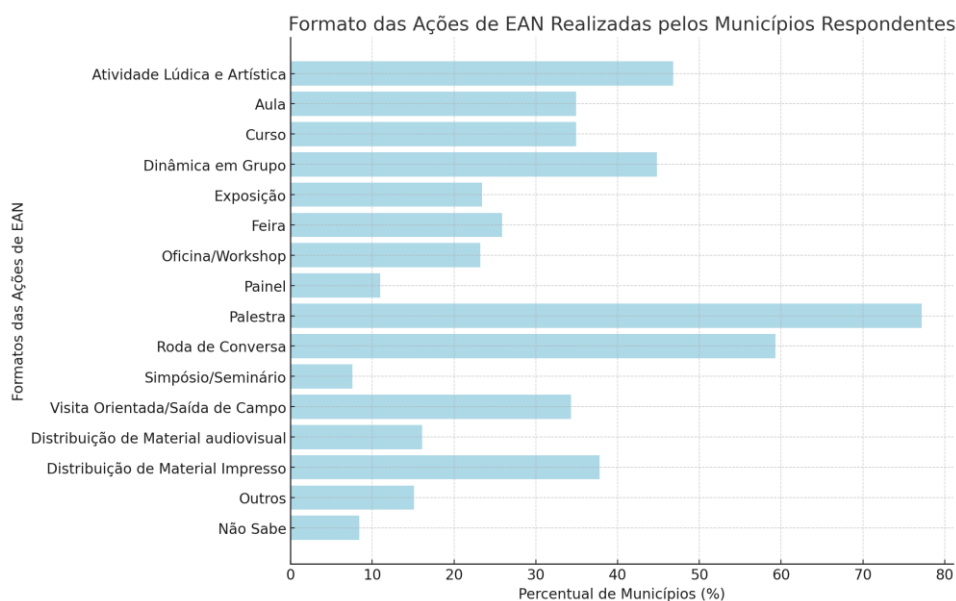


A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos municípios aborda uma ampla variedade de temas, refletindo a complexidade e a diversidade de questões relacionadas à alimentação e nutrição. Os dados apresentados evidenciam as seguintes tendências e destaques:

- Alimentação escolar (85,1%): Este é o tema prevalente entre os municípios respondentes, indicando a importância dada à alimentação nas escolas.
- Agricultura familiar (69,9%): Quase 70% dos municípios tratam da agricultura familiar em suas ações de EAN, ressaltando o papel fundamental da agricultura familiar na produção de alimentos e na promoção da segurança alimentar.
- Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (61,2%) e Higiene e conservação dos alimentos (61,2%): Ambos os temas são abordados por aproximadamente 61% dos municípios, demonstrando o foco na promoção de práticas alimentares saudáveis e seguras.
- Prevenção/controle de obesidade e doenças crônicas não transmissíveis (58,1%): Dada a crescente prevalência de doenças crônicas relacionadas à dieta, como diabetes e doenças cardíacas, este tema crucial é abordado por mais da metade dos municípios.
- Aleitamento materno / alimentação complementar (59,9%): Este é outro tema vital, dado o papel do aleitamento materno na promoção da saúde infantil.
- Temas como Vegetarianismo, veganismo, alimentação funcional e outros estilos alimentares e Patrimônio e cultura alimentar são menos prevalentes, sendo abordados por 6,7% e 12,0% dos municípios, respectivamente.

Dada a variedade de temas, é evidente que os municípios estão abordando a EAN de uma maneira abrangente, considerando diversos aspectos da alimentação e nutrição.

Formato das ações de EAN realizadas pelos municípios



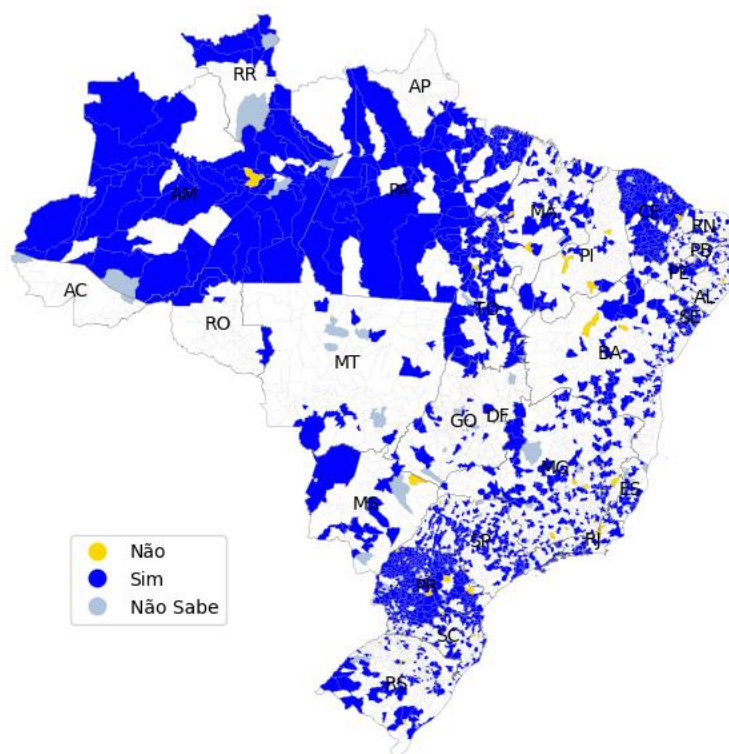
No gráfico acima, é possível visualizar a proporção de municípios respondentes que realizam ações de EAN em diferentes formatos. A "Palestra" é o formato predominante, adotado por mais de três quartos dos municípios. Outros formatos, como "Roda de Conversa" e "Atividade Lúdica e Artística", também são frequentemente usados. Em contrapartida, formatos como "Simpósio/Seminário" são menos comuns entre os municípios respondentes. As ações de EAN nos municípios podem se manifestar de diversas formas, e é crucial adaptar o formato da ação ao público-alvo e ao tema abordado:

- Palestra é o formato mais comum, com 77,2% dos municípios respondentes organizando palestras como parte de suas ações de EAN.
- Roda de Conversa também é um formato popular, com 59,3% dos municípios adotando essa abordagem.
- Atividade Lúdica e Artística, Dinâmica em Grupo e Distribuição de Material Impresso são outros formatos frequentemente usados, com percentuais entre 37,8% e 46,8%.

- Em contraste, formatos como Simpósio/Seminário e Painel são menos comuns, com apenas 7,6% e 11,0% dos municípios, respectivamente, incluindo-os em suas ações de EAN.

Demanda por capacitação e formação da área de SAN nos municípios

Cartograma 20. Municípios em que há necessidade de cursos de capacitação e formação com relação a agenda de SAN



Os resultados apontam para uma forte demanda por cursos de capacitação e formação relacionados à agenda de SAN nos municípios. A grande maioria dos municípios (91,0%) reconhece a necessidade de oferecer cursos que capacitem os profissionais e gestores a lidarem de maneira mais efetiva com as questões relacionadas à SAN. Esse dado evidencia a importância atribuída à capacitação como um meio de promover a compreensão, a implementação e a gestão adequada das políticas e ações voltadas para a segurança alimentar e nutricional. É interessante notar que apenas uma pequena parcela dos municípios (3,0%) indica não perceber essa necessidade, enquanto 6,0% não têm certeza sobre a demanda por capacitação nesse tema.

A alta porcentagem de municípios que reconhecem a importância da capacitação reflete o entendimento de que o desenvolvimento de competências e conhecimentos específicos contribui para a eficácia e o sucesso das iniciativas voltadas para a SAN, garantindo assim uma abordagem mais efetiva e abrangente em prol da segurança alimentar e nutricional da população.

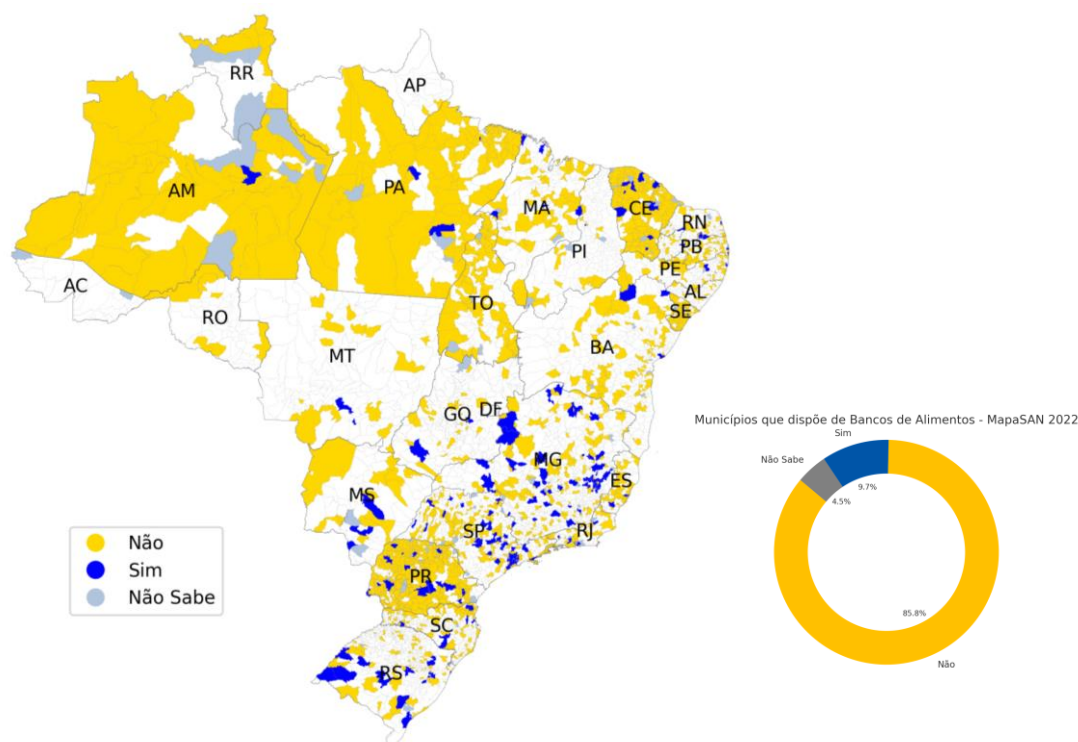
O reconhecimento da importância de cursos de capacitação e formação relacionados à agenda de SAN varia entre os estados brasileiros. Os resultados mostram que os estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul possuem percentuais expressivos – de 81,8% a 100% – de municípios respondentes que indicaram a demanda por cursos de capacitação e formação.

Apesar das variações entre os estados, os resultados indicam que a maior parte dos municípios de cada UF reconhece a importância de capacitação e formação para lidar com questões relacionadas à SAN. No geral, os dados refletem o esforço conjunto de diferentes estados em buscar aprimoramento e conhecimento para promover ações efetivas no campo da segurança alimentar e nutricional, visando melhorar a qualidade de vida e bem-estar da população.

Equipamentos Públicos de SAN

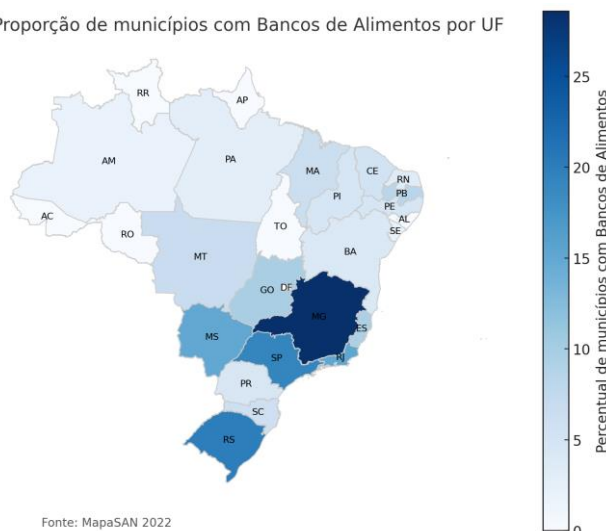
Bancos de Alimentos

Cartograma 21. Municípios com Bancos de Alimentos, segundo dados do MapaSAN 2022



No MapaSAN 2022 observou-se que a grande maioria dos municípios respondentes, representando 85,8%, informou não possuir Bancos de Alimentos. Em contrapartida, apenas 9,7% dos municípios confirmaram a presença de tais equipamentos públicos de SAN em suas localidades. Há ainda um percentual de 4,5% dos municípios que se mostraram incertos quanto à questão, indicando não ter conhecimento sobre a existência ou não de Bancos de Alimentos em seu território.

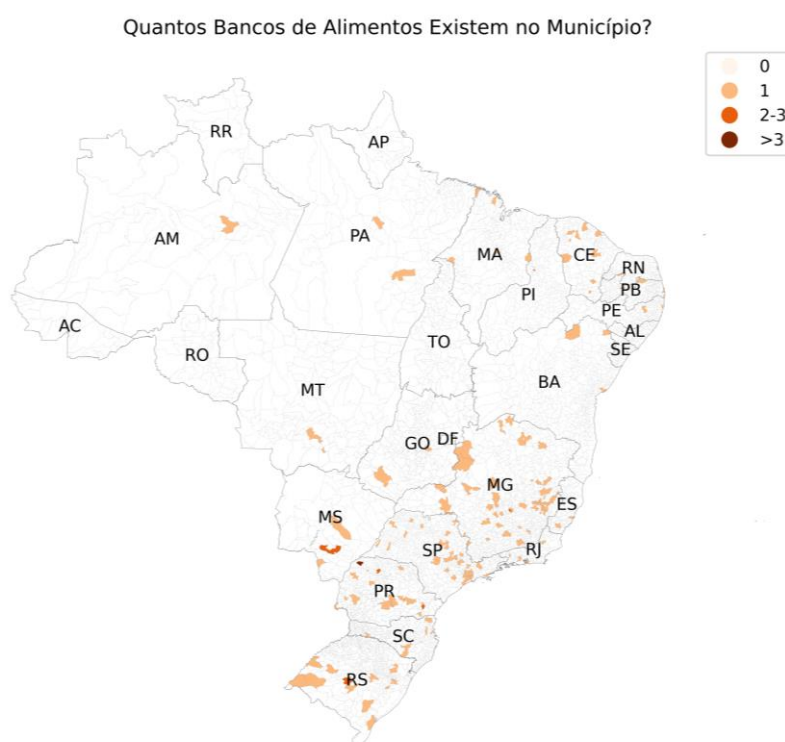
Proporção de municípios com Bancos de Alimentos por UF



De acordo com os dados fornecidos, a distribuição de Bancos de Alimentos existentes nas regiões brasileiras é a seguinte:

- A região Nordeste abriga a maior parcela, com 30,3% de todos os Bancos de Alimentos do país.
- A região Sul vem em seguida, contando com 27,3% dos Bancos de Alimentos.
- Na região Sudeste, encontramos 25,5% desses bancos.
- A região Norte possui 13,4% dos Bancos de Alimentos.
- A região Centro-Oeste tem a menor parcela, com 3,5% dos Bancos de Alimentos do Brasil.

Alguns estados se destacam quanto à proporção de municípios que possuem Bancos de Alimentos. Os estados que apresentam proporções acima do valor de referência dos municípios respondentes (9,7%) são: MG (28,6%), RJ (15,2%), SP (19,3%), RS (20,0%) e MS (15,0%). O estado de GO (9,7%) apresenta a mesma proporção de municípios que o conjunto geral de respondentes. Por outro lado, os estados com proporções abaixo do valor de referência encontrado na pesquisa são: AM (1,9%), PA (2,9%), MA (6,3%), PI (4,8%), CE (5,4%), RN (3,3%), PB (8,2%), PE (4,7%), SE (1,8%), BA (4,1%), ES (9,4%), PR (4,4%), SC (6,0%), MT (6,7%).



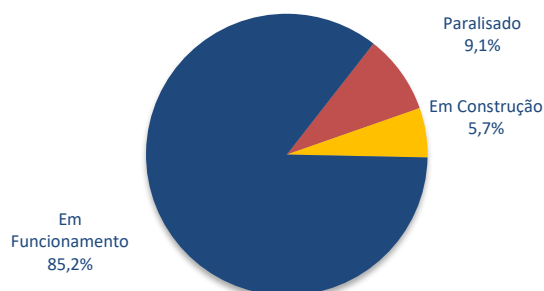
Dos municípios respondentes, 179 indicaram possuir Banco de Alimentos. Apenas um município reportou a existência de 3 Bancos de Alimentos: Curitiba (PR).

Com base nos municípios que indicaram possuir Bancos de Alimentos, a distribuição por UFs é a seguinte:

- Minas Gerais (MG): 55 municípios
- São Paulo (SP): 41 municípios
- Rio Grande do Sul (RS): 17 municípios
- Paraná (PR): 15 municípios
- Ceará (CE): 9 municípios
- Paraíba (PB): 6 municípios
- Rio de Janeiro (RJ) e Santa Catarina (SC): 5 municípios cada
- Maranhão (MA) e Bahia (BA): 4 municípios cada
- Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e Espírito Santo (ES): 3 municípios cada
- Pará (PA) e Pernambuco (PE): 2 municípios cada

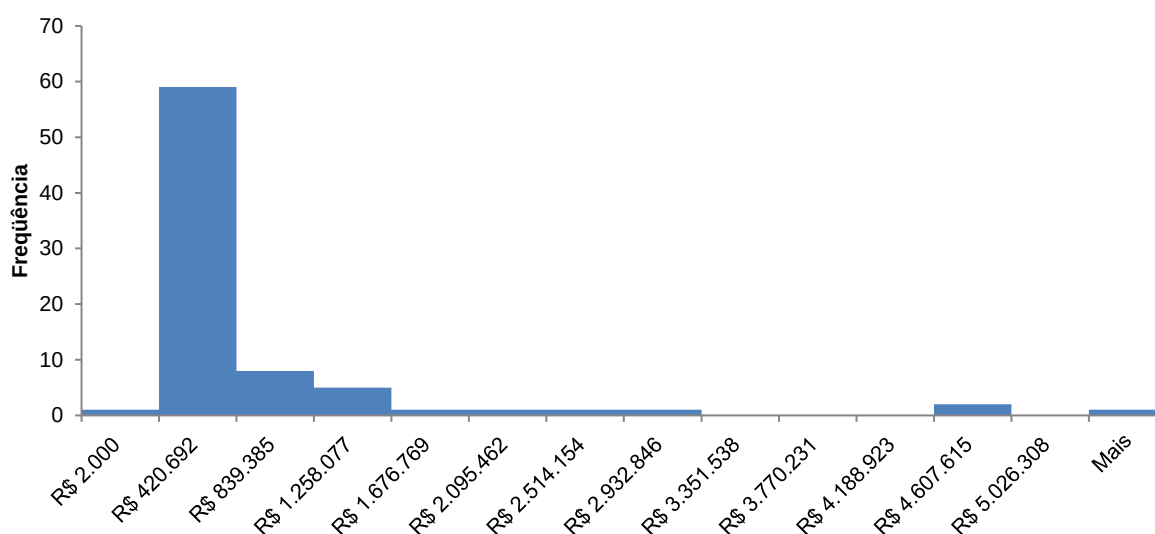
- Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN), Piauí (PI), Mato Grosso (MT) e Amazonas (AM): 1 município cada

No total, 176 Bancos de Alimentos foram cadastrados no MapaSAN 2022. O cadastro dos EPSANs é realizado de forma separada do questionário no qual é fornecida a informação sobre existência e a quantidade de Banco de Alimentos no município. Considerando a quantidade total de equipamentos desse tipo cadastrados na pesquisa, a pesquisa identificou que 85,2% estão em funcionamento e 5,7% em fase de construção; 9,1% dos Bancos de Alimentos encontram-se com suas atividades paralisadas.



Ao serem consultados sobre as fontes de financiamento dos 176 Bancos de Alimentos identificados na pesquisa, para os que estão em funcionamento, 57,3% informaram ter utilizado fontes de recursos municipais para a construção, 28% utilizaram recursos federais, 6% utilizaram recursos estaduais e 12% da iniciativa privada. Além disso, 4,7% usaram outras fontes de financiamento e 9,3% não souberam responder. Quanto à fonte de recurso para financiar os Bancos de Alimentos em fase de construção, 90% utilizam recursos municipais e 10% não souberam responder. É interessante notar que não foram identificadas fontes de recursos estaduais e federais para financiamento da construção dos Bancos de Alimentos nos municípios.

Entre os 16 Bancos de Alimentos com as atividades paralisadas, 2 estão nessa situação em função de obras e reformas. Em 2 municípios, os Bancos de Alimentos pararam por falta de recursos para o custeio e manutenção do equipamento e em outros 2 por opção da gestão municipal. Em 4 casos, a paralisação se deu por outro motivo e 37,5% não souberam responder.



Há recursos para gestão, custeio ou manutenção dos Bancos de Alimentos, previstos no orçamento municipal em 2022, para 74,3% dos equipamentos; os outros 25,7% não contam com essa previsão. Para os valores previstos no orçamento municipal de 2022 para gestão, custeio ou manutenção de 84 Banco de Alimentos que informaram dados (80 com dados válidos), a média é de R\$ 466,98 mil e a média aparada em 5% (nos extremos superiores e inferiores) é de R\$ 292,41 mil. A soma dos valores é de R\$ 39,23 mi: o menor valor é de R\$ 2 mil e o maior de R\$ 5,44 mi. A maioria dos Bancos de Alimentos dispõe de recursos para manutenção, gestão e custeio na faixa de valores entre R\$ 420,7 mil e R\$ 839,38 mil, como é possível observar no histograma acima.

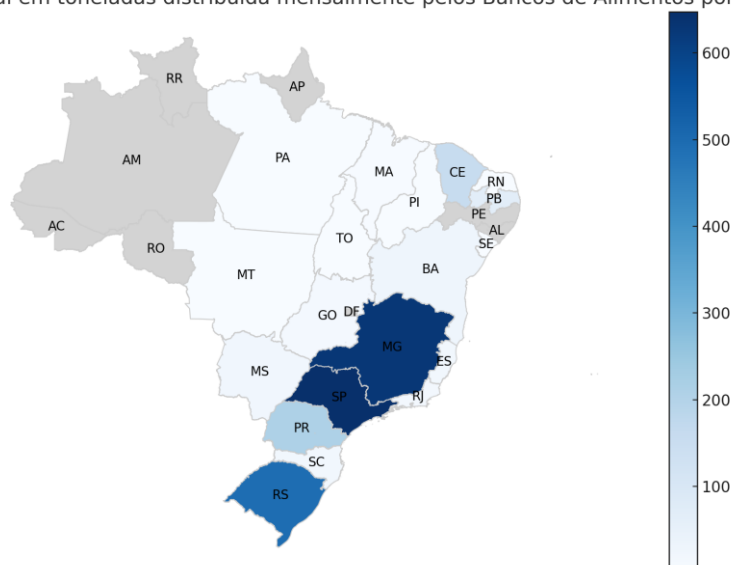
UF	MUNICÍPIOS	Média UF	Soma UF	%
MA	2	17.500,00	35.000,00	2,4%
PI ²⁶	-	1,00	1,00	1,2%
CE	4	67.300,00	269.199,99	4,8%
RN	1	1.100.000,00	1.100.000,00	1,2%
PB	2	100.000,00	200.000,00	2,4%
SE	1	49.220,00	49.220,00	1,2%
BA	2	275.000,00	550.000,00	2,4%
MG	27	237.934,27	6.424.225,29	32,1%
ES	1	1.166.174,79	1.166.174,79	1,2%
RJ	2	137.500,00	275.000,00	2,4%
SP	25	869.673,59	21.741.839,75	29,8%
PR	5	160.000,00	800.000,00	6,0%
SC	2	2.334.000,00	4.668.000,00	2,4%
RS	7	187.992,31	1.315.946,14	8,3%
MS	1	231.558,47	231.558,47	1,2%
MT	1	400.000,00	400.000,00	1,2%
Total	84	466.978,16	39.226.165,43	100,0%

Doação de Alimentos realizada pelos equipamentos mapeados

A distribuição mensal média de alimentos pelos Bancos de Alimentos nas UF oferece insights sobre a extensão da assistência alimentar fornecida pela rede a comunidades em todo o Brasil. Do total de 176 Bancos de Alimentos cadastrados no MapaSAN 2022, 148 foram considerados para análise, com uma média nacional de distribuição de 15,89 toneladas de alimentos por mês.

²⁶ Os dados do PI (R\$ 1,00) e de outros 3 casos não foram considerados para cálculo das médias

Quantidade total em toneladas distribuída mensalmente pelos Bancos de Alimentos por UF

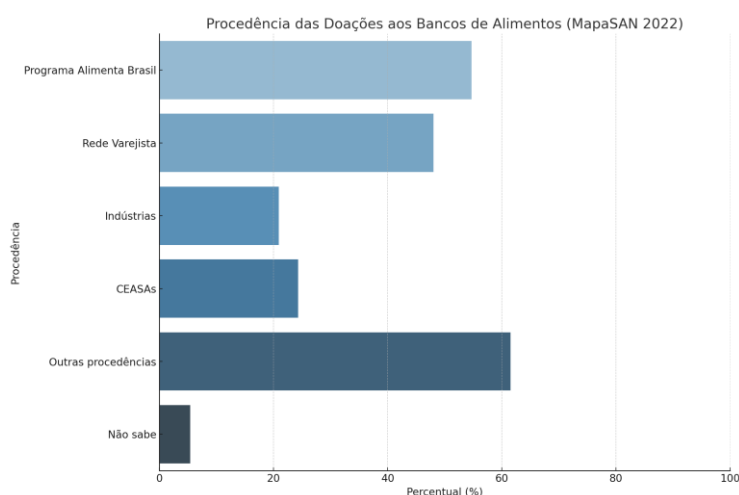


Dentre os municípios que registraram Bancos de Alimentos no MapaSAN 2022, em Minas Gerais e São Paulo lideram a lista com 46 e 36 municípios respectivamente. Juntos, estes estados também representam as maiores quantidades de alimentos distribuídos, com Minas Gerais distribuindo aproximadamente 627,6 toneladas e São Paulo cerca de 647,4 toneladas mensalmente.

O Rio Grande do Sul e Paraná, apesar de possuírem uma quantidade menor de municípios com Bancos de Alimentos, 11 em cada, distribuem respectivamente 494,6 toneladas e 210,1 toneladas por mês.

Estados como Ceará e Paraíba também se destacam, com 6 e 4 municípios respectivamente, distribuindo consideráveis 157,7 toneladas e 68,7 toneladas mensalmente.

Por outro lado, há estados com menos municípios com Bancos de Alimentos, como Tocantins, Piauí e Mato Grosso, com 2, 1 e 1 municípios respectivamente. Estes estados distribuem quantidades mais modestas, variando de 0,6 toneladas em Mato Grosso a 1,5 toneladas em Tocantins por mês.



Os Bancos de Alimentos cadastrados no MapaSAN 2022 recebem doações de diversas fontes, refletindo uma ampla rede de colaboradores comprometidos com a segurança alimentar no Brasil. A maior parte das doações provém de "Outras procedências", que representam 61,5% das fontes mencionadas. O Programa Alimenta Brasil também se destaca como importante fonte de contribuição, com 54,7% dos Bancos de Alimentos recebendo doações deste programa.

Adicionalmente, quase metade dos Bancos de Alimentos (48,0%) indicou que a "Rede Varejista" é uma de suas fontes de doações. Enquanto isso, as "CEASAs" e "Indústrias" contribuem para 24,3% e 20,9% dos Bancos de Alimentos, respectivamente.

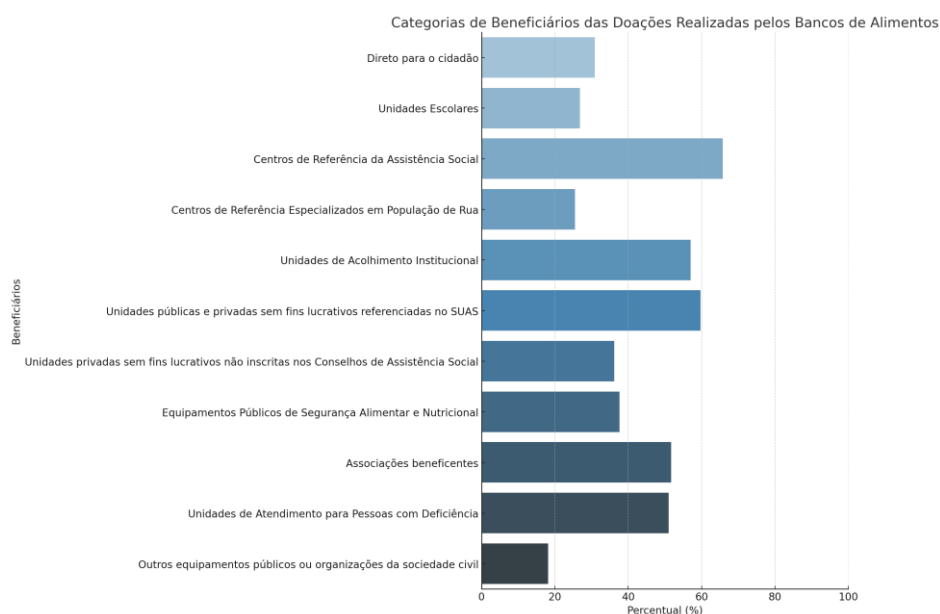
No entanto, vale ressaltar que 5,4% dos respondentes não têm certeza sobre a origem das doações aos Bancos de Alimentos.

Essa diversidade de fontes de doação sublinha a abrangência e o alcance dos Bancos de Alimentos em estabelecer parcerias e mobilizar recursos para combater a insegurança alimentar.

No contexto dos Bancos de Alimentos, um alto percentual em "Outras procedências" sugere que pode haver uma variedade de fontes de doação que não foram capturadas pelas opções fornecidas. Isso indica uma oportunidade para a pesquisa ser aprimorada, talvez com mais engajamento e feedback dos próprios Bancos de Alimentos para entender melhor essas fontes e refleti-las em pesquisas futuras.

Os principais beneficiários das doações realizadas pelos Bancos de Alimentos são:

- Centros de Referência da Assistência Social (CRAS e CREAS): destacam-se como o principal equipamento beneficiário, com aproximadamente 65,8% dos Bancos de Alimentos direcionando suas doações para esses centros.
- Unidades públicas e privadas sem fins lucrativos referenciadas no SUAS: Estas unidades também representam uma fatia significativa, com cerca de 59,7% dos Bancos de Alimentos realizando doações para elas.
- Unidades de Acolhimento Institucional: Aproximadamente 57,0% dos Bancos de Alimentos direcionam parte de suas doações para essas unidades, que incluem abrigos institucionais e casa-lar.
- Associações beneficentes: Estas organizações recebem doações de cerca de 51,7% dos Bancos de Alimentos.
- Unidades de Atendimento para Pessoas com Deficiência: Estas unidades, que incluem associações e a APAE, são beneficiárias de aproximadamente 51,0% dos Bancos de Alimentos.



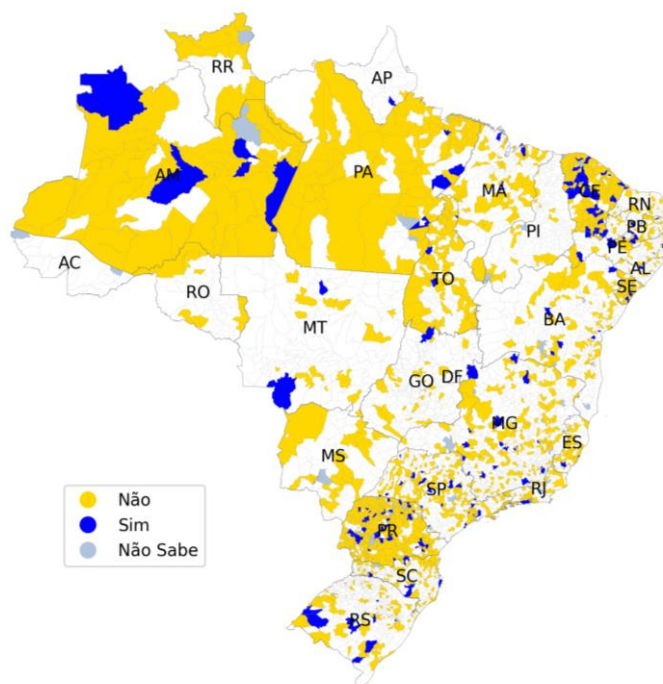
Além dessas categorias destacadas, outras instituições e grupos, como Unidades Escolares, Centros de Referência Especializados em População de Rua, Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, entre outros, também são contemplados pelas doações dos Bancos de Alimentos, embora em proporções variadas.

Ao observar esse perfil de distribuição, fica evidente a abrangência e diversidade de beneficiários atendidos pelos Bancos de Alimentos, refletindo um esforço contínuo para alcançar diferentes segmentos da sociedade e atender às necessidades alimentares de diferentes grupos vulneráveis.

Cozinhas Comunitárias

As Cozinhas Comunitárias estão presentes em 8,8% dos municípios pesquisados que forneceram dados sobre os Epsan²⁷ no MapaSAN 2022. Isto significa que este equipamento está presente em 166 municípios pesquisados. O Cartograma a seguir apresenta a distribuição no território nacional das Cozinhas Comunitárias mapeadas na pesquisa:

Há uma ou mais Cozinhas Comunitárias no município?



A distribuição percentual dos municípios com uma ou mais Cozinhas Comunitárias indica uma concentração maior na região Nordeste, onde estão situados 37,8% destes municípios, seguida da região Sul (28,0%) e Sudeste (23,8%). Em termos proporcionais, se considerados os municípios da mesma região, tanto o Nordeste – 8,2% dos municípios respondentes – quanto o Sul – 9,1% dos municípios respondentes – apresentam uma proporção semelhante de municípios com este tipo de EPSAN.

Destacam-se em especial os estados do Paraná (20,1%), Ceará (17,1%), Minas Gerais (10,4%) e Pernambuco (7,3%), que acumulam 66,5% dos municípios com Cozinhas Comunitárias mapeadas na pesquisa.

Quando se trata dos cadastros realizados na pesquisa, no total, foram registradas 227 Cozinhas Comunitárias em 166 municípios²⁸, perfazendo uma média de 1,6 deste tipo de EPSAN por município respondente. A região Sul apresenta uma média de 2,2 Cozinhas Comunitárias por município, um índice

²⁷ Em tabela sobre quantidade de respondentes questionário está explícito a quantidade de respondentes do questionário de EPSAN que totaliza 1.877 e não 1.935 que é considerado o total de respondentes da pesquisa realizada em 2022.

²⁸ Dos 166 municípios que informaram a existência de uma ou mais Cozinhas Comunitárias, 164 informaram a quantidade e 28 não cadastraram a mesma quantidade informada de equipamentos no formulário subsequente. Deste modo há diferença entre a quantidade informada no questionário geral de Epsan e equipamentos cadastrados no respectivo questionário de cadastro. De todo modo a informação sobre quantidade existente no município foi considerada, apesar da ausência de cadastro posterior.

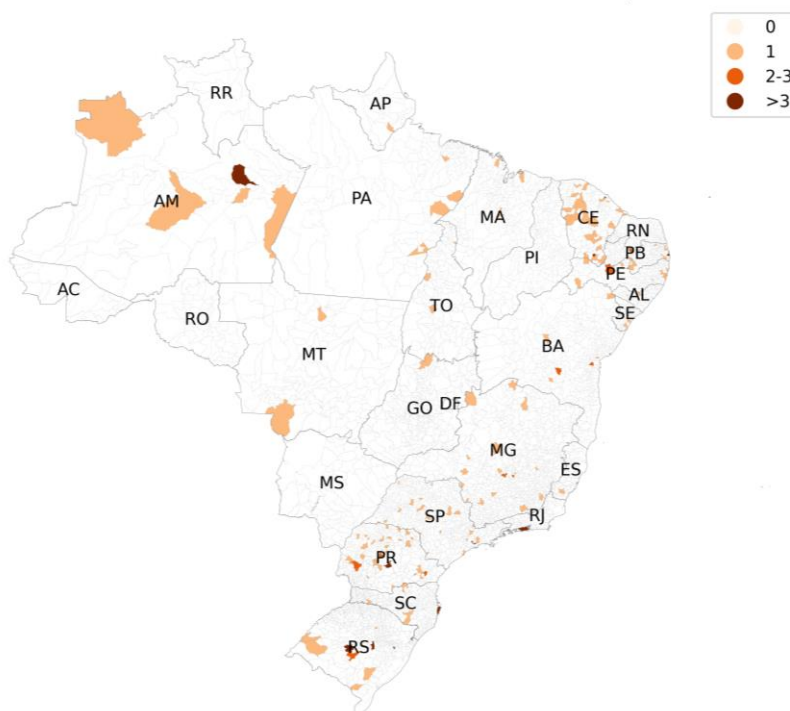
superior à média das demais regiões, que ficam apenas ligeiramente abaixo da média geral, à exceção do Centro-Oeste, cuja média é menor. Os dados figuram na tabela a seguir:

Tabela 12. Quantidade e média de Cozinhas Comunitárias por município, em cada região

	Municípios	Média Região	Soma Região	Percentual
NORTE	14	1,4	19	13,4
NORDESTE	62	1,3	81	30,3
SUDESTE	39	1,4	56	25,5
SUL	46	2,2	103	27,3
CENTRO-OESTE	3	1,0	3	3,5
	164	1,6	262	100,0%

Os dados do MapaSAN 2022 iluminam uma distribuição diversificada de Cozinhas Comunitárias pelos municípios brasileiros. Rio de Janeiro apresenta 11 Cozinhas Comunitárias em um município e o Rio Grande do Sul desponta com uma média de 5,4 Cozinhas por município respondente e um total de 49 Cozinhas Comunitárias. Em seguida, Amazonas e Bahia registram 10 Cozinhas, e Pará e Tocantins têm 4 cada um. Estas UFs apresentam médias que variam de 1,0 a 2,0 Cozinhas Comunitárias por município respondente. A maioria dos estados apresenta uma realidade mais uniforme, com médias próximas ou de exatamente 1,0 Cozinha Comunitária por município respondente. Neste grupo, estão Amapá, Maranhão, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, entre outros.

Quantas Cozinhas Comunitárias existem no Município?



Regime de gestão das Cozinhas Comunitárias

As cozinhas comunitárias possuem diferentes regimes de gestão que determinam sua provisão de serviços e natureza jurídica. De acordo com os dados do MapaSAN 2022, a distribuição percentual desses regimes é a seguinte:

- Direta: Este é o regime de gestão predominante, com 52,6% das cozinhas comunitárias sendo geridas diretamente por órgãos públicos ou entidades sem a necessidade de intermediários.
- Indireta: Representando 9,8% das cozinhas comunitárias, este regime de gestão se refere à terceirização do serviço, onde uma entidade externa é responsável pela operação da cozinha, enquanto a propriedade e supervisão geral permanecem com um órgão público.

- Semidireta: Em 9,2% das cozinhas, adota-se um regime semidireto de gestão. Isso geralmente implica em uma combinação das abordagens direta e indireta, onde certos aspectos da gestão são terceirizados enquanto outros são mantidos internamente.
- Outra: Uma parcela considerável, 15,6%, adota um modelo de gestão que não se enquadra nas categorias tradicionais listadas. Isso pode incluir parcerias público-privadas, gestão comunitária ou outros modelos específicos.
- Não sabe: Em 12,7% dos casos, os respondentes não tinham conhecimento ou certeza sobre qual regime de gestão a cozinha comunitária adota.

Esta distribuição mostra uma clara preferência pelo regime de gestão direta nas cozinhas comunitárias, refletindo a tendência de manter o controle e supervisão mais próximos à administração pública. No entanto, os demais regimes também desempenham um papel importante, oferecendo flexibilidade e adaptabilidade às necessidades e contextos locais específicos.

Orçamento das Cozinhas Comunitárias

A disponibilidade de recursos no orçamento municipal para a gestão, custeio ou manutenção das cozinhas comunitárias é um indicativo crucial da priorização e sustentabilidade desses serviços. Com base nos dados fornecidos, observou-se que:

- Uma expressiva maioria (88,4% das respostas válidas) indica haver recursos previstos no orçamento municipal em 2021 para a gestão, custeio ou manutenção das cozinhas comunitárias. Isso evidencia o compromisso e a continuidade das operações dessas cozinhas em muitos municípios.
- Uma proporção menor (11,6% das respostas válidas) informa que não havia recursos orçamentários destinados a essas cozinhas no ano de 2021.
- Do total de respondentes, 64,8% forneceram informações válidas sobre essa questão, enquanto os demais não responderam ou não tinham a informação disponível.

A prevalência de municípios com orçamento destinado a cozinhas comunitárias é encorajadora, demonstrando uma tendência de reconhecimento da importância desses espaços na promoção da segurança alimentar e nutricional.

A previsão orçamentária para cozinhas comunitárias em 2022 revela aspectos importantes sobre o planejamento financeiro e o compromisso dos municípios em relação a esses espaços essenciais:

- 130 equipamentos informaram ter uma previsão orçamentária destinada às cozinhas comunitárias para o ano de 2022.
- Os valores orçamentados variam consideravelmente entre os municípios. O valor máximo previsto atinge uma cifra substancial de R\$ 33.462.665,50.
- Os valores destinados às cozinhas comunitárias em 2022, considerando todos os municípios respondentes, somam R\$ 412.059.881,98.
- Em média, cada município reservou cerca de R\$ 3.169.691,40 para suas cozinhas comunitárias em 2022.²⁹

Estes dados evidenciam a importância atribuída às cozinhas comunitárias nos planejamentos orçamentários municipais. A considerável alocação de recursos reflete a relevância desses estabelecimentos na promoção da segurança alimentar e nutricional e no suporte às populações em situação de vulnerabilidade.

Enquanto a média de recursos destinados às cozinhas comunitárias é de aproximadamente R\$ 3,17 milhões, existe uma variação significativa entre os municípios. A assimetria elevada, juntamente com a diferença entre a média e a média aparada, indica que alguns municípios têm orçamentos substancialmente maiores para cozinhas comunitárias, impactando a média geral.

²⁹ Considerando intervalo de confiança de 95%. Ao eliminar os 5% mais baixos e os 5% mais altos dos valores para reduzir a influência de outliers, a média resultante é de R\$ 1.662.842,36.

A análise dos dados da distribuição dos valores orçamentários previstos para cozinhas comunitárias em 2022 em diferentes percentis (5º, 10º, 25º, 50º e 90º) por UFs fornece algumas pistas sobre a variação dos valores dentro de cada estado.

- Amazonas: O estado não tem valores previstos para cozinhas comunitárias em nenhum dos percentis analisados.
- Ceará: Os valores começam em R\$ 1.500 no 5º percentil, indicando que 5% dos municípios do estado têm um orçamento de até R\$ 1.500. No 90º percentil, o valor sobe para R\$ 672.346,59, o que significa que 90% dos municípios têm um orçamento de até esse valor para cozinhas comunitárias.
- Paraíba: 5% dos municípios têm um orçamento de até R\$ 30.228, enquanto 90% têm um orçamento de até R\$ 400.000.
- Pernambuco: O orçamento começa em R\$ 400 no 5º e 10º percentis, mas aumenta para R\$ 153.000 no 90º percentil.
- Bahia: A maioria dos municípios não tem um orçamento previsto, exceto no 90º percentil, onde o valor sobe para R\$ 1.600.000.
- Minas Gerais: 5% dos municípios têm um orçamento de até R\$ 35.000, e este valor aumenta para R\$ 1.431.262,64 no 90º percentil.
- Espírito Santo: A maioria dos municípios não tem valores previstos, mas, no 90º percentil, o valor é de R\$ 17.600.
- Rio de Janeiro: O valor é consistentemente de R\$ 33.462.665,50 em todos os percentis, indicando uma distribuição uniforme ou talvez uma única entrada para o estado.³⁰
- São Paulo: O orçamento começa em zero nos percentis mais baixos, mas aumenta para R\$ 618.900,60 no 90º percentil.
- Paraná: No 25º percentil, o valor é de R\$ 27.937,50, e aumenta para R\$ 379.019,77 no 90º percentil.
- Rio Grande do Sul: Os valores variam pouco nos primeiros percentis, permanecendo em torno de R\$ 28.800, mas aumentam significativamente para R\$ 1.859.650 no 90º percentil.
- Mato Grosso: O valor é consistentemente de R\$ 150.350 nos primeiros percentis, aumentando para R\$ 330.223,60 no 90º percentil.

Esta análise permite identificar estados com maior variação nos valores orçamentários destinados às cozinhas comunitárias e aqueles com distribuições mais uniformes. Além disso, evidencia estados com orçamentos mais robustos em comparação com outros.

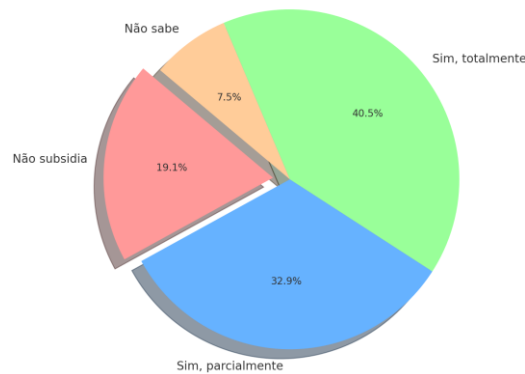
Refeições ofertadas pelas cozinhas comunitárias

As cozinhas comunitárias cadastradas pela pesquisa operam com modalidades diferenciadas de subsídio para as refeições:

- Não subsidia (19,1%): Cerca de um quinto das cozinhas comunitárias cadastradas não recebe subsídios municipais para o custo das refeições no horário de almoço. Isso indica que essas cozinhas operam sem suporte financeiro do município.
- Sim, parcialmente (32,9%): Um terço das cozinhas comunitárias cadastradas recebe subsídios parciais do município. Isso sugere que, enquanto o município cobre parte dos custos, outra porção pode ser coberta por outras fontes de financiamento ou pela própria comunidade.
- Sim, totalmente (40,5%): Uma parcela significativa, pouco mais de 40% das cozinhas comunitárias cadastradas, beneficia-se de subsídios totais do município para as refeições no horário de almoço. Isso reflete um compromisso municipal em garantir que as refeições sejam acessíveis para a população atendida por esses estabelecimentos.
- Não sabe (7,5%): Uma pequena parcela das cozinhas comunitárias cadastradas não tinha informações claras sobre o subsídio municipal.

³⁰ A persistência de um mesmo valor para o Rio de Janeiro em todos os percentis levanta a possibilidade de que tenha havido apenas uma entrada, no valor de R\$ 33.462.665,50, para todo o estado ou um erro de registro, com um valor replicado para todos os municípios do estado por engano. O dado merece investigação adicional para garantir sua precisão e autenticidade.

Subsídio do município no custo das refeições no horário de almoço nas cozinhas comunitárias



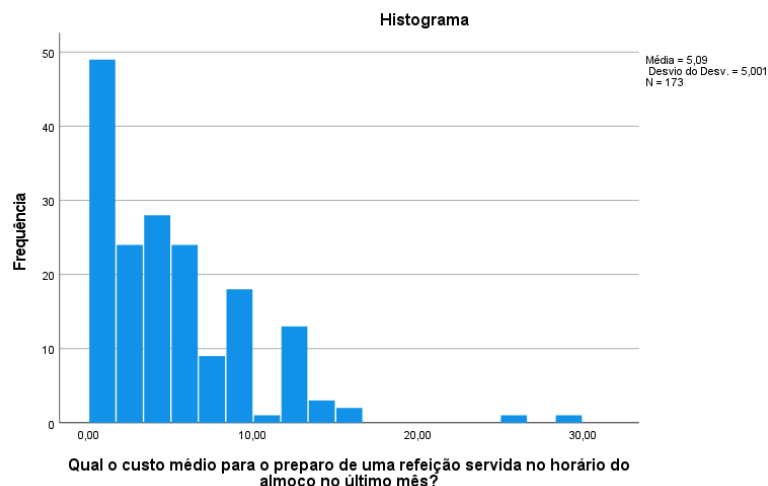
Em resumo, a grande maioria das cozinhas comunitárias cadastradas beneficia-se de algum grau de subsídio municipal para as refeições no horário de almoço, seja parcial ou total. Isso demonstra uma tendência dos municípios em apoiar esses estabelecimentos e tornar as refeições acessíveis para a população em situação de vulnerabilidade. Apenas uma minoria das cozinhas opera sem qualquer forma de subsídio municipal nesse aspecto.

Custo médio das refeições das cozinhas comunitárias

Os dados revelam o custo médio para o preparo de uma refeição servida no horário do almoço no mês anterior ao de referência e aplicação do questionário do MapaSAN, com base nas informações cadastradas para as cozinhas comunitárias, fornecidas pelos municípios respondentes. De um total de 173 cozinhas comunitárias com dados válidos:

- O custo mais baixo reportado foi de R\$ 0,00. Isso poderia indicar que algumas cozinhas podem receber doações de alimentos ou outros recursos que reduzem o custo para zero.
- O custo mais alto reportado foi de R\$ 30,00.
- O custo médio para preparar uma refeição no horário do almoço é de R\$ 5,08.

Em resumo, com base nas informações corrigidas, o custo médio para preparar uma refeição no horário do almoço em cozinhas comunitárias é de aproximadamente R\$ 5,08, com valores variando entre R\$ 0,00 e R\$ 30,00.



O custo médio de preparo de uma refeição nas cozinhas comunitárias, segundo os dados reportados no MapaSAN 2022, é de R\$ 5,08. Importante ressaltar que este levantamento não é de natureza censitária nem amostral, ou seja, baseia-se nas informações fornecidas voluntariamente pelos

municípios que participaram, e não representa necessariamente a totalidade dos municípios brasileiros. Considerando-se uma média aparada, que exclui os 5% dos valores mais baixos e mais altos para atenuar a influência de extremos, obtém-se um valor de R\$ 4,6. A mediana dos custos é de R\$ 3,5, indicando que metade das cozinhas opera com um custo abaixo desse valor e metade com um custo acima. Em síntese, embora a maioria das cozinhas comunitárias que responderam ao levantamento opere com um custo médio em torno de R\$ 5,08 por refeição, há algumas com custos consideravelmente mais altos. Estes valores refletem a diversidade de contextos e desafios enfrentados em diferentes localidades.

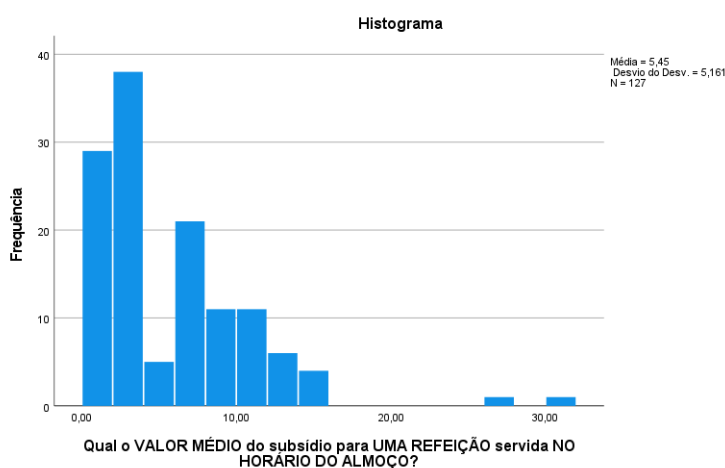
A análise regional do custo médio para o preparo de uma refeição servida *no horário do almoço* em cozinhas comunitárias resulta em:

- Região Norte: 12 cozinhas comunitárias com um custo médio de R\$ 1,25 por refeição. Isso representa 6,9% do custo total entre todas as regiões.
- Região Nordeste: 49 cozinhas comunitárias apresentando um custo médio de R\$ 6,84 por refeição. A região contribui com 28,3% do custo total.
- Região Sudeste: tendo 40 cozinhas comunitárias, registra um custo médio de R\$ 5,26 por refeição, o que corresponde a 23,1% do custo total.
- Região Sul: com 70 cozinhas comunitárias, tem um custo médio de R\$ 4,39 por refeição, representando 40,5% do custo total.
- Região Centro-Oeste: com 2 cozinhas, apresenta um custo médio de R\$ 6,11 por refeição e contribui com apenas 1,2% do custo total.

Em resumo, a região Sul, apesar de ter um custo médio por refeição menor que o Nordeste e o Centro-Oeste, é responsável pelo maior percentual do custo total (40,5%) devido ao maior número de cozinhas respondentes. A região Nordeste segue com o segundo maior percentual, contribuindo com 28,3% do total.

Subsídio a refeições das cozinhas comunitárias

O valor médio de subsídio fornecido para uma refeição servida durante o horário do almoço, conforme MapaSAN 2022, é de R\$ 5,4. Esta média foi calculada com base nas informações de 127 registros de cozinhas comunitárias com dados sobre o subsídio. O intervalo de valores reportados varia consideravelmente: o mínimo registrado foi de R\$ 0,00 (indicando que algumas cozinhas não oferecem qualquer tipo de subsídio), enquanto o máximo alcançou R\$ 30,00.



A média de R\$ 5,4 oferece uma visão geral do nível de apoio financeiro que as cozinhas estão fornecendo para garantir refeições *no horário do almoço*, mas as variações individuais evidenciam a diversidade de abordagens e níveis de subsídio em diferentes contextos.

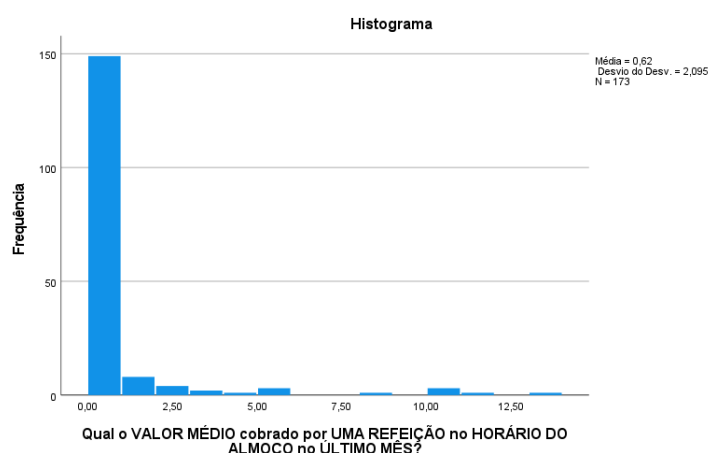
Sobre o valor médio regional do subsídio para uma refeição servida no horário do almoço em cozinhas comunitárias, observou-se que:

- Na região Norte, onde 3 cozinhas comunitárias forneceram este dado, o subsídio médio por refeição é de R\$ 6,67.
- Na região Nordeste, com 39 cozinhas comunitárias com dados válidos, o subsídio médio é de R\$ 7,85 por refeição.
- No Sudeste, com 30 cozinhas comunitárias informando o valor, o subsídio médio é de R\$ 5,42 por refeição.
- No Sul, com 53 cozinhas com dados sobre subsídios, o subsídio médio é de R\$ 3,62 por refeição.
- Na região Centro-Oeste, onde 2 cozinhas subsidiam refeições, o subsídio médio é de R\$ 5,88 por refeição.

Valor das refeições fornecidas

O valor médio cobrado por uma refeição servida durante o horário do almoço no último mês antes da aplicação da pesquisa, com base nas informações recolhidas do MapaSAN 2022, é de R\$ 0,62. Este cálculo se baseia nas respostas de 173 cozinhas comunitárias.

A amplitude dos valores reportados vai de R\$ 0,00 a R\$ 13,00, indicando uma variação significativa nos preços cobrados pelas diferentes cozinhas. Apesar do valor máximo de R\$ 13,00, a média relativamente baixa de R\$ 0,62 sugere que a maioria das cozinhas comunitárias cobra um valor menor por refeição ou a oferta gratuitamente.³¹



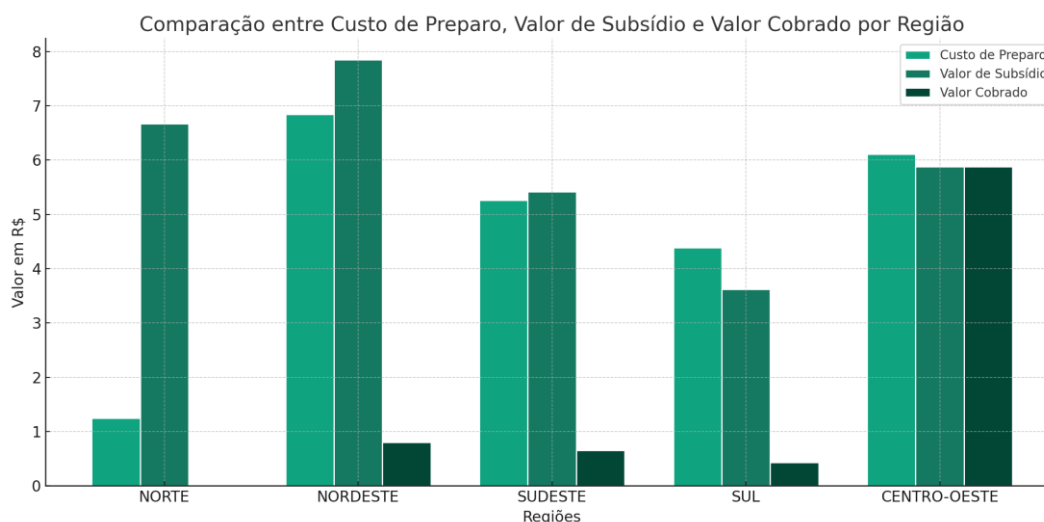
Em resumo, a maior parte das cozinhas comunitárias cobra um valor modesto ou mesmo não cobra nada pela refeição no horário do almoço. Contudo, existem algumas cozinhas que cobram valores significativamente mais altos, o que influencia a média e a variabilidade dos dados

As cozinhas comunitárias desempenham um papel crucial na segurança alimentar, e a estrutura de custo por refeição serve como um indicador importante de seus modelos operacionais. Ao observarmos a Região Norte, percebemos que, dentre as 12 cozinhas respondentes, não há cobrança para as refeições servidas no horário do almoço. Esta característica pode refletir políticas locais ou a disponibilidade de recursos.

Por outro lado, a Região Nordeste, com 49 cozinhas participantes, apresenta um valor médio de R\$ 0,80 por refeição. Isso sugere um modelo misto, onde há uma combinação de subsídios e cobranças. A Região Sudeste, com 40 cozinhas, tem uma média ligeiramente inferior, de R\$ 0,65 por refeição. A Região Sul, com 70 cozinhas, cobra, em média, R\$ 0,43 por refeição. Já a Região Centro-Oeste, com apenas duas cozinhas respondentes, destaca-se pelo valor médio mais elevado de R\$ 5,88 por refeição.

³¹ Metade das cozinhas comunitárias não cobrou nada pela refeição, o que é indicado pela mediana de R\$ 0,00.

Estas variações regionais oferecem insights sobre as abordagens adotadas em diferentes partes do país e sublinham a importância de políticas adaptadas às realidades locais na gestão de cozinhas comunitárias.



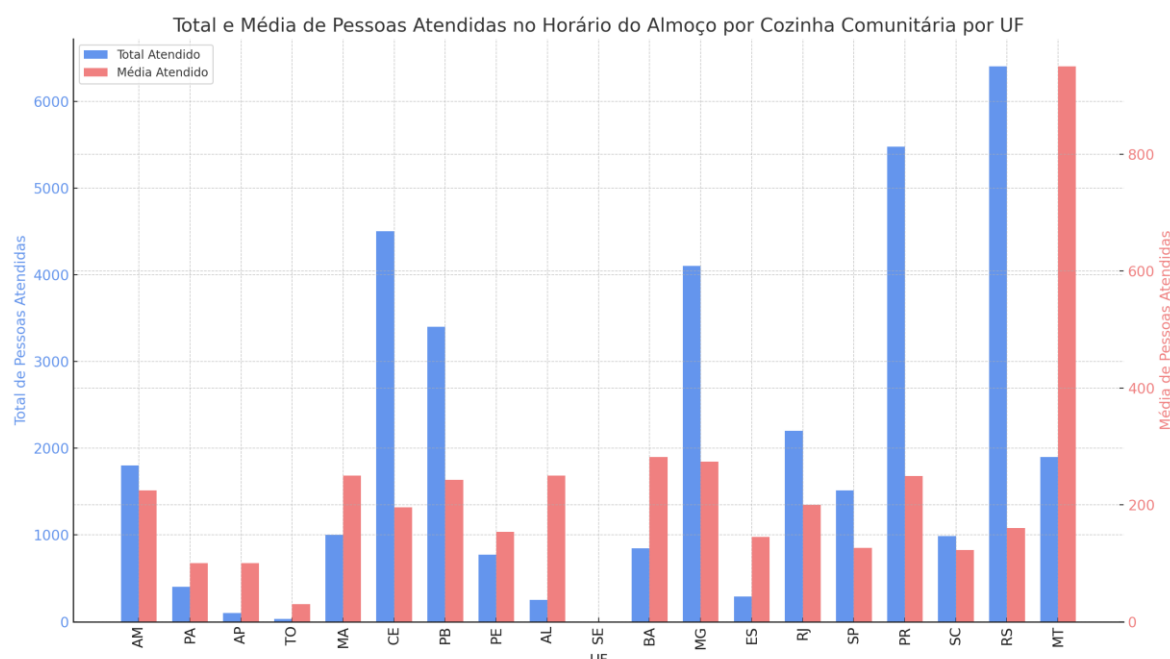
Para a região Norte, o valor médio de subsídio (R\$ 6,67) é significativamente mais alto do que o custo médio para o preparo de uma refeição (R\$ 1,25). Além disso, o valor cobrado ao público é zero, indicando que as refeições podem ser gratuitas para os cidadãos. No Nordeste, o valor de subsídio (R\$ 7,85) é ligeiramente superior ao custo médio de preparo (R\$ 6,84), e o valor cobrado ao público é comparativamente baixo (R\$ 0,80). No Sudeste, os valores de subsídio (R\$ 5,42) e custo médio de preparo (R\$ 5,26) são próximos, e o valor cobrado ao público (R\$ 0,65) é moderado. O Sul tem o valor de subsídio mais baixo (R\$ 3,62) em comparação com o custo médio de preparo (R\$ 4,39), e o valor cobrado ao público é o menor entre todas as regiões (R\$ 0,43). A região Centro-Oeste apresenta valores muito próximos para custo de preparo (R\$ 6,11), subsídio (R\$ 5,88) e valor cobrado ao público (R\$ 5,88). Em resumo, enquanto algumas regiões, como o Norte, oferecerem refeições gratuitas ou altamente subsidiadas, outras, como o Centro-Oeste, cobram quase o custo total do preparo. As discrepâncias regionais podem ser reflexo de políticas locais, recursos disponíveis e demandas específicas da população de cada região, e a eventual superioridade do valor médio dos subsídios em relação ao custo médio de preparo das refeições pode ser explicado pelo fato de serem considerados, como subsídios, recursos aplicados ao custo geral de manutenção e funcionamento das cozinhas, que excede o custo das refeições efetivamente servidas.

Beneficiários das cozinhas comunitárias

O número médio de pessoas atendidas no horário do almoço nas Cozinhas Comunitárias é de aproximadamente 208 pessoas. Esse valor indica a demanda típica por refeições nesses estabelecimentos durante esse horário específico. É uma indicação da relevância dessas cozinhas na garantia da segurança alimentar e nutricional de muitos cidadãos e cidadãs, reforçando a importância de investimentos e políticas públicas direcionadas a esses espaços. Além disso, serve como referência para gestores e profissionais que atuam na área, auxiliando no planejamento e na gestão de recursos.

A região Centro-Oeste apresenta a maior média de pessoas atendidas no horário do almoço, com 950 indivíduos por cozinha, embora tenha um número total menor devido à presença de apenas duas na pesquisa. A região Nordeste lidera em termos de volume total, servindo aproximadamente 10.772 pessoas, com uma média de 220 pessoas por cozinha. As regiões Norte, Sudeste e Sul apresentam médias de atendimento por cozinha de 194, 203 e 184 pessoas, respectivamente, com o Sul tendo o maior volume total de atendimentos, servindo diariamente 12.866 pessoas no horário do almoço.

Nas cozinhas comunitárias distribuídas por diferentes faixas populacionais dos municípios, observa-se que as localidades com população entre 100.001 e 500.000 habitantes possuem o maior volume total de atendimentos, servindo 15.025 pessoas, com uma média de 231 por cozinha. Municípios com mais de 500.000 habitantes têm uma média ligeiramente superior, com 240 pessoas atendidas por cozinha, totalizando 7.930 atendimentos. As localidades menores, com até 5.000 habitantes, apresentam a menor média, com 18 pessoas por cozinha. Contudo, é importante notar que a capacidade de atendimento varia significativamente, refletindo as diferenças nas demandas e infraestrutura de cada faixa populacional nos municípios.



Este gráfico oferece uma visão comparativa do alcance das cozinhas comunitárias em diferentes estados, mostrando tanto a média quanto o impacto total desses equipamentos públicos em termos de atendimento à população durante o horário do almoço. A visualização permite uma comparação rápida entre estados e destaca aqueles com maior e menor atendimento em Cozinhas Comunitárias. Pode-se ver tanto o total de pessoas atendidas quanto a média de pessoas atendidas no horário do almoço por cozinha comunitária, por UF:³²

- Total de Pessoas Atendidas (em azul): Esta barra indica o número acumulado de indivíduos atendidos por cozinhas comunitárias em cada estado durante o horário do almoço diariamente (soma dos atendimentos diários das Cozinhas Comunitárias da UF).
- Média de Pessoas Atendidas (em vermelho): Esta barra indica a média de pessoas atendidas no horário do almoço por cozinha comunitária em cada estado.

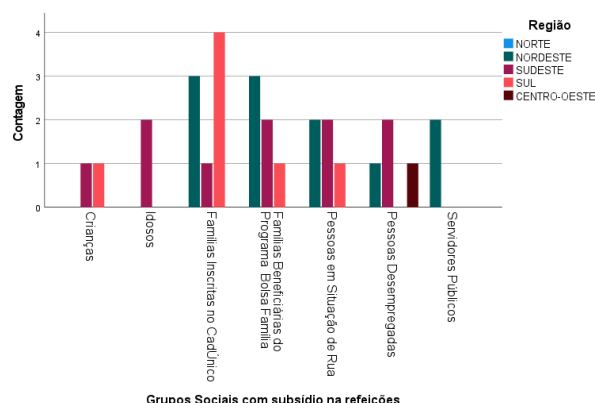
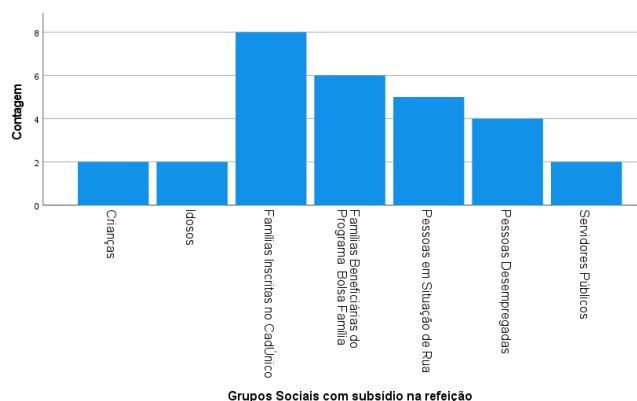
O Rio Grande do Sul lidera em termos de total de pessoas atendidas, com um total de 6.402 pessoas, seguido por Ceará, com 4.503 pessoas, e Minas Gerais, com 4.105 pessoas.

Em termos de média de pessoas atendidas por cozinha comunitária, Mato Grosso e Maranhão se destacam com 950 e 500 pessoas, respectivamente.

A grande maioria das cozinhas comunitárias cadastradas (91,4%) não pratica preços diferenciados nas refeições para nenhum grupo social específico. Por outro lado, 8,6% delas oferecem preços diferenciados para determinados grupos sociais. Esse dado sugere que, na maior parte das cozinhas

³² Sergipe reporta 0 atendimentos, indicando que ou a cozinha comunitária não estivesse em operação ou que houve um erro na coleta de dados.

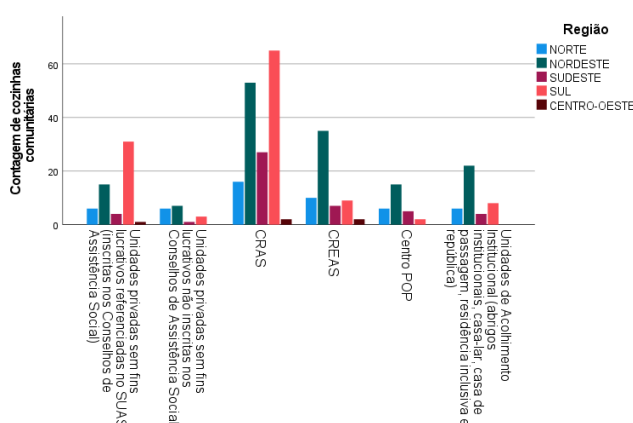
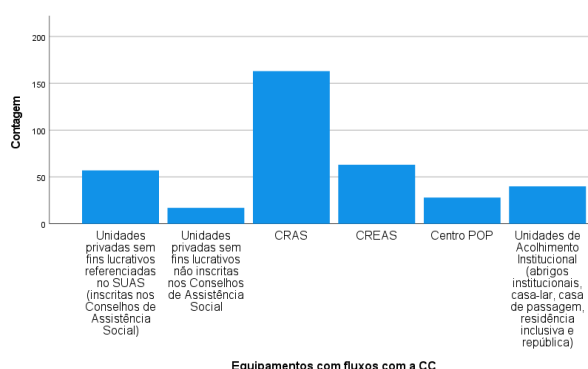
comunitárias, o foco é manter uma estrutura de preços uniforme, enquanto uma pequena porcentagem adota uma abordagem mais segmentada em relação à precificação.



Das cozinhas comunitárias que praticam preços diferenciados para determinados grupos sociais, um total de 31 casos, a distribuição é a seguinte:

- 8 cozinhas oferecem preços diferenciados para famílias inscritas no CadÚnico.
- 6 cozinhas possuem preços diferenciados para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.
- 5 cozinhas oferecem preços especiais para pessoas em situação de rua.
- 4 cozinhas adotam preços diferenciados para pessoas desempregadas.
- 2 cozinhas praticam preços diferenciados para outras categorias (crianças, idosos, servidores públicos).

A maioria das cozinhas comunitárias (74%) indica que existe um fluxo de trabalho ou parceria estabelecido para atendimento dos usuários da rede direta ou indireta da Assistência Social. Isto evidencia que há uma significativa integração entre essas cozinhas e a rede de Assistência Social, buscando melhorar o atendimento e a eficácia dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade. Contudo, 18,9% das cozinhas não possuem tal integração, e 7% dos respondentes não têm certeza sobre a existência de tal fluxo ou parceria, indicando uma possível área de desconhecimento ou falta de informação sobre a relação das Cozinhas Comunitárias com a rede de Assistência Social.

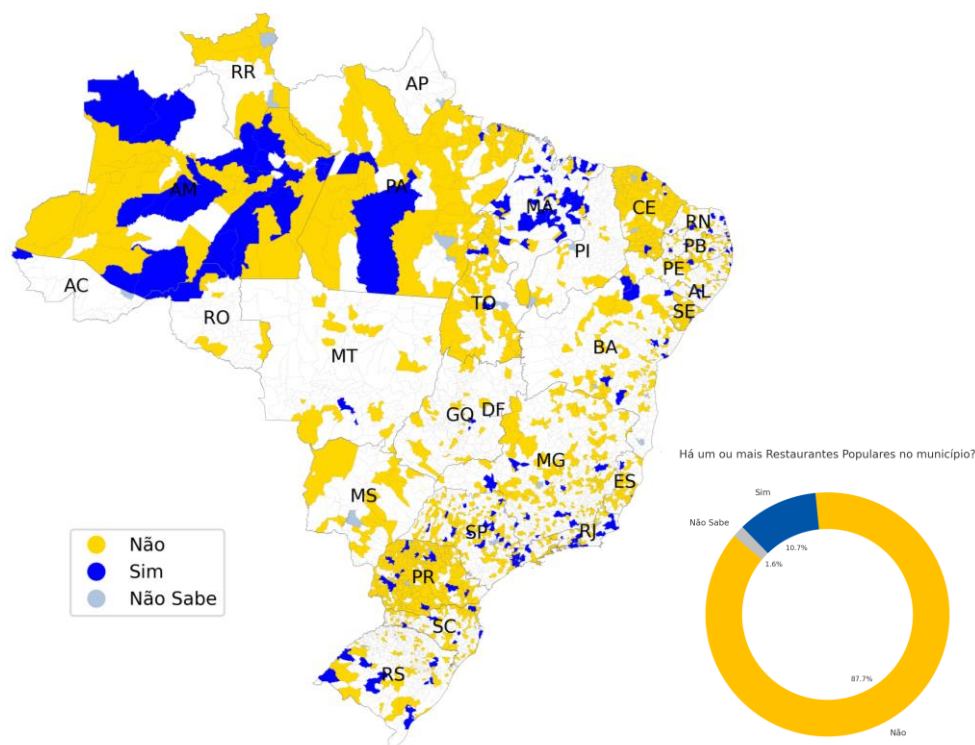


- 97% das Cozinhas Comunitárias possuem parceria com CRAS
- 37,5% possuem parceria com CREAS
- 16,7% têm parceria com Centros POP
- 23,8% estão em parceria com Unidades de Acolhimento Institucional

- 33,9% possuem parceria com unidades privadas referenciadas no SUAS
- 10,1% têm parceria com unidades privadas não inscritas nos Conselhos

Restaurantes Populares

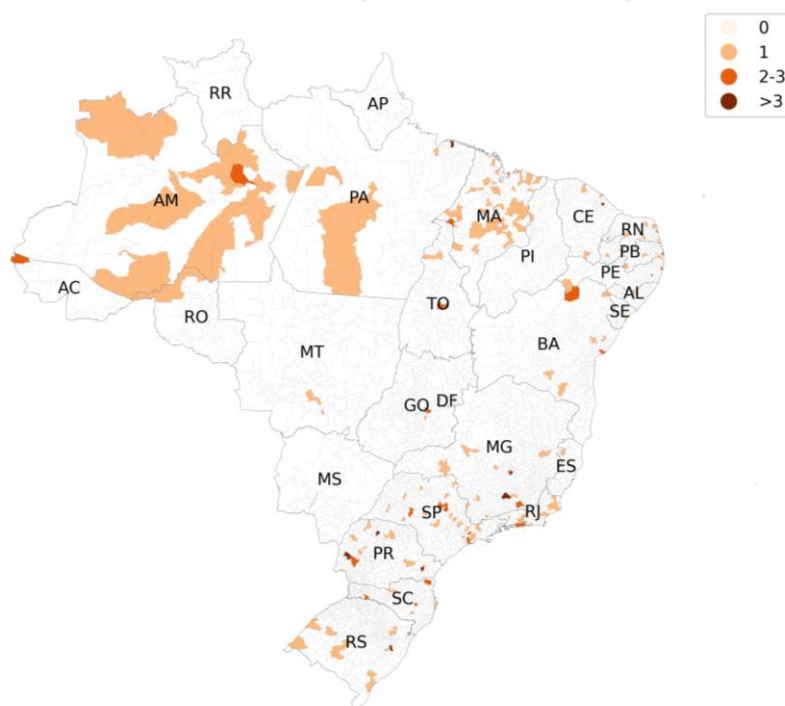
Há um ou mais Restaurantes Populares no município?



Dentre os municípios que responderam ao MapaSAN 2022, 10,7% possuem um ou mais Restaurantes Populares. Por outro lado, 87,7% dos municípios não contam com esse Epsan em seu território. Adicionalmente, 1,6% dos municípios não souberam responder sobre a existência de Restaurantes Populares.

Dentro dos municípios participantes do MapaSAN 2022, foi identificado um total de 248 Restaurantes Populares, resultando em uma média de 1,3 Restaurantes Populares por município respondente. No entanto, é relevante destacar que esse total pode não corresponder exatamente ao número de Restaurantes Populares informados no questionário de cadastro do MapaSAN, uma vez que nem todos os Restaurantes Populares cuja existência foi informada pelo município foram cadastrados no sistema. Pode haver, portanto, discrepâncias nos números apresentados entre o dado informado no questionário geral de Epsan e os equipamentos posteriormente cadastrados no formulário específico de Restaurante Popular.

Quantos Restaurantes Populares existem no município?



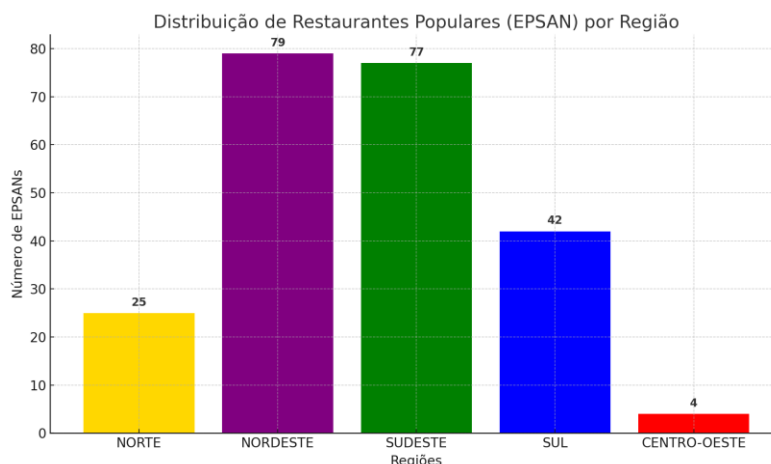
Existem Restaurantes Populares (RPs) em todas as regiões do Brasil. A partir dos dados do MapaSAN 2022, é possível observar uma distribuição regional desses estabelecimentos:

- A região Norte conta com 28 municípios que possuem RPs, somando um total de 32 estabelecimentos. Isso representa uma média de 1,1 RPs por município e abrange 13,4% do total de RPs registrados.
- A região Nordeste tem 79 municípios com RPs, totalizando 89 estabelecimentos. A média é de 1,1 RPs por município, e essa região representa 30,3% do total de RPs.
- No Sudeste, 56 municípios relataram ter RPs, somando 76 estabelecimentos no total. A média é de 1,4 RPs por município, correspondendo a 25,5% do total.
- A região Sul apresenta 30 municípios com RPs e um total de 46 estabelecimentos, o que resulta numa média de 1,5 RPs por município. Isso representa 27,3% dos RPs mapeados.
- Por fim, o Centro-Oeste tem 4 municípios que possuem RPs, totalizando 5 estabelecimentos. A média é de 1,3 RPs por município, e a região abrange 3,5% do total de RPs.

Esses dados demonstram uma distribuição relativamente uniforme dos RPs em termos de média por município, mas com variações significativas quando consideramos o total de estabelecimentos por região.

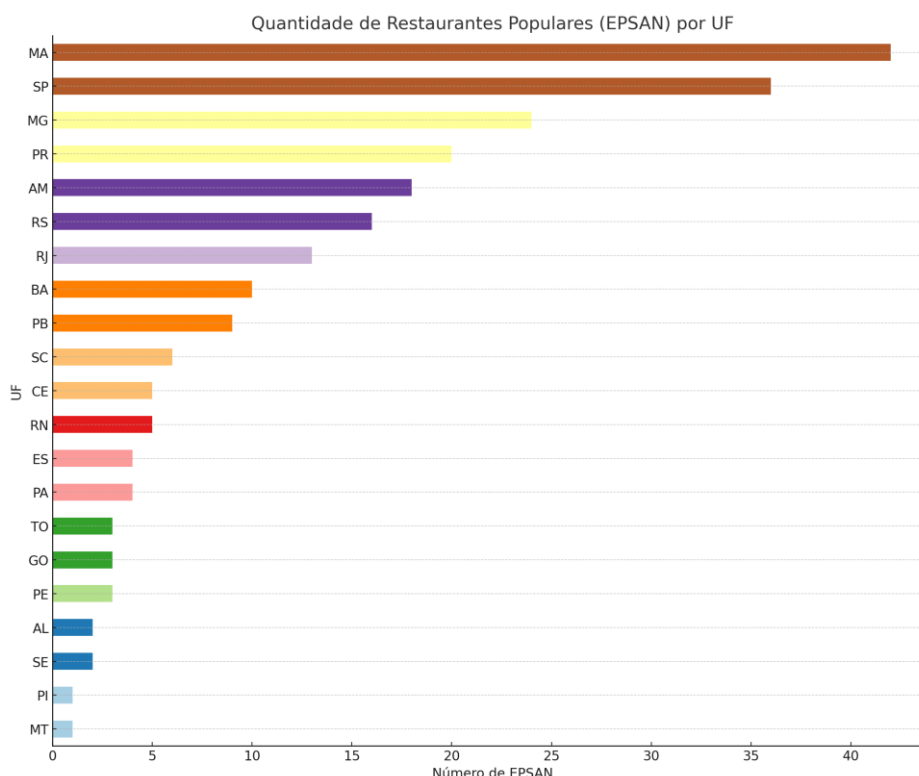
Restaurantes Populares cadastrados no MapaSAN 2022

Foram registrados 227 RPs, uma diferença de 21 RPs em relação aos 248 informados no questionário precedente e aos dados considerados válidos no formulário de registro de Epsan no MapaSAN 2022. A quantidade de RPs cadastrados (227), reduzida aos dados considerados válidos (188), será o número total utilizado como base para os dados a seguir.



A região Nordeste possui o maior número de Restaurantes Populares, com 79 equipamentos, representando 34,8% do total. Em seguida vem a região Sudeste, que possui 77, contribuindo com 33,9%. O Norte tem 25 equipamentos, correspondendo a 11% do total, enquanto a região Sul tem uma representação considerável de 18,5% com 42 RPs. A região Centro-Oeste, por outro lado, tem a menor presença desses equipamentos, com apenas 4 Restaurantes Populares, totalizando 1,8% do geral.

Essa distribuição reflete a densidade populacional e a urbanização de cada região. O Nordeste e o Sudeste, sendo regiões altamente populosas e urbanizadas, naturalmente têm uma maior demanda por esses serviços. A presença mais modesta na região Centro-Oeste pode indicar uma cobertura adequada ou a necessidade de mais investimentos nesses equipamentos.



O mapeamento do número de Restaurantes Populares revela uma presença considerável desses equipamentos em várias regiões do Brasil. São Paulo e Minas Gerais, com 36 e 24 equipamentos, respectivamente, representam, em conjunto, mais de 26% dos Restaurantes Populares registrados. Maranhão, com 42 RPs, lidera o ranking das UFs, e Paraná, com 20, desempenha também um papel significativo na oferta desses serviços.

Amazonas, Rio Grande do Sul e Ceará também apresentam números significativos, com 18, 16 e 5 equipamentos, respectivamente. Piauí, Alagoas, Sergipe, Mato Grosso e Tocantins registram apenas um equipamento desse tipo. Cada RP tem o potencial de atender grande número de pessoas, especialmente nos centros urbanos.

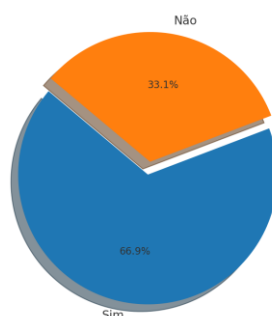
Regime de gestão dos Restaurantes Populares mapeados

A gestão dos Restaurantes Populares, equipamentos públicos essenciais para a promoção da segurança alimentar e nutricional, varia conforme seu regime de provisão do serviço ou natureza jurídica. Os dados apresentados indicam:

- 36,2% são geridos de forma **direta**, o que significa que são administrados diretamente pelo órgão público responsável, sem intermediação.
- 25,0% possuem gestão **indireta**, geralmente conduzida por terceiros sob a supervisão do governo.
- 19,7% são operados em regime **semidireto**, combinando elementos das gestões direta e indireta.
- 5,9% adotam alguma outra forma de gestão não especificada.
- 13,3% dos respondentes não têm certeza sobre o regime de gestão de seus Restaurantes Populares.

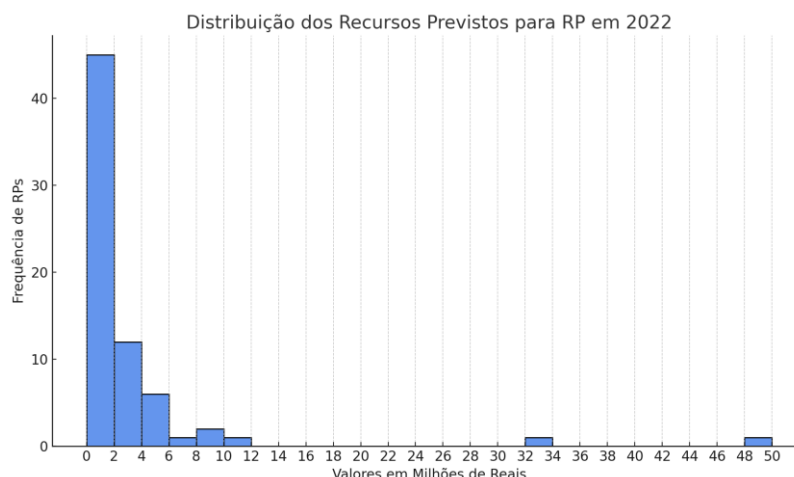
Essa variedade de regimes de gestão reflete a diversidade de modelos adotados pelos municípios para operar esses equipamentos.

Recursos Previstos no Orçamento Municipal 2022 para Restaurante Popular



A sustentabilidade financeira de um Restaurante Popular, enquanto equipamento público, é crucial para sua operação contínua e eficaz. Nesse sentido, os dados do MapaSAN 2022 indicam que uma significativa maioria dos municípios, 66,9%, afirmou ter recursos previstos no orçamento municipal de 2022 para a gestão, custeio ou manutenção do Restaurante Popular. Por outro lado, 33,1% dos municípios não possuem tais recursos alocados em seu orçamento para o ano citado. Isso destaca a importância de se garantir a previsibilidade orçamentária para esses espaços, garantindo sua operação contínua e o atendimento às populações que deles dependem.

Os municípios que indicaram ter recursos previstos no orçamento municipal de 2022 para o Restaurante Popular previram, no total, aproximadamente R\$ 370,76 milhões. A previsão média para o equipamento é de cerca de R\$ 3,60 milhões. O maior valor previsto para um RP específico alcança quase R\$ 48,90 milhões.



O histograma mostra a distribuição dos recursos previstos para os Restaurantes Populares (RPs) em 2022. No eixo x, temos os valores em milhões de reais, variando de R\$ 0 a 50 milhões, com intervalos de R\$ 2 milhões. No eixo y, temos a frequência de RPs que se enquadram em cada intervalo de valor.

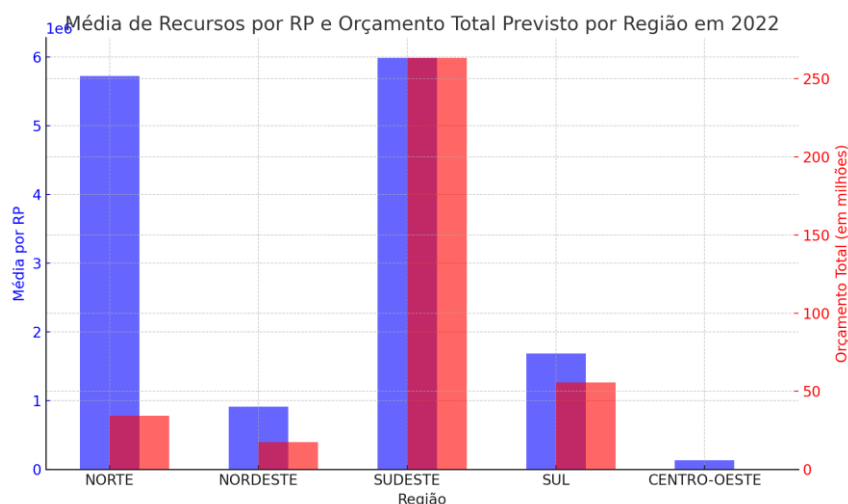
A maioria dos RPs tem um orçamento previsto de até R\$ 2 milhões de reais, com algumas exceções que ultrapassam os R\$ 10 milhões. Esta visualização fornece uma ideia clara sobre a concentração de recursos previstos para os RPs e destaca que a grande maioria dos RPs opera com um orçamento relativamente mais modesto, considerando o volume de refeições ofertadas e a quantidade de trabalhadores/as beneficiados com o serviço.

O histograma representa a distribuição dos recursos previstos no orçamento municipal de 2022 para a gestão, custeio e manutenção dos Restaurantes Populares (RP). A partir do gráfico, podemos fazer as seguintes observações:

- Concentração de municípios: a maioria dos municípios alocou um orçamento de até R\$ 2 milhões para os Restaurantes Populares. Isso indica que, em geral, os municípios destinam quantias nessa faixa para o funcionamento desses equipamentos.
- Municípios com orçamentos elevados: embora a maior parte dos municípios tenha destinado valores de até R\$ 2 milhões, alguns municípios previram orçamentos significativamente mais altos, chegando a valores próximos de R\$ 50 milhões de reais. Estes podem ser municípios maiores, com uma demanda mais elevada por serviços de RP ou com estratégias mais robustas de segurança alimentar.
- Variação nos valores: a variação dos valores no histograma mostra que não existe um padrão fixo sobre quanto um município deve alocar para os RPs. Os valores podem depender de diversos fatores, como o tamanho da população atendida, a abrangência dos serviços oferecidos pelo RP, e as prioridades orçamentárias do município.
- Orçamentos menores: nota-se também a presença de RPs com orçamentos muito baixos ou até mesmo nulos. Os valores iguais a zero informados no cadastro do MapaSAN 2022 demandam validação junto aos respondentes.

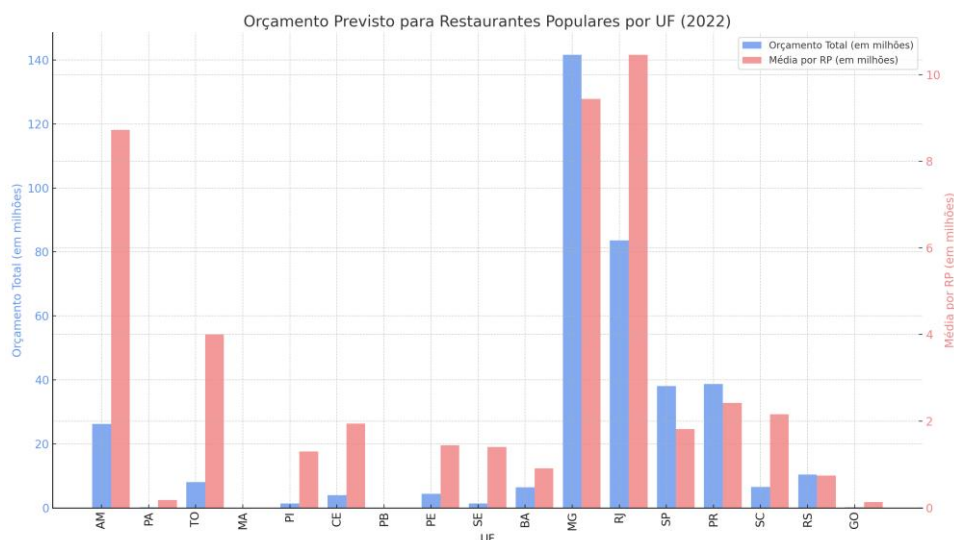
Em resumo, o histograma revela uma ampla gama de orçamentos municipais destinados aos Restaurantes Populares, refletindo as diferentes realidades e prioridades dos municípios em relação à segurança alimentar e nutricional relacionada à oferta de refeições a baixo custo para trabalhadores e trabalhadoras em centros urbanos.

Ao analisar a previsão orçamentária dos Restaurantes Populares (RPs) por região, os dados se apresentam conforme segue:



- A região Norte, com 6 RPs, tem uma média orçamentária de aproximadamente R\$ 5,72 milhões por RP, totalizando um montante de R\$ 34,35 milhões para a região.
- A região Nordeste possui 19 RPs e uma média orçamentária de cerca de R\$ 912 mil por RP. O orçamento total previsto para esta região é de R\$ 17,34 milhões.
- A região Sudeste, com 44 RPs, também apresenta a média orçamentária mais alta, cerca de R\$ 5,98 milhões por RP. Isso totaliza um montante de R\$ 263,34 milhões para a região.
- A região Sul tem 33 RPs com uma média orçamentária de aproximadamente R\$ 1,68 milhões por RP, levando a um total de R\$ 55,60 milhões para toda a região.
- Por último, a região Centro-Oeste possui apenas 1 RP, com uma previsão orçamentária de R\$ 130 mil.

O gráfico abaixo apresenta os valores somados e a média do orçamento previsto para os Restaurantes Populares (RP) por estado em 2022. A disposição das barras no gráfico permite visualizar tanto o orçamento total quanto a média por restaurante para cada agrupamento de municípios por UF, facilitando comparações. Observa-se os seguintes destaques com base nos dados do MapaSAN:



Nos municípios de Minas Gerais, o orçamento agregado para os Restaurantes Populares é o mais elevado, alcançando R\$ 141,6 milhões. A média de orçamento por restaurante popular nesses municípios é de aproximadamente R\$ 9,44 milhões. Os municípios do Rio de Janeiro têm um orçamento agregado de cerca de R\$ 83,63 milhões, com uma média de R\$ 10,45 milhões por restaurante. Os municípios de São Paulo e Paraná apresentam orçamentos agregados muito próximos, com valores de R\$ 38,11 milhões e R\$ 38,68 milhões, respectivamente. No entanto, os municípios

paranaenses têm, em média, um orçamento por restaurante um pouco maior que os de São Paulo, com R\$ 2,42 milhões contra R\$ 1,81 milhões.

Nos municípios do Amazonas, o orçamento agregado para os 3 restaurantes populares é de R\$ 26,18 milhões, resultando em uma média de R\$ 8,73 milhões por restaurante. Os municípios de Pernambuco, com 3 RPs, têm um orçamento agregado de R\$ 4,34 milhões, com uma média de R\$ 1,45 milhões por restaurante. Os municípios da Bahia, com 7 RPs, possuem um orçamento agregado de R\$ 6,4 milhões, com uma média de aproximadamente R\$ 913.857 por restaurante. Já os municípios do Rio Grande do Sul, com 14 RPs, têm orçamento agregado de R\$ 10,44 milhões, com uma média de R\$ 745.494 por restaurante.

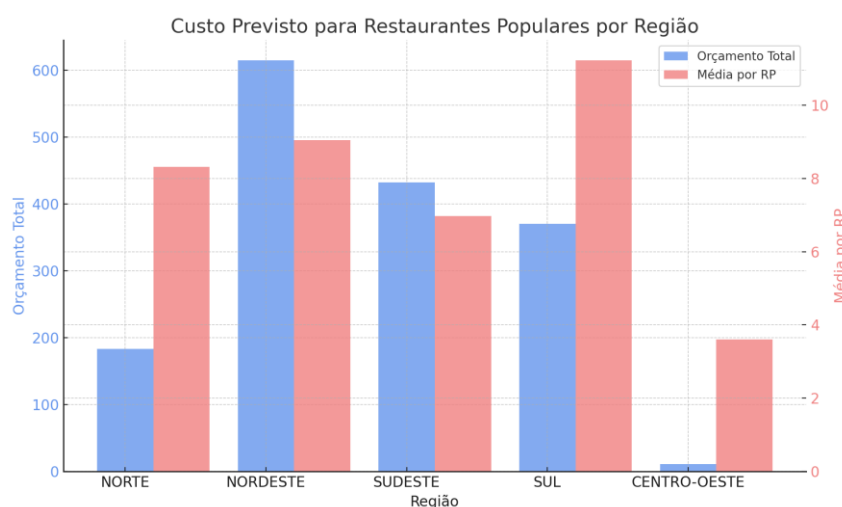
É fundamental destacar que os recursos orçamentários disponíveis para os Restaurantes Populares, conforme apresentados pelos municípios respondentes, podem ter origens diversas. Estes recursos podem ser provenientes de fontes municipais, estaduais ou de uma combinação de ambas. Essa pluralidade de fontes de financiamento reforça a complexidade e a importância das parcerias e cooperações intergovernamentais para a manutenção e expansão desses importantes equipamentos de segurança alimentar e nutricional.

Custo das refeições ofertadas nos Restaurantes Populares

No mês anterior à aplicação da pesquisa, o custo médio para o preparo de uma refeição servida no horário do almoço nos Restaurantes Populares foi de aproximadamente R\$ 8,57. Vale notar que há variação no custo do preparo das refeições, sendo o valor mínimo registrado de R\$ 0,00 e o máximo de R\$ 35,00. Os dados refletem a diversidade de realidades orçamentárias, de arranjos institucionais e de possibilidades de parcerias dos municípios em relação ao custo de preparação das refeições nos Restaurantes Populares.

Os dados fornecem uma visão detalhada da distribuição dos custos médios para o preparo de uma refeição servida *no horário do almoço* nos Restaurantes Populares na data de referência do MapaSAN. O custo médio é de aproximadamente R\$ 8,57. A média aparada, removendo os 5% dos valores mais extremos, exprime um custo médio de R\$ 8,26.

O gráfico abaixo traz o custo médio para o preparo de uma refeição servida no horário do almoço nos Restaurantes Populares, divididos por região:

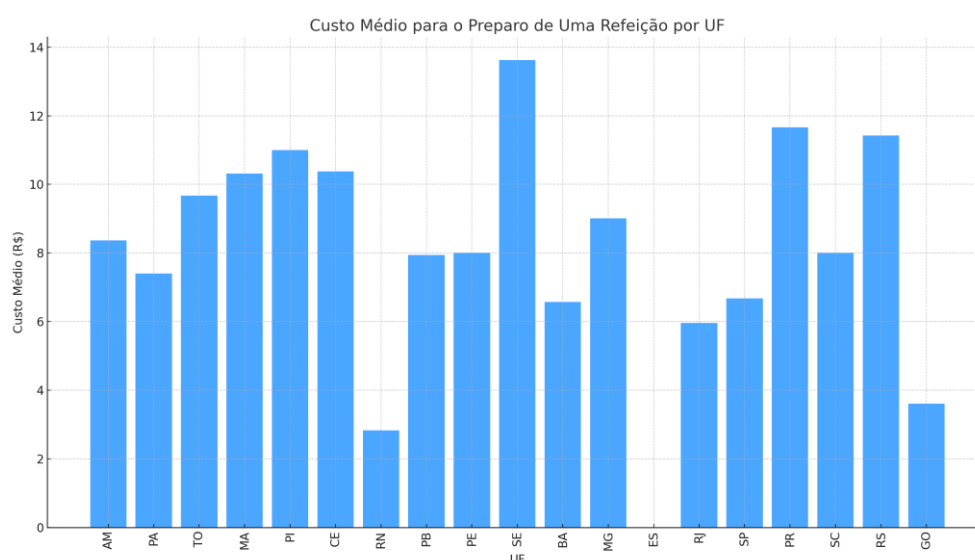


Os dados apontam que:

- Com 22 Restaurantes Populares, a região Norte apresenta um custo médio por refeição de R\$ 8,31. Os valores e a quantidade de RP da região correspondem a 11,0% do custo total reportado entre todas as regiões.
- A região Nordeste, com 68 Restaurantes Populares, tem um custo médio de R\$ 9,04 por refeição. A região contribui em 34,8% para o peso da média geral do custo de produção de refeições dos RPs.
- Na região Sudeste, 62 Restaurantes Populares reportaram um custo médio de R\$ 6,97 por refeição. A região contribui com 33,9% do custo médio de todas as regiões.
- A região Sul, com 33 Restaurantes Populares, apresenta o maior custo médio entre as regiões, de R\$ 11,22 por refeição, o que corresponde a 18,5% na formação da média geral.
- O Centro-Oeste com 3 Restaurantes Populares, tem o menor custo médio: R\$ 3,60 por refeição. Representa 1,8% no peso para cálculo do custo médio geral.

Os números destacam as variações regionais no custo de preparo das refeições. Enquanto o Sul tem o custo médio mais elevado por refeição, o Centro-Oeste tem o menor. A região Nordeste, por sua vez, representa a maior parcela do custo total entre todas as regiões.

O gráfico a seguir mostra o custo médio para o preparo de uma refeição nos Restaurantes Populares por unidade federativa (UF).

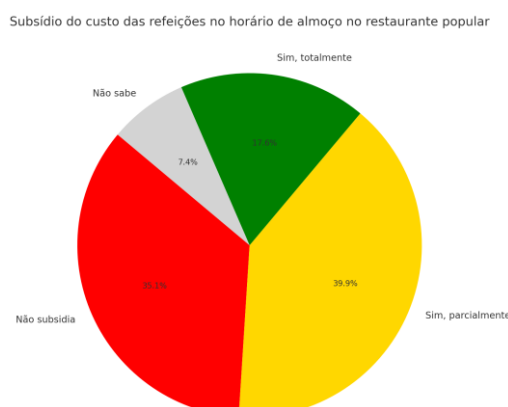


- Sergipe apresenta o maior custo médio para o preparo de uma refeição, com R\$ 13,62.
- Piauí e Paraná também têm custos médios acima de R\$ 11,00.
- Em contrapartida, Rio Grande do Norte e Goiás apresentam os menores custos médios, com R\$ 2,83 e R\$ 3,60, respectivamente.
- Espírito Santo não apresenta um custo reportado.
- A maioria das outras UFs tem custos médios que variam entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00 por refeição.

Estes valores refletem o custo médio para o preparo de uma refeição nos RP e podem ser influenciados por diversos fatores, incluindo os insumos utilizados, a logística, os salários dos trabalhadores envolvidos, entre outros.

Subsídio das refeições ofertadas nos Restaurantes Populares

O gráfico apresenta a distribuição das respostas dos municípios à questão sobre a forma de subsídio do custo das refeições no horário de almoço nos restaurantes populares:

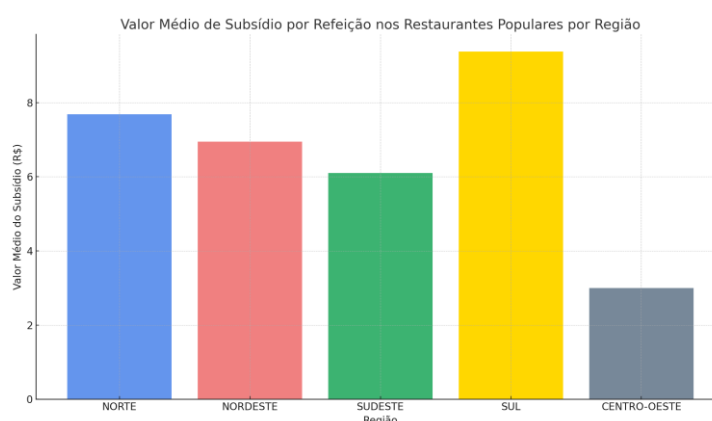


- Um pouco mais de um terço dos equipamentos (35,1%) indicou que não recebe subsídio para o custo das refeições no restaurante popular.
- A maior proporção, 39,9%, recebe subsídio parcial do custo das refeições.
- Uma parcela menor, 17,6%, recebe subsídio total do custo das refeições.
- Por fim, 7,4% não souberam responder à questão.

Isso indica que a maioria dos municípios oferece algum tipo de subsídio, seja ele total ou parcial, para as refeições nos restaurantes populares.

Considerando os municípios que oferecem subsídio para as refeições servidas no Restaurante Popular (RP) – 108 RPs cadastrados forneceram informações válidas sobre o subsídio –, observa-se que o maior valor de subsídio reportado foi de R\$ 20,00 por refeição e que o valor médio de subsídio, entre os RPs subsidiados, foi de R\$ 7,38 por refeição.

Estes dados fornecem uma visão geral do compromisso financeiro dos municípios que subsidiam as refeições nos Restaurantes Populares, mostrando que muitos estão dispostos a investir significativamente para garantir refeições acessíveis à sua população.



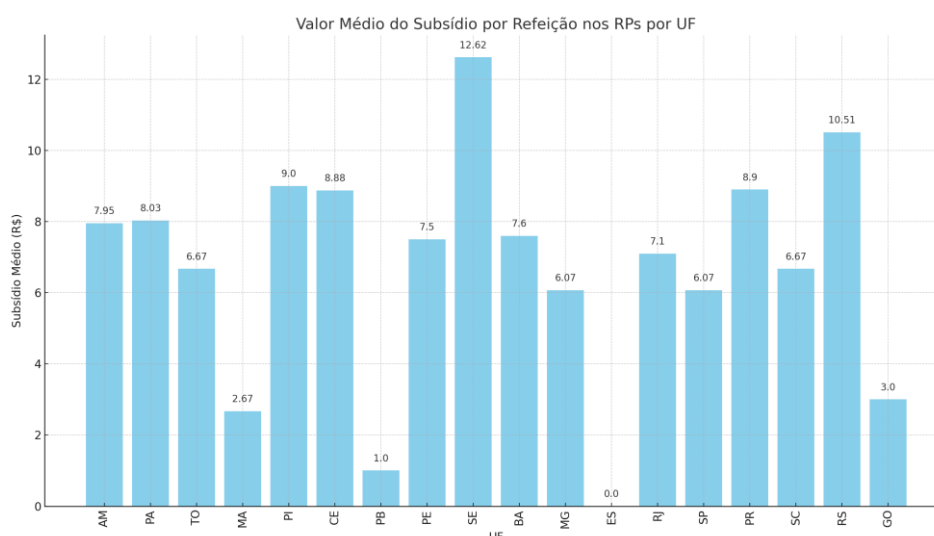
A análise regional do valor médio de subsídio por refeição servida nos Restaurantes Populares (RP) mostra diferenças notáveis entre as regiões do Brasil:

- Os municípios da região Norte, em média, subsidiam R\$ 7,69 por refeição.

- A média de subsídio por refeição nos municípios do Nordeste é de R\$ 6,95.
- Na região Sudeste, o subsídio médio é de R\$ 6,10 por refeição.
- Os municípios da região Sul apresentam o maior subsídio médio entre todas as regiões: R\$ 9,38 por refeição.
- A região Centro-Oeste tem o menor subsídio médio: R\$ 3,00 por refeição.

Estas variações regionais podem ser atribuídas a diversos fatores, como diferenças no custo de vida, disponibilidade de recursos, políticas municipais etc. A região Sul destaca-se com o maior subsídio médio, o que pode indicar uma maior disposição ou capacidade dos municípios dessa região em investir no subsídio das refeições nos RPs. Por outro lado, a região Centro-Oeste, com o menor subsídio médio, pode ter municípios com diferentes realidades orçamentárias ou políticas de gestão dos RPs.

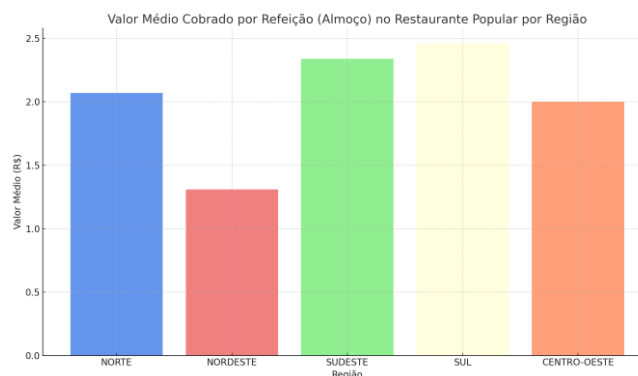
Quando o valor médio do subsídio por refeição nos Restaurantes Populares (RPs), agregado por UFs, o resultado é o seguinte:



- Sergipe apresenta o maior subsídio médio; R\$ 12,62 por refeição.
- Maranhão e Paraíba têm subsídios médios mais baixos, com valores de R\$ 2,67 e R\$ 1,00, respectivamente.
- Rio Grande do Sul, Piauí, Paraná e Ceará também têm subsídios consideráveis, com valores médios acima de R\$ 8,00.
- A maioria das outras UFs tem subsídios médios que variam entre R\$ 6,00 e R\$ 8,00.
- Espírito Santo apresenta nenhum subsídio, com um valor médio de R\$ 0,00.

Valo cobrado por refeição nos Restaurantes Populares

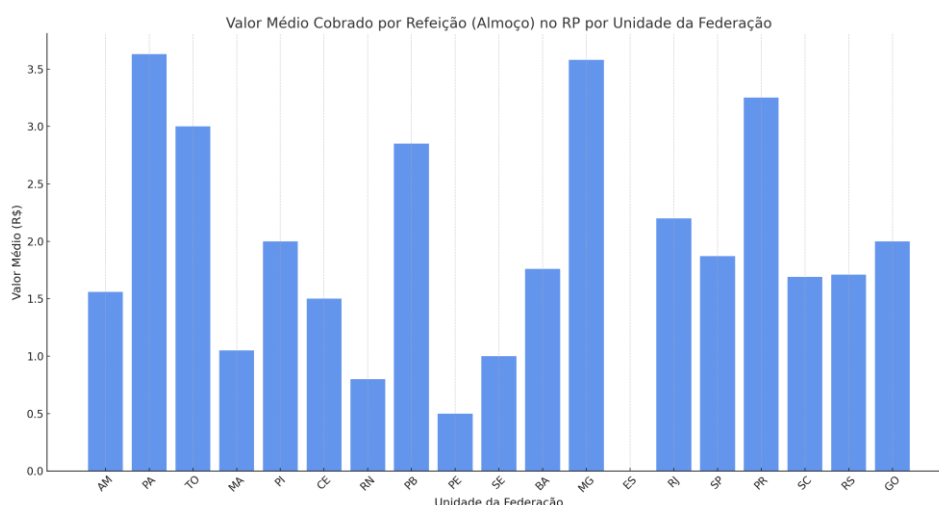
O valor médio cobrado por uma refeição no horário do almoço no último mês nos Restaurantes Populares foi de R\$ 1,95. Os Restaurantes Populares (RPs) nas diversas regiões do Brasil apresentam variações no valor médio cobrado por uma refeição servida durante o horário do almoço:



- Com 22 RPs cadastrados, a região Norte tem um valor médio de R\$ 2,07 por refeição, representando 11,0% do total de RPs.
- Com 68 RPs, o Nordeste apresenta o menor valor médio entre todas as regiões: R\$ 1,31, constituindo 34,8% do total.
- Com 62 RPs, a região Sudeste tem um valor médio de R\$ 2,34 por refeição, representando 33,9% do total.
- A região Sul, com 33 RPs, apresenta valor médio ligeiramente mais alto: R\$ 2,46, representando 18,5% do total.
- Com apenas 3 RPs, o valor médio na região Centro-Oeste é de R\$ 2,00, representando 1,8% do total.

Estes valores médios refletem a política de preços dos RPs em cada região, que pode ser influenciado por diversos fatores, incluindo custos operacionais, subsídios governamentais e demanda local.

O gráfico a seguir representa o valor médio cobrado por refeição (almoço) nos Restaurantes Populares por Unidade da Federação.³³

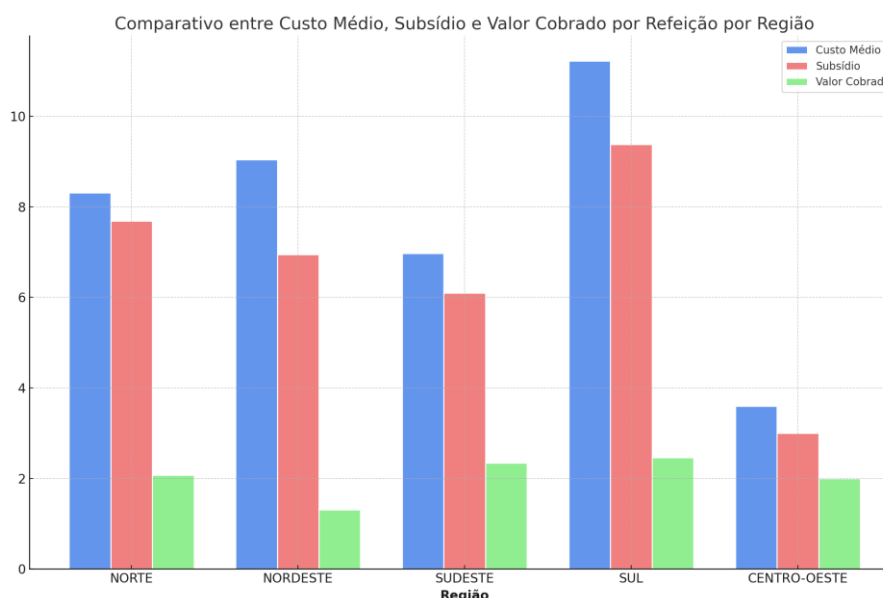


- O Pará apresenta o maior valor médio cobrado por refeição, aproximando-se de R\$ 3,63.
- Minas Gerais e Tocantins registram valores médios de R\$ 3,58 e R\$ 3,00, respectivamente.
- Alguns estados, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, possuem os menores valores médios: R\$ 0,80 e R\$ 0,50 respectivamente.
- Há uma grande variação nos valores médios entre os estados, com alguns cobrando valores mais elevados e outros mais baixos por refeição.
- Em geral, a maioria dos estados tem valor médio que varia entre R\$ 1,00 e R\$ 3,50 por refeição.

³³ Espírito Santo apresenta um valor médio de R\$ 0,00, indicando que os Restaurantes Populares nesta UF podem fornecer refeições gratuitas ou que os dados podem não ter sido fornecidos corretamente.

Estes dados refletem as políticas e decisões de subsídio adotadas pelos municípios em cada estado e podem variar dependendo da fonte de financiamento, custo de produção, e outras considerações locais.

Comparação dos valores de custo, subsídio e preço das refeições nos Restaurantes Populares

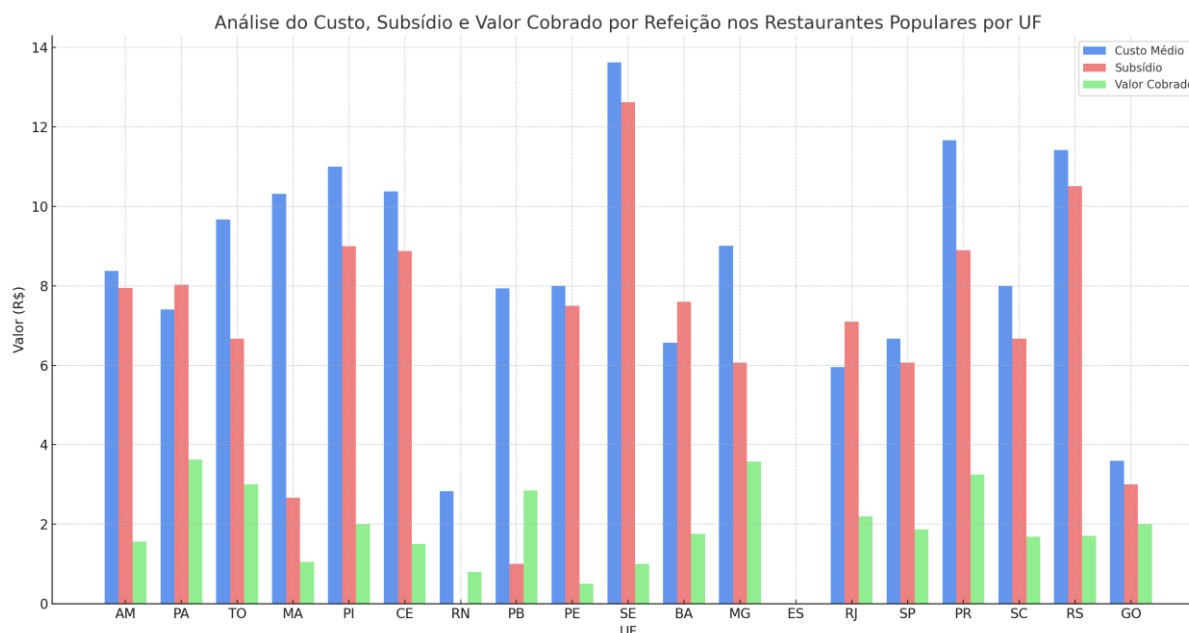


O gráfico acima apresenta três métricas relacionadas ao financiamento e cobrança dos Restaurantes Populares (RPs) por região: o custo médio para o preparo de uma refeição no horário do almoço no RP, o valor médio do subsídio fornecido para uma refeição no RP e o valor cobrado dos clientes por uma refeição no RP.

- Os RPs da região Norte têm um custo médio de R\$ 8,31 por refeição. Eles subsidiam, em média, R\$ 7,69 desse valor e cobram R\$ 2,07 por refeição.
- Os RPs do Nordeste apresentam um custo médio de R\$ 9,04, um subsídio médio de R\$ 6,95 e cobram, em média, R\$ 1,31 por refeição.
- O custo médio para os RPs do Sudeste é de R\$ 6,97, com um subsídio médio de R\$ 6,10. O valor médio cobrado ao cliente é de R\$ 2,34.
- A região Sul tem o maior custo médio entre todas: R\$ 11,22. O subsídio fornecido é de R\$ 9,38, e o valor cobrado é de R\$ 2,46.
- Os RPs do Centro-Oeste têm custo médio de R\$ 3,60, com subsídio de R\$ 3,00 e um valor cobrado de R\$ 2,00.

A partir destes dados, podemos perceber que Sul e Nordeste possuem custos médios maiores, mas também fornecem subsídios significativos, resultando em valores cobrados competitivos. Esta análise reforça a importância do subsídio para manter os preços das refeições acessíveis à população.

A análise comparativa entre o custo médio para preparo de uma refeição, o subsídio médio e o valor médio cobrado por refeição nos Restaurantes Populares (RP) nas UFs pode ser visto no gráfico abaixo:



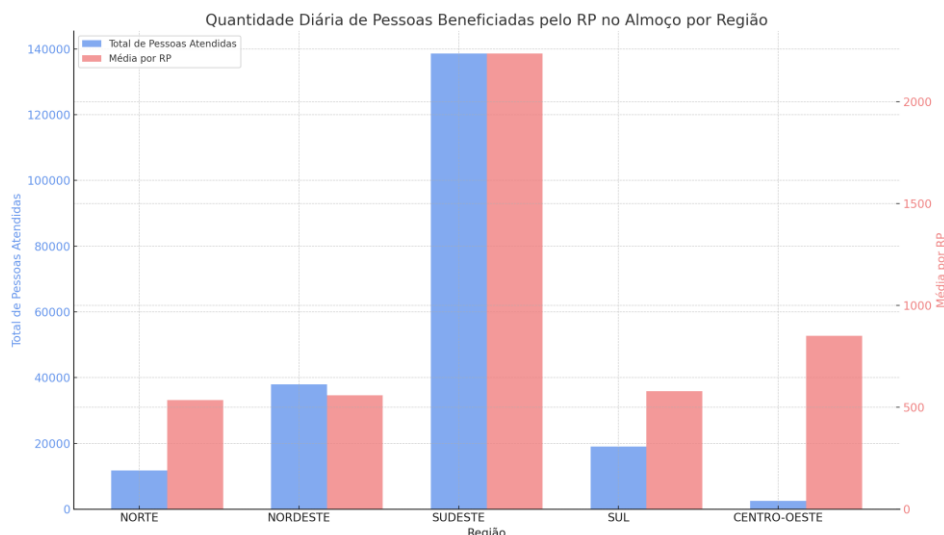
- Sergipe apresenta o custo médio mais alto para o preparo de uma refeição, com R\$ 13,62, seguido pelo Rio Grande do Sul e Paraná. No entanto, o valor cobrado ao cidadão é de apenas R\$ 1,00, indicando um subsídio significativo por parte dos municípios deste estado.
- Rio Grande do Norte e Espírito Santo têm os menores custos médios para o preparo de uma refeição, com R\$ 2,83 e R\$ 0,00, respectivamente. Nota-se que RN também não subsidia o valor da refeição.
- Pará, Tocantins e Paraná são os estados que cobram os valores mais altos dos cidadãos por refeição: R\$ 3,63, R\$ 3,00 e R\$ 3,25, respectivamente.
- Pernambuco tem o menor valor cobrado por refeição, com apenas R\$ 0,50.

Em geral, observa-se que, enquanto os municípios investem um valor considerável na preparação das refeições, a maior parte deste custo é subsidiada, tornando o valor cobrado dos cidadãos significativamente menor. Isso reforça a natureza social dos Restaurantes Populares, buscando oferecer refeições acessíveis e de qualidade à população.

Beneficiários dos Restaurantes Populares

Os 188 Restaurantes Populares cadastrados no MapaSAN com dados válidos atendem, em média, a cerca de 1.117 pessoas durante o horário do almoço. Esse valor é uma média obtida a partir dos dados fornecidos e representa o fluxo diário típico desses estabelecimentos no horário mencionado. Vale ressaltar que esse número pode variar consideravelmente de um restaurante para outro, dependendo de diversos fatores como localização, capacidade do estabelecimento, demanda local, entre outros. No entanto, o número médio de 1.117 pessoas, atendidas em 188 RPs, destaca a importância dos Restaurantes Populares em atender uma parcela significativa da população, proporcionando refeições acessíveis e de qualidade.

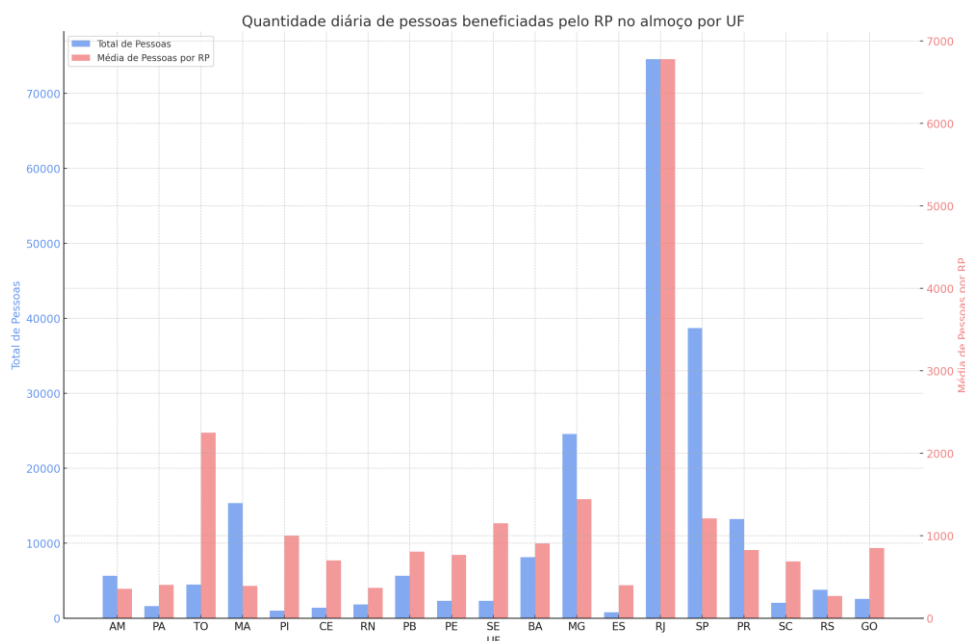
Analisando o atendimento diário desses estabelecimentos por região, observamos o seguinte:



- A região Sudeste possui o maior número de pessoas beneficiadas diariamente. Com 62 RPs, a média de atendimento por restaurante é de 2.235 pessoas. No total, os Restaurantes Populares do Sudeste atendem 138.578 pessoas diariamente no horário do almoço.
- Apesar de ter o maior número de RPs (68), a média de pessoas atendidas por restaurante no Nordeste é de 558,7. No entanto, devido à grande quantidade de estabelecimentos, a região atende um total de 37.994 pessoas todos os dias.
- Com 33 RPs, a região Sul tem uma média de atendimento de 578,1 pessoas por restaurante. No total, 19.078 pessoas são beneficiadas diariamente.
- O Norte tem 22 RPs e uma média de atendimento de 535,9 pessoas por estabelecimento. No total, os Restaurantes Populares da região atendem 11.790 pessoas todos os dias.
- A região Centro-Oeste tem o menor número de RPs, apenas 3. No entanto, a média de atendimento é relativamente alta, com 850 pessoas por restaurante. No total, 2.550 pessoas são atendidas diariamente.

A região Sudeste, além de possuir número considerável de RPs, também tem uma média de atendimento muito alta, refletindo a densidade populacional e a demanda por esse tipo de serviço na região. Por outro lado, embora o Nordeste tenha o maior número de RPs, a média de atendimento por estabelecimento é mais modesta, o que pode indicar que muitos dos estabelecimentos são menores ou que há uma distribuição mais uniforme da demanda.

Quando se analisa a quantidade diária média e total de pessoas beneficiadas pelo Restaurante Popular (RP) no horário do almoço em diferentes Unidades da Federação (UFs), vê-se o seguinte cenário:



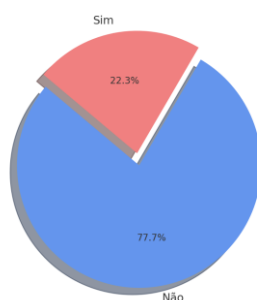
Nos dados acima, vale sublinhar que:

- O Rio de Janeiro tem o maior número total de pessoas beneficiadas, com um total aproximado de 74.532 pessoas.
- Apesar de Tocantins e Piauí apresentarem uma média elevada de pessoas beneficiadas por RP, a quantidade total é relativamente menor devido ao número limitado de RPs nestes estados.
- São Paulo e Minas Gerais também possuem números totais significativos de pessoas beneficiadas, com 38.698 e 24.548 respectivamente.
- Espírito Santo não reportou valores de média ou total de pessoas beneficiadas, indicando que os RPs nessa UF podem não estar operacionais ou não participaram do levantamento.

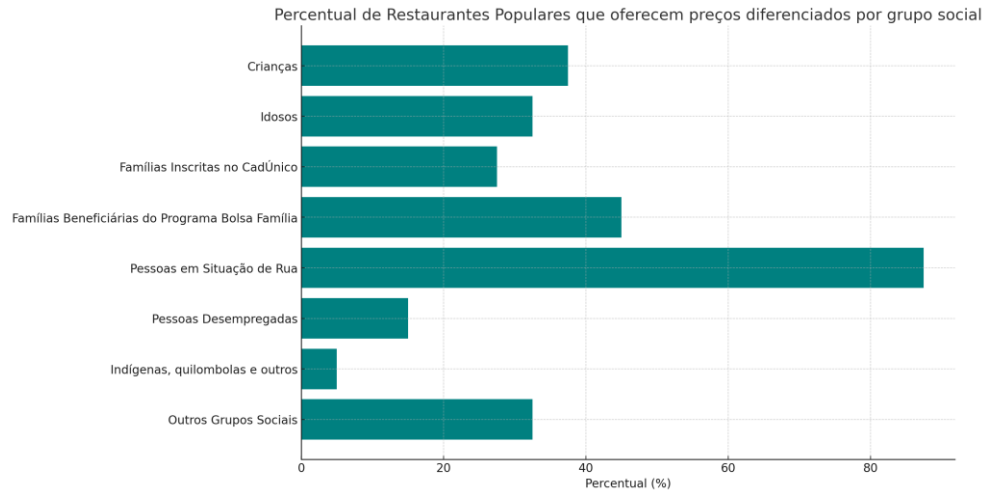
É notável que a média de pessoas beneficiadas por RP seja consistentemente alta em várias UFs, reforçando a importância dos RPs no fornecimento de refeições a um custo acessível para a população.

Beneficiários dos Restaurantes Populares

Restaurantes Populares com Preços Diferenciados por Grupo Social



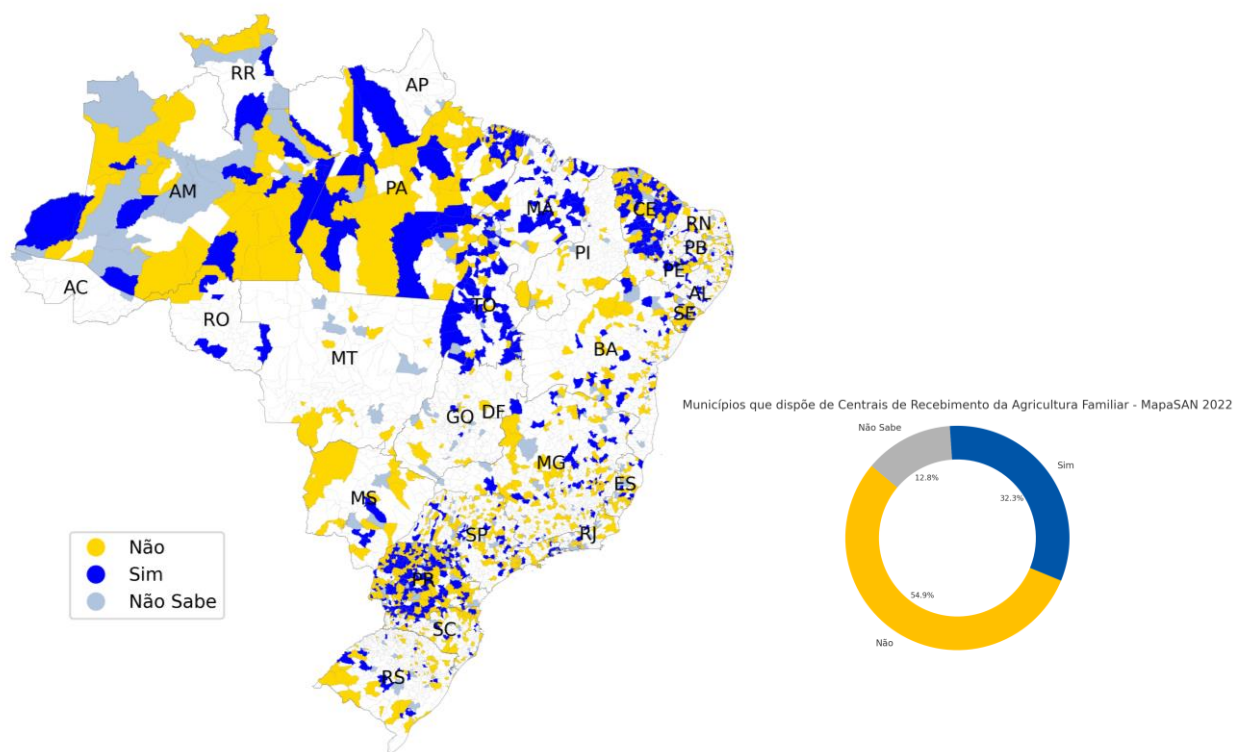
O gráfico acima ilustra a distribuição dos Restaurantes Populares em relação à oferta de preços diferenciados para determinados grupos sociais: 77,7% dos Restaurantes Populares não oferecem preços diferenciados. Por outro lado, 22,3% dos Restaurantes Populares oferecem preços diferenciados para determinados grupos sociais. Isso indica que a maioria dos Restaurantes Populares mantém um preço padrão para todas as refeições, enquanto uma proporção menor adota uma política de preços diferenciados para atender a certos grupos sociais, provavelmente visando proporcionar uma maior acessibilidade para aqueles em situações de vulnerabilidade.



- Pessoas em situação de rua são as mais contempladas 87,5% dos RPs com diferenciação de preço oferecem preços específicos para este grupo.
- Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família são o segundo grupo mais beneficiado, com 45% dos RPs com segmentação de preço oferecendo preços diferenciados.
- Crianças são contempladas em 37,5% e idosos em 32,5% dos RPs com preços diferenciados.
- Famílias Inscritas no CadÚnico recebem preços diferenciados em 27,5% dos RPs.
- Pessoas Desempregadas são beneficiadas em 15% desses RPs.
- Por último, indígenas, quilombolas e outros representantes de povos e comunidades tradicionais têm preços diferenciados em apenas 5% dos RPs que adotam a prática.

Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar

Há uma ou mais Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar no

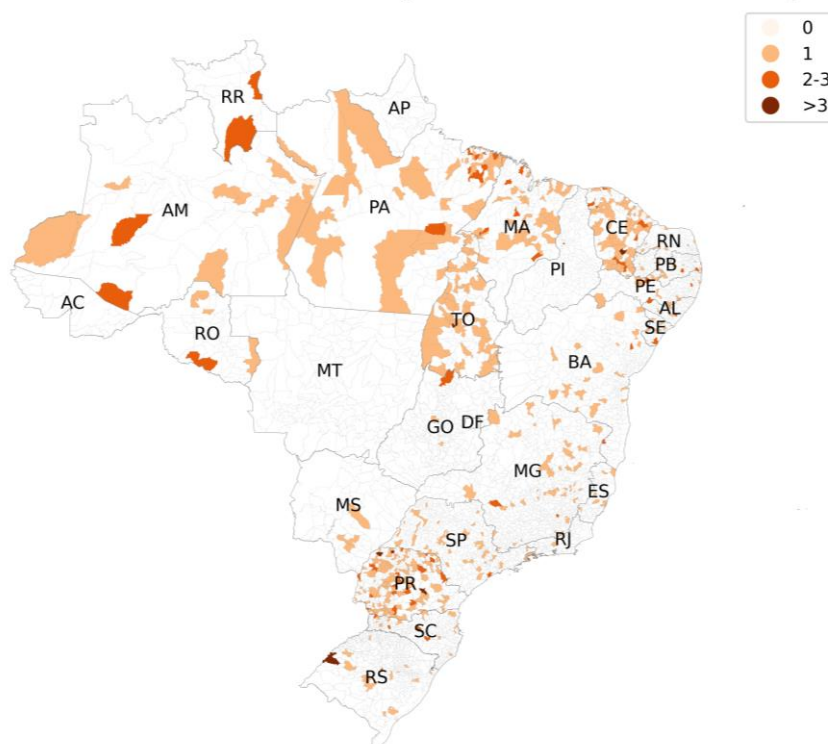


A distribuição dos municípios em relação à disponibilidade de Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar, conforme a pesquisa MapaSAN 2022, é a seguinte:

- A maioria dos municípios (54,9%) informou que não dispõe de Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar.
- Uma parcela considerável (32,3%) dos municípios afirmou ter uma ou mais Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar.
- 12,8% dos municípios não têm certeza ou não possuem informações sobre a existência de tais centrais.

Esta distribuição destaca a necessidade de ampliar a infraestrutura relacionada à logística de produtos da agricultura familiar em muitos municípios, bem como de melhorar a disseminação de informações sobre esses equipamentos.

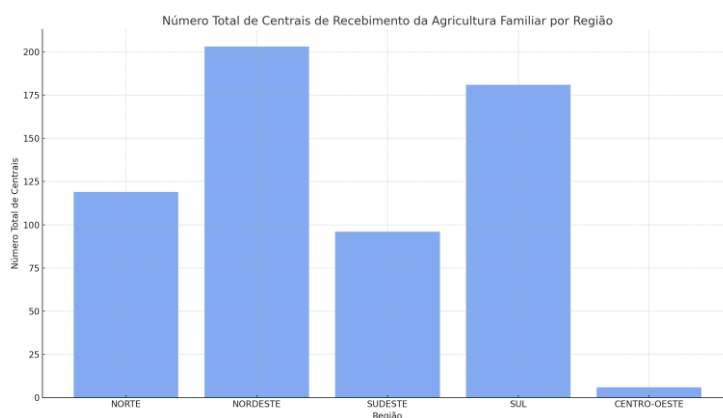
Quantas Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar existem no Município?



A média de Centrais por região e também por UF é aproximadamente de uma Central em cada município respondente:

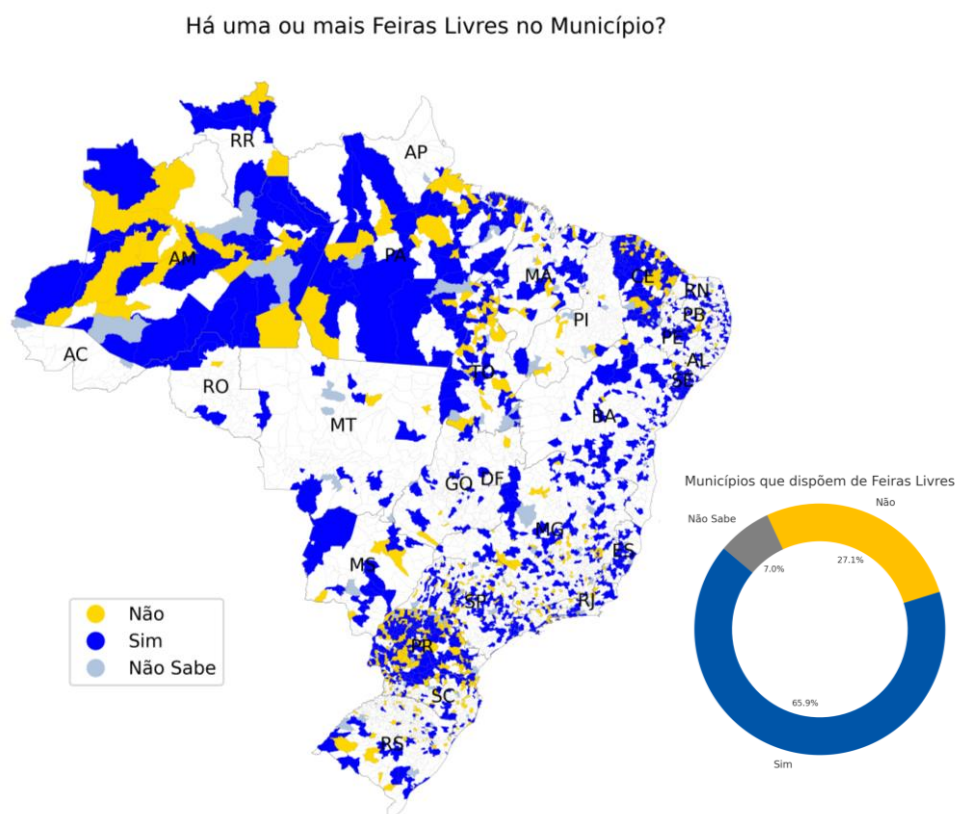
	MUNICÍPIOS	média região	soma região	percentual
NORTE	114	1,0	119	13,4%
NORDESTE	203	1,0	203	30,3%
SUDESTE	96	1,0	96	25,5%
SUL	179	1,0	181	27,3%
CENTRO-OESTE	6	1,0	6	3,5%
Total	598	1,0	605	100,0%

A região Nordeste tem o maior número de Centrais, com um total de 203. A região Sul segue de perto com um total de 181 Centrais. A região Norte tem 119 Centrais, enquanto a região Sudeste tem 96. A região Centro-Oeste, com 6 Centrais, tem o menor número entre todas as regiões.



Em relação à distribuição das centrais de abastecimento por UF, nota-se que o Paraná possui o maior número de Centrais, com um total de 150; Ceará vem em seguida, com 82 Centrais; Tocantins e Pará possuem números significativos, com 50 e 51 Centrais, respectivamente. Alguns estados, como Piauí e Rio de Janeiro, possuem um número relativamente baixo de Centrais, com apenas 1 e 3, respectivamente.

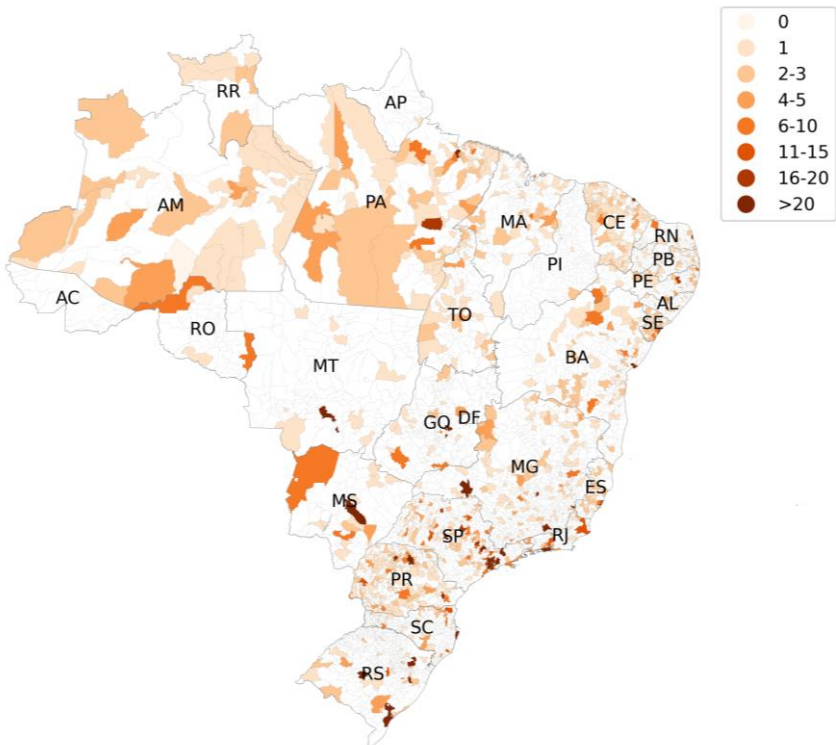
Feiras Livres



A distribuição dos municípios em relação à presença de feiras livres se apresenta da seguinte forma: 66,0% dos municípios possuem feiras livres, 27,1% dos municípios não têm feiras livres e 7,0% dos municípios não souberam informar. O mapa associado ao gráfico oferece uma visão sobre a prevalência de feiras livres nos municípios, mostrando que a grande maioria possui esse tipo de comércio de alimentos *in natura*.

O levantamento mostra que, entre os 1.235 municípios que possuem feiras livres em funcionamento, o número desses espaços varia consideravelmente. A quantidade máxima encontrada foi de 940 feiras, demonstrando a importância e a prevalência desse tipo de comércio em algumas localidades.

Quantas Feiras Livres em funcionamento existem no município?



A soma total de feiras livres em todos os municípios pesquisados é de 5.059. Em média, cada município respondente conta com aproximadamente 4,10 feiras livres. Porém, é importante considerar que essa média é influenciada por municípios com grande número de feiras.³⁴

Esses dados reforçam a relevância das feiras livres como espaços de comércio e interação social em diversos municípios brasileiros, sendo fundamentais para a economia local e para o acesso da população a alimentos frescos e diversificados.

A existência de regulamentação para o funcionamento de feiras que comercializam alimentos nos municípios é uma questão fundamental para garantir a segurança alimentar e a organização desse tipo de comércio.

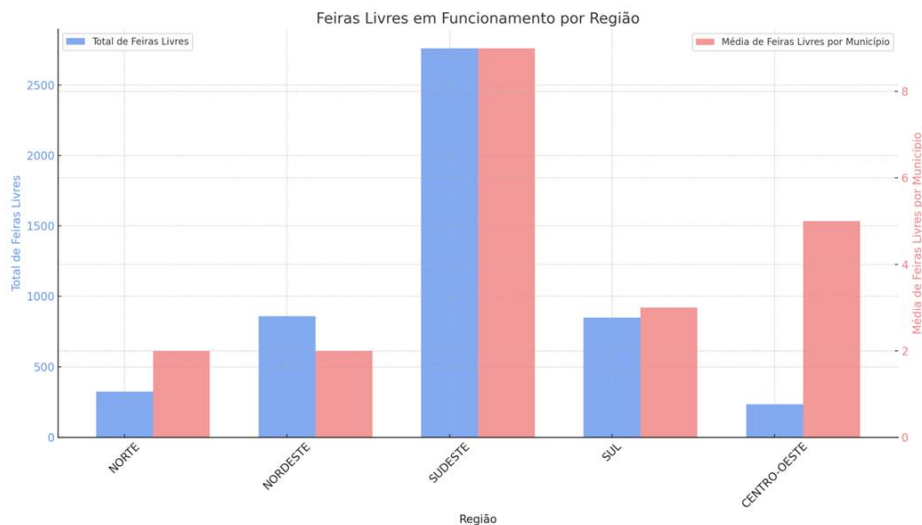
Em relação aos municípios pesquisados, 68,3% afirmaram possuir regulamentação para o funcionamento das feiras que comercializam alimentos. Esse dado é positivo, pois indica uma preocupação em estabelecer normas que regulam a atividade, garantindo melhores condições tanto para os comerciantes quanto para os consumidores.

Por outro lado, 12,1% dos municípios afirmaram não possuir qualquer tipo de regulamentação para essas feiras. Esse percentual, embora não seja majoritário, chama a atenção para a necessidade de políticas públicas que possam abordar essa lacuna, tendo em vista a importância de regulamentar atividades que envolvam a comercialização de alimentos.

Além disso, é importante destacar que 19,5% dos municípios não souberam informar se possuem ou não uma regulamentação para o funcionamento das feiras. Esse dado sugere uma possível falta de comunicação ou acesso à informação dentro dos próprios órgãos municipais, o que pode ser um

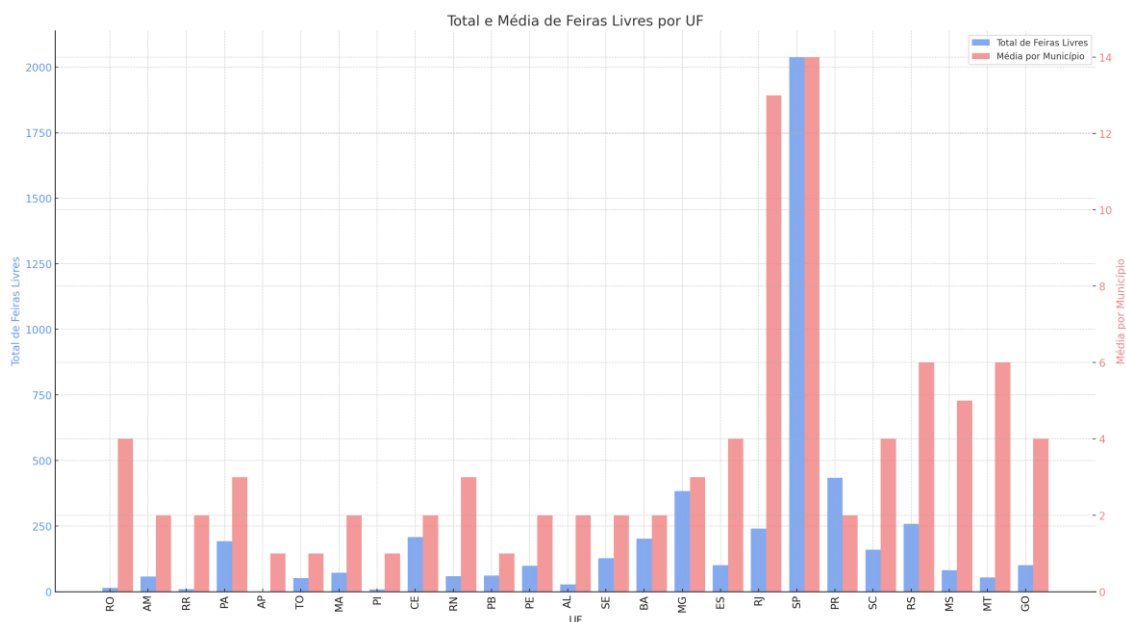
³⁴ Como indicado pelo desvio padrão de 28,297 e uma variância de 800,729. Essa variação sugere que, enquanto muitos municípios podem ter apenas uma ou poucas feiras, outros contam com um número significativamente maior desses espaços, refletindo diferentes realidades e necessidades locais.

indicativo da necessidade de melhorias na gestão e disseminação de informações relacionadas a políticas públicas no âmbito local.



- Região Norte: Totaliza 324 feiras livres, com uma média de 2 feiras por município respondente.
- Região Nordeste: Apresenta o segundo maior total, com 860 feiras. A média é de 2 feiras por município.
- Região Sudeste: Lidera com o maior número de feiras, somando 2.761, e tem uma média de 9 feiras por município. Esse número elevado pode ser justificado pela densidade populacional e pelo número de municípios nesta região.
- Região Sul: Registra 850 feiras livres no total, com uma média de 3 feiras por município.
- Região Centro-Oeste: Tem um total de 235 feiras livres e uma média de 5 feiras por município.

O gráfico abaixo mostra o total e a média de Feiras Livres por UF: no eixo da esquerda (em azul), temos o total de Feiras Livres por UF. No eixo da direita (em vermelho), temos a média de Feiras Livres por município para cada UF.



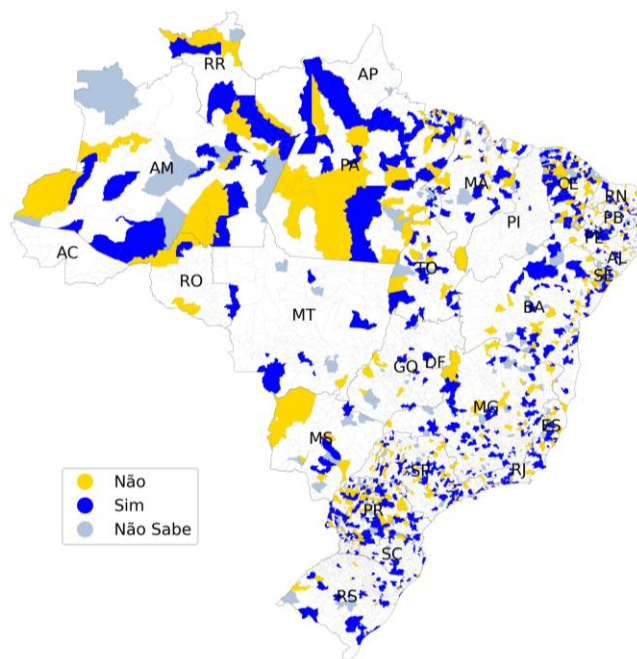
São Paulo apresenta o maior total de Feiras Livres, com 2.037 feiras. Rio de Janeiro tem uma média de 13 feiras por município respondente, a mais alta entre as UFs. Enquanto estados como Roraima e

Amapá têm valores mais baixos tanto em total quanto em média, estados como Ceará e Bahia mostram números consideráveis em ambos os aspectos.

É interessante notar que, mesmo com um número total elevado de feiras, alguns estados, como São Paulo, ainda têm uma média moderada quando consideramos a quantidade de municípios no estado. Em contraste, estados com um total menor de feiras podem ter uma média mais alta, indicando que a distribuição de feiras por município é mais concentrada nesses estados.

Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica

Há Feiras Livres no município que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?

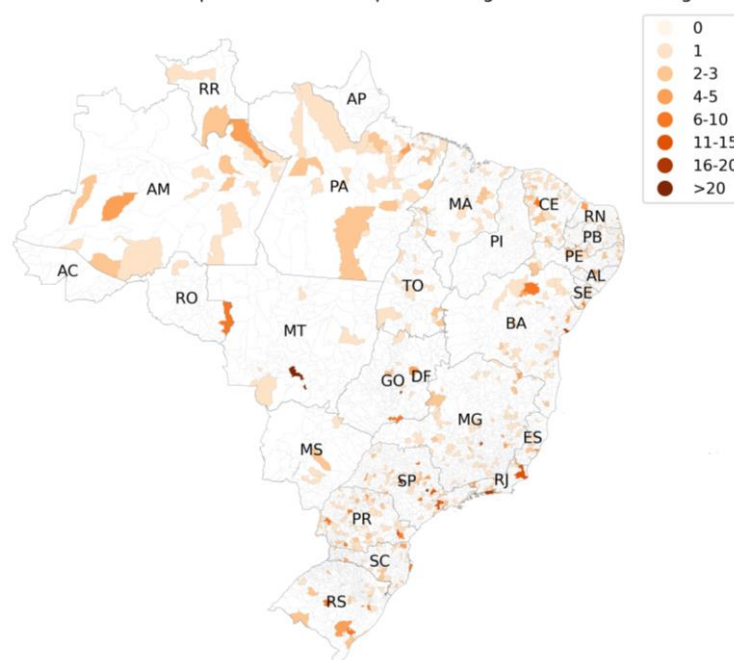


Um total de 1.235 municípios respondeu a questão sobre a existência de feiras livres que comercializam produtos orgânicos. Desse total:

- 53,0% (ou 654 municípios) afirmaram possuir feiras livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica.
- 32,4% (ou 400 municípios) declararam não possuir esse tipo de feira em seus territórios.
- 14,7% (ou 181 municípios) não souberam informar se possuem ou não feiras livres com essa característica.

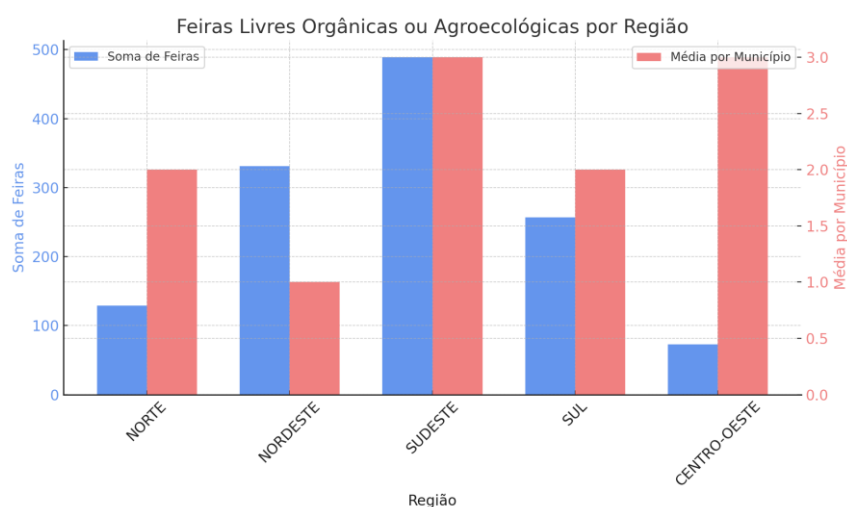
Foi registrado um total de 5.059 feiras que comercializam produtos orgânicos, resultando daí uma média geral de 4,10 feiras desse tipo por município respondente.

Quantas são as Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?



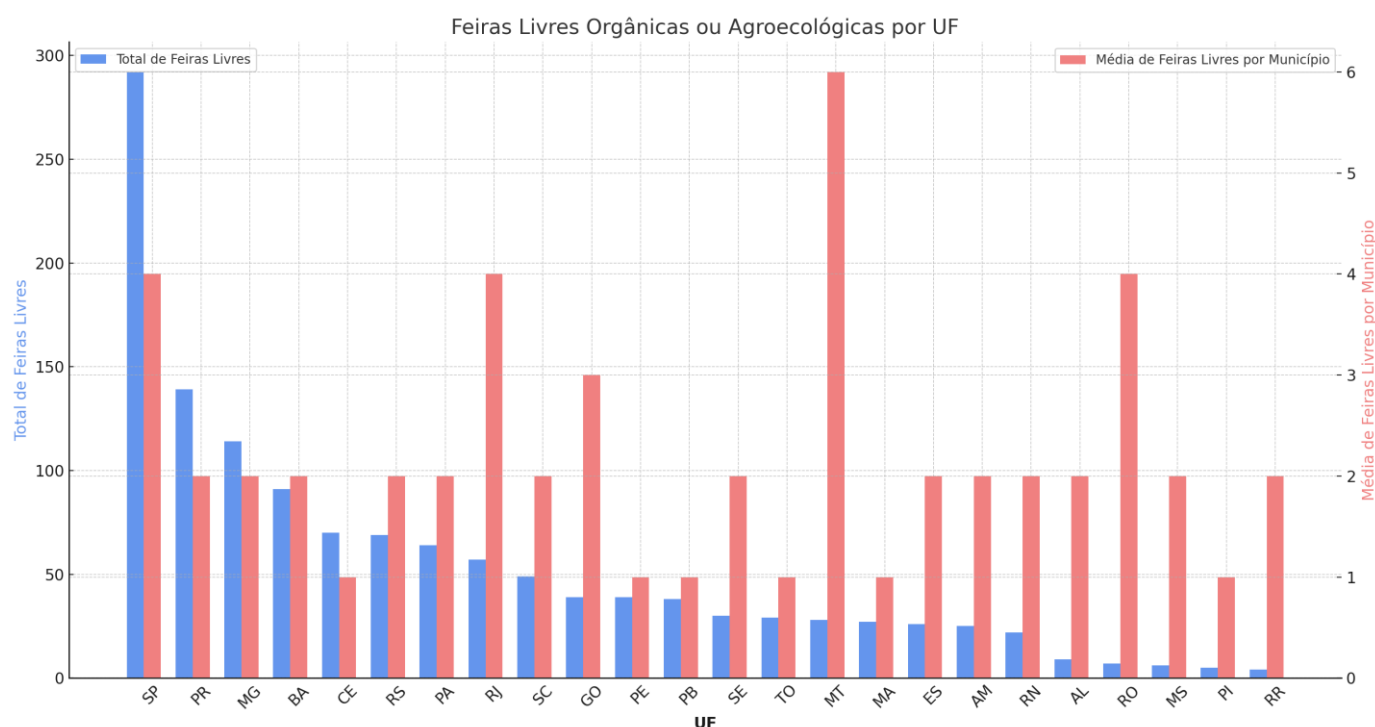
A análise das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica por região revela ainda que:

- A região Sudeste se destaca com o maior número de feiras, totalizando 489. Além disso, essa região também apresenta a maior média de feiras por município, com aproximadamente 2,9 feiras. Esse dado indica uma presença significativa dessas feiras em várias cidades da região.
- A região Nordeste vem em seguida, com um total de 331 feiras e uma média de 1,5 feiras por município. Embora tenha um número total considerável de feiras, a média por município é mais conservadora quando comparada à região Sudeste.
- A região Sul, por sua vez, apresenta 257 feiras com uma média de 1,8 por município. Já a região Norte, embora tenha menos feiras em números totais (129 feiras), mantém uma média de 1,5 feiras por município.
- Por fim, a região Centro-Oeste, apesar de ter o menor número total de feiras (73), apresenta uma média de 3,5 feiras por município.



A barra em azul claro representa a soma total de Feiras Livres Orgânicas ou Agroecológicas por região. A barra em coral representa a média de Feiras Livres Orgânicas ou Agroecológicas por município dentro de cada região.

Esses dados mostram a expansão e a importância das feiras livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica em diferentes regiões do Brasil, ressaltando sua relevância para a promoção de uma alimentação saudável e sustentável.



A análise das Feiras Livres que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica por Unidade da Federação apresenta o seguinte panorama:

No estado de São Paulo, destaca-se a expressiva quantidade de feiras, com um total de 292. Além disso, o estado apresenta a maior média de feiras por município, com aproximadamente 4,2 feiras. Esse valor indica uma forte presença e interesse por produtos orgânicos e agroecológicos na região.

O estado do Rio de Janeiro, apesar de ter um número total menor de feiras (57), apresenta uma média de 3,8 feiras por município, indicando uma densidade significativa destes estabelecimentos em suas cidades.

O Mato Grosso, com um total de 28 feiras, surpreende pela média de 5,6 feiras por município, o que indica que, apesar do menor número total, há uma média elevada de feiras em seus municípios participantes.

Os estados do Norte, como Amazonas e Pará, apresentam médias de 1,6 feiras por município, com totais de 25 e 64 feiras, respectivamente. No Nordeste, o Ceará destaca-se com 70 feiras e uma média de 1,2 por município.

Já no Sul, o Paraná apresenta 139 feiras com uma média de 1,7 por município, enquanto o Rio Grande do Sul tem 69 feiras e uma média de 2,2.

Vale ressaltar que alguns estados, como Acre e Amapá, não apresentaram registros de feiras que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica.

Em geral, os dados demonstram a crescente relevância das feiras orgânicas e agroecológicas em diversas regiões do país, refletindo uma tendência de busca por alimentos mais saudáveis e sustentáveis por parte da população brasileira.

Considerações finais

Esta edição do Mapa SAN 2022 dá continuidade aos mapeamentos realizados 2014, 2015 e 2018. Apesar dos limites metodológicos deste estudo, cujos resultados, por essa razão, não podem ser generalizados para o país nem tomados como um retrato nacional dos indicadores descritos, o panorama parcial das ações, institucionalidades e dos equipamentos públicos de segurança alimentar aqui apresentado traz elementos importantes para compreender a oferta, o financiamento e a cobertura dos serviços de SAN no território.

Em virtude do reduzido quantitativo de dados válidos para algumas questões, nem todos os itens arrolados nos formulários puderam ser abordados de modo detalhado neste relatório. Entretanto, a futura disponibilização da base de dados completa tornará possível aportar a este estudo as complementações pertinentes.

Embora, como se advertiu no início, os resultados regionalizados sejam fortemente influenciados pela preponderância da participação de municípios de alguns estados sobre outros, as comparações aqui propostas ilustram como as políticas, estruturas e serviços de SAN se enraízam de modo diferenciado no território, a depender dos recursos, do grau de priorização política e dos arranjos que as sustentam em nível local.

Para os próximos anos, este formato do Mapa SAN deve ser adaptado para integrar um suplemento especial nas edições da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), levadas a campo pelo IBGE. Espera-se com isso aumentar a abrangência e o grau de certificabilidade das informações levantadas.

Anexo 1 - Análise do perfil dos respondentes do MapaSAN 2022 e das qualidades das respostas com base em níveis de desconhecimento, incerteza e desinformação

Este anexo representa um esforço multidisciplinar, elaborado no âmbito da consultoria para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), para avaliar e analisar o perfil dos respondentes e a qualidade das respostas da pesquisa MapaSAN 2022.

O MapaSAN 2022 busca mapear, compreender e melhorar o Sisan e as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) nos estados e municípios. A pesquisa é vital para a orientação de políticas públicas, estratégias e ações em um domínio que está no cerne da saúde humana e da sustentabilidade ambiental. A caracterização precisa do perfil dos respondentes é indispensável para a validade e aplicabilidade dos insights extraídos da pesquisa.

Esta análise concentra-se em várias dimensões, incluindo o nível educacional, tempo de atuação na gestão pública, setor de trabalho, posição ocupacional, características geográficas e outros fatores relevantes que influenciam a compreensão e a representação da pesquisa. A qualidade das respostas também é avaliada por meio de métricas rigorosas, considerando a precisão, consistência e integridade das informações fornecidas.

Além de fornecer uma visão abrangente dos resultados da pesquisa, este documento visa identificar áreas de melhoria, propondo recomendações estratégicas para as futuras edições do MapaSAN. A análise enfatiza a necessidade de abordagens metodológicas robustas, treinamento adequado dos respondentes e uma estrutura de pesquisa refinada para alcançar resultados mais precisos e úteis.

A metodologia empregada na análise inclui a utilização de técnicas estatísticas avançadas e análise cruzada de múltiplas variáveis, permitindo uma compreensão holística e detalhada dos dados. O documento é estruturado em seções que detalham cada aspecto da pesquisa, fornecendo tabelas, gráficos e interpretações para cada variável analisada. A estrutura do documento é abrangente e explora profundamente o perfil dos respondentes e a qualidade das respostas no contexto do MapaSAN 2022. A análise é feita em vários níveis, considerando diferentes aspectos e componentes das respostas, e culmina em uma interpretação dos resultados e considerações finais.

Este documento, preparado como um produto de consultoria para a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), tem o objetivo de caracterizar o perfil dos respondentes e a qualidade das respostas do MapaSAN 2022, bem como analisar os resultados da pesquisa. A avaliação aqui apresentada é crucial para compreender as nuances e complexidades do Sisan e para identificar áreas que necessitam de atenção e aprimoramento.

A seção de metodologia delineia a estrutura da pesquisa, os métodos de coleta e análise de dados, e os critérios de inclusão dos respondentes. Isso é seguido por uma análise detalhada dos indicadores de qualidade das respostas, que serve como uma base para a avaliação da integridade e confiabilidade dos dados coletados.

O perfil dos respondentes e a análise descritiva fornecem uma visão abrangente das características demográficas, educacionais e profissionais dos participantes, permitindo uma compreensão profunda dos diferentes segmentos representados na pesquisa.

Diversas seções são dedicadas à análise das perguntas com foco em níveis de desconhecimento, incerteza ou não informação de respostas. Essas seções exploram as áreas onde os respondentes mostraram maior falta de clareza ou compreensão, destacando possíveis lacunas no conhecimento ou na comunicação das políticas e práticas de SAN.

A qualidade das Respostas é examinada em vários componentes, incluindo conhecimento sobre adesão ao Sisan, níveis de desconhecimento, incerteza e desinformação, e relações com as características dos respondentes. Essa análise multifacetada permite uma avaliação robusta da qualidade das respostas, identificando pontos fortes e fracos na coleta de dados.

A análise dos indicadores e a segmentação dos respondentes em Clusters fornecem insights adicionais sobre a distribuição e interpretação dos indicadores de qualidade, bem como a segmentação dos respondentes em grupos com características similares.

As considerações finais sintetizam os principais achados, fornecendo recomendações e orientações para futuras edições do MapaSAN. A ênfase é colocada na melhoria contínua do processo de pesquisa, com o objetivo de aumentar a precisão, confiabilidade e utilidade dos dados coletados.

Metodologia

O capítulo da metodologia foi estruturado para fornecer uma compreensão detalhada das técnicas e procedimentos utilizados na análise do MapaSAN 2022. A complexidade do estudo exigiu uma abordagem multifacetada, combinando métodos tradicionais de pesquisa em ciências sociais com técnicas avançadas de ciência de dados. A metodologia adotada foi projetada para avaliar não apenas a qualidade das respostas, mas também para caracterizar o perfil dos respondentes, fornecendo insights valiosos para futuras edições da pesquisa.

Construção dos Indicadores de Qualidade das Respostas

A qualidade das respostas foi avaliada com base em vários critérios, incluindo a quantidade de respostas "Não Sabe" e a precisão da informação fornecida em relação à adesão ao Sisan. Para calcular o indicador "qualiresp", foram atribuídos pesos específicos às diferentes variáveis, com 40% relacionados ao acerto/erro da resposta sobre a adesão ao Sisan e 60% ao percentual de respostas "Não Sabe". A combinação desses componentes resultou no índice de qualidade geral, que foi usado para avaliar a qualidade das respostas em três principais questionários: Gestão do Sisan, Ações de SAN e Equipamentos Públicos de SAN (Epsan).

A opção de resposta "Não Sabe" foi submetida a uma análise detalhada, considerando várias perspectivas. A falta de conhecimento, ambiguidade na questão, sensibilidade da questão, falta de opinião, estratégia de resposta, e efeito de Social Desirability Bias foram identificados como fatores potenciais. Além disso, várias referências literárias foram consultadas para fornecer um contexto teórico sólido para a interpretação dessa opção de resposta.

Análise Descritiva e Exploratória

A análise descritiva e exploratória foi realizada em várias etapas para garantir uma compreensão completa dos dados. Inicialmente, a estrutura dos dados foi visualizada, e os valores ausentes foram verificados. Em seguida, as estatísticas descritivas foram calculadas, incluindo medidas como média, mediana e quartis. Finalmente, várias visualizações foram criadas, como histogramas, gráficos de barras, e gráficos de caixa, para entender a distribuição dos dados.

A Exploratory Data Analysis (EDA) foi aplicada para identificar padrões e tendências nos dados. Essa abordagem permitiu uma investigação mais aprofundada dos dados, utilizando técnicas gráficas e estatísticas para destacar características importantes e relações subjacentes. A EDA ajudou a formar uma base sólida para as análises subsequentes e a desenvolver hipóteses testáveis para a pesquisa.

Análise de Correlação

A análise de correlação foi conduzida para entender as relações entre diferentes índices e variáveis. Primeiramente, as correlações entre diferentes índices foram calculadas, fornecendo insights sobre como os índices estavam relacionados entre si. Essa análise permitiu identificar possíveis relações de causa e efeito e ajudou a interpretar os padrões encontrados nos dados.

Em seguida, a correlação entre os índices e as variáveis categóricas foi avaliada. Como se tratava de variáveis categóricas, métodos específicos como a correlação de Cramer ou a correlação de ponto bisserial foram empregados. Essa análise ajudou a entender como os índices estavam relacionados às variáveis categóricas nos três formulários da pesquisa.

Visualização de Dados

A visualização de dados foi uma parte crucial da metodologia, permitindo uma representação gráfica clara das relações identificadas nas análises de correlação. Várias técnicas de visualização foram utilizadas para representar essas relações, incluindo gráficos de barras, gráficos de dispersão e mapas de calor. Essas visualizações forneceram insights visuais sobre os dados, facilitando a interpretação e apresentação dos resultados.

Construção do Índice de Qualidade Ajustado

A construção do índice de qualidade ajustado foi realizada em várias etapas. Inicialmente, os questionários realmente respondidos foram identificados para cada respondente. Em seguida, um fator de redução foi aplicado com base no número de questionários respondidos. O índice de qualidade ajustado, ou qualiresp, foi então calculado multiplicando a média das respostas de qualidade pelo fator de redução.

Esta abordagem ajustou o índice de qualidade com base na quantidade de questionários respondidos, refletindo tanto a qualidade das respostas quanto o esforço e compromisso em responder a todos os aspectos da pesquisa. A metodologia pode ser ajustada para refletir as prioridades e objetivos específicos da avaliação, modificando a forma como o fator de redução é calculado.

Interpretação dos Resultados e Conclusões

A interpretação dos resultados foi realizada com cuidado, considerando tanto a qualidade das respostas quanto o perfil dos respondentes. Os padrões e tendências identificados nas análises anteriores foram interpretados à luz da literatura existente e do contexto da pesquisa. As conclusões foram formuladas com base em uma compreensão abrangente dos dados e das metodologias aplicadas.

As descobertas deste estudo têm implicações significativas para futuras edições do MapaSAN. Ao identificar áreas de melhoria e fornecer insights sobre a qualidade das respostas e o perfil dos respondentes, esta pesquisa contribui para a melhoria contínua da pesquisa. A metodologia detalhada e robusta adotada neste estudo serve como um modelo valioso para futuras pesquisas na área de políticas públicas e segurança alimentar.

Construção dos indicadores de qualidade das respostas

Na metodologia de surveys em ciências sociais, especialmente no campo de políticas públicas, a análise da resposta "Não sabe" torna-se uma área de estudo vital. A opção de resposta "Não sabe" pode ser interpretada de várias maneiras, e diferentes pesquisadores propuseram razões para sua ocorrência. Tourangeau, Rips e Rasinski (2000) discutem o desconhecimento como uma resposta possível em surveys, incluindo a falta de informação e ambiguidade na pergunta (pp. 177-179). Krosnick (1991) analisa a opção "Não sabe" como uma estratégia de resposta para lidar com demandas

cognitivas (p. 215), enquanto Fisher (1993) discute como a resposta "Não sabe" pode ser influenciada pelo viés de desejo social (p. 304).

As principais razões para a escolha da opção "Não sabe" em surveys são categorizadas da seguinte maneira:

1. Falta de Conhecimento ou Informação: A pessoa simplesmente pode não ter as informações necessárias para responder à pergunta. Tourangeau et al. (2000) discutem isso em detalhes (pp. 177-179).
2. Ambiguidade na Questão: Se a pergunta for confusa, as pessoas podem escolher "Não sabe" para evitar o erro, como destacado por Tourangeau et al. (2000).
3. Sensibilidade da Questão: Fisher (1993) argumenta que se a questão for sensível ou pessoal, algumas pessoas podem usar a opção "Não sabe" para evitar a resposta (p. 304).
4. Falta de Opinião: A falta de opinião pode levar a respostas de "Não sabe", como explorado por Bishop et al. (1980) (p. 200).
5. Estratégia de Resposta: Krosnick (1991) analisa a opção "Não sabe" como uma estratégia para acelerar a pesquisa (p. 215).
6. Efeito de Social Desirability Bias: Fisher (1993) discute a resposta "Não sabe" como uma forma de evitar revelar uma opinião impopular (p. 304).

Metodólogos como John Tukey, Paul Horst, Seymour Sudman, James F. Krosnick e Lynn Sanders enfatizam que as respostas "não sei" são válidas e úteis em muitas perguntas de pesquisa. Eles podem ser usados para identificar áreas onde os respondentes não estão confiantes, melhorar a precisão das respostas e identificar áreas onde os respondentes estão relutantes em responder à pergunta (Tukey, 1977, p. 123; Horst, 1954, p. 105; Sudman, 1976, p. 89; Krosnick, 1999, p. 103; Sanders, 1997, p. 125).

Manuais como "Survey Research Methods" por John Dillman (2011), "Handbook of Survey Research" por Peter V. Marsden e Kenneth Prewitt (1995), e "The Survey Kit" por J. Paul Robinson et al. (2011) também afirmam a importância das respostas "não sei" na pesquisa (pp. 211, 109, 103).

A técnica de cálculo de respostas "não sei" e de análise de perfil de respondentes é um processo multifacetado. Uma das maneiras mais comuns de calcular o percentual de respostas "não sei" é dividindo o número de respostas "não sei" pelo número total de respondentes, expressando o resultado como uma porcentagem. Essas técnicas são fundamentais para melhorar a precisão e validade das respostas dos respondentes.

O uso de respostas "não sei" em questionários de pesquisa é uma prática bem aceita pelos metodólogos. A interpretação e o cálculo dessas respostas são cruciais na metodologia da pesquisa, fornecendo insights profundos sobre o perfil dos respondentes e a qualidade das respostas.

Identificação dos Questionários Respondidos

Para cada respondente, identifique os questionários que foram realmente respondidos. Seja:

Q_gestão: qualidade da resposta ao questionário de Gestão do Sisan.

Q_ações: qualidade da resposta ao questionário de Ações de SAN.

Q_epsan: qualidade da resposta ao questionário de Epsan.

2. Aplicação de um Fator de Redução

Após calcular a média das respostas de qualidade, aplique um fator de redução com base no número de questionários respondidos. A escolha do fator de redução dependerá de como você deseja ponderar a importância de responder a todos os questionários.

Por exemplo, você pode definir o fator de redução como:

Fator Redução = n / N

Onde:

n: número de questionários respondidos.

N: número total de questionários (neste caso, 3).

3. Cálculo do Índice de Qualidade Ajustado

O índice de qualidade ajustado, ou *qualiresp*, pode ser calculado multiplicando a média das respostas de qualidade pelo fator de redução:

$$qualiresp = \frac{(qualiresp_{gestao} + qualiresp_{acoes} + qualiresp_{epsan})}{n} \cdot \frac{n}{N}$$

Interpretação

Esta abordagem ajusta o índice de qualidade com base na quantidade de questionários respondidos. Se um respondente respondeu a todos os questionários, seu índice de qualidade permanecerá inalterado. Se respondeu a menos questionários, seu índice será reduzido proporcionalmente.

Esta metodologia reflete tanto a qualidade das respostas quanto o esforço e compromisso em responder a todos os aspectos da pesquisa. Ela pode ser ajustada para refletir as prioridades e objetivos específicos de sua avaliação, modificando a forma como o fator de redução é calculado.

Perfil dos respondentes

No MapaSAN 2022 e nas edições anteriores, com exceção de 214, o respondente realiza um cadastro no primeiro questionário. Depois de fornecidas as informações de cadastro com dados do respondente e do órgão ao qual está vinculado, a pesquisa prossegue para os questionários principais de gestão do Sisan, ações de SAN e Epsan. Nem todos os respondentes cadastrados no primeiro formulário dão seguimento aos demais. Isso se verifica pela quantidade decrescente de 2.053 cadastros em comparação com os questionários de gestão do Sisan (1.935³⁵ casos), das ações de SAN (1.872 casos) e de Epsan (1.873)

Tabela 13. Quantidade de municípios respondentes em cada um dos questionários e na intersecção de todos eles.

Formulário	Respondentes
Cadastro	2.053

³⁵ Três municípios não aparecem no cadastro (Itaí/SP, código 352180; Santa Maria da Serra/SP, código 354700; e, Itanhangá/MT, código 510454), mas estão presentes no questionário de gestão, daí resulta a diferença para 1.932 casos na tabela, pois quando se trata da análise dos respondentes a intersecção entre cadastro e gestão elimina os 3 municípios que não possuem correspondência nos respondentes porque sem os dados dos mesmos a análise da qualidade das respostas fica prejudicada por ausência de variáveis nominais que caracterizem os respondentes dos respectivos municípios. Por isso que na análise dos resultados do MapaSAN são computados 1.935 registros e na análise da qualidade das respostas que está diretamente relacionada ao perfil dos respondentes, esses 3 municípios ausentes no cadastro, são desconsiderados. Por algum motivo desconhecido deve ter ocorrido algum problema na plataforma da pesquisa que resultou nesse erro.

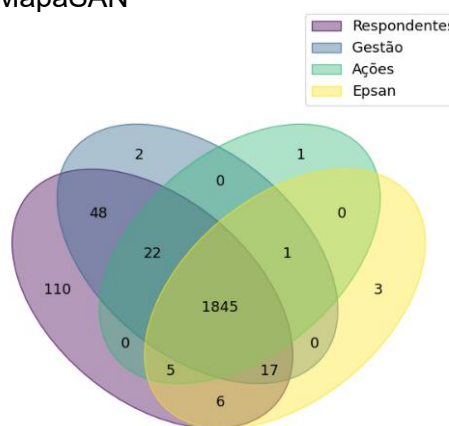
Gestão do Sisan	1.932
Ações de SAN	1.872
Epsan	1.873
Todos os questionários	1.845

A leitura das intersecções entre os questionários não é linear com pode parecer, o que requer um diagrama de Venn de 4 dimensões (uma para cada questionário) para ilustrar o comportamento dos respondentes na pesquisa. Se o critério de participação no MapaSAN 2022 fosse que o município respondesse pelo menos os 3 questionários principais, sem considerar os cadastros de Epsan, então a quantidade de municípios na intersecção seria 1.845, presentes tanto em Respondentes quanto em gestão do Sisan, ações de SAN e Epsan. Os dados e a representação no diagrama de Venn podem ser conferidos abaixo:

Tabela 14. Intersecções de respondentes entre questionários

Questionário/Intersecção	Respondentes
Ações	1
Epsan	3
Gestão	2
Gestão & Ações & Epsan	1
Respondentes	110
Respondentes & Ações & Epsan	5
Respondentes & Epsan	6
Respondentes & Gestão	48
Respondentes & Gestão & Ações	22
Respondentes & Gestão & Ações & Epsan	1.845
Respondentes & Gestão & Epsan	17

Figura 2. Diagrama de Venn de 4 dimensões com as intersecções de respondentes entre os questionários do MapaSAN



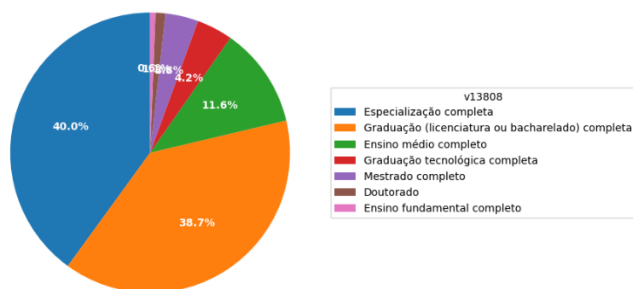
Um total de 110 respondentes não iniciaram a pesquisa e, basicamente, responderam ao questionário de cadastro, não seguindo adiante, o que representa 5,6% se considerados os respondentes do questionário de Gestão do Sisan com maior número de municípios. Entretanto, 54 respondentes concluíram somente um questionário e 44, concluíram apenas dois. Entre os 110 municípios que não responderam nenhum dos questionários, ainda que tenham finalizado o cadastro do órgão respondente da pesquisa, a maioria (104) são municípios com até 50 mil hab.

São dois os municípios que responderam exclusivamente o questionário de gestão do Sisan (Santa Maria da Serra/SP e Itai/SP) e um outro município, exclusivamente o questionário de ações de SAN (Dom Macedo Costa/BA). Esses três municípios não aparecem nos demais questionários, nem no cadastro inicial (formulário 1), sendo que Palmital/SP, Silveirânia/MG e Xexéu/PE responderam exclusivamente o questionário de Epsan. Esses 6 municípios deveriam ter sido registrados no formulário de cadastro, mas não estão presentes nos dados. Algum problema técnico na relação entre usuário a ordem de acesso aos questionários permitiu que esse erro ocorresse. Neste caso, recomenda-se que seja revisada a ferramenta desenvolvida para que somente usuários que se cadastraram no formulário 1 tenham acesso aos demais. Ao que me parece, essa regra foi instituída pela área de desenvolvimento (SAGI/MDS), entretanto, algum bug pode ter possibilitado a navegação desses usuários da plataforma dos questionários do MapaSAN 2022 a responderem questionários de forma “avulsa”. Isso causou uma certa inconsistência de teoria de conjuntos, em que alguns dados relevantes para análise do perfil dos respondentes ficaram inviabilizados para esses 6 casos, porque

não há dados no questionário de cadastro com os dados necessários para realizar a análise. Em todo caso, os dados informados nos questionários respondidos, ainda que de forma assistemática, estão disponíveis para respectivas análises, ficando prejudicada a análise do perfil dos respondentes, cujos dados para esses casos, estão ausentes.

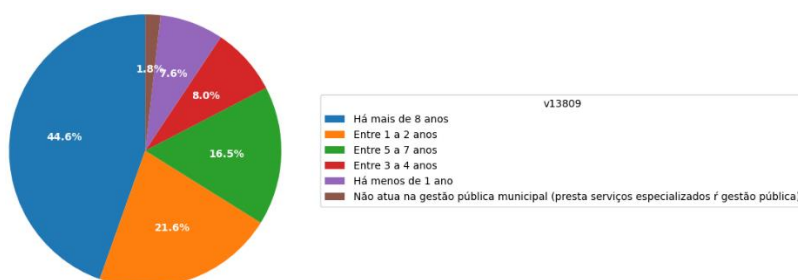
Descritiva das características dos respondentes com base no questionário de cadastro

Quanto à escolaridade, a maioria dos respondentes do MapaSAN 2022 possui especialização (39,9%) ou graduação completa (38,8%) e pouco mais de uma décima parte (11,6%) completou o ensino médio. Respondentes com mestrado ou doutorado, representam 4,92% do total.



<i>Escolaridade</i>	<i>Dist. %</i>
Especialização completa	39,9
Graduação (licenciatura ou bacharelado) completa	38,8
Ensino médio completo	11,6
Graduação tecnológica completa	4,2
Mestrado completo	3,8
Doutorado	1,1
Ensino fundamental completo	0,6

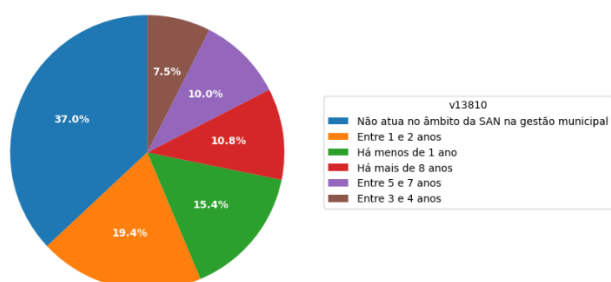
O tempo de atuação na gestão pública para 44,7% dos respondentes, na data de referência da pesquisa, era de mais de 8 anos, enquanto 21,6% contavam com experiência entre 1 e 2 anos. Somente 1,8% dos respondentes informaram não ter vínculo direto com a administração pública, mas prestar serviços especializados.



<i>Tempo de atuação na gestão pública</i>	<i>Dist. %</i>
Há mais de 8 anos	44,7
Entre 1 e 2 anos	21,6
Entre 5 e 7 anos	16,5
Entre 3 e 4 anos	8,0
Há menos de 1 ano	7,5

Não atua na gestão pública municipal (presta serviços especializados à gestão pública) | 1,8

Um dado que chama atenção é que cerca de 37% dos respondentes não atuavam na área da SAN no âmbito da gestão municipal e 15,4%, atuavam há menos de um ano. Esses dois grupos perfazem 52,4% dos respondentes. Como será demonstrado adiante, esse fator, entre outros, influencia na qualidade das respostas fornecidas no MapaSAN 2022. O grupo de respondentes com maior experiência, que atuavam há mais de 8 anos na área de SAN representavam 10,8% do total, um percentual próximo do grupo com experiência entre 5 e 7 anos, que representa 9,9%. Respondentes com experiência de atuação na SAN entre 3 e 4 anos, constituem o menor grupo, representando 7,5%. Na próxima seção deste documento, os cruzamentos das médias de *qualiresp* para cada um desses grupos de respondentes serão analisados, demonstrando a relação entre o tempo de atuação e a qualidade das respostas na pesquisa.



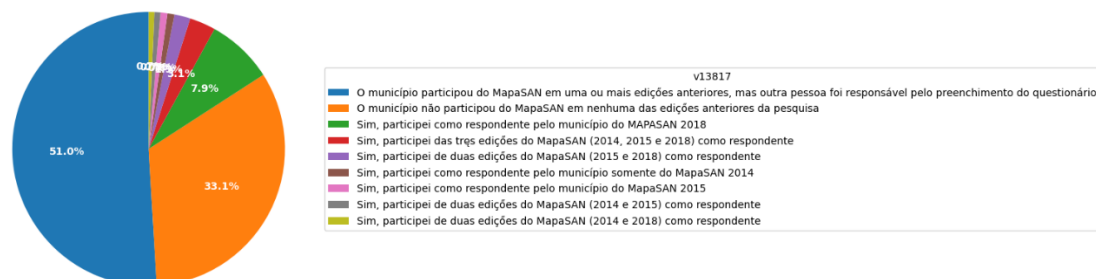
Tempo de atuação na área da SAN	Dist. %
Não atua no âmbito da SAN na gestão municipal	37,0
Entre 1 e 2 anos	19,4
Há menos de 1 ano	15,4
Há mais de 8 anos	10,8
Entre 5 e 7 anos	9,9
Entre 3 e 4 anos	7,5

Quanto ao tempo de atuação no cargo/função, os respondentes, se distribuíam de acordo com o quartil dos dados, em 4 categorias: entre aqueles que estavam na função há menos de um ano (34,35%), os que estavam há mais de sete anos no cargo (24,62%), aqueles com tempo entre 3 e 6 anos (23,12%) e os que tinham dois anos (17,92%) de experiência.

Tempo no cargo/função (em anos)	Frequências	%
0-1	667	34.35
7+	478	24.62
3-6	449	23.12
2	348	17.92

Outro fator relevante na qualidade das respostas do MapaSAN é a recorrência de participação do município e do próprio respondente em edições anteriores, o que estabelece uma curva de aprendizado, considerando a complexidade e abrangência da política que é caracteristicamente

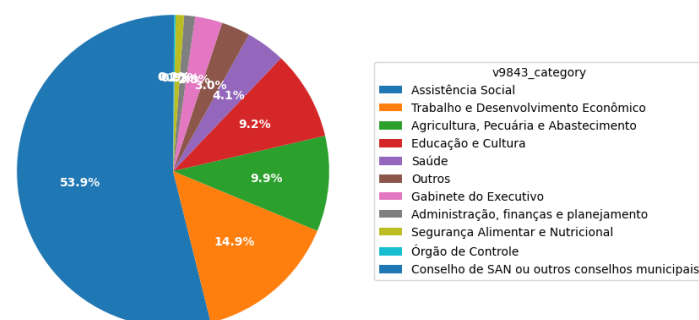
multisetorial e fundamentalmente aberta. No entanto, mais da metade (51%) dos respondentes da pesquisa atua em um município que participou de edições anteriores da pesquisa, mas foi outra pessoa a responder ou coordenar a coleta de dados e as respostas à pesquisa. Em 33,1% dos casos do MapaSAN 2022, nem o município e, consequentemente, nem o respondente participaram de edições anteriores da pesquisa.



Participação do município e do respondente em edições anteriores do MapaSAN **Dist. %**

O município participou do MapaSAN em uma ou mais edições anteriores, mas outra pessoa foi responsável pelo preenchimento do questionário	51,0
O município não participou do MapaSAN em nenhuma das edições anteriores da pesquisa	33,1
Sim, participei como respondente pelo município do MAPASAN 2018	7,9
Sim, participei das três edições do MapaSAN (2014, 2015 e 2018) como respondente	3,1
Sim, participei de duas edições do MapaSAN (2015 e 2018) como respondente	1,9
Sim, participei como respondente pelo município do MapaSAN 2015	0,8
Sim, participei como respondente pelo município somente do MapaSAN 2014	0,8
Sim, participei de duas edições do MapaSAN (2014 e 2015) como respondente	0,7
Sim, participei de duas edições do MapaSAN (2014 e 2018) como respondente	0,7

A maior parcela de respondentes (54%) atua na área da Assistência Social do município, reforçando o forte vínculo institucional do setor com o Sisan e as políticas de SAN. Cerca de 15% dos respondentes atuavam na área de trabalho e desenvolvimento econômico e aproximadamente 10% na agricultura, pecuária e abastecimento. Outros respondentes, representando 9,3% do total, atuavam na educação e cultura e 4% na área da saúde. Uma parcela pequena, de cerca de 3% atuavam no gabinete do poder executivo municipal e apenas 0,8% atuam em setores públicos municipais especificamente voltados às políticas de SAN.



Área de atuação do respondente na gestão municipal **Dist. %**

Assistência Social	54,0
Trabalho e Desenvolvimento Econômico	14,9
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	9,8
Educação e Cultura	9,3
Saúde	4,0
Outros	3,0

Gabinete do Executivo	2,9
Administração, finanças e planejamento	1,1
Segurança Alimentar e Nutricional	0,8
Órgão de Controle	0,2
Conselho de SAN ou outros conselhos municipais	0,1

A maior parte dos respondentes ocupava cargo de gestor(a), o que representava 58.8% do total, sendo que esse percentual é composto em 28,9% de secretários(as) municipais, 15,1% de chefes de departamento ou coordenação, 6,9% de diretores(as), 6,5% de gerentes e 1,4% de secretários(as) adjuntos(as). É significativa também a participação de respondentes que ocupavam cargo de nutricionistas (13,4%) e assistentes sociais (9,3%). Maior participação de gestores certamente influenciou na qualidade das respostas da pesquisa, o que será detalhado adiante com as médias do indicador de qualidade nas respostas (qualiresp) calculado para cada uma dessas categorias.

Cargo/Função na gestão municipal	Dist. %
Gestor(a) - secretário(a)	28,9
Gestor(a) - departamento ou coordenação	15,1
Nutricionista	13,4
Assistente social	9,3
Gestor(a) - diretoria	6,9
Gestor(a) - gerência	6,5
Agente técnico(a)	5,9
Assessor	3,6
Auxiliar administrativo	2,0
Engenheiro(a) agrônomo(a)	1,8
Gestor(a) - secretário(a) adjunto(a) ou subsecretário(a)	1,4
Agente administrativo	1,0
Outros	0,8
Médico veterinário	0,6
Psicólogo(a)	0,5
Conselheiro(a) - Comsea ou outros	0,3
Extensionista agropecuário	0,3
Analista	0,3
Responsável técnico(a)	0,2
Pedagogo	0,2
Prefeito(a)	0,2
Enfermeiro(a)	0,2
Agente social	0,2
Assistente técnico	0,1
Agente operacional	0,1
Digitador	0,1
Biólogo	0,1
Auxiliar de serviços gerais	0,1
Atendente	0,1
Assessor(a)	0,1
Médico(a) veterinário(a)	0,1

Análise das perguntas com maiores níveis de desconhecimento, incerteza ou desinformação nas respostas

A qualidade das respostas do MapaSAN 2022 foi calculada com base na quantidade de respostas “Não Sabe”, consideradas como não respondidas em função de falta de informação fidedigna por parte do respondente da pesquisa. Outro fator que foi levado em consideração foi o acerto ou erro na resposta a questão sobre o município ter ou não aderido ao Sisan, já que quem se propôs a responder o MapaSAN pelo município deveria saber dessa informação, considerando a relevância e as implicações institucionais na relação federativa do município com o governo federal e a importância da adesão para qualificação dos componentes do Sisan e da política de SAN no âmbito municipal em consonância com o Sisan nacional e a política nacional de SAN. O método de cálculo do indicador “qualiresp” foi detalhado no segmento deste documento que trata da metodologia.

Aqui, em caráter introdutório, importa destacar que foram calculados indicadores para 3 principais questionários: Gestão do Sisan, Ações de SAN e Equipamentos Públicos de SAN (Epsan). Os indicadores para cada um dos questionários são respectivamente, *qualiresp_gestao*, *qualiresp_acoes* e *qualiresp_epsan*, cuja média aritmética conforma o *qualiresp*.

Como já anteriormente explanado na metodologia, para o cálculo do *qualiresp* e seus componentes atribuiu-se peso de 40% a variável relacionada ao acerto/erro da resposta sobre adesão do município ao Sisan e de 60% ao percentual de respostas “Não Sabe” (com polaridade invertida: quanto menor melhor) que foram somados. Disso implica que *qualiresp* é maior em 0,4 pontos quando houve acerto sobre a resposta do Sisan, maior em 0,2 pontos quando a resposta sobre o Sisan foi “Não Sabe” (o município tendo ou não aderido, posto que isso informa adequadamente desconhecimento sobre a questão) e 0 quando a resposta sobre adesão estava equivocada, comparando com os registros formais do MDS.

Outro indicador utilizado no cálculo do *qualiresp* foi o percentual de respostas “Não Sabe” fornecidas pelo respondente que se refere ao total possível de respostas “Não Sabe” em cada formulário.

Antes de avançar na identificação das questões com maior nível de desconhecimento por parte dos respondentes, importa destacar que as razões desse tipo de problema em um Survey podem variar consideravelmente. A hipótese que fundamenta esta análise é de que quanto maior a quantidade e a proporção de respostas “Não Sabe” em relação ao máximo em cada questionário, subintende-se que há possibilidade de que a qualidade das demais respostas fornecidas pelo respondente também devem ser verificadas. A razão dessa hipótese é que se entende que quem está respondendo o MapaSAN deve conhecer bem tanto os componentes do Sisan quanto as políticas de SAN desenvolvidas pelo município. Essa recomendação segue em todas as comunicações da pesquisa promovidas pelo MDS antes de sua realização em diversas frentes de mobilização para que a pesquisa seja respondida pelo município. Além disso, orientações sobre o perfil desejado do(a) profissional que responderá a pesquisa segue junto ao manual do MapaSAN, com todas as recomendações, inclusive sobre a necessidade de se consultar outras secretarias e órgãos sobre informações solicitadas na pesquisa, o que diminuiria significativamente a quantidade e o percentual de respostas “Não sabe” em todos os questionários.

Questões com maior quantidade de respostas “Não sabe”

Antes de adentrar na análise dos indicadores *qualiresp* e *perc_resp_ns* realizo uma classificação das questões com maior quantidade de respondentes informando não saber a resposta à pergunta formulada. A lógica é distinta, já que os indicadores supracitados contabilizam por linha (respondente do município) e a análise a seguir se iniciará com a contabilização das questões com maiores proporções de desconhecimento das respostas (contabilizadas nas colunas, ou seja, por variável). Com a identificação e classificação das questões com níveis mais elevados de desconhecimento, espera-se que as mesmas possam ser revisadas para reformulação ou qualificação do manual de orientação quanto às respostas e fontes de informação disponíveis para os respondentes.

O percentual apresentado nas tabelas a seguir foi calculado para identificar as questões com maior quantidade de respostas “Não Sabe”. O cálculo foi realizado com base no número máximo de respostas

desse tipo em cada questionário correspondente: Gestão do Sisan, Ações de SAN e Epsan. O cálculo do percentual foi feito da seguinte maneira:

$$Percentual = \left(\frac{\text{contagem de "Não Sabe" respondidos na variável}}{\text{total de respondentes do questionário}} \right) * 100$$

A seguir, são indicadas as questões com maiores percentuais de desconhecimento, falta de informação ou incerteza, ou seja, as questões com maior proporção de respostas “Não sabe” em cada um dos 3 principais questionários da pesquisa.

Questões com maiores níveis de desconhecimento, falta de informação ou incerteza nas respostas do questionário de gestão do Sisan

Considerando que o MapaSAN não é uma pesquisa de opinião e que não se caracteriza enquanto tal, interpreta-se que quando o(a) respondente marca a opção “Não sabe” em uma determinada questão, trata-se de uma situação que pode configurar desconhecimento, falta de informação confiável no momento da pesquisa ou incerteza. Ainda que essas 3 situações possam ser complementares e concorrerem para a escolha da opção, qualquer uma delas demanda se qualifique a pesquisa, o questionário, o manual de orientações e a mobilização que resulta na indicação e escolha do profissional, gestão ou técnico(a) municipal responsável por coordenar ou responder a pesquisa como um todo.

No questionário de gestão do Sisan a questão que tem maior grau de desconhecimento, incerteza ou falta de informação é a que pergunta sobre a existência de Lei Municipal de SAN. São 22,2% dos respondentes desse questionário, perfazendo um total de 430, não souberam responder sobre a existência de alguma lei municipal que regulasse ou instituísse os componentes municipais do Sisan ou mesmo uma política municipal de SAN. Algumas possibilidades podem ser investigadas com base nessa informação:

1. Pode haver erro de interpretação entre se tratar de lei que institui uma política ou os componentes do Sisan no âmbito municipal, apesar do manual e das questões posteriores, reforçarem que se trata desse tipo de lei a que a questão se refere;
2. Há possibilidade de o respondente não dispor da informação qualificada no momento da pesquisa ou de ela ser de difícil acesso;
3. O respondente informou não saber a resposta como estratégia para não ter que responder as demais questões relacionadas à Lei de SAN e outros componentes (Caisan e Comsea, já que são questões-chave para abertura de mais questões a serem respondidas o que se confirma pelos percentuais apresentados na tabela)

O que chama a atenção é que questões que são cruciais para a pesquisa são as que mais aparecem com um percentual elevado de desconhecimento, incerteza ou falta de informação. Importante notar que, proporcionalmente, a segunda questão, em ordem decrescente, é sobre realização de conferência de SAN no município (18,9%), e as demais, na sequência, referem-se a existência de plano municipal de SAN (17,3%), caracterização funcional e do papel institucional do órgão que coordena as ações de SAN no município (15,6%), existência da Caisan municipal (14,7%), existência de orçamento para o Comsea (12,3%) e sobre a própria existência do Comsea (8,9%).

Tabela 15. Quantidade e percentual de respostas “Não sabe” sobre a gestão do Sisan por pergunta

Pergunta	Variável	Quantidade	Percentual
O Município possui Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional?	v8970	430	22,2

O município já realizou uma (ou mais) Conferência(s) Municipal(is) de SAN?	v903 5	366	18,9
O município possui Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Plamsan?	v903 7	334	17,3
O órgão responsável pela coordenação das ações de SAN caracteriza-se como:	v138 20	302	15,6
O Município possui Câmara Intersectorial/Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan municipal) ou órgão similar?	v897 6	285	14,7
O município dispõe de recursos orçamentários para o funcionamento do Conselho Municipal de SAN?	v901 4	238	12,3
O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - Comsea?	v900 1	172	8,9
Existe alguma rotina de comunicação consolidada entre o Consea Municipal e o Consea Estadual?	v138 94	172	8,9
O Conselho Municipal de SAN recebe denúncias de violações de Direito Humano à Alimentação Adequada?	v903 2	167	8,6
O município participou de alguma Conferência Estadual de SAN?	v987 9	126	6,5
Há quanto tempo exerce a função de Presidente do Conselho Municipal de SAN?	v138 77	115	5,9
Quando foi a última reunião do Conselho Municipal de SAN?	v901 3	89	4,6
A Lei Municipal de SAN cria ou institui um ou mais componentes do Sisan no âmbito municipal?	v140 61	67	3,5
Há quanto tempo exerce a função de Presidente da Caisan Municipal?	v139 04	64	3,3
Existe uma Secretaria Executiva para o Conselho Municipal de SAN?	v901 6	59	3,0
As decisões e ações previstas por lei para o Conselho Municipal de SAN têm qual caráter?	v9011	49	2,5
O município tem interesse em aderir formalmente ao Sisan?	v138 61	43	2,2
O Plano Municipal de SAN vigente foi elaborado em consonância com Plano Plurianual Municipal (PPA)?	v904 0	43	2,2
O município divulga os resultados alcançados na execução do Plano Municipal de SAN?	v140 60	41	2,1

A Caisan Municipal conta com uma Secretaria Executiva?	v898 5	40	2,1
Houve participação de representantes de governo municipal na última conferência?	v139 39	31	1,6
O município monitora o seu Plano Municipal de SAN?	v904 2	30	1,6
Qual ano de vigência do Plano Municipal de SAN foi definido para realização de sua revisão?	v140 52	28	1,4
Qual a proporção entre o número de membros da sociedade civil e o de membros do governo representantes no Conselho Municipal de SAN?	v900 2	24	1,2
A Caisan Municipal está vinculada administrativamente a qual órgão municipal?	v898 2	19	1,0
O Plano Municipal de SAN contemplou as deliberações da Conferência Municipal de SAN?	v140 58	19	1,0
O Conselho Municipal de SAN está vinculado administrativamente a qual órgão municipal?	v901 0	18	0,9
Com que frequência, em média, corre a comunicação entre o Consea Municipal e o Consea Estadual?	v138 95	16	0,8
O Plano Municipal foi disponibilizado para acesso público?	v139 41	14	0,7
Foi realizado um estudo ou diagnóstico atualizado da situação da SAN no município para a elaboração do Plano Municipal de SAN?	v139 46	11	0,6
A elaboração do Plano Municipal de SAN contou com a participação da sociedade civil por meio do Conselho Municipal de SAN?	v904 1	8	0,4
Há quanto tempo existe a função de Secretário(a) Executiva da Caisan Municipal?	v139 19	5	0,3
Com que frequência, em média, ocorre a comunicação entre a Caisan Municipal e a Caisan Estadual?	v139 24	5	0,3
Há quanto tempo a Secretária Executivo(a) atua área da Segurança Alimentar e Nutricional?	v139 35	4	0,2

Os níveis de desconhecimento, incerteza ou falta de informação sobre as questões mais importantes do questionário de gestão do Sisan evidenciam que uma parcela significativa dos respondentes não está devidamente orientada sobre o que é o MapaSAN e seus objetivos antes de definir o responsável pelo preenchimento. Outra possibilidade é que o município efetivamente não tem uma política ou componentes do Sisan estruturados ou em funcionamento, ou simplesmente a pessoa definida para responder, desconhece as informações necessárias para informar na pesquisa. Esse e outros fatores

serão abordados quando analisarmos as médias dos indicadores de qualidade de respostas e percentuais para o respectivo questionário.

Questões com maiores níveis de desconhecimento, falta de informação ou incerteza nas respostas do questionário de ações de SAN

O questionário de ações de SAN, assim como o de gestão do Sisan são bastante extensos e as perguntas envolvem conhecimento prévio ou articulação multisetorial. Talvez um dos maiores desafios do Sisan e da política nacional de SAN está em garantir que as ações sejam articuladas intersetorialmente, isso porque de um modo geral, as culturas institucionais se desenvolvem e conformam com base em políticas setoriais.

A pergunta com maior nível de desconhecimento, falta de informação ou incerteza está relacionada com fornecer informações sobre orçamento disponibilizado para financiamento das ações de SAN que não sejam contrapartidas a recursos federais ou estaduais. Ao que parece, isso se deve tanto à falta de um plano municipal de SAN, porque se houvesse, então haveria maior probabilidade de se ter realizado algum diagnóstico prévio ou planejamento orçamentário o que seria de fácil acesso para respondentes que tivessem conhecimento do Plamsan. Pode-se inferir essa consideração com base na tabulação cruzada das respostas sobre existência do Plamsan (v9037) e de orçamento municipal disponível para financiamento das ações de SAN (v9043):

		v9037			
		Está em elaboração	Não	Não Sabe	Sim
v9043	Não	93	437	29	65
	Não Sabe	73	371	246	39
	Sim	91	301	48	75

A linha com respostas “Não Sabe” da variável (v9043) do questionário de ações de SAN relacionada a disponibilidade de recursos municipais no orçamento destinado às ações de SAN realizadas no município totaliza 729 casos³⁶ no cruzamento com a variável sobre existência do Plamsan (v9037). Em 73 municípios em que os respondentes desconhecem informação sobre recursos municipais disponíveis para financiamento das ações de SAN estão em fase de elaboração do Plamsan, o que faz sentido. Da mesma forma que 371 municípios cujos respondentes informaram não haver Plamsan também desconhecem, não tem informação ou estão incertos sobre disponibilização de recursos municipais para financiar ações de SAN. Aqui pode haver a possibilidade de que os respondentes não informem em função de alguma estratégia para angariar mais recursos do governo federal ou municipal o que pode configurar alguns casos relacionados a sensibilidade da questão para alguns municípios. Uma parcela significativa de respondentes (264) não soube responder nem uma questão nem outra, revelando típica situação de desconhecimento, falta de informação ou incerteza na resposta dessas duas questões relacionadas.

A outra possibilidade é desconhecer o orçamento municipal na íntegra ou mesmo não saber distinguir orçamento próprio destinado para SAN ou fontes de recursos federais ou estaduais, simplesmente por não conhecer quase seriam as ações de SAN a serem compiladas em tal peça orçamentária. Quanto a essa questão, são muitas e várias as possíveis explicações para desconhecimento, falta de informação ou incerteza na resposta materializada na opção “Não Sabe”. Um nível de praticamente 40% de desconhecimento sobre orçamento municipal indica fortemente a necessidade de se rever essa

³⁶ Ao se realizar o cruzamento das variáveis de um questionário e outro, 3 municípios que responderam em um não responderam em outro. Por isso a diferença constatada entre a soma dos números da tabela de cruzamento que totaliza 729 casos e o valor de respostas “Não Sabe” na tabela 2, relativa à variável v9043.

questão, a forma como é elaborada e especialmente a necessidade de criação de questões complementares que possam informar sobre orçamento.

Tabela 16. Quantidade e percentual de respostas “Não sabe” por pergunta sobre as ações de SAN

Pergunta	Variável	Quantidade	Percentual
Há recursos previstos no orçamento municipal para o financiamento de ações de SAN (não considerar ações cujo recurso consta apenas como contrapartida a recursos estaduais ou federais)?	v9043	732	39,1
O Município apoia práticas de Agricultura Urbana?	v9057	609	32,5
O município promove ações intersetoriais para a viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar?	v10055	535	28,5
O município adquire ou adquiriu recentemente alimentos orgânicos ou de base agroecológica ou da sociobiodiversidade?	v10013	474	25,3
No município já tem ocorrido cursos voltados para agenda de SAN ou DHAA?	v14128	412	22,0
O município realiza alguma ação de regulamentação de ambientes alimentares?	v14084	393	21,0
São realizadas ações de EAN nos Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (EPSAN)?	v10036	330	17,6
O Município desenvolve alguma política ou ação de SAN voltada para moradores em situação de rua, imigrantes internacionais, catadores de recicláveis, etnias indígenas, comunidades quilombolas ou outros povos e comunidades tradicionais?	v14153	319	17,0
O município realiza ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)?	v9056	300	16,0
São realizadas ações de EAN nos serviços de saúde da atenção básica?	v10030	250	13,3
As ações de EAN são concebidas em articulação com diversos setores governamentais de maneira intersetorial? (por exemplo, educação, saúde, assistência social etc.)	v10027	185	9,9
O município adquire produtos da agricultura familiar?	v14111	163	8,7
Há participação da iniciativa privada no planejamento, execução e monitoramento das ações de EAN?	v14092	146	7,8
As ações de EAN são realizadas na rede indireta da Assistência Social, nas entidades conveniadas?	v10034	139	7,4
As ações de EAN integram os serviços da rede da Assistência Social?	v10032	131	7,0

O município oferece o Benefício Eventual da Assistência Social voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional?	v14156	129	6,9
As ações de EAN realizadas pelo município contam com a participação de Organizações da Sociedade Civil seja no planejamento, na execução ou no monitoramento?	v14090	123	6,6
São realizadas ações de EAN no ambiente escolar?	v10028	118	6,3
Existe a necessidade de cursos de capacitação e formação com relação a agenda de SAN?	v14122	112	6,0
O Município faz doações de alimentos ou concede benefício na forma de cestas de alimentos (industrializado, em grão ou in natura) ou oferece pecúnia diretamente à população em situação de insegurança alimentar e nutricional?	v9052	108	5,8
O público que necessita dos cursos de capacitação teria acessibilidade para realização de cursos de Educação à Distância?	v14125	106	5,7
O Município promove atividades de capacitação, fomento ou incentivo a produção de base agroecológica?	v9054	100	5,3
As ações de EAN são planejadas, executadas ou monitoradas de maneira intersetorial?	v14087	89	4,7
Existe uma rotina de identificação ou acompanhamento de pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional no âmbito da Assistência Social?	v14162	61	3,3
Qual a quantidade de meses que cada família pode permanecer recebendo de forma contínua o Benefício Eventual voltada à população em situação de insegurança alimentar e nutricional?	v14158	59	3,1
Os alimentos oferecidos beneficiam grupos sociais específicos?	v9998	55	2,9
As ações de EAN são realizadas na rede direta da Assistência Social?	v10033	53	2,8
Quais são as ações intersetoriais o município desenvolve para viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar?	v10056	1	0,1

Outra questão que chama a atenção pela quantidade de desconhecimento, falta de informação ou incerteza, em 32,5% dos casos, sobre promoção ou não de práticas de agricultura urbana. Esse tipo de ação geralmente tem visibilidade nos municípios e é informação de acesso geralmente fácil em outros setores e áreas de políticas públicas, ainda que não seja a mesma do respondente. Já a falta de informação sobre ações intersetoriais para a viabilizar a aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar representa 28,5% dos casos para esta pergunta.

Em suma, todas as questões em que o nível de desconhecimento, desinformação ou incerteza está acima de 20%, merecem atenção especial na próxima pesquisa, ou no planejamento de um sistema permanente de pesquisa para o MapaSAN, como se está planejando. É preciso encontrar formas de facilitar o acesso ou orientar os respondentes para qualificar as questões com alto índice de desconhecimento, desinformação ou incerteza, mas também é importante rever tais questões e sua formulação, bem como o material de orientação, caso a caso. O que esses números revelam recai sobre a necessidade de qualificar a pesquisa nesses quesitos, acima de tudo.

Questões com maior quantidade de desconhecimento, falta de informação ou incerteza nas respostas do questionário de Epsan

No questionário de equipamentos públicos de SAN, a situação é distinta dos outros dois questionários, especialmente pelas especificidades relacionadas aos equipamentos e porque a quantidade de questões é significativamente menor. No entanto, as questões com maiores níveis de desconhecimento revelam que feiras livres, abastecimento e centrais de distribuição podem impactar a qualidade da pesquisa sobre os Epsan, na medida em que deveria haver resposta negativa ou afirmativa em maior proporção.

Tabela 17. Quantidade e percentual de respostas “Não sabe” por pergunta sobre os equipamentos públicos de SAN

Pergunta	Variável	Quantidade	Percentual
Há outros Equipamentos Públicos de Abastecimento, Distribuição e Comercialização de Alimentos em funcionamento no município?	v9100	384	20,5
O município possui regulamentação para o funcionamento das feiras que comercializam alimentos?	v14134	241	12,8
Há uma ou mais Centrais de Recebimento da Agricultura Familiar no Município?	v9259	240	12,8
Há Feiras Livres no município que comercializam produtos orgânicos ou de base agroecológica?	v9092	181	9,6
O Município disponibiliza suporte para realização das Feiras Livres?	v9051	133	7,1
Há feiras livres no município?	v9089	131	7,0
O município subsidia o preço dos alimentos em um ou mais mercados públicos ou populares?	v9096	121	6,4
A prefeitura municipal mantém em funcionamento Sacolões Públicos ou Quitandas Públicas?	v9097	116	6,2
Existe Banco de Alimentos em sua cidade?	v9257	84	4,5
A prefeitura municipal mantém em funcionamento Mercados Públicos ou Populares?	v9094	78	4,2
Há uma ou mais Cozinhas Comunitárias no município?	v9258	46	2,5
Há um ou mais Restaurantes Populares no município?	v9256	30	1,6

O município subsidia o preço dos alimentos em algum sacolão público ou quitanda pública?	v9099	7	0,4
---	-------	---	-----

Qualidade das respostas do MapaSAN 2022

A análise realizada foi definida com base nos indicadores previamente definidos e que incidiram sobre os três principais questionários do MapaSAN 2022: Gestão do Sisan, Ações de SAN e Epsan. As medidas calculadas na forma de indicadores para cada um dos questionários (qualidade das respostas – *qualiresp* – e níveis médios percentuais de não respostas por respondente – *perc_resp_ns* – e acerto na resposta da questão sobre adesão do município ao Sisan – *acerto_resp_sisan*) foram inseridas no cadastro dos respondentes e vinculadas a cada pessoa e município que participou do MapaSAN, possibilitando a avaliação da qualidade das respostas, conforme a proposta metodológica e plano analítico previamente elaborado. Com base nesta proposta, viabilizou-se a identificação e comparação entre grupos de respondentes, possibilitando a classificação por clusterização. Para isso foram utilizadas técnicas de ciência de dados e de inteligência artificial, mais especificamente de algoritmo de clusterização por K-means. Nesta seção do documento, são apresentados os resultados das análises sobre os indicadores de qualidade de respostas que medem níveis de desconhecimento, incerteza e falta de informação dos respondentes, em cruzamento com as características registradas no questionário de cadastro dos órgãos e dos respondentes do MapaSAN 2022.

O primeiro segmento apresenta o resultado da análise de *qualiresp* e percentuais de desconhecimento, incerteza e desinformação no questionário de gestão, o segundo apresenta o mesmo para o questionário de Ações de SAN e o terceiro, para o de Epsan. Ao final, no último segmento deste capítulo, são apresentados os resultados da análise de clusterização que classifica os respondentes considerando as análises prévias, os indicadores e suas características educacionais, técnicas, institucionais, profissionais e, também, seu tempo de atuação na gestão pública municipal e na área de SAN.

O índice médio de qualidade das respostas do questionário de gestão do Sisan ($Q_{gestão}$) é de 0,887, um valor significativamente superior ao *qualiresp* geral (Q), cuja média é de 0,837, calculada com base nos valores de *qualiresp* dos 3 questionários. Em comparação com os outros dois questionários, o índice de qualidade de respostas do questionário de gestão do Sisan é superior, já que no questionário de ações de SAN ($Q_{ações}$) a média é de 0,840 e no questionário de Epsan (Q_{epsan}), 0,785.

Essa cadência decrescente do primeiro para o terceiro questionário da pesquisa – desconsiderado aqui o de cadastro de órgão respondente, por sua natureza breve e cadastral –, supondo que a ordem dos questionários tenha sido seguida pela maioria dos respondentes, em associação com o indicador Q, evidencia que o caráter longo do MapaSAN pode guardar alguma relação com a qualidade das respostas. Ainda que não seja possível se estabelecer uma correlação direta entre a ordem decrescente da Q de um questionário para outro, e a ordem de preenchimento, essa informação revela que talvez a extensão da pesquisa afete a qualidade das respostas. Principalmente porque os dois primeiros questionários sejam bem mais extensos do que o de Epsan, que requer menos tempo para ser concluído. Uma ferramenta que pode ser introduzida na pesquisa para validar essa suspeita, é registrar data e horário de finalização de cada formulário, além de data e hora de início das respostas às questões. Atualmente, a aplicação registra a data e hora de preenchimento e a data e hora de extração, sendo esta última a mesma para todos os registros o que não a torna muito útil para qualificar a pesquisa. Ao final das contas, a informação temporal útil é a data e hora de preenchimento, mas que serve basicamente para se conhecer verificar a sequência temporal de respostas de cada questionário e o tempo decorrido entre um preenchimento e outro, mas não o tempo real do início de resposta de um questionário e o fim.

Ao analisar os dados de data e hora em cada um dos 4 questionários principais (cadastro, gestão do Sisan, ações de SAN e Epsan), constata-se que 1.230 respondentes preencheram os formulários na ordem esperada. Considerando o tempo de conclusão de cada um dos questionários foi possível estabelecer o intervalo temporal entre um e outro, conforme tabela a seguir:

Intervalo de conclusão de resposta	Tempo médio
De Cadastro para Gestão do Sisan	1 dia + 19h46m
De Gestão do Sisan para Ações de SAN	1 dia + 9h57m
De Ações de SAN para Epsan	-1dia + 17h01m
Tempo médio para responder os 3 principais questionários (com exceção de cadastros de Epsans)	2 dias e 22h13m

O resultado negativo para o tempo médio entre questionário de ações de SAN e Epsan (-1 dia e aproximadamente 17 horas) sugere que, em média, os registros em Epsan foram preenchidos antes dos correspondentes em Ações de SAN. Se alguns municípios preencheram os questionários em uma ordem diferente da esperada (por exemplo, preencheram Epsan antes de Ações de SAN), isso pode resultar em uma diferença de tempo negativa. A outra explicação é outliers, ou seja, municípios que demoraram muito tempo e responderam primeiro Epsan e depois Ações de SAN.

Os tempos decorridos entre a conclusão de um formulário e outro, revela dois aspectos importantes do comportamento dos respondentes do MapaSAN 2022. O primeiro está relacionado com a ordem dos questionários que indica um aspecto positivo já que pode revelar que mais de um respondente no mesmo município estão seguindo as orientações do manual da pesquisa, para que sejam coletadas informações em paralelo por diversos órgãos competentes em cada área de SAN que é multisetorial, para responder diferentes questionários. O segundo aspecto, mais negativo, revela que o tempo necessário entre iniciar a pesquisa como um todo e concluir cada um dos questionários e a pesquisa toda é bastante extensa. Entretanto este aspecto pode ser falacioso, porque dados extremos, outliers, podem distorcer tais tempos médios. Considerando a redução de possíveis distorções, uma tabela com tempos aparados, calculados com o módulo (valores temporais absolutos) os dados se mostram bastante distintos e reveladores. Por outro lado, valores negativos acabam por reduzir as médias temporais o que também causa uma distorção contrária, em que a média é menor do que o tempo real despendido na resposta dos questionários e da pesquisa como um todo. Abaixo seguem os tempos médios desconsiderando valores temporais negativos (ou seja, de municípios que inverteram a ordem de respostas entre questionários):

Intervalo de conclusão de resposta	Tempo médio	Diferença da tabela anterior
De Cadastro para Gestão do Sisan	2 dias + 15h13m	+19h27m
De Gestão do Sisan para Ações de SAN	2 dias + 7h11m	+21h14m
De Ações de SAN para Epsan	1dia + 6h01m	-11h
Tempo médio para responder os 3 principais questionários (com exceção de cadastros de Epsans)	4 dias e 6h22m	+1 dia, 8h9m

Contudo, quando os tempos extremos são desconsiderados em médias aparadas em 5% no limite superior e inferior, os resultados mais realistas, são os seguintes:

Intervalo de conclusão de resposta	Tempo médio (aparado lim. 5%)	Casos desconsiderados
De Cadastro para Gestão do Sisan	19h20m	192

De Gestão do Sisan para Ações de SAN	15h42m	184
De Ações de SAN para Epsan	-1dia 20h45m	+ 184
Tempo médio para responder os 3 principais questionários (com exceção de cadastros de Epsans)	1 dia e 7h48m	–
Tempo médio total (aparado) baseado na distância temporal entre cadastro e epsan:	1 dia e 22h18m	186

Com os cálculos realizados, verifica-se que os tempos médios da última tabela devem ser considerados como os mais próximos da realidade dos respondentes, evidenciando, de todo modo, o tempo necessário para finalizar a resposta dos 3 principais questionários. Note-se que nesses dados, não estão inclusos os tempos necessários para cadastro dos equipamentos de SAN, mas somente o questionário principal dos Epsan que precede ao cadastro dos equipamentos. Com isso espera-se que o tempo seja ainda maior. De todo modo, está é a primeira análise desse tipo feita sobre o tempo necessário para responder o questionário, o que deve incluir também, em parte, o tempo necessário para preparar os dados coletando-os de diferentes fontes de diversas secretarias municipais. Como o MapaSAN em seus princípios e fundamentos foi concebido analogamente ao Censo SUAS, inclusive compartilhando de plataforma de resposta (com exceção da edição de 2022 que foi realizada em outra plataforma desenvolvida em PHP de forma *ad hoc* pela SAGI) é aconselhável compara tais tempos com aqueles necessários para responder ao Censo SUAS. Daí pode se ter um elemento mais concreto de comparação dada a natureza, os objetivos e o propósito do MapaSAN.

Análise dos indicadores de desconhecimento, incerteza e falta de informação

Componente de conhecimento sobre adesão ao Sisan

Antes de adentrar nos indicadores propriamente ditos, importa analisar um dos seus componentes fundamentais, elemento constituinte na fórmula de cálculo, que é a resposta fornecida quanto à adesão do município ao Sisan. A relevância dessa questão está no fato de que quanto o município adere ao Sisan, passa a constituir formalmente o sistema nacional, o que deve ser de conhecimento público, ao menos entre o corpo administrativo municipal, ou pelo menos nas áreas de políticas públicas em que as ações de SAN são mais conhecidas.

O(A) respondente, ao ser perguntado sobre se o município, no período de referência da pesquisa, já havia aderido ao Sisan nacional, dispõem de formas de obter tal informação, principalmente porque o manual do MapaSAN fornece todos os subsídios e fontes necessárias para que tal informação seja devidamente obtida, assim como todas as demais. Dada a relevância institucional da adesão municipal ao Sisan que o acerto a essa resposta da pesquisa compõe 40% do peso no cálculo dos indicadores Q , $Q_{gestão}$, $Q_{ações}$ e Q_{epsan} , exatamente porque se pressupõe que essa informação deveria ser de conhecida por parte daqueles que se dispõem a responder a pesquisa ou são orientados/as a fazê-lo.

As informações fornecidas pelo MDS com a relação dos municípios que formalmente aderiram ao Sisan foram cruzadas com as respostas fornecidas no MapaSAN 2022.

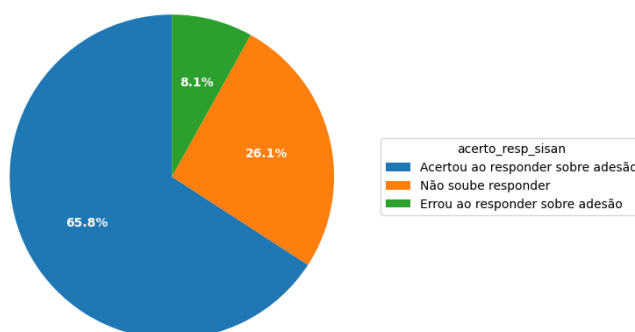
		Adesão formal	
		Não	Sim
Resposta MapaSAN 2022	Aderiu ao Sisan	127	348
	Em adesão ao Sisan	111	39
	Não aderiu ao Sisan	926	29
	Não sabe	346	9

Na tabela acima, destacado em vermelho, são os respondentes em situação de desconhecimento, incerteza ou desinformação quanto a real situação do município em relação a adesão ao Sisan. Ou

seja, em vermelho, estão os casos de falsos positivos e falsos negativos. Em verde estão destacadas as situações de verdadeiro positivo e verdadeiro negativo. Em azul, os casos que estavam em processo de adesão ao Sisan na data de referência da pesquisa e, por questões semânticas, foram consideradas respostas corretas, já que o entendimento de adesão formal pode variar e a fase inicial da formalização possa ser corretamente considerada como o município efetivamente como tendo sido integrado ao Sisan por parte do município (tanto aqueles que já haviam formalizado, quando os que ainda estavam em fase inicial do processo administrativo). Já o destaque na cor cinza significa neutralidade na resposta, porque o respondente informou corretamente não saber a resposta, entretanto, para efeito analítico, essa é precisamente a variável-chave para medida dos níveis de desconhecimento, incerteza e desinformação aqui utilizada.

Para efeito de cálculo da variável *acerto_resp_sisan*, aos casos falsos negativos e falsos positivos foi atribuído o valor zero, porque a resposta estava equivocada. Aos casos considerados neutros o valor integral foi reduzido à metade ($1/2 = 0,5$) e aos casos de verdadeiro positivo e verdadeiro negativo, o valor da variável foi integralmente atribuído.

Distribuição de *acerto_resp_sisan*



	<i>acerto_resp_sisan</i>	<i>respondentes</i>	%
Resposta Correta	1,0	1.274	65,8
Resposta Neutra	0,5	505	26,1
Resposta Errada	0	156	8,1

Componente de nível de desconhecimento, incerteza e desinformação

O segundo fator considerado no cálculo dos indicadores Q , $Q_{gestão}$, $Q_{ações}$ e Q_{epsan} é precisamente o nível de desconhecimento, incerteza ou desinformação em um nível geral, e não específico, como no caso da variável específica. Ou seja, em termos de variável, calculou-se a razão entre a quantidade de possibilidades de seleção de opções “Não sabe” para cada questionário.

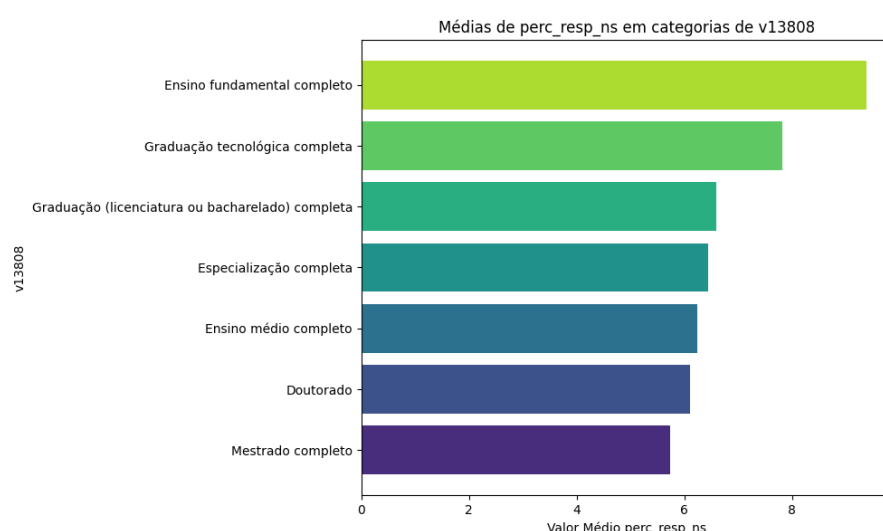
Em seguida, foram contabilizadas, para cada respondente, a quantidade de respostas com o valor “Não sabe” marcadas em cada questionário pelo respondente, que compôs o cálculo dessa razão que pode ser interpretada como percentual de respostas “Não sabe” imputadas às variáveis *perc_resp_ns_gestao*, *perc_resp_ns_acoes* e *perc_resp_ns_epsan*. A polaridade para as variáveis é quanto maior pior, posto que significa que proporcionalmente o respondente apresenta maiores níveis de desconhecimento, desinformação ou incerteza da resposta a ser dada para cada questão e, na somatória, ao questionário como um todo.

Relações entre níveis de desconhecimento, incerteza e falta de informação e características dos respondentes do MapaSAN 2022

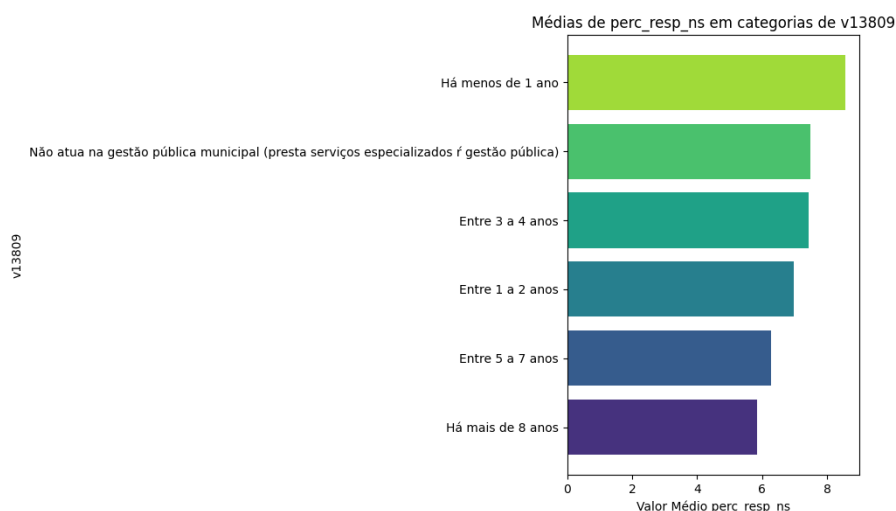
Definido, quanto à polaridade, que quanto maior for o percentual de respostas “Não Sabe” selecionadas pelo respondente do MapaSAN, considera-se que menor seja o nível de conhecimento, certeza e informação sobre os temas de cada questionário e que, consideradas na totalidade, essa segunda componente dos indicadores revela elementos cruciais sobre o perfil de quem se propôs a organizar a coleta e as respostas à pesquisa no contexto municipal.

Os dados da componente do percentual de respostas “Não sabe” dos indicadores Q, Q_{gestão}, Q_{ações} e Q_{epsan} podem ser utilizados como ferramentas analíticas em cruzamento com as características dos respondentes, revelando, desse modo, alguns elementos relevantes para compreensão e composição mais conclusiva dos perfis distintos dos respondentes do MapaSAN 2022 e, consequentemente, evidenciar possíveis pontos frágeis e problemas de arquitetura, planejamento e execução da pesquisa, com objetivo de propor melhorias e recomendações. A final deste documento, antes das considerações finais, se apresenta o resultado da análise de clusterização dos respondentes com base no que vem sendo analisado até aqui e doravante.

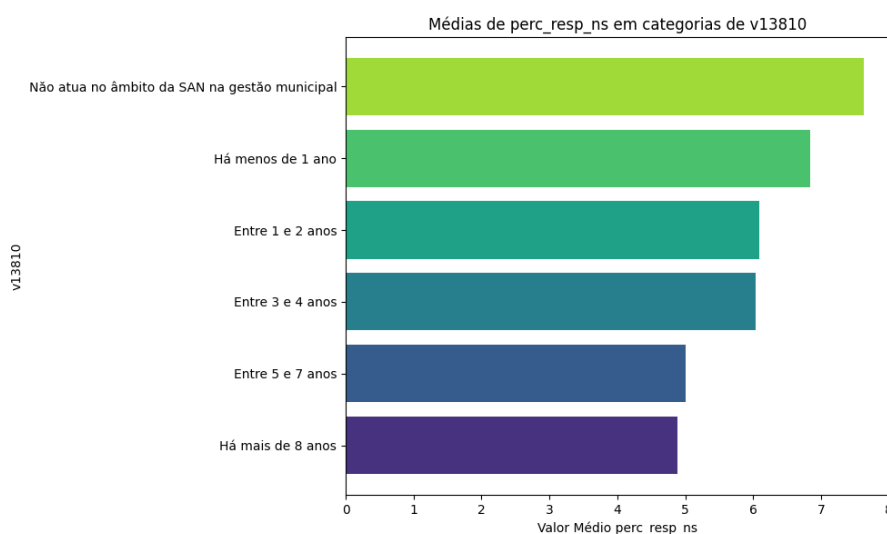
Quando se considera a escolaridade dos respondentes e a variável *perc_resp_ns*, o que se constata é uma ordem diretamente proporcional de relação entre aquela característica e o nível de desconhecimento, desinformação incertezas nas respostas, com exceção de pessoas com ensino médio completo, como se observa no gráfico a seguir:



O tempo de atuação na gestão pública municipal, inicialmente parece ser um fator relevante na explicação desses níveis, já que servidores públicos municipais com menos de um ano de experiência apresentam maiores níveis de desinformação ou incerteza, apresentando maiores percentuais de não respostas:



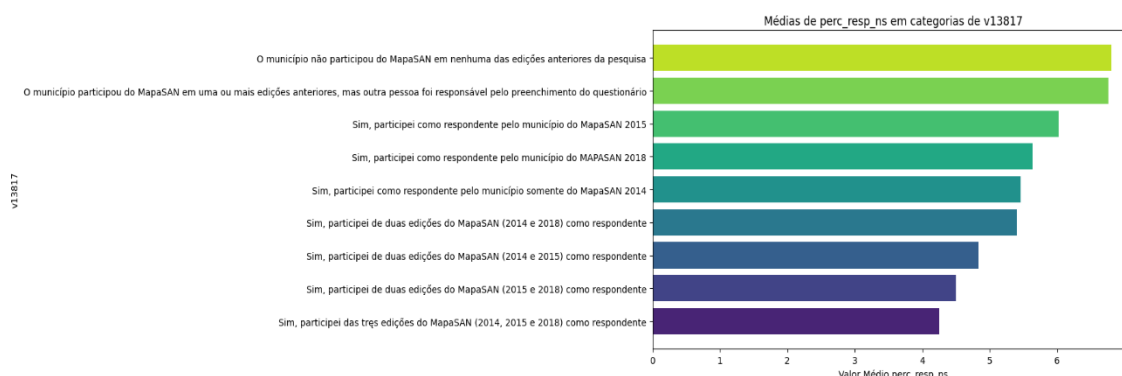
A exceção, neste caso, ocorre com a categoria de profissionais com tempo de atuação na gestão pública municipal entre 1 e 2 anos. É importante destacar que o padrão apresentado no gráfico acima e nos demais não são os mesmos para todos os questionários e características dos respondentes. Há variações específicas nesse cruzamento e em outros em cada um dos eixos da pesquisa. No entanto, visando manter o propósito e a linha analítica sem fugir do escopo principal, os gráficos com dados de cada questionário foram produzidos e estão disponíveis nos anexos deste documento, podendo ser consultados de acordo com o interesse e a necessidade investigativa. Os procedimentos, códigos e cálculos realizados estão disponíveis no formato Jupyter notebook em um repositório do Github para consulta das variações analíticas, técnicas utilizadas e demais tabelas e gráficos produzidos que não constam neste documento.



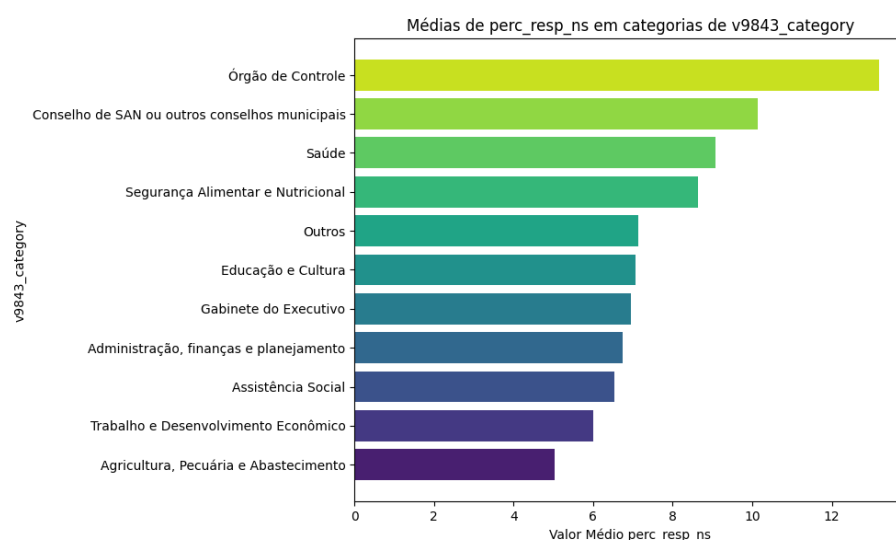
O mesmo fenômeno que se verificou nas categorias relacionadas a tempo de atuação na gestão municipal se evidencia quando se trata do tempo de atuação no âmbito da SAN, todavia, neste caso, não ocorrem exceções, de modo que há uma relação inversamente proporcional dos níveis de desinformação, desconhecimento e incerteza em relação ao tempo de atuação na SAN. Essa constatação preliminar destaca esse fator como candidato a apresentar correlação estatística, o que será considerado adiante, após a análise dos indicadores compostos.

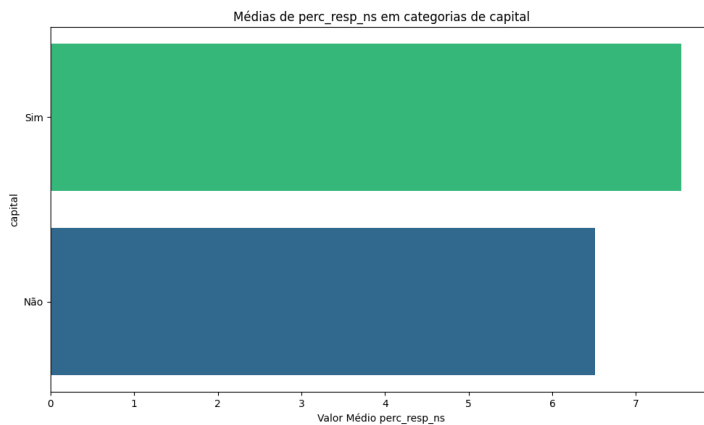
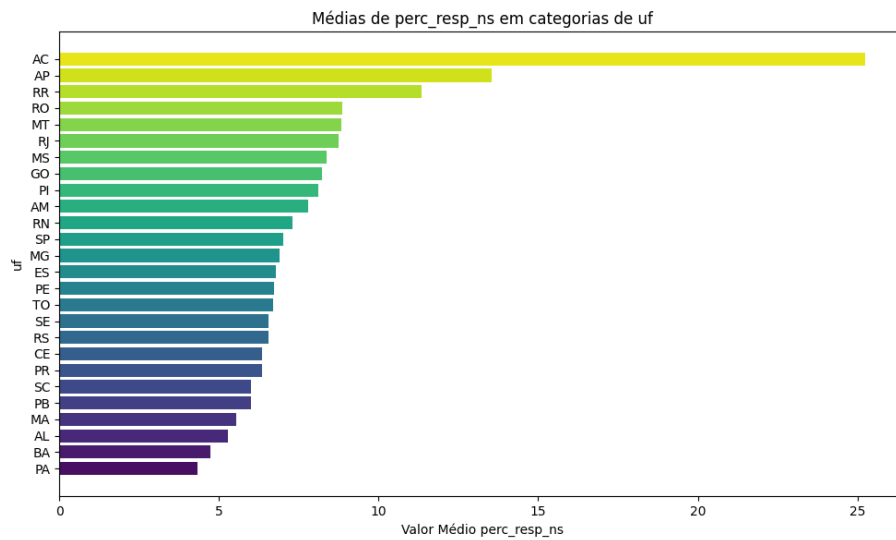
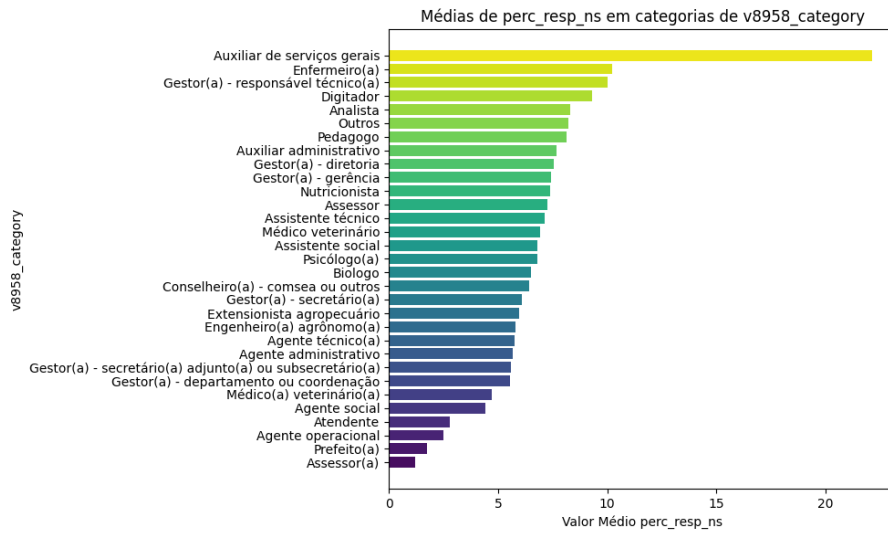
Já o fator seguinte, que trata de participação anterior do respondente e do município em edições anteriores da pesquisa, guarda uma correlação relevante com a qualidade das respostas, como ficará demonstrado em outro segmento deste documento. Pelo gráfico abaixo, fica demonstrado a importância de se procurar manter pontos de referência técnica e entre gestores municipais para que

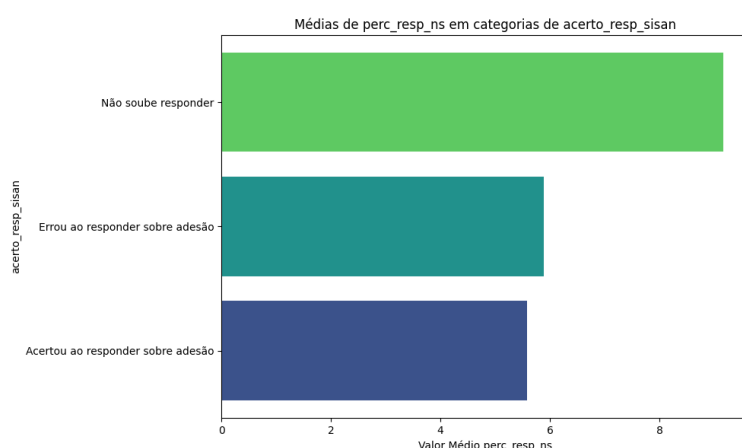
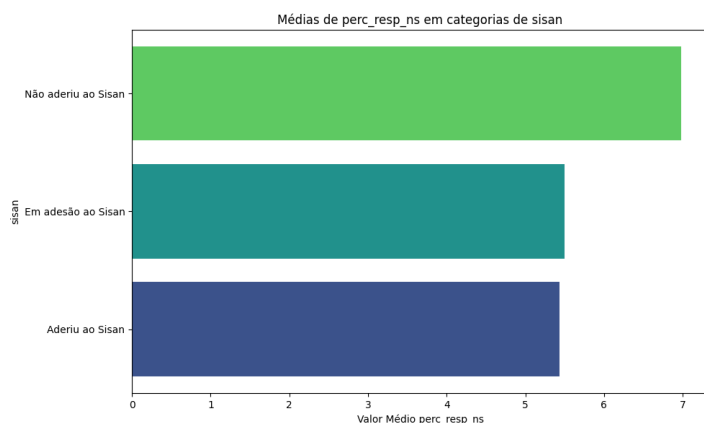
participem da pesquisa como respondentes em mais de uma edição da pesquisa, consolidando uma curva de aprendizado que amplia os níveis de conhecimento sobre o tema e qualifica o MapaSAN como um todo.



A questão sobre o órgão ao qual estava vinculando o respondente no período da pesquisa era aberta. Com a categorização das respostas foi possível identificar quais desses órgãos tem maior nível de desconhecimento, desinformação ou incerteza nas respostas. Os órgãos de controle do município apresentam o maior percentual de respostas “Não sabe”, 13,2%. Surpreendentemente, os respondentes vinculados aos conselhos municipais de SAN e outros conselhos municipais aparecem em segundo lugar na lista com percentual de 10,1%, seguido das secretarias e órgãos da saúde, com 9,1% e de SAN, com 8,6%. O menor percentual de desconhecimento, incerteza e falta de informação é dos órgãos da área de agricultura, pecuária e abastecimento, com 5% de respostas desse tipo.





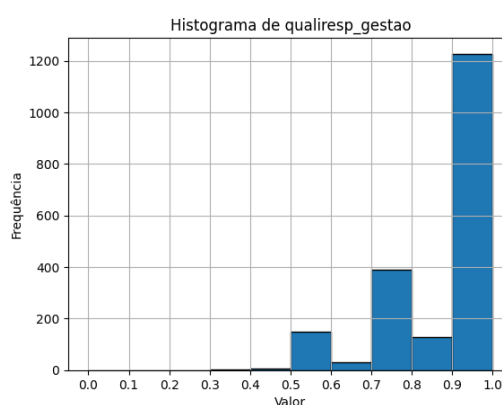


Análise dos indicadores e dos respondentes

Gestão do Sisan

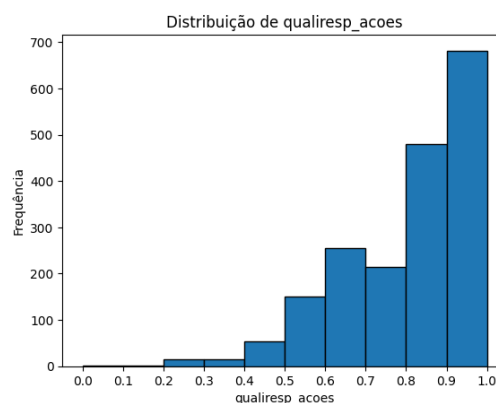
A distribuição de $Q_{gestão}$ demonstra que a maioria dos respondentes do questionário, que representa 63,6% do total, atingiram valor entre 0,9 e 1 no cálculo do indicador de qualidade das respostas. Essa informação é relevante porque evidencia a estratégia acertada na mobilização de respondentes mais bem informados, e conhecedores da temática relacionada à gestão do Sisan no âmbito municipal.

Qualiresp (intervalos)	Freq.	Freq. Relativa (%)	Freq. Acum. (%)
[0.9, 1.0)	1.228	63,6	63,6
[0.8, 0.9)	128	6,6	70,2
[0.7, 0.8)	390	20.2	90,4
[0.6, 0.7)	71	3.7	94,1
[0.5, 0.6)	108	5.5	99,7
[0.4, 0.5)	6	0.3	99.8
[0.3, 0.4)	1	0.1	100,0
[0.2, 0.3)	-	-	-
[0.1, 0.2)	-	-	-
[0.0, 0.1)	-	-	-
	1.932	100,0	100,0



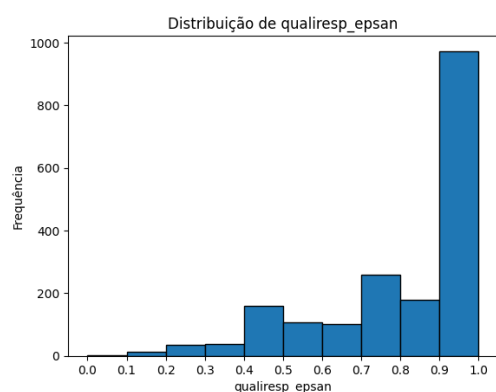
Ações de SAN

Qualiresp (intervalos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Acum. (%)
[0.9, 1.0)	444	26.2	26.2
[0.8, 0.9)	480	28.3	54.5
[0.7, 0.8)	214	12.6	67.1
[0.6, 0.7)	254	15.0	82.1
[0.5, 0.6)	151	8.9	91.0
[0.4, 0.5)	54	3.2	94.2
[0.3, 0.4)	15	0.9	95.1
[0.2, 0.3)	14	0.8	95.9
[0.1, 0.2)	2	0.1	96.0
[0.0, 0.1)	1	0.1	96.1
missing	66	3.4	100.0



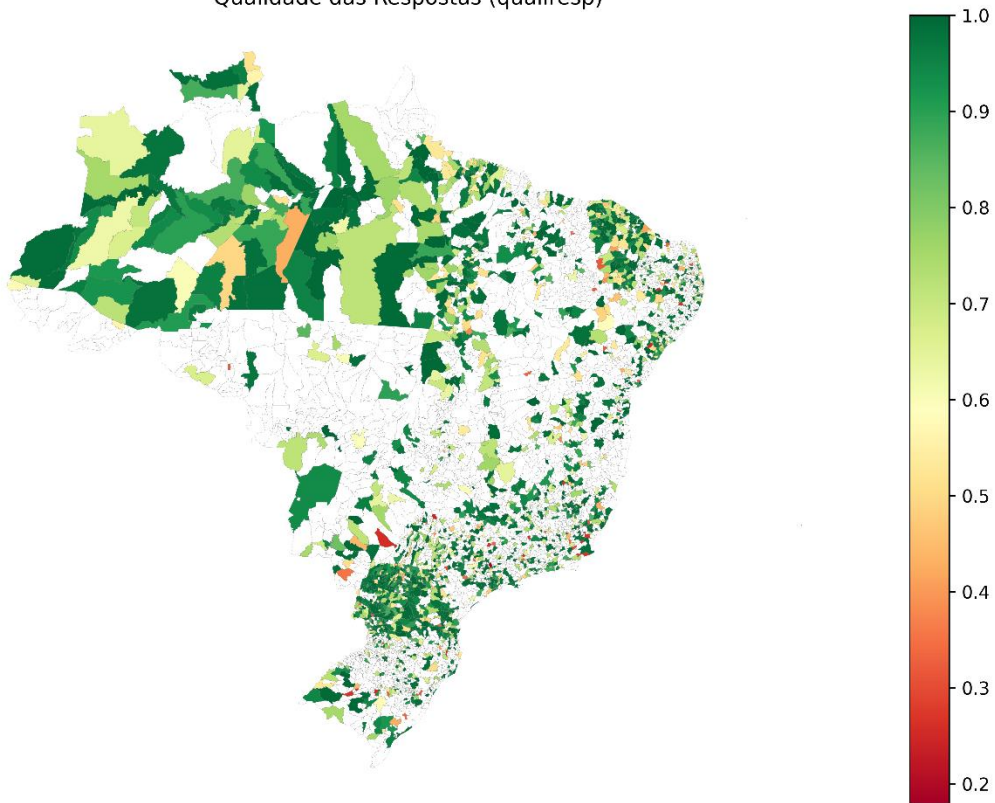
Equipamentos Públicos de SAN

Qualiresp (intervalos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Acum. (%)
[0.9, 1.0)	235	19.7	19.7
[0.8, 0.9)	179	15.0	34.6
[0.7, 0.8)	260	21.8	56.4
[0.6, 0.7)	100	8.4	64.8
[0.5, 0.6)	107	9.0	73.7
[0.4, 0.5)	158	13.2	86.9
[0.3, 0.4)	37	3.1	90.0
[0.2, 0.3)	34	2.8	92.9
[0.1, 0.2)	13	1.1	94.0
[0.0, 0.1)	1	0.1	94.1
missing	71	6.0	100.0

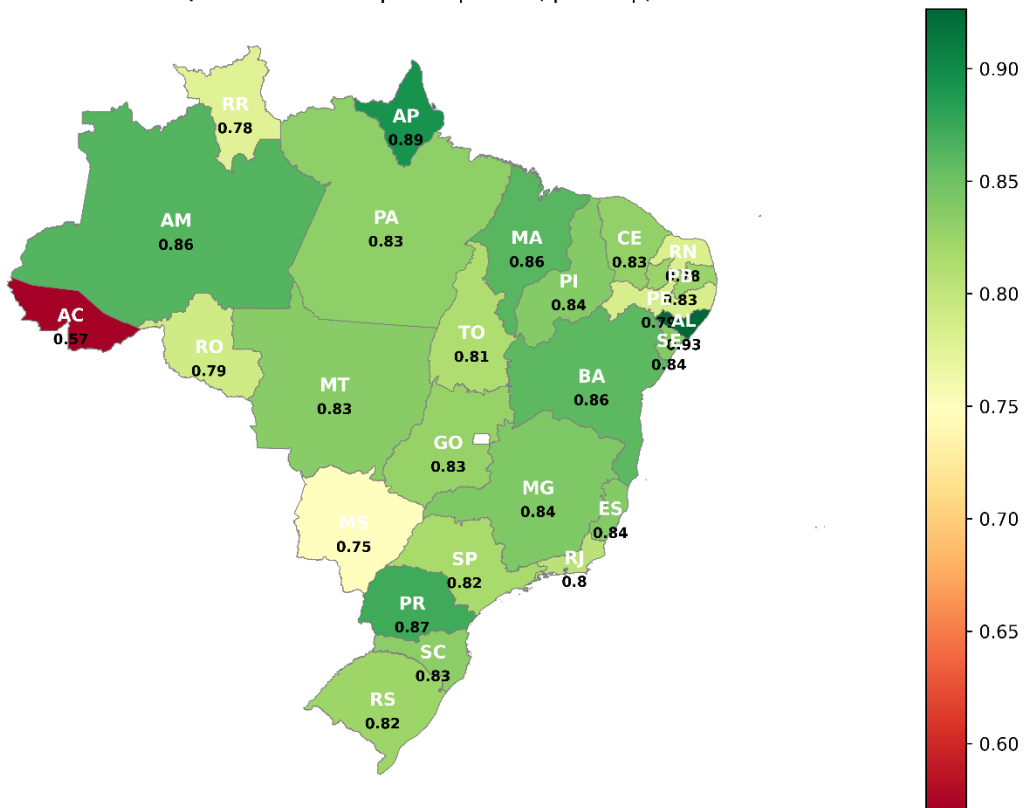


Qualidade das respostas nos três questionários

Qualidade das Respostas (qualiresp)



Qualidade das Respostas por UF (qualiresp)



v13808	Q gestão	Q ações	Q epsan	Q
Doutorado	0,899	0,875	0,850	0,875
Mestrado completo	0,908	0,876	0,816	0,867
Ensino fundamental completo	0,924	0,827	0,819	0,857
Especialização completa	0,891	0,842	0,795	0,843
Graduação (licenciatura ou bacharelado) completa	0,883	0,840	0,781	0,835
Ensino médio completo	0,883	0,837	0,763	0,828
Graduação tecnológica completa	0,860	0,790	0,725	0,792

v13809	Q gestão	Q ações	Q epsan	Q
Entre 1 e 2 anos	0,881	0,841	0,772	0,831
Entre 3 e 4 anos	0,886	0,812	0,750	0,816
Entre 5 e 7 anos	0,895	0,845	0,789	0,843
Há mais de 8 anos	0,892	0,850	0,808	0,850
Há menos de 1 ano	0,859	0,801	0,708	0,789
Não atua na gestão pública municipal (presta serviços especializados à gestão pública)	0,866	0,834	0,801	0,834

v13809	Q gestão	Q ações	Q epsan	Q
Sim, participei das três edições do MapaSAN (2014, 2015 e 2018) como respondente	0.940	0.934	0.912	0.928
Sim, participei de duas edições do MapaSAN (2015 e 2018) como respondente	0.919	0.902	0.857	0.893
Sim, participei de duas edições do MapaSAN (2014 e 2015) como respondente	0.913	0.885	0.853	0.884
Sim, participei como respondente pelo município do MAPASAN 2018	0.900	0.853	0.834	0.863
Sim, participei como respondente pelo município somente do MapaSAN 2014	0.868	0.866	0.805	0.846
O município participou do MapaSAN em uma ou mais edições anteriores, mas outra pessoa foi responsável pelo preenchimento do questionário	0.877	0.839	0.777	0.831
O município não participou do MapaSAN em nenhuma das edições anteriores da pesquisa	0.894	0.827	0.768	0.829
Sim, participei como respondente pelo município do MapaSAN 2015	0.858	0.846	0.779	0.828
Sim, participei de duas edições do MapaSAN (2014 e 2018) como respondente	0.861	0.778	0.733	0.791

v9843_category	Q gestão	Q ações	Q epsan	Q
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0,891	0,859	0,835	0,862
Gabinete do Executivo	0,889	0,860	0,832	0,860
Administração, finanças e planejamento	0,885	0,875	0,775	0,845
Trabalho e Desenvolvimento Econômico	0,895	0,842	0,788	0,842

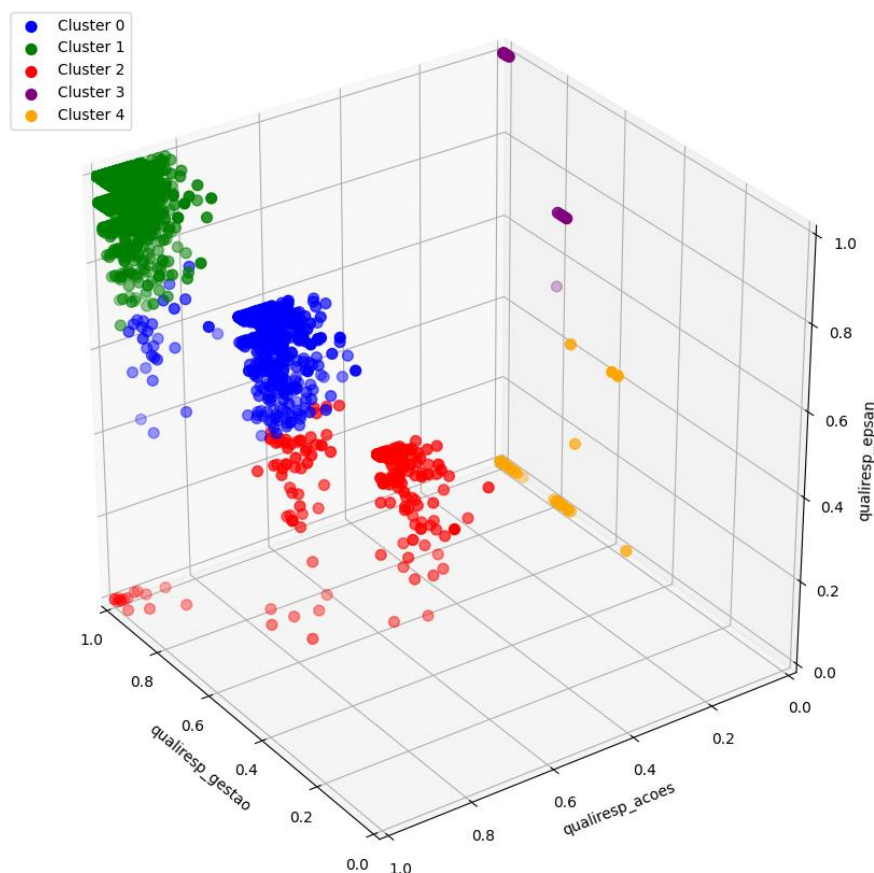
Segurança Alimentar e Nutricional	0,869	0,861	0,783	0,837
Assistência Social	0,886	0,845	0,778	0,836
Educação e Cultura	0,889	0,817	0,791	0,832
Saúde	0,875	0,814	0,765	0,818
Conselho de SAN ou outros conselhos municipais	0,837	0,840	0,765	0,814
Outros	0,866	0,774	0,709	0,783
Órgão de Controle	0,853	0,549	0,529	0,644

Clusters de respondentes

A clusterização tem como objetivo agrupar os respondentes da pesquisa em grupos homogêneos, com base em certas características ou métricas. Esses grupos são chamados de clusters, e os respondentes dentro de um cluster são semelhantes entre si, mas diferentes dos respondentes em outros clusters. A clusterização foi realizada com base em três variáveis:

1. Qualidade da resposta do questionário de gestão (qualiresp_gestao)
2. Qualidade da resposta do questionário de ações (qualiresp_acoes)
3. Qualidade da resposta do questionário de equipamentos públicos (qualiresp_epsan)

Foi utilizado o algoritmo K-means para a clusterização, um método popular de aprendizado não supervisionado. A escolha do número de clusters (K) foi feita utilizando a técnica do cotovelo, que ajuda a determinar o valor ótimo de K.



Cluster	Q gestão	Q ações	Q epsan	Cor
---------	----------	---------	---------	-----

0	0.776	0.751	0.640	Azul
1	0.976	0.960	0.957	Verde
2	0.638	0.623	0.324	Vermelho
3	0.914	0.000	0.873	Roxo
4	0.866	0.000	0.027	Amarelo

Os respondentes foram agrupados em cinco clusters distintos, cada um representando um perfil específico de qualidade de resposta nos três questionários (gestão, ações e equipamentos públicos).

Cluster 0: Respondentes com qualidade de resposta média em todos os três questionários. Este cluster está localizado próximo ao centro do gráfico, refletindo valores médios nas três dimensões.

Cluster 1: Respondentes com qualidade de resposta alta no questionário de gestão, mas média nos questionários de ações e equipamentos públicos. Este cluster está localizado mais próximo ao eixo de gestão, indicando uma alta qualidade de resposta nessa dimensão.

Cluster 2: Respondentes com qualidade de resposta baixa em todos os três questionários. Este cluster está situado próximo à origem do gráfico, representando baixas qualidades de resposta nas três dimensões.

Cluster 3: Respondentes com qualidade de resposta alta no questionário de gestão e equipamentos públicos, mas média no questionário de ações. Este cluster está mais próximo aos eixos de gestão e equipamentos públicos, indicando alta qualidade de resposta nessas duas dimensões.

Cluster 4: Respondentes com qualidade de resposta alta no questionário de ações e equipamentos públicos, mas média no questionário de gestão. Este cluster está mais próximo aos eixos de ações e equipamentos públicos, refletindo alta qualidade de resposta nessas áreas.

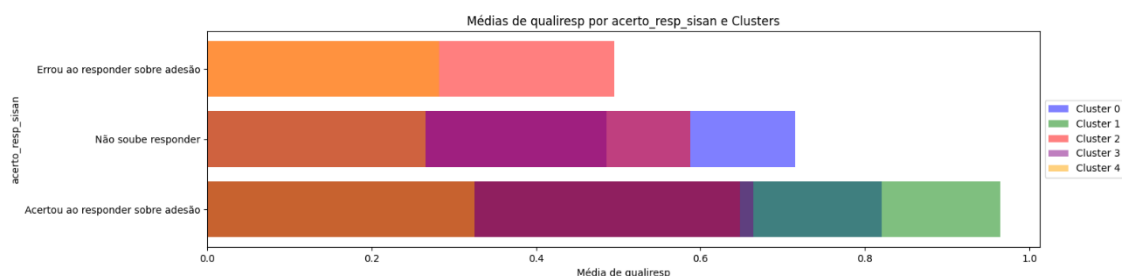
Cada cluster representa um perfil distinto de respondentes, baseado na qualidade de suas respostas nos três questionários. A localização dos clusters no espaço tridimensional fornece insights sobre as áreas em que os respondentes têm mais ou menos conhecimento ou confiança. Por exemplo, os respondentes no Cluster 1 têm uma compreensão mais clara das questões de gestão, enquanto os no Cluster 4 têm uma melhor compreensão das questões relacionadas a ações e equipamentos públicos.

A análise dos clusters fornece uma visão abrangente dos perfis dos respondentes, ajudando a identificar as áreas de força e fraqueza em sua compreensão e resposta aos questionários. Essa análise pode ser fundamental para aprimorar o design da pesquisa, melhorar a coleta de dados e entender mais profundamente os respondentes.

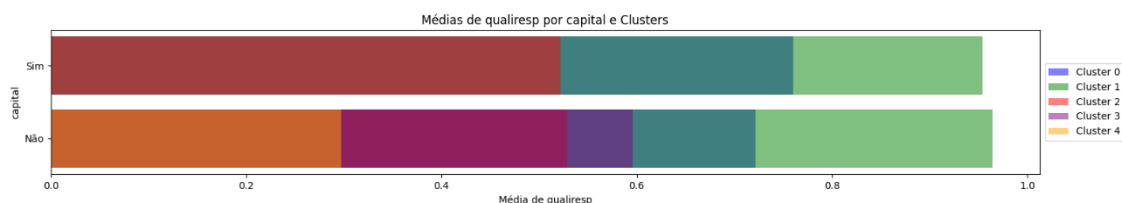
O gráfico a seguir ilustra a relação entre os clusters de respondentes e o acerto ou erro na resposta sobre o Sisan. Pode-se observar que:

Acerto na Resposta sobre Sisan: A distribuição mostra uma clara prevalência do Cluster 5, indicando uma tendência de maior qualidade de resposta e adesão ao Sisan entre municípios que acertaram a questão.

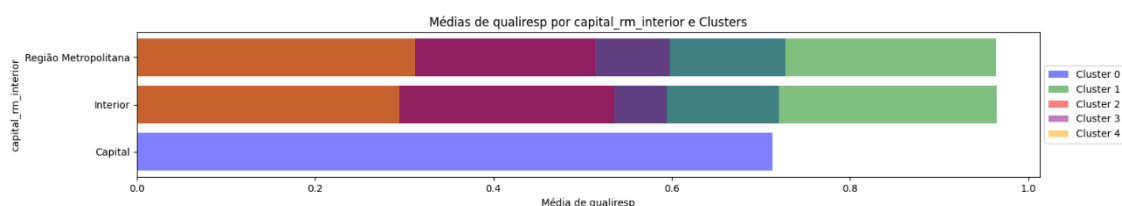
Erro na Resposta sobre Sisan: Os Clusters 1 e 2 são mais prevalentes, refletindo uma qualidade de resposta inferior.



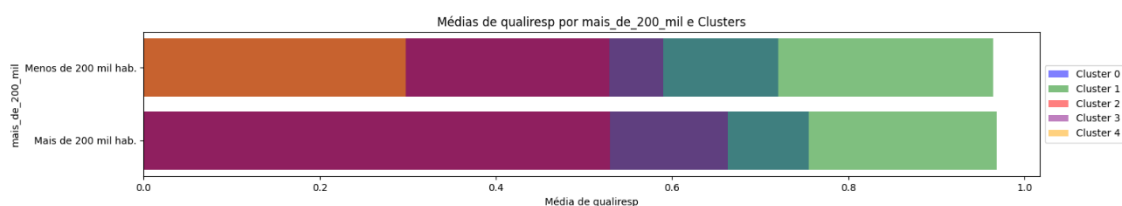
Nas capitais o Cluster 5 se destaca, indicando maior qualidade de resposta nas capitais. Fora das capitais os Clusters 1 e 2 são mais comuns, sugerindo menor qualidade de resposta.



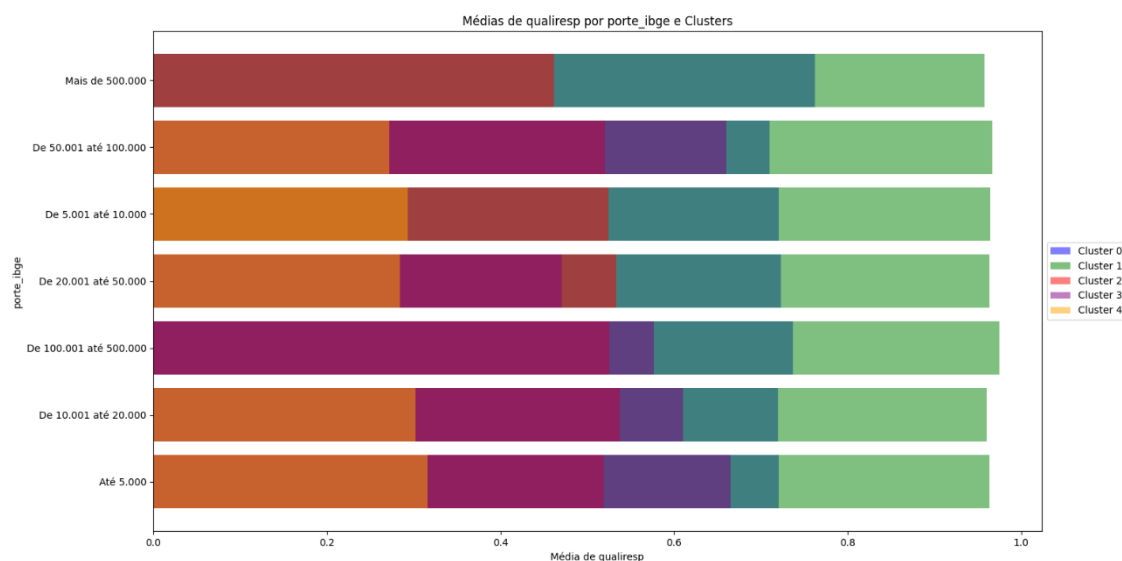
A Qualidade da Resposta por Capital, Região Metropolitana e Interior mostra uma prevalência do Cluster 5 nas capitais, correspondendo a alta qualidade de resposta. Nas regiões metropolitanas, observa-se uma distribuição mista, com presença do Cluster 5, enquanto no interior, há uma dominância dos Clusters 1 e 2, indicando menor qualidade de resposta.



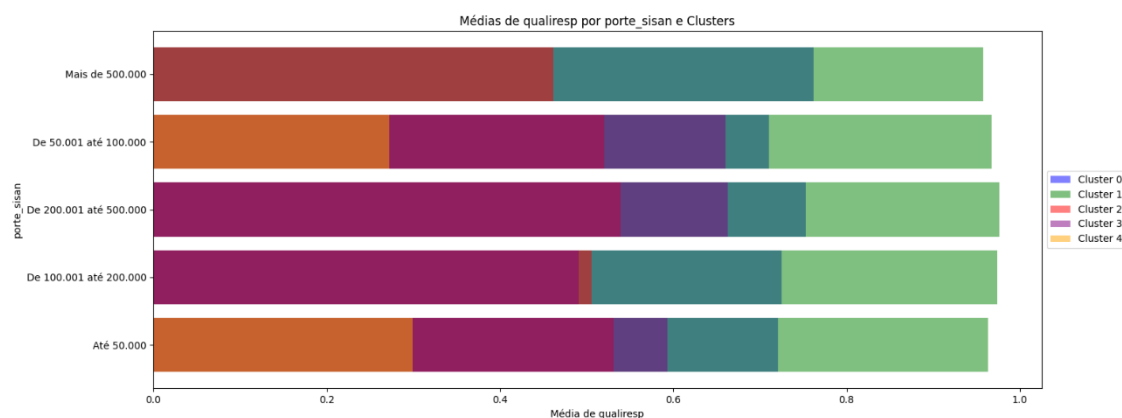
Em relação à Qualidade da Resposta por Municípios com Mais de 200 Mil Habitantes, os municípios com mais de 200 mil habitantes apresentam uma maior presença do Cluster 5, refletindo uma maior qualidade de resposta. Já os municípios com menos de 200 mil habitantes mostram prevalência dos Clusters 1 e 2, sugerindo uma qualidade inferior.



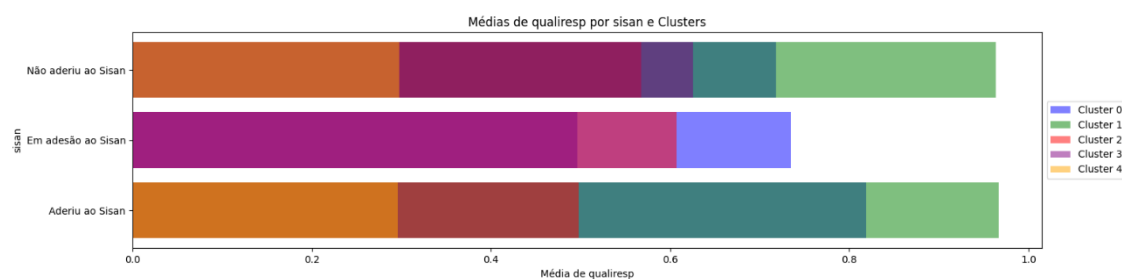
No gráfico da Qualidade da Resposta por Porte IBGE, os municípios de grande porte são dominados pelo Cluster 5, indicando alta qualidade, enquanto os de pequeno e médio porte apresentam uma maior distribuição dos Clusters 1 e 2, correspondendo a menor qualidade.

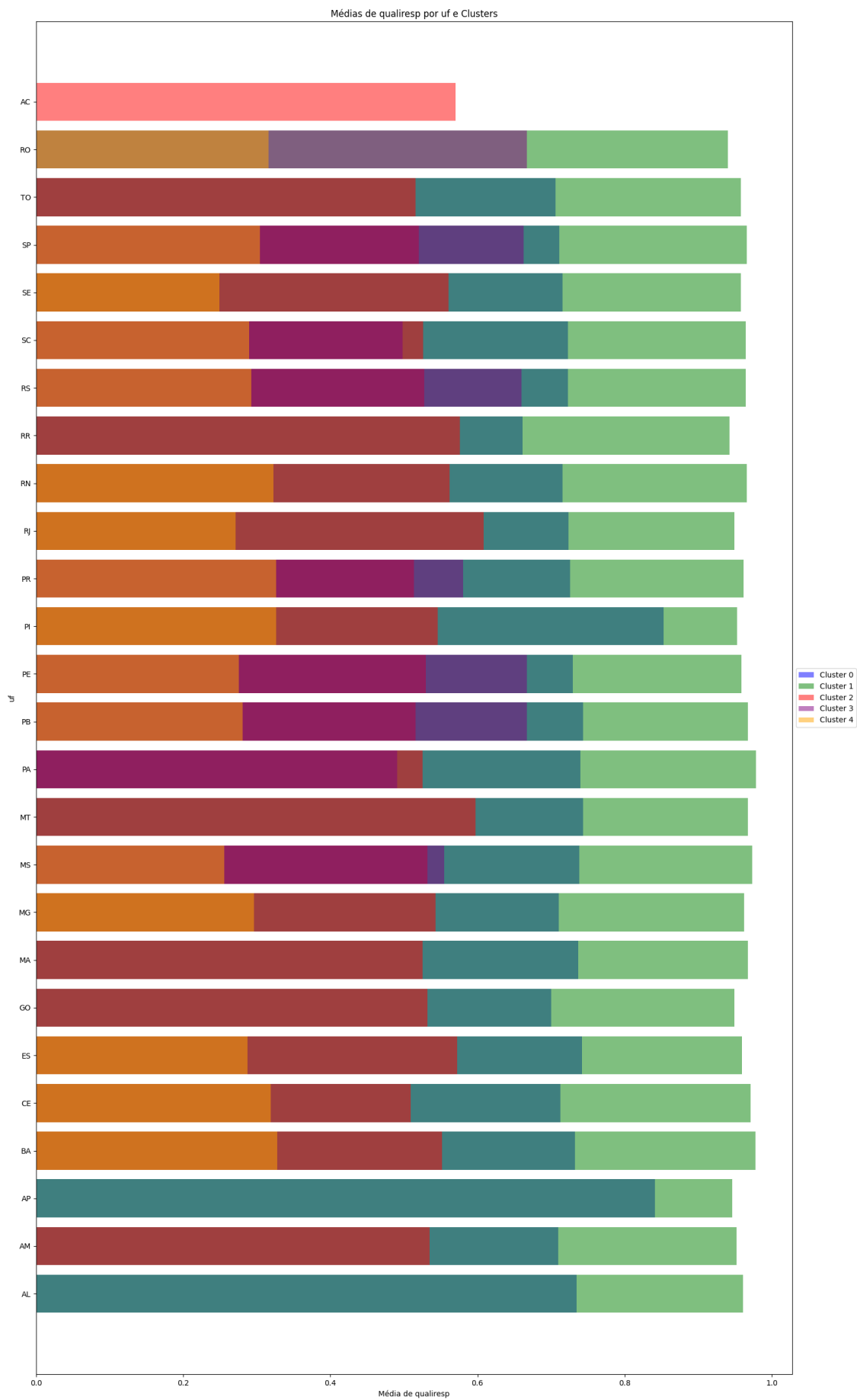


A Qualidade da Resposta por Porte Sisan revela que os municípios de grande porte têm maior presença do Cluster 5, enquanto os de pequeno porte têm prevalência dos Clusters 1 e 2.

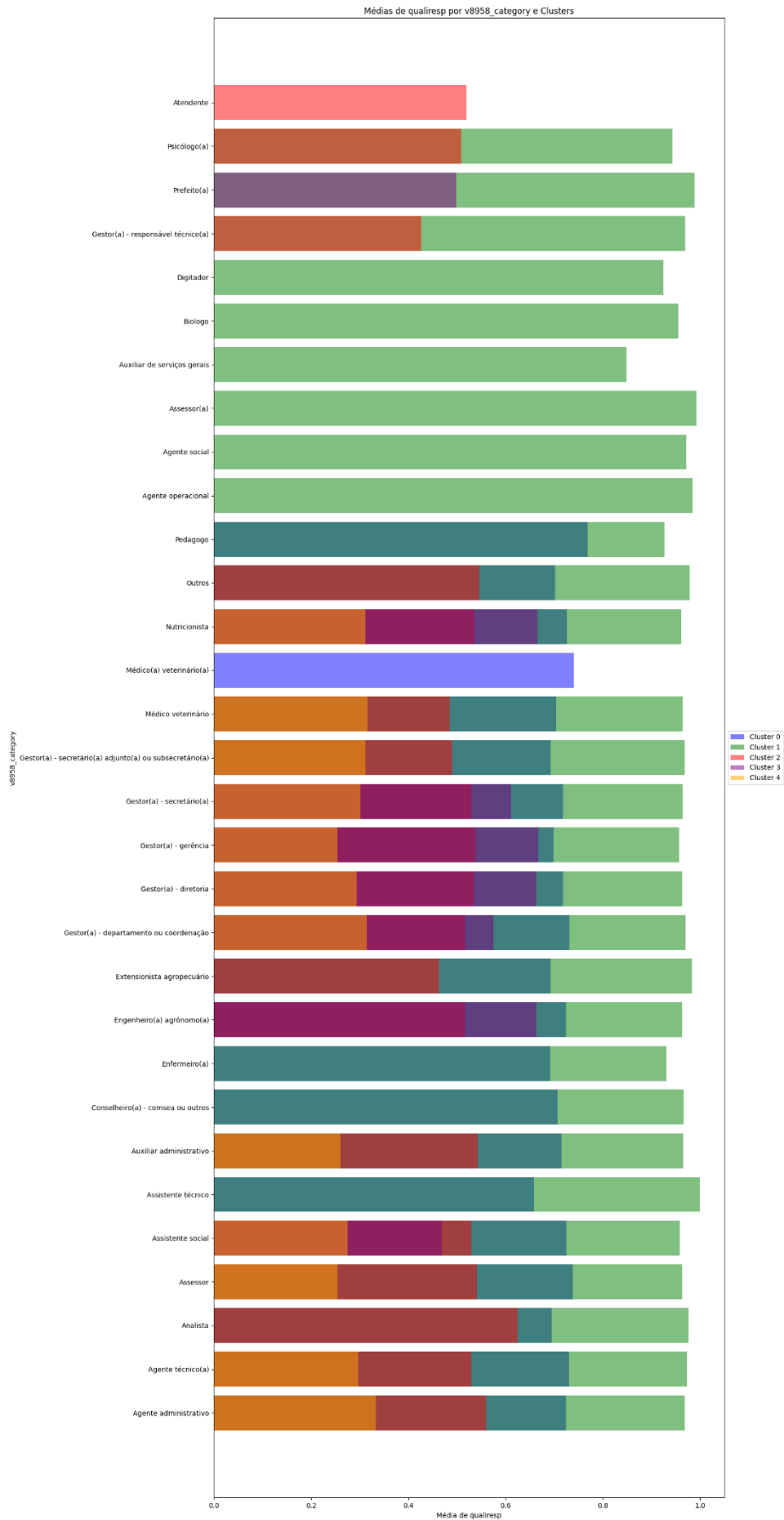


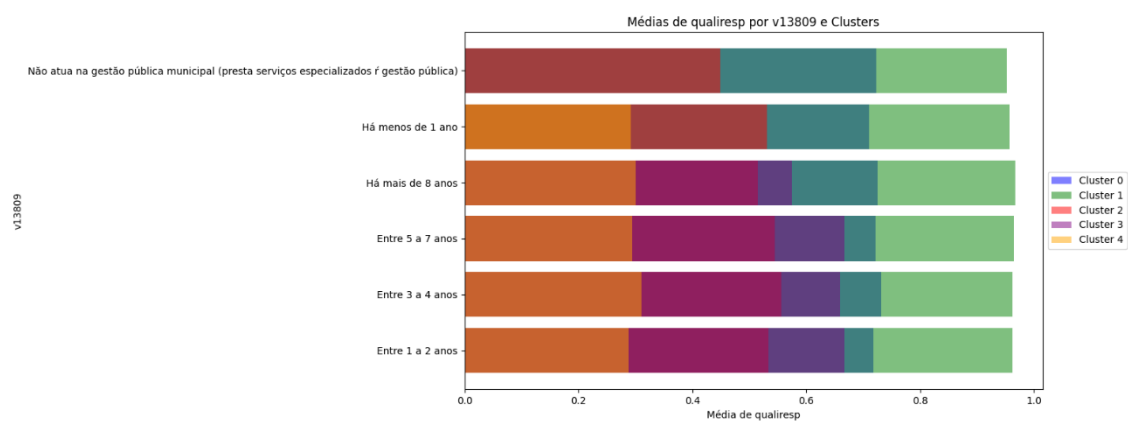
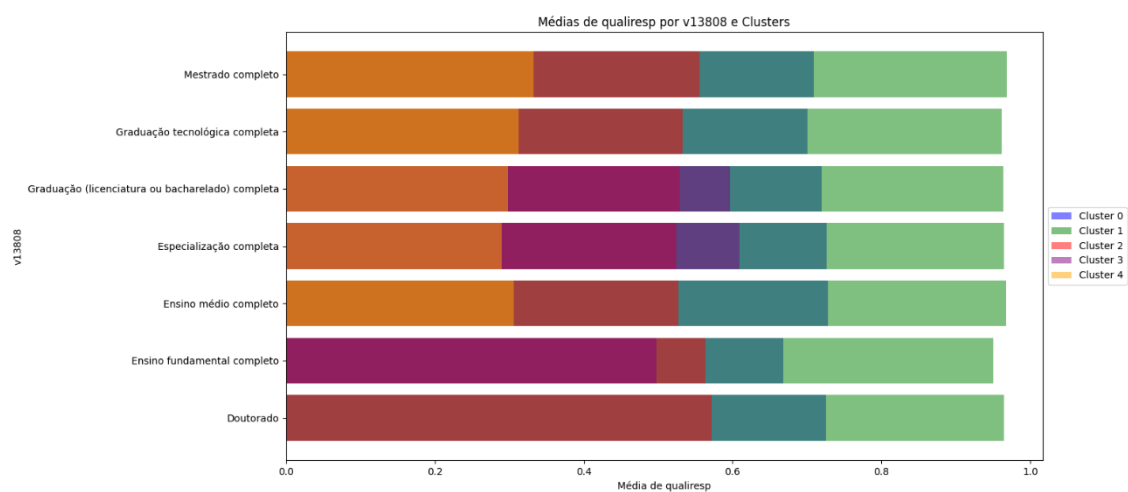
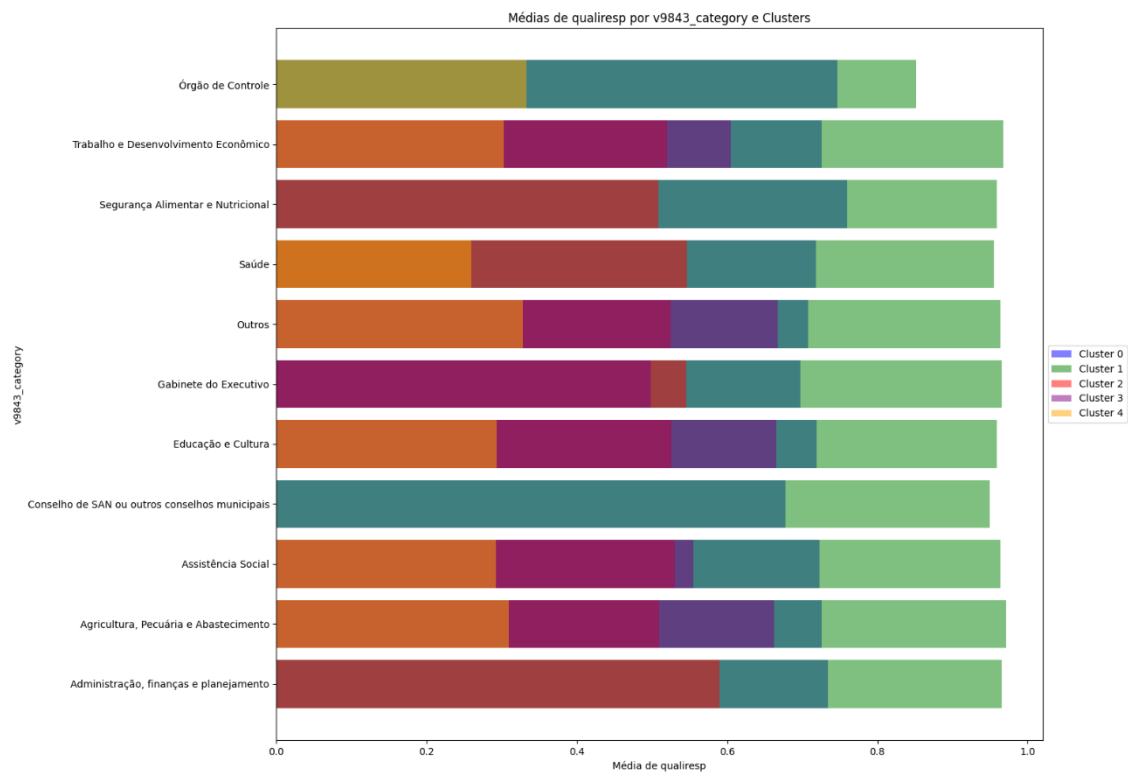
Na Qualidade da Resposta por Sisan, observa-se que a adesão ao Sisan está associada à prevalência do Cluster 5, indicando maior qualidade de resposta, enquanto a não adesão ao Sisan reflete qualidade inferior, com maior presença dos Clusters 1 e 2.

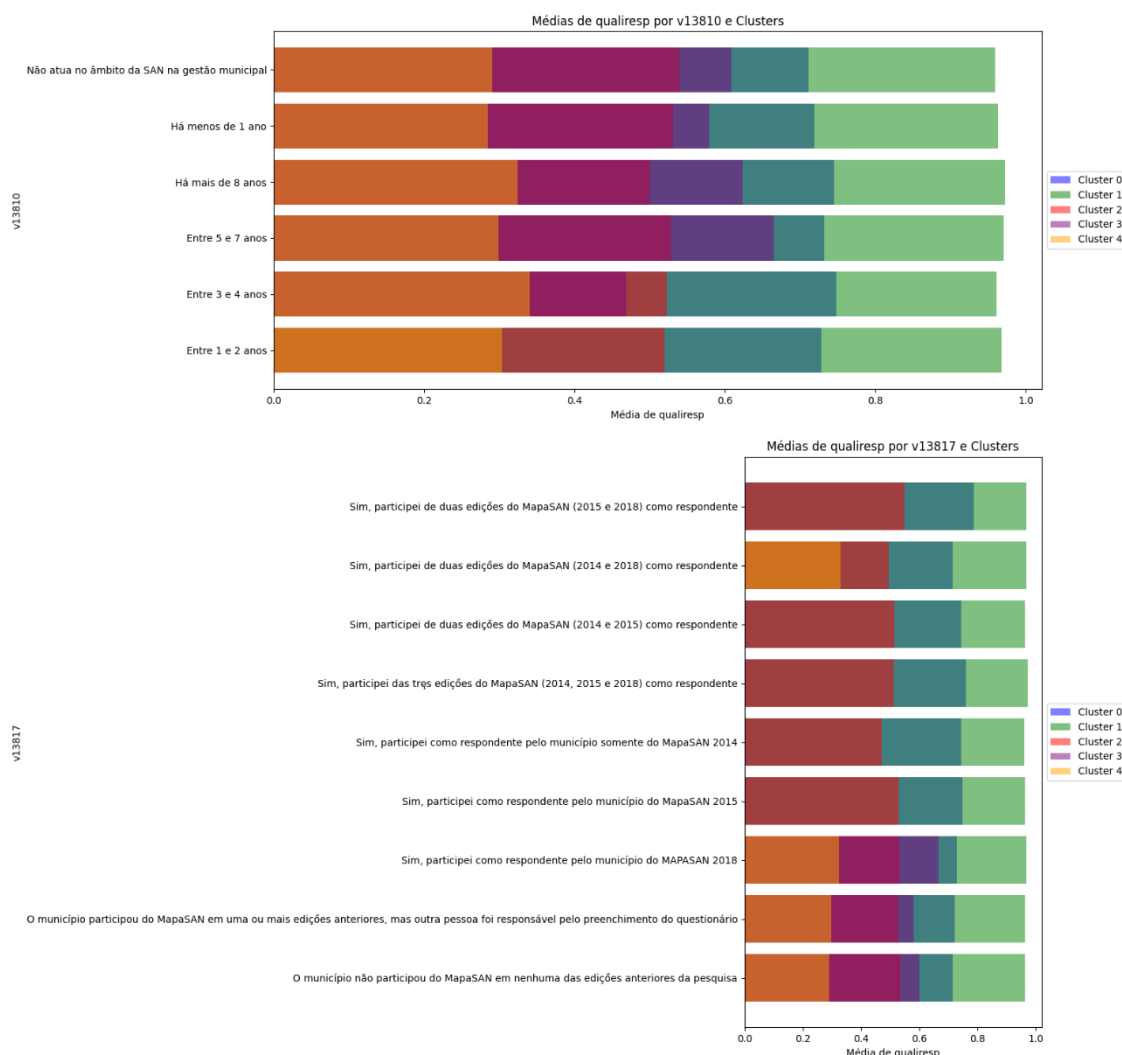




A análise da Qualidade da Resposta por V8958 Category reforça a ideia de que a distribuição dos clusters varia significativamente entre diferentes categorias, com algumas mostrando uma clara prevalência do Cluster 5, indicando alta qualidade, e outras uma mistura de Clusters 1 e 2, apontando para uma qualidade de resposta mais baixa. Isso sugere que a qualidade da resposta pode estar vinculada a características específicas associadas a cada categoria V8958, e uma análise mais profunda dessas categorias pode revelar insights adicionais sobre os fatores que influenciam a qualidade da resposta.







Analisando os indicadores calculados

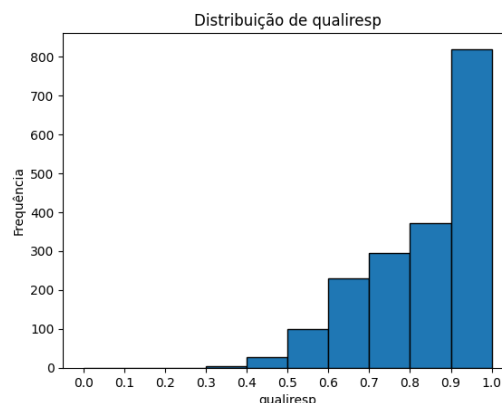
A análise a seguir, será realizada com base nos indicadores criados para mensurar a qualidade das respostas (denominados de “qualiresp”: qualidade das respostas), ainda que o conceito de qualidade aplicado à fórmula, em sua concepção, seja inversamente proporcional aos níveis de desconhecimento (cuja polaridade é quanto menor melhor), desinformação e incerteza e o acerto/erro sobre a questão relacionada a adesão municipal ao Sisan. Ou seja, quanto menor a quantidade de respostas “Não sabe” informadas pelo respondente, consequentemente, menor será o nível de desconhecimento, desinformação ou incerteza sobre as questões em cada um dos questionários. A hipótese central dessa análise, fundamentada em princípio consagrado em técnicas de Survey, é de que será melhor a qualidade das demais respostas inversamente proporcionais a quantidade de respostas “Não sabe”. Disso resulta que quanto menor o nível de desconhecimento, desinformação e incerteza do respondente sobre determinados temas, melhor deve ser a qualidade das demais repostas

Os achados da análise com base no indicador geral (*qualiresp*) e nos específicos (*qualiresp_gestao*, *qualiresp_acoes* e *qualiresp_epsan*) são reveladores per se, mas sobretudo quando cruzados com as variáveis do perfil dos respondentes do cadastro.

Distribuição dos indicadores de qualidade das respostas do MapaSAN 2022

Quando o método de cálculo, já explicitado na metodologia, é aplicado aos casos de cada questionário, os resultados apresentados são os seguintes:

Qualiresp (intervalos)	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Frequência Acum. (%)
[0.9, 1.0)	749	40.2	40.2
[0.8, 0.9)	371	19.9	60.1
[0.7, 0.8)	294	15.8	75.9
[0.6, 0.7)	229	12.3	88.2
[0.5, 0.6)	100	5.4	93.6
[0.4, 0.5)	27	1.4	95.0
[0.3, 0.4)	5	0.3	95.3
[0.2, 0.3)	0	0	95.3
[0.1, 0.2)	0	0	95.3
[0.0, 0.1)	0	0	95.3
missing	88	4.7	100.0



O qualiresp é composto da média do indicador calculado para os 3 questionários do MapaSAN. Mais da metade dos respondentes (57,9%) apresentam *qualiresp* entre 0,8 e 1. Entre aqueles 749 respondentes situados no intervalo superior do histograma (38,7% com *qualiresp* entre 0,9 e 1) 70 tem *qualiresp* igual 1, o que significa que não há nenhuma resposta com valor “Não Sabe” em nenhum dos 3 questionários principais e que não há também nenhum falso positivo ou falso negativo para a variável de adesão do município ao Sisan. Somente

Interpretação dos resultados

Tabela Cruzada para v13808 e Clusters:

cluste r	Doutorad o	Ensino fundament al completo	Ensino médio complet o	Especializaç ão completa	Graduação (licenciatur a ou bacharelad o) completa	Graduaçã o tecnológi ca completa	Mestrad o complet o
0	5	1	48	181	191	19	16
1	15	9	135	489	452	44	50
2	2	1	35	77	88	13	7
3	0	1	0	7	5	0	0
4	0	0	7	23	16	5	1

Esta tabela mostra a distribuição dos níveis de educação entre diferentes clusters. A maioria dos indivíduos está concentrada na categoria de "Especialização completa" e "Graduação (licenciatura ou bacharelado) completa". Os clusters 0, 1 e 2 têm representação em todas as categorias de educação, enquanto os clusters 3 e 4 são menos representativos. O teste Qui-Quadrado não indica uma associação significativa entre as variáveis (p-valor = 0.123).

Tabela Cruzada para v13809 e Clusters:

cluster	Entre 1 a 2 anos	Entre 3 a 4 anos	Entre 5 a 7 anos	Há mais de 8 anos	Há menos de 1 ano	Não atua na gestão pública municipal
---------	---------------------	---------------------	---------------------	----------------------	----------------------	---

						(presta se...
0	100	38	77	191	43	12
1	253	88	200	559	74	20
2	55	21	31	89	24	3
3	1	1	1	10	0	0
4	10	8	11	17	6	0

Aqui, a tabela mostra a distribuição dos anos de experiência na gestão pública municipal entre diferentes clusters. A maioria está na categoria "Há mais de 8 anos". O teste Qui-Quadrado indica uma associação quase significativa entre as variáveis (p-valor = 0.061).

Tabela Cruzada para v13810 e Clusters:

cluster	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 4 anos	Entre 5 e 7 anos	Há mais de 8 anos	Há menos de 1 ano	Não atua no âmbito da SAN na gestão municipal
0	93	30	43	30	74	191
1	231	91	129	156	175	412
2	46	17	18	17	41	84
3	0	2	2	4	2	3
4	7	5	2	2	8	28

Esta tabela indica a distribuição dos anos de atuação no âmbito da SAN na gestão municipal entre clusters. O cluster 1 representa mais fortemente todas as categorias. O teste Qui-Quadrado mostra uma associação significativa entre as variáveis (p-valor = 0.0016).

Tabela Cruzada para v13817 e Clusters:

cluster	O município não participou do MapaSAN em nenhum...	O município participou do MapaSAN em uma ou mai...	Sim, participei como respondente pelo município...	Sim, participei das três edições do MapaSAN (20...	Sim, participei de duas edições do MapaSAN (201...
0	148	252	4	6	4

1	395	583	10	51	28
2	67	131	2	3	5
3	6	6	0	0	0
4	28	18	0	0	0

Esta tabela apresenta a participação no MapaSAN e clusters. A maioria dos municípios não participou ou participou em uma ou mais edições. O teste Qui-Quadrado indica uma associação significativa (p-valor = 0.0303).

Tabela Cruzada para v9843_category e Clusters:

cluster	Administração, finanças e planejamento	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	Assistência Social	Conselho de SAN ou outros conselhos municipais	Educação e Cultura	Gabinete do Executivo	Outros	Saúde	Segurança Alimentar e Nutricional	Trabalho e Desenvolvimento Econômico	Órgão de Controle
0	5	43	241	1	43	12	17	30	4	64	1
1	13	127	643	1	111	37	28	41	10	182	1
2	4	17	134	0	15	5	9	6	3	30	0
3	0	1	5	0	2	1	1	0	0	3	0
4	0	4	24	0	8	0	3	2	0	10	1

A tabela mostra a distribuição de categorias de administração, finanças e planejamento entre clusters. A "Assistência Social" é a categoria mais representada. O teste Qui-Quadrado não indica uma associação significativa (p-valor = 0.278).

Tabela Cruzada para v8958_category e Clusters:

Esta tabela cruza várias profissões com clusters, com destaque para "Gestor(a) - secretário(a)" como a categoria mais representada. O teste Qui-Quadrado não mostra uma associação significativa (p-valor = 0.788).

Tabela Cruzada para uf e Clusters:

Esta tabela mostra a distribuição dos estados brasileiros entre clusters. Há uma representação variada entre os clusters, e o teste Qui-Quadrado indica uma associação altamente significativa (p-valor = 2.82e-07).

Tabela Cruzada para porte_ibge e Clusters:

A tabela indica a distribuição do porte do município (por população) entre clusters. O teste Qui-Quadrado não mostra uma associação significativa (p-valor = 0.0523).

Tabela Cruzada para porte_sisan e Clusters:

A tabela representa o porte dos municípios no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) entre clusters. A categoria "Até 50.000" é a mais representada. O teste Qui-Quadrado não mostra uma associação significativa (p-valor = 0.337).

Tabela Cruzada para mais_de_200_mil e Clusters:

A tabela compara a distribuição de municípios com mais ou menos de 200 mil habitantes entre clusters. O teste Qui-Quadrado não mostra uma associação significativa (p-valor = 0.150).

Tabela Cruzada para capital e Clusters:

Esta tabela compara a distribuição de capitais e não capitais entre clusters. A maioria dos dados está em "Não" (não capital), e o teste Qui-Quadrado não indica uma associação significativa (p-valor = 0.887).

Tabela Cruzada para regioao_metropolitana e Clusters:

A tabela mostra a distribuição de diferentes regiões metropolitanas entre clusters. A maioria está "Fora de RM". O teste Qui-Quadrado indica uma associação significativa (p-valor = 0.0047).

Tabela Cruzada para capital_rm_interior e Clusters:

A tabela compara a distribuição entre capital, interior e região metropolitana entre clusters. O teste Qui-Quadrado não indica uma associação significativa (p-valor = 0.301).

Tabela Cruzada para sisan e Clusters:

A tabela mostra a distribuição de adesão ao Sisan entre clusters. A maioria não aderiu ao Sisan, e o teste Qui-Quadrado indica uma associação altamente significativa (p-valor = 2.80e-105).

Tabela Cruzada para acerto_resp_sisan e Clusters:

A tabela compara se os respondentes acertaram ou erraram sobre a adesão ao Sisan entre clusters. A maioria acertou, e o teste Qui-Quadrado indica uma associação altamente significativa (p-valor = 0.0).

Estas descrições resumem as principais informações em cada tabela, incluindo as categorias mais representadas e os resultados dos testes Qui-Quadrado, que ajudam a entender se há uma associação significativa entre as variáveis em cada tabela.

Considerações Finais

Principais Achados

1. Níveis de Educação e Clusters: A pesquisa revelou diferentes níveis de educação entre os clusters, com uma predominância de indivíduos com especialização, graduação e ensino médio completo. O teste qui-quadrado não mostrou significância, indicando que os clusters podem não ter uma relação forte com o nível educacional.
2. Tempo de Atuação na Gestão Pública e Clusters: A maioria dos respondentes tem mais de 8 anos de experiência. O p-valor próximo ao nível de significância pode indicar uma relação marginal entre o tempo de atuação e os clusters.
3. Tempo de Atuação no Âmbito da SAN e Clusters: Uma análise similar foi observada aqui, com uma relação significativa mostrada pelo teste qui-quadrado, indicando diferenças entre os clusters.
4. Participação no MapaSAN: A maioria dos municípios participou do MapaSAN, e a análise mostrou uma relação significativa com os clusters.
5. Categoria de Área de Atuação e Clusters: A distribuição foi bem variada, sem uma relação significativa observada com os clusters.
6. Categoria de Cargo e Clusters: A distribuição dos cargos foi ampla, mas o teste qui-quadrado não mostrou uma relação significativa com os clusters.
7. Distribuição por UF e Clusters: A distribuição por estados mostrou uma relação altamente significativa com os clusters, indicando variações regionais notáveis.
8. Porte de Municípios e Clusters: Algumas relações marginais foram observadas entre o porte do município e os clusters.
9. Adesão ao Sisan e Clusters: Uma relação altamente significativa foi encontrada, com uma clara distinção entre aqueles que aderiram, estão em adesão ou não aderiram ao Sisan.
10. Acerto na Resposta sobre Adesão: Uma relação altamente significativa foi observada, destacando a precisão na resposta sobre adesão ao Sisan.

A pesquisa MapaSAN 2022 oferece uma visão abrangente do perfil dos respondentes e da qualidade das respostas relacionadas ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Os principais achados revelam variações significativas em áreas como tempo de atuação, participação no MapaSAN, distribuição por estados e adesão ao Sisan.

Embora algumas variáveis não tenham mostrado uma relação significativa com os clusters, as diferenças observadas em áreas como adesão ao Sisan e distribuição por estados são particularmente notáveis. Esses resultados indicam áreas de foco potencial para políticas e práticas futuras, bem como oportunidades para aprimorar a metodologia e o alcance da pesquisa.

A análise também destaca a importância de considerar fatores regionais, experiência e compreensão dos respondentes em relação ao Sisan. Tais insights são cruciais para a tomada de decisões informada e para a formulação de estratégias eficazes que promovam a segurança alimentar e nutricional em todo o país.

A continuação deste trabalho em edições futuras do MapaSAN será vital para rastrear o progresso, identificar novas tendências e garantir que as políticas e práticas estejam alinhadas com as necessidades e realidades em constante mudança do Brasil no campo da segurança alimentar e nutricional.

Referências bibliográficas

- Tourangeau, R., Rips, L. J., & Rasinski, K. (2000). *The Psychology of Survey Response*. Cambridge University Press.
- Krosnick, J. A. (1991). Response Strategies for Coping with the Cognitive Demands of Attitude Measures in Surveys. *Applied Cognitive Psychology*, 5(3), 213-236.

- Bishop, G. F., Oldendick, R. W., Tuchfarber, A. J., & Bennett, S. E. (1980). Pseudo-Opinions on Public Affairs. *Public Opinion Quarterly*, 44(2), 198-209.
- Fisher, R. J. (1993). Social Desirability Bias and the Validity of Indirect Questioning. *Journal of Consumer Research*, 20(2), 303-315.
- Tukey, J. (1977). *EDA: Exploratory Data Analysis*.
- Horst, P. (1954). *The Survey Interview*.
- Sudman, S. (1976). *Applied Survey Methods: A Statistical Perspective*.
- Krosnick, J. F. (1999). *Survey Research*.
- Sanders, L. (1997). *Questionnaire Design: A Comprehensive Guide*.
- Dillman, J. (2011). *Survey Research Methods*, 4ª edição.
- Marsden, P. V., & Prewitt, K. (1995). *Handbook of Survey Research*, 2ª edição.
- Robinson, J. P., Stehman, D. W., Schuman, H., & Babbie, E. (2011). *The Survey Kit*, 4ª edição.